

A INTERDISCIPLINARIDADE E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS VOL.1

BRUNO MATOS DE FARIAS


epilaya
Editora

Bruno Matos de Farias
Organizador

A INTERDISCIPLINARIDADE E OS DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS – VOL.1

1ª Edição



Rio de Janeiro – RJ
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

l61 A interdisciplinaridade e os desafios contemporâneos [livro eletrônico]: vol.1 / Organizador Bruno Matos de Farias. – Rio de Janeiro, RJ: Epitaya, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87809-66-3

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Educação. 3. Professores – Formação. I. Farias, Bruno Matos de.

CDD370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda
Rio de Janeiro / RJ
contato@epitaya.com.br
<http://www.epitaya.com.br>



Bruno Matos de Farias
Organizador

A INTERDISCIPLINARIDADE E OS DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS – VOL.1



Rio de Janeiro – RJ
2022

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL	Bruno Matos de Farias
ASSESSORIA EDITORIAL	Helena Portes Sava de Farias
ASSISTENTE EDITORIAL	Milene Cordeiro de Farias
MARKETING / DESIGN	Gercton Bernardo Coitinho
DIAGRAMAÇÃO/ CAPA	Bruno Matos de Farias
REVISÃO	Autores

COMITÊ CIENTÍFICO

PESQUISADORES	Profa. Kátia Eliane Santos Avelar
	Profa. Fabiana Ferreira Koopmans
	Profa. Maria Lelita Xavier
	Profa. Eluana Borges Leitão de Figueiredo
	Profa. Maria Regina da Silva Pinheiro
	Profa. Cleide Gonçalo Rufino
	Profa. Roberta Kele Ribeiro Ferreira
	Profa. Pauline Balabuch
	Prof. Thiago de Freitas França
	Prof. Daniel da Silva Granadeiro

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que lhes apresento o e-book intitulado “A interdisciplinaridade e os desafios contemporâneos”. Nele foi possível reunir quinze artigos de pesquisadores brasileiros nas diversas áreas do conhecimento como fruto de suas pesquisas acadêmicas, de iniciação científica, Trabalho de Conclusão de Curso e dissertações de mestrado. São autores dos mais diversos estados brasileiros e Estados Unidos, dentre eles: Boca Raton-FL, Alagoas, Tocantins, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Amazonas, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O capítulo 1 intitulado “EMPREGO DO PHET SIMULATIONS À LUZ DO PROBLEMA DA RADIAÇÃO DE CORPO NEGRO PARA DETERMINAÇÃO DA RADIANCIA ESPECTRAL DE ASTROS” tem o intuito de introduzir os alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Professor Silvério Lins em projetos de iniciação científica, neste caso específico trabalhando conceitos relacionados ao Problema da Radiação de Corpo Negro (PRCN) na busca da determinação da potência irradiada por certos astros, utilizando para isto, a ferramenta PHET Simulations.

No capítulo 2 intitulado “MANUTENÇÃO DE PESO CORPORAL APÓS REALIZAÇÃO DE DIETAS RESTRITIVAS” as autoras analisaram a manutenção de peso corporal após a realização de dieta restritiva, a fim de discutir como essa situação pode impactar na saúde dos indivíduos

O capítulo 3 “AS CONTRIBUIÇÕES DA MÚSICA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL” abordam as contribuições da música no processo de aprendizagem das crianças na educação infantil. Tem como objetivo, fazer uma análise reflexiva acerca da importância da música no desenvolvimento da aprendizagem das crianças no ensino infantil.

No capítulo 4 “A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DAS MULTAS FISCAIS IMPOSTAS PELO ESTADO DE MINAS GERAIS” o objetivo geral é verificar se são constitucionais as aplicações concomitantes da multa isolada e da multa de revalidação, prevista nos artigos 53 e seguintes da Lei Estadual nº 6.763/75.

O capítulo 5 “A FALTA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS GERENCIAIS NA GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS LUVERDENSES” apresenta a realidade de que empresários e gestores de micro e pequenas empresas locais, enfrentam dificuldades para obter um bom resultado, sendo a causa mais comum à falta de informação contábil. Desta forma, o objetivo geral da pesquisa foi a de identificar as ações

tomadas pelos micros e pequenos empresários de Lucas do Rio Verde, MT, para obter as informações gerenciais.

No capítulo 6 “PRÁTICAS PEDAGÓGICAS REALIZADAS POR ENFERMEIROS PRECEPTORES” os autores buscam identificar as atividades pedagógicas desempenhadas por enfermeiros preceptores

O capítulo 7 “O USO DOS JOGOS E DAS MÍDIAS INTERATIVAS DENTRO DO CONTEXTO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS” mostra um estudo sobre a proposta de se utilizar do uso das novas tecnologias no espaço do Atendimento Educacional Especializado.

No capítulo 8 “VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO CICLO GRAVÍDICO-PUERPERAL: SENTIMENTOS E CUIDADOS DE ENFERMAGEM” as autoras analisaram as vivências de violência obstétrica experimentadas por parturientes, a partir da revisão da literatura, foi possível estudar a violência obstétrica no ciclo gravídico-puerperal, enfatizando os cuidados de enfermagem.

O capítulo 9 “O ACOLHIMENTO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS REFUGIADAS NO BRASIL” a autora afirma que a migração está presente no histórico desde sua descoberta, porém, o contexto migratório tem sido alterado devido a algumas variáveis brasileiras, tais como guerras, conflitos, outras questões políticas, culturais, ambientais. O objetivo deste artigo é refletir sobre a história do refúgio no Brasil, sem âmbito do ambiente e dos impactos nas suas mudanças, causas e consequências do refúgio espacialmente.

No capítulo 10 “A (IN)VALIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO À LUZ DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS” o autor apresenta que o objetivo geral da pesquisa foi conhecer algumas das circunstâncias práticas que podem levar à nulidade do auto de infração.

O capítulo 11 “ASPECTOS GERAIS DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS E A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA COMO FERRAMENTA FUNDAMENTAL NA INVESTIGAÇÃO POLICIAL” tem como escopo, discorrer sobre quão importante é a Investigação Policial como ferramenta apta a alicerçar a ação penal tendo como titular o Ministério Público.

No capítulo 12 “O HISTÓRICO E O SOCIAL: NÍVEIS DE ANÁLISE NA PESQUISA SOCIOLÓGICA” a autora busca refletir sobre o uso de metodologias de pesquisa sociológica.

O capítulo 13 “COMO CONTAR UMA HISTÓRIA?” consistiu em apresentar algumas reflexões sobre metodologias de pesquisa e de ensino em Ciências Humanas. Por fim, no capítulo 14 “ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE A DEFINIÇÃO TERMINOLÓGICA” as autoras apresentam um

estudo bibliográfico que visa investigar os aspectos teóricos da definição terminológica.

No capítulo 14 “PREVALÊNCIA DE PESSOAS COM ESTOMIAS EM UMA MICRORREGIÃO EM SAÚDE DO NORTE DE MINAS GERAIS” os autores buscam estimar a prevalência e caracterizar as pessoas com estomia de eliminação quanto aos aspectos sociodemográficos e clínicos.

Por fim, no capítulo 15 “EXPERIÊNCIAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA MATRIZ SWOT NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM” os autores analisaram o perfil profissional dos colaboradores TÉCNICOS DE ENFERMAGEM do setor 2º Sul do HC-UFMG utilizando como instrumento a matriz SWOT. O instrumento matriz SWOT possibilitou traçar o perfil da equipe do setor, que poderá fomentar discussões que promoverão melhorias no processo e condições de trabalho.

Boa leitura!

Prof. Dr. Bruno Matos de Farias
Doutor em Desenvolvimento Local
Editor-chefe Editora Epitaya

SUMÁRIO

<i>Capítulo 1.....</i>	<i>11</i>
EMPREGO DO PHET SIMULATIONS À LUZ DO PROBLEMA DA RADIAÇÃO DE CORPO NEGRO PARA DETERMINAÇÃO DA RADIÂNCIA ESPECTRAL DE ASTROS	
<i>Thales Allan Santos da Cruz; Alice de Oliveira Souza Vasconcelos; Méllany Christiany Rocha Carnaúba Lins</i>	
<i>Capítulo 2.....</i>	<i>25</i>
MANUTENÇÃO DE PESO CORPORAL APÓS REALIZAÇÃO DE DIETAS RESTRITIVAS	
<i>Gabriela Magnus Neto; Vanessa Backes</i>	
<i>Capítulo 3.....</i>	<i>38</i>
AS CONTRIBUIÇÕES DA MÚSICA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Jane Nunes Teles; Sidônia Vieira Neri; José Carlos Ribeiro da Silva</i>	
<i>Capítulo 4.....</i>	<i>53</i>
A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DAS MULTAS FISCAIS IMPOSTAS PELO ESTADO DE MINAS GERAIS	
<i>Karolayne Mateus de Oliveira Gomes; Helberty Vínicos Coelho</i>	
<i>Capítulo 5.....</i>	<i>71</i>
A FALTA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS GERENCIAIS NA GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS LUVERDENSES	
<i>Camila Fabrizzio Caspers; Regina Nogueira da Silva Neiverth</i>	

Capítulo 6.....92

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS REALIZADAS POR ENFERMEIROS
PRECEPTORES

*Karoline Petricio Martins; Gisele Weissheimer; Sanele Cristina da Cruz
Pereira; Fabrício Salles Rosa Solak; Sumaya Hillana Santos; Viviane Maria
Príncipe Crucinsky*

Capítulo 7..... 111

O USO DOS JOGOS E DAS MÍDIAS INTERATIVAS DENTRO DO
CONTEXTO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

*Maria Raquel Souza dos Santos; Jucilene Seixas de Carvalho; Elizabeth
Cristina do Nascimento Soares; Mônica da Paz Ribeiro; Rosangela Ribeiro
Grittem; Emily Grittem Gaertner*

Capítulo 8..... 127

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO CICLO GRAVÍDICO-PUERPERAL:
SENTIMENTOS E CUIDADOS DE ENFERMAGEM

*Jéssica Elisabete da Silva; Jéssica Motta dos Santos Mattos; Thamires
Santos de Melo Rodrigues; Fabiana Ferreira Koopmans*

Capítulo 9..... 138

O ACOLHIMENTO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS REFUGIADAS NO
BRASIL

Mariza Reis Almeida

Capítulo 10..... 155

A (IN)VALIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO À LUZ DOS PRINCÍPIOS
JURÍDICOS

Helberty Vínicos Coelho

<i>Capítulo 11</i>	170
ASPECTOS GERAIS DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS E A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA COMO FERRAMENTA FUNDAMENTAL NA INVESTIGAÇÃO POLICIAL	
<i>Valdivino Vital Amordivino</i>	
<i>Capítulo 12</i>	185
O HISTÓRICO E O SOCIAL: NÍVEIS DE ANÁLISE NA PESQUISA SOCIOLÓGICA	
<i>Aline de Jesus Moraes</i>	
<i>Capítulo 13</i>	195
COMO CONTAR UMA HISTÓRIA?	
<i>Aline de Jesus Moraes</i>	
<i>Capítulo 14</i>	209
PREVALÊNCIA DE PESSOAS COM ESTOMIAS EM UMA MICRORREGIÃO EM SAÚDE DO NORTE DE MINAS GERAIS	
<i>Claudiomiro da Silva Alonso; Eline Lima Borges; Guilherme Lagoeiro Moraes; Josimare Aparecida Otoni Spira</i>	
<i>Capítulo 15</i>	226
EXPERIÊNCIAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA MATRIZ SWOT NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM	
<i>Claudiomiro da Silva Alonso; Eline Lima Borges; Maria Clara Novaes Sousa; Maria Gabriela Lima da Costa; Natália Caroline Teixeira Magalhães; Yasmim Oliveira de Windsor Silva</i>	

Thales Allan Santos da Cruz

Docente na Escola Estadual Professor Silvério Lins,
Mestre em Ensino de Física - UFAL,
Mar Vermelho - AL

Alice de Oliveira Souza Vasconcelos

Estudante do 2º ano do Ensino Médio da
Escola Estadual Professor Silvério Lins,
Mar Vermelho - AL

Méllany Christiany Rocha Carnáuba Lins

Estudante do 2º ano do Ensino Médio da
Escola Estadual Professor Silvério Lins
Mar Vermelho - AL

RESUMO

Esta pesquisa tem o intuito de introduzir os alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Professor Silvério Lins em projetos de iniciação científica, neste caso específico trabalhando conceitos relacionados ao Problema da Radiação de Corpo Negro (PRCN) na busca da determinação da potência irradiada por certos astros, utilizando para isto, a ferramenta PHET Simulations. Temos com este trabalho, que ainda está em andamento, a finalidade de estimular a vontade de aprender Física nos alunos, tornando-os agentes ativos do processo na medida em que buscam por respostas e coletam dados através do manuseio de Ferramentas Virtuais de Aprendizagem disponíveis na Rede Mundial de Computadores. A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Professor Silvério Lins, situada em Mar Vermelho sob a jurisdição da 4ª Gerência Regional de Educação (4ª GERE) da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas (SEDUC - AL). Participaram desta pesquisa duas alunas da segunda série do Ensino Médio selecionadas aleatoriamente, porém o referido conteúdo foi exposto para toda a sala que contém 23 alunos. Durante a Pesquisa, o Professor exibiu para os alunos uma sequência didática, que está dividida em seis módulos, mas adaptados para 5, propondo inicialmente uma discussão sobre conceitos simples de cor dos corpos, além de sugerir aos aprendizes a busca de conceitos mais complexos trazendo-os à baila nos momentos posteriores. Em seguida fez-se necessário o uso de programas de simulação, culminando com a produção de cálculos e interpretações teóricas acerca dos resultados experimentais vistos tanto nos dados obtidos quanto nas tais simulações. O presente trabalho foi apresentado na Mostra Científica de Inovação Tecnologia e Engenharia (MOCITEPIAL) realizada na Escola EPIAL, Arapiraca, Estado de Alagoas, entre os dias 20 e 22 de setembro de 2022.

Palavras-chave: física moderna e contemporânea; ensino de física; ferramentas virtuais de aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Diante do cenário atual em que novas tecnologias surgem a todo momento, se faz necessário que o ensino possa se adequar constantemente de modo a tentar acompanhar as permanentes transformações sociais que tais tecnologias acarretam na sociedade e conseqüentemente nos espaços escolares, sobre isso (CRUZ, 2021) diz:

Albert Einstein proporcionou reviravoltas com a Teoria da Relatividade. A partir dela, surgiu uma nova forma de enxergar conceitos até então “obscuros” das ciências. O tempo agora poderia se dilatar ou traçar uma conexão entre energia e massa. A sociedade, as artes cinematográficas, os livros de ficção, todos ganharam novas páginas com paradoxos e viagens no tempo, tais teorias despertaram o imaginário popular. Assim também para a Mecânica Quântica, Max Planck deu uma contribuição ímpar estudando o Problema da Radiação de Corpo Negro, que foi um desafio a ser solucionado quando as teorias clássicas não conseguiam descrever a radiação eletromagnética emitida por ele ao ser aquecido a altas temperaturas, desembocando na chamada catástrofe do ultravioleta. Vários estudiosos da época também deram nome a importantes estudos sobre radiação espectral de corpo negro, que levaram ou findaram a incongruência entre teoria (que resultava na catástrofe do ultravioleta) e resultados experimentais, como: Stefan, Wien, o próprio Einstein, entre outros.

Então por que tais discussões e conteúdos por vezes instigantes não são explorados na Educação Básica com mais vigor? Atualmente vários livros, artigos e dissertações são feitos a fim de que a temática “Física Moderna e Contemporânea” seja melhor aproveitada como componente curricular obrigatório do Ensino Médio. Contudo, ainda hoje as Escolas seguem rigidamente livros de Física, onde seus conteúdos são determinados em ordem de importância a partir daqueles que são mais populares em testes e vestibulares. Sabemos sim da importância do Ensino da chamada Física Clássica na Educação Básica, porém destacamos neste trabalho a inclusão de conteúdos que sejam mais atuais e mais corriqueiros em relação às tecnologias de usufruto dos discentes em seu contexto cotidiano de constante mutação e avanço tecnológico (CRUZ, 2021).

Tentaremos responder os seguintes questionamentos: Os alunos do Ensino Médio podem compreender um conteúdo complexo quando são

colocados como agentes ativos da pesquisa em projetos de iniciação científica? O *PHET SIMULATIONS* pode ser uma ferramenta eficaz para o ensino do Problema da Radiação de Corpo Negro (PRCN)? O *PHET SIMULATIONS* pode auxiliar na coleta de dados e corroborar aqueles obtidos pelos discentes em cálculos para determinação da potência irradiada?

O presente projeto trará as etapas seguidas no decorrer da investigação, os dados coletados e as conclusões que obtivemos acerca desta metodologia de ensino.

OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa científica é averiguar as potencialidades do *PHET simulations* na inspeção de dados relacionados a potência irradiada por astros considerando-os como sendo, parametralmente em comportamento, similares em aspecto de emissão de radiação a um corpo negro e verificaremos se essas simulações fornecem condições ideais para que dentro de um projeto de iniciação científica os alunos se sintam motivados quando são colocados no papel de pesquisador.

Como objetivos específicos citamos:

- Despertar no discente do ensino médio sua autonomia e curiosidade, além da vontade de aprender e colaborar com o mundo científico.
- Mostrar que a Física Moderna e Contemporânea está contida no mundo que nos rodeia apesar de ser algo complexo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa, configurando-se como um estudo de caso, tem por base o objetivo de promover a determinação da potência irradiada por astros, tomando como ponto de partida àquela irradiada por uma lâmpada incandescente, em direção a emitida pelo Sol e pela estrela Sirius A. Tivemos como cerne o Produto Educacional elaborado pelo Orientador do trabalho, o Professor Mestre Thales Allan Santos da Cruz, intitulado de: **SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DO PROBLEMA DA RADIAÇÃO DE CORPO NEGRO POR MEIO DE AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM**, apresentado ao Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física (MNPEF), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Além desta referência foram utilizados livros bastante conhecidos do público acadêmico sobre o tema “Radiação do corpo Negro”, a exemplo: “Eisberg e Resnick: Física Quântica”, “Introdução à Mecânica Quântica” de Raul José Donangelo e Rodrigo Barbosa Capaz, Volume 1, produzido em 2009 pelo consórcio CEDERJ, além do Livro Mecânica Quântica Básica de Marcel Novaes e Nelson Studart de 2016 para o próprio MNPEF, com escrita voltada a pós graduação de Professores para o Ensino de Física. Fica claro portanto, que este é um estudo de caso que tem por base incentivar o alunado a ser sujeito ativo do processo educacional.

RADIAÇÃO DE CORPO NEGRO

Todo corpo a certa temperatura emite radiação eletromagnética, desde astros luminosos até o corpo de seres humanos. Sobre isso (CRUZ, 2021) diz:

Tal qual sabemos, todo corpo aquecido emite radiação eletromagnética, seja uma barra de metal aquecida ao rubro ou até mesmo os corpos dos seres humanos. A radiação térmica origina-se do movimento desordenado e caótico dos átomos que constituem o corpo emissor de radiação. Quanto maior a temperatura, maior a energia emitida, acarretando maior frequência e menor comprimento de onda como veremos no módulo A do produto educacional presente no apêndice A. Por vezes esta radiação estará na faixa visível do espectro eletromagnético.

Quando se coloca um metal para ser temperado no interior de fornos siderúrgicos, sua cor vai se modificando, conforme a temperatura deste sofre acréscimo. Diversos pesquisadores preocupavam-se em descrever os fenômenos que aconteciam. Dentre estes pesquisadores destacam-se Stewart e Kirchoff, precursores no estabelecimento da razão entre poder de emissão e absorção, como função do comprimento de onda da radiação (λ) ou de forma equivalente da frequência (f), além de sua temperatura absoluta (T), representada pela função de onda $I(\lambda, T)$. Kirchoff para investigar os detalhes desta função, introduziu o conceito de corpo negro ou radiador ideal. (CRUZ, 2021).

Segundo (EISBERG; RESNICK, 1979), (GREF, 1998) qualquer corpo absorve e emite este tipo de radiação para seu meio. Este a uma temperatura menor que a sua, emitirá mais radiação do que absorverá. Já se estiver num ambiente em que a temperatura seja mais elevada que a do próprio corpo, este absorverá radiação. O processo ocorre até haver o equilíbrio térmico.

Quando se eleva a temperatura de um corpo e a frequência da radiação começa a estar dentro da faixa visível do espectro eletromagnético, começamos através de nossa visão a captar de início luz vermelha, em seguida amarelada, azul, até que em altas temperaturas percebemos a luz branca, logo após adentrando na parte infravermelha do espectro eletromagnético (EISBERG; RESNICK, 1979), (GREF, 1998).

Dizemos ainda que corpo negro é aquele que absorve radiação independente da frequência que está sendo incidida sobre ele. As propriedades de absorção por meio de um corpo negro baseassem em seu formato, textura da superfície e material de que é feito. Ressaltamos que ele é ótimo absorvedor e ótimo emissor, não precisando necessariamente ser “negro”, ou seja, pode ser de qualquer cor, porém obedecendo as condições de comportamento de emissor e absorvedor ideal (CRUZ, 2021).

Dentro da Física clássica, interpretava-se a radiação eletromagnética como resultante da aceleração de elétrons. Isso obedecia a teoria eletromagnética de Maxwell. Experimentalmente todos os corpos negros emitem radiação de mesmo espectro, obedecendo propriedades universais.

Por meio dos postulados de Kirchoff e experimentos produzidos por Tyndall acerca do aquecimento de um fio de platina, Josef Stefan formulou a expressão:

$$I = \frac{P}{A} = p = \sigma T^4 \quad (1)$$

Em que I é a intensidade luminosa, P a potência total irradiada, T é a temperatura absoluta e σ constante de Boltzmann, com valor $5,670367 \cdot 10^{-8} \text{ kg} \cdot \text{s}^{-3} \cdot \text{K}^{-1}$

Esta equação é válida para o caso do corpo negro tendo a emissividade igual a 1, ou seja, um corpo negro ideal. A equação mostrada abaixo primeiramente foi conhecida como lei de Stefan, adequada para emissividade (ϵ) entre $0 < \epsilon < 1$, equacionada sob a forma (ibid):

$$P = \epsilon \sigma T^4 \quad (2)$$

METODOLOGIA

A aplicação do projeto aconteceu da seguinte maneira: o Professor que estava ensinando na turma de segundo ano do Ensino Médio exibiu para os alunos a sequência didática, que está dividida em seis módulos, mas adaptado para apenas 5 e em 5 encontros como está registrado no diário de bordo, editado levando em conta a realidade local e utilizando apenas uma parte dos recursos da sequência didática do Professor Mestre Thales Allan como está no quadro 1 abaixo, porém totalizando carga horária total de 10 horas-aula, propondo inicialmente uma discussão sobre conceitos simples de cor dos corpos e respectiva energia/temperatura emitida. Dando continuidade com o uso de simuladores o docente apresentou para a turma o PHET Simulations com o propósito de determinar a potência irradiada por certos corpos.

Tabela 1 – Módulos utilizados e as temáticas abordadas.

MÓDULO	TEMÁTICA
MÓDULO A	Fontes de luz e de calor, tomando como base a emitida por lâmpadas incandescentes, espectro visível e influência da cor de um corpo na quantidade de energia irradiada, ondas eletromagnéticas.
MÓDULO B	Introdução superficial sobre o que seria um Corpo Negro (CN).
MÓDULO C	Aula sobre a teoria da radiação do corpo negro ideal, absorção e emissão, teoria de Rayleigh-Jeans, radiação por cavidade, radiação infravermelha, solução através de Planck.

MÓDULO D	Determinação da potência total irradiada pelo Sol, lâmpada incandescente além de obter a potência irradiada pela estrela Sirius A.
MÓDULO E	Uso do <i>Phet Simulations</i> para Radiação do Corpo Negro.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A seguir, munidos dos conhecimentos teóricos sobre o que seria um corpo Negro Ideal e das equações para determinação da potência irradiada, a fim de ter maior eficiência nas discussões sobre os resultados obtidos, o Professor selecionou duas alunas e as orientou para que fizessem os cálculos para a potência irradiada por uma lâmpada incandescente, pelo Sol e pela estrela Sirius A, como será exibido a seguir.

Desde o início até o fim da aplicação de parte da sequência didática houve o incentivo para que as alunas selecionadas se tornassem agentes ativas do processo, não sendo somente meras espectadoras/agentes passivas no decorrer de sua elaboração. Todos os dados de pré-testes e pós-testes foram coletados e submetidos à análise. A presente Pesquisa foi elaborada pelo pesquisador e implantada pelas alunas, tendo sua natureza aplicada. Os objetivos desta pesquisa são de cunho explicatórios-descritivos de método qualitativo-interpretativo quando se busca compreender o êxito de seu objetivo: implementar uma proposta de ensino em que os discentes compreendam o PRCN e possam de forma autônoma calcular a potência irradiada por certos astros.

Agora vamos organizar em passos a sequência de manipulação de dados confeccionado pelas alunas:

1º passo: Calcular junto com o Orientador a potência irradiada por uma lâmpada incandescente utilizando para isso a Lei de Stefan:

$$I = \frac{P}{A} = P = \sigma T^4 \quad (3)$$

Onde:

I é a intensidade luminosa;

P a potência total irradiada;

T é a temperatura absoluta;

σ ou K_B constante de Boltzann, com valor $5,670367 \cdot 10^{-8} \text{ kg} \cdot \text{s}^{-3} \cdot \text{K}^{-1}$

Esta equação é válida para o caso do corpo negro onde a emissividade é igual a 1, outros valores diferentes de 1, são considerados não ideais.

Como aqui tomamos o comportamento de um corpo negro ideal afirmamos que a emissividade $\epsilon = 1$. Assim:

$$P = \sigma T^4 \quad (4)$$

- Cálculo para obter a potência irradiada por uma Lâmpada incandescente (temperatura de 3000K).

$$P = \sigma T^4$$

$$P = (5,670367 \cdot 10^{-8} \text{ kg} \cdot \text{s}^{-3} \cdot \text{K}^{-1}) \times (3000 \text{ K})^4 P = 4,593 \cdot 10^6 \text{ W/m}^2$$

$$P = 4,59 \cdot 10^6 \text{ W/m}^2$$

2º passo: usar a ferramenta virtual de aprendizagem Phet simulations a fim de analisar o gráfico e valores de emissão e comprimento de onda. Para isto basta o discente acessar o site: <<https://phet.colorado.edu/pt/simulation/blackbody-spectrum>>. A seguinte página (figura 1) será exibida:

Figura 1 – Interface inicial do Phet Simulations.



Fonte: <https://phet.colorado.edu/pt/simulation/blackbody-spectrum>. Acesso as 11:05 do dia 09/09/2022.

Neste momento basta clicar na seta semelhante ao “play” para o simulador abrir e o discente pesquisador terá acesso a todos os recursos disponíveis.

3º Passo: Agora em dupla fazer os cálculos para a potência irradiada pelo sol (temperatura média é de 5800 Kelvin) e pela estrela Sirius A (temperatura de 10000K), considerando-os corpos negros ideais com emissividade $\epsilon = 1$.

4º Passo: Comparar os dados obtidos de potência irradiada através dos cálculos, com aqueles advindos do simulador quando se coloca como valor de entrada a temperatura de uma lâmpada incandescente, do sol e da estrela siriús A. Por final discutindo os resultados e averiguando se obtivemos êxito nessa empreitada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

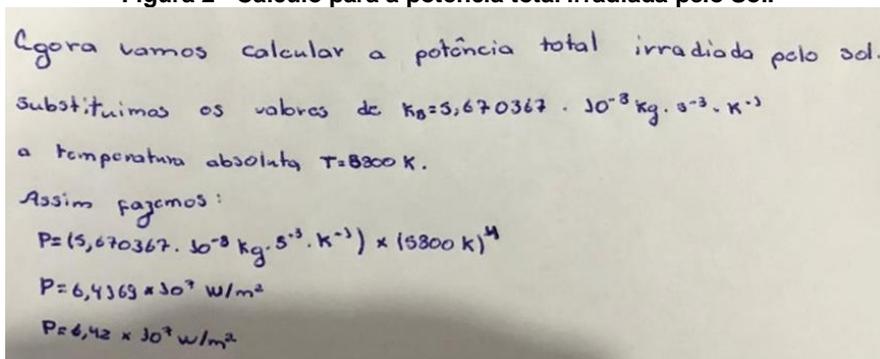
Agora apresentamos os resultados obtidos nesta pesquisa, ao passo

em que fazemos uma análise detalhada da investigação proposta. O objetivo é averiguar as potencialidades de uso do *PHET SIMULATIONS* como recurso educacional. O intuito principal deste trabalho é ensinar ao mesmo tempo que incentivar os educandos a se tornarem agentes ativos do processo de produção de conhecimento, além de responder as perguntas iniciais fundantes destes escritos: Os alunos do Ensino Médio podem compreender um conteúdo complexo quando são colocados como agentes ativos da pesquisa em projetos de iniciação científica? O *PHET SIMULATIONS* pode ser uma ferramenta eficaz para o ensino do Problema da Radiação de Corpo Negro (PRCN)? O *PHET SIMULATIONS* pode auxiliar na coleta de dados e corroborar aqueles obtidos pelos discentes em cálculos para determinação da potência irradiada?

O Conteúdo de Física Moderna e Contemporânea aqui exposto pode ser utilizado em cursos regulares, como também em turmas de ensino em tempo integral, em que o corpo discente dispõe de mais momentos para estudar a disciplina, como também são ofertadas matérias eletivas diversas, onde tal Ferramenta Virtual de Aprendizagem seria uma ótima opção para aqueles que querem ampliar e dinamizar seus conhecimentos.

No primeiro instante da coleta de dados, logo depois da fase que orientador e discentes obtiveram a potência irradiada por uma lâmpada incandescente, as alunas participantes do projeto realizaram o mesmo cálculo para o Sol, como podemos ver na figura 2, e para a estrela Sirius A, visualizável na figura 3. Os dois astros Sol e Sirius A foram selecionados de maneira a facilitar o andamento da investigação pois suas características de temperatura e cor emitida já estão pré-definidas no simulador utilizado. A seguir os cálculos:

Figura 2 - Cálculo para a potência total irradiada pelo Sol.



Agora vamos calcular a potência total irradiada pelo Sol.
Substituímos os valores de $k_B = 5,670367 \cdot 10^{-8} \text{ kg} \cdot \text{s}^{-3} \cdot \text{K}^{-1}$
a temperatura absoluta $T = 5800 \text{ K}$.
Assim fazemos:
$$P = (5,670367 \cdot 10^{-8} \text{ kg} \cdot \text{s}^{-3} \cdot \text{K}^{-1}) \times (5800 \text{ K})^4$$
$$P = 6,4369 \times 10^9 \text{ W/m}^2$$
$$P = 6,42 \times 10^9 \text{ W/m}^2$$

Fonte: Elaborado pelos autores.

Logo após para a estrela Sirius A:

Figura 3 - Cálculo para a potência total irradiada pela estrela Sirius A.

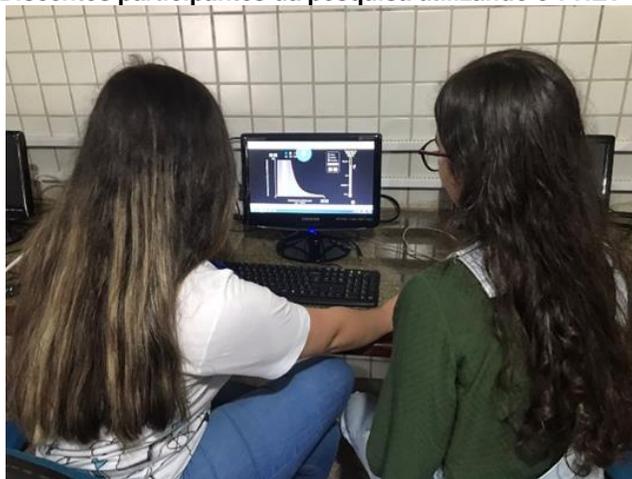
Potência irradiada pela estrela sirius A

$$P = (5,670367 \cdot 10^{-8} \text{ kg} \cdot \text{s}^{-3} \cdot \text{K}^{-3}) \times (1 \cdot 10^4 \text{ K})^4$$
$$P = 5,670367 \cdot 10^8 \text{ W/m}^2$$
$$P = 5,67 \cdot 10^8 \text{ W/m}^2$$

Fonte: Elaborado pelos autores.

No segundo momento da coleta de dados, foi solicitado que as discentes usassem o *PHET simulations* para verificar se os dados contidos nos cálculos condiziam com os valores apresentados pelo simulador quando se ajustava o marcador de temperatura para aquelas relativas ao sol (5800 K) e para a estrela Sirius A (10000 K), pois daí concluiríamos que o resultado destes cálculos estavam corretos no caso de se mostrarem iguais aos dados fornecidos pelo simulador. Neste momento elas utilizaram o computador fornecido pela Escola como podemos ver na figura 4:

Figura 4 – Discentes participantes da pesquisa utilizando o *PHET simulations*.

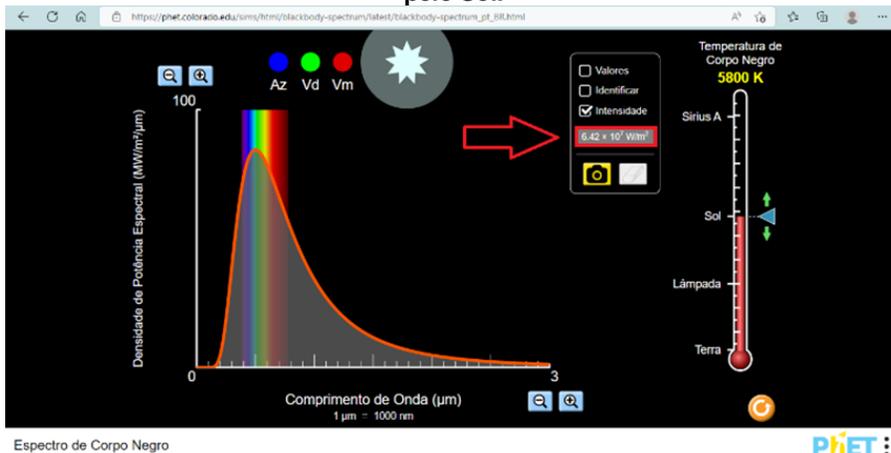


Fonte: Elaborado pelos autores.

Abaixo mostraremos as capturas de tela fruto da simulação realizada

pelas alunas, na figura 5 temos a potência total irradiada pelo Sol:

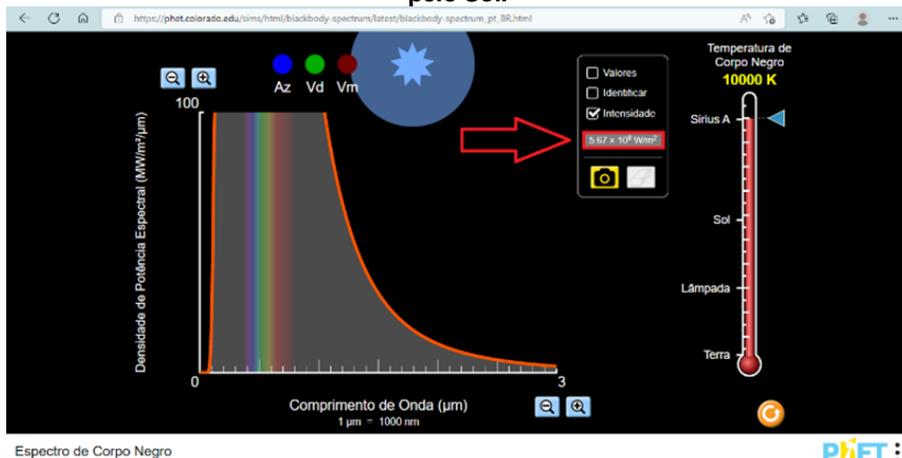
Figura 5 – Captura de tela do *PHET simulations* para a potência total irradiada pelo Sol.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na figura 6, observamos a potência total irradiada pela estrela Sirius A:

Figura 6 – Captura de tela do *PHET simulations* para a potência total irradiada pelo Sol.



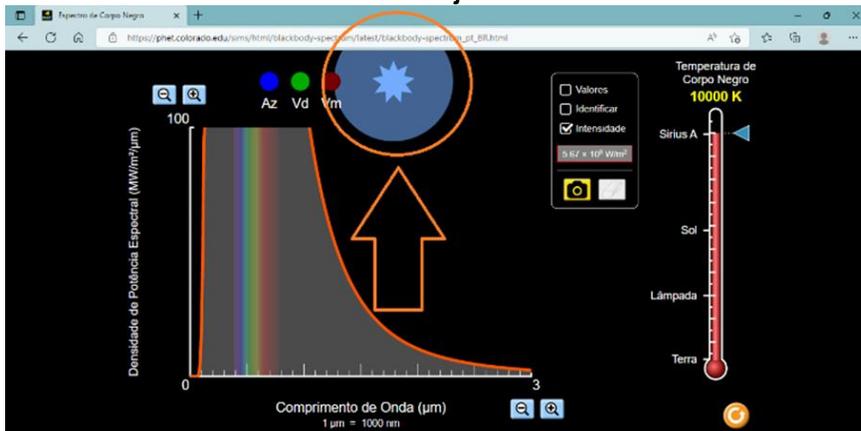
Fonte: Elaborado pelos autores.

Podemos observar na figura 2 e na figura 5 que o valor da potência irradiada pelo Sol, obtido no cálculo feito pelas discentes corresponde àquele gerado pela simulação do *PHET*, como também na figura 3 e na figura 6

observamos a que o valor obtido na pesquisa e na simulação correspondem igualmente a potência irradiada pela estrela Sirius A.

Outro dado que as alunas ressaltaram foi a cor de emissão obtida pela simulação, observaram que o tom azulado se destacava, como vemos destacado pelo círculo laranja na figura 7.

Figura 7 - as alunas ressaltaram a cor de emissão obtida pela simulação, observaram que o tom azulado se destacava, como observamos no círculo laranja.



Espectro de Corpo Negro

PhET

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em seguida foi perguntado pelas alunas se a cor emitida pela estrela Sirius A correspondia a visualizada no *PHET simulations*, o orientador assim exibiu uma imagem feita pelo telescópio espacial Hubble, como pode ser notado na figura 8, realmente a referida estrela emite um brilho azulado:

Figura 8 - Imagem de Sirius A captada pelo telescópio espacial Hubble.



Fonte: <https://www.spacetelescope.org/images/heic0516a/> acesso as 14:26 do dia 05/09/2022.

Desta feita os cálculos obtidos satisfizeram àqueles gerados pela simulação e ainda pudemos observar a cor da estrela Sirius A

correspondendo as imagens geradas pelo telescópio Hubble. As alunas se mostraram empolgadas no decorrer da aplicação da pesquisa e satisfeitas ao final do processo pois por conta própria geraram os dados, observaram peculiaridades neles e agiram como verdadeiras cientistas na busca do conhecimento à luz de suas pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise dos dados obtidos no decorrer da elaboração e aplicação desta pesquisa, pudemos observar que as alunas da turma do segundo ano do ensino médio da Escola Estadual Professor Silvério Lins, quando inseridas num contexto que as incentive a exercer sua autonomia discente, conseguem produzir satisfatoriamente dados que ao ser comparados aos gerados pelo simulador utilizado, se mostram corretos. Além disto, diante das explicações dadas pelo orientador e docente da turma acerca do Problema de Radiação do Corpo Negro, puderam verificar a influência da quantidade de radiação espectral na cor dos corpos, destacando aqueles observáveis ao ser humano dentro do espectro visível.

As discentes autonomamente produziram os cálculos de potência irradiada para dois astros, Sol e estrela Sirius A, conseqüentemente poderia ser utilizado para qualquer outro astro. Produziram simulações computacionais que corroboram os dados anteriormente citados a fim de embasar suas pesquisas e ainda compararam a cor de emissão da estrela Sirius A obtida pela simulação com o registrado pelo telescópio espacial Hubble.

Munidos dos dados e após as devidas discussões podemos responder as indagações iniciais e afirmar que: Os alunos do Ensino Médio podem sim compreender um conteúdo complexo como O Problema da Radiação de Corpo Negro quando são colocados como agentes ativos da pesquisa em projetos de iniciação científica. *O PHET SIMULATIONS* pode certamente ser uma ferramenta eficaz para o ensino do Problema da Radiação de Corpo Negro (PRCN) e auxiliar na coleta de dados, corroborando aqueles obtidos pelos discentes em cálculos para determinação da potência irradiada, desde que todo o processo esteja sob a supervisão e orientação de um Professor que os instigue e os coloque como sujeitos ativos do processo.

Dentro da área de ensino de Física podemos afirmar que o uso de simuladores desperta a curiosidade e o interesse do alunado pela compreensão do Problema da Radiação de Corpo Negro e sua interconexão com a cor emitida por certos astros. Já cientificamente as discentes puderam através de simulações, obter dados de potência irradiada por astros, despertando sua autonomia, seu lado investigador, assim as introduzindo na pesquisa de fenômenos naturais e na coleta de dados que propiciem seu letramento científico de modo constante e em permanente aperfeiçoamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIANA, Monica. Radiação de Corpo Negro. Instituto de Física, **Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://www.if.ufrj.br/~marta/cederj/quanta/mq-guia2-2004.html>. Acesso em: 25 set. 2020. Notas de Aula.

BATISTA, Carlos Alexandre Dos Santos. **Física Moderna e Contemporânea no Ensino Médio: subsídios teórico-metodológicos para a sobrevivência do tópico radioatividade em ambientes reais de sala de aula**. 2015. 180 fls. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus.

BORGES, Mauro Duro. **Física Moderna e Contemporânea no Ensino Médio: uma experiência didática com a Teoria da Relatividade**. 2005. 140fls. Dissertação (Mestrado em Física) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BRASIL, **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+). Ciências Humanas e suas tecnologias**. Brasília: MEC, 2006.

CAMPOS, Bruno De Oliveira. **UTILIZAÇÃO DE SIMULAÇÕES COMPUTACIONAIS NO ENSINO DE FÍSICA, NA ÁREA DA TERMOLOGIA**. 2017. 83 fls. Dissertação (Mestrado em Ensino de Física) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas.

CARRARO, Francisco Luiz; PEREIRA, Ricardo Francisco. O uso de simuladores virtuais do PHET como metodologia de ensino de eletrodinâmica. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**, Paraná, v.1, 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/produscoes_pde/2014/2014_uem_fis_artigo_francisco_luiz_carraro.pdf . Acesso em: 30 Nov 2021.

CAVALCANTE, Marisa Almeida e HAAG, Rafael. Corpo negro e determinação experimental da constante de Planck. **Revista Brasileira de Ensino de Física [online]**. 2005, v. 27, n. 3 p. 343-348. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1806-11172005000300007>>. Acessado em: 9 Nov. 2021.

CONNOR, Nick. **O que é emissividade**. 03 de nov. de 2019. Disponível em: <https://www.thermal-engineering.org/pt-br/o-que-e-emissividade-emissividade-de-materiais-definicao/>. Acesso em: 13 set. 2021.

COPELLI, Anna Cecília; et al. **Grupo de Reelaboração do Ensino de Física: Óptica**. 2ª Edição. São Paulo: USP/MEC-FNDE, 1998. 34 p.

CRUZ, Thales Allan Santos da. **O ensino do problema da radiação de corpo negro por meio de ambientes virtuais de aprendizagem: análise e inserção através do Google meet aliado ao Phet simulations**. 2022. 201f. Dissertação (Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física) – Instituto de Física, Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Ensino de Física em Rede Nacional, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

DONANGELO, Raul José; CAPAZ, Rodrigo Barbosa. **Introdução à Mecânica Quântica**. Volume 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. 162 p.

EISBERG, Robert; RESNICK, Robert. Física Quântica. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979. 928 p.

HECKLER, Valmir. A Experimentação no Contexto Brasileiro da Formação de Professores em Ciências na EaD. **Em Foco: Revista Científica de Educação a Distância**. v. 5 n. 2, 2015. Disponível em: <http://www.eademfoco.cecierj.edu.br>. Acesso em: 03 dez. de 2020.

JUNIOR, Edinaldo Batista da Silva; BIGANSOLLI, Antônio Renato; ARAÚJO, Moisés Augusto da Silva Monteiro de. **Radiação De Corpo Negro (bases experimentais para o Ensino de Física Moderna no Ensino Médio)**. 2015. Notas de Aula.

JUNIOR, Mikael Frank Rezende; CRUZ, Frederico Firmo de Souza. Física Moderna e Contemporânea na formação de Licenciandos em Física: necessidades, conflitos e perspectivas. **Ciência e Educação**, Bauru, volume 15, número 2, p. 305- 321, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=251019501005>. Acesso em: 09/11/2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Parâmetros curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

NASA, ESA, H. Bond (STScI), and M. Barstow (University of Leicester). **The Dog Star, Sirius A, and its tiny companion**. Disponível em: < The Dog Star, Sirius A, and its tiny companion | ESA/Hubble (esahubble.org)>. Acesso em 05 jul. 2022.

NOVAES, Marcel; STUDART, Nelson. **Mecânica Quântica Básica**. 1ª edição. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016. 159 p.

NUNES, Daniel Sampaio. **Comunidades Investigativas No Ensino De Física: Uma Abordagem Interdisciplinar Da Radiação Do Corpo Negro**. 2019. 135 fls. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Física). Universidade de Brasília, Brasília.

SOARES, Mirele Sousa. **Introdução de Tópicos de Física Moderna e Contemporânea no Ensino Médio por Meio do Estudo de Ondas Eletromagnéticas**. 2009. 208 fls. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Universidade de Brasília, Brasília.

Gabriela Magnus Neto

Nutricionista
Mestranda em Nutrição e Alimentos
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS
São Leopoldo-RS

Vanessa Backes

Nutricionista
Doutora em Saúde Coletiva pela
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Coordenadora e docente do curso de graduação em
Nutrição da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS
São Leopoldo-RS

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar a manutenção de peso corporal após a realização de dieta restritiva, a fim de discutir como essa situação pode impactar na saúde dos indivíduos. Este estudo transversal contou com uma amostra de 102 adultos, selecionados por amostragem aleatória simples, que responderam um questionário eletrônico online no modelo Google Forms, estruturado e pré-codificado. As questões abordadas no questionário foram relacionadas ao seguimento de dietas restritivas e o seu efeito na manutenção do peso corporal. A análise de dados foi feita através de análise estatística de frequência e associações no programa estatístico SPSS. Os resultados mostraram que 83,3% dos participantes conseguiram atingir seu objetivo através da prática de dietas restritivas. Contudo, ao cessarem a dieta, 62,7% relataram voltar a alimentar-se de forma habitual e 76,5% não conseguiu manter os resultados alcançados. Entre estes participantes, houve reganho de peso em 88,5%, sendo que o peso corporal se tornou igual ou superior àquele que os indivíduos tinham anteriormente à realização da dieta restritiva. O estudo sugere que a maior parte das pessoas consegue atingir seus objetivos através da prática de dietas restritivas e em um curto período de tempo. Entretanto, ao cessarem a dieta, percebe-se um retorno ao consumo alimentar anterior, além de reganho de peso. Desta forma, considera-se as dietas restritivas ineficazes na manutenção de peso em longo prazo, tal como no processo de reeducação alimentar, fazendo-se necessário a utilização de abordagens amplas para a obtenção de resultados consolidados e prósperos.

Palavras-chave: dieta restritiva; manutenção de peso; comportamento alimentar.

INTRODUÇÃO

Entende-se por comportamento alimentar a união de aspectos biopsicossociais, ambientais e do alimento em si que regem as ações e condutas alimentares do indivíduo, não se detendo apenas no “que” se come, e sim buscando entender o “como” e o “porque”. As percepções e os pensamentos do sujeito, afetados por diversos determinantes alimentares, influenciam diretamente sua habilidade de mudança ou manutenção de determinado comportamento alimentar, logo, são fatores importantes a considerar quando pretende-se modificar os comportamentos em questão [1,2,3]. Contudo, para que ocorram tais mudanças é necessária uma tomada de decisão por parte do indivíduo, que deve sentir-se motivado e ser exposto a novas ideias, refletindo e desenvolvendo atitudes frente a elas [1]. Diferente da maioria dos inquéritos alimentares atuais, que desconsideram os fatores biopsicossociais do indivíduo e investigam somente a caracterização racional das dietas, a teoria do modelo transteórico faz-se importante, pois possibilita verificar o estágio de prontidão do sujeito para um novo comportamento e, assim, pode auxiliar o profissional nutricionista a buscar a melhor estratégia de trabalho a ser adotada [4,5]. O emprego do modelo transteórico pode ser considerado um impulsor para o sucesso da adoção de práticas alimentares saudáveis, considerando que uma abordagem holística é fundamental para se enfrentar o desafio de motivar as pessoas a mudarem seu estilo de vida [5].

É muito comum o indivíduo entrar em conflito interno sobre o que é uma alimentação saudável e adequada, embarcando em um estado de confusão frente a escolhas alimentares. Este conflito advém das mensagens dúbias recebidas diariamente, pois existe uma cobrança social e midiática por um corpo “padrão”, isto é, visivelmente magro ou musculoso; mensagens sobre alimentação, nutrição e saúde e, ainda, uma abundante oferta de alimentos [6,7]. A insatisfação corporal provocada por estas mensagens têm aumentado a disseminação e a valorização de dietas restritivas, ou seja, dietas que restringem severamente a ingestão de determinados alimentos para a perda e a manutenção do peso [1,8]. A prática deste tipo de dieta é um fator de risco central para o desenvolvimento de ortorexia e de transtornos alimentares, como a compulsão, considerando toda a desregulação fisiológica consequente [9,10,11], além de estar associada a uma menor qualidade de vida relacionada à saúde [12]

Os profissionais de saúde ligados à alimentação geralmente evidenciam “nutrientes” e “o que se come” durante seu atendimento. Contudo, entende-se que adquirir habilidades terapêuticas e investigar “como” e “porque” se come é muito mais efetivo na manutenção do peso corporal, além de uma abordagem de alimentação não restritiva e com intervalos regulares ser mais eficaz na prevenção de transtornos alimentares do que uma abordagem nutricional rígida e inflexível [6,7].

Dietas restritivas vem se mostrando eficientes na perda de peso,

contudo, não se mostram eficazes quando se fala em manutenção de peso a longo prazo, além poderem gerar danos à saúde dos indivíduos [13,14]. O efeito sanfona, isto é, um padrão de perda e reganho de peso de forma repetitiva, decorrente da desistência da realização de dietas restritivas por considerá-las insustentáveis, é um destes efeitos colaterais, fator de risco para desenvolvimento de diferentes patologias como ansiedade, depressão, obesidade, diabetes tipo 2 e neoplasias [15,16,17]. Com isso, para que se consiga reverter o atual quadro de obesidade mundial, a restrição calórica deve associar-se a mudanças no estilo de vida, diretamente relacionadas a novos padrões de comportamento, visto que as estratégias habituais de tratamento, como dietas e medicações, vêm revelando-se ineficazes [18,1]

A avaliação e a discussão sobre dietas restritivas e os aspectos relacionados a elas são de suma importância para o entendimento de como isso pode impactar na saúde dos indivíduos. Logo, o objetivo deste estudo foi analisar a manutenção de peso corporal, após a realização de dietas restritivas.

METODOLOGIA

Essa pesquisa utilizou uma abordagem quantitativa observacional, composta por uma amostra de 102 adultos, selecionados por amostragem aleatória simples.

Critérios de inclusão

Foram utilizados como critérios de inclusão ter realizado ao menos uma dieta restritiva ao longo da vida, ter mais de dezoito anos de idade, ser alfabetizado e ter acesso à internet.

Critérios de exclusão

Foram excluídos da pesquisa os participantes que estavam realizando pela primeira vez uma dieta restritiva no momento da aplicação do questionário, pois entende-se que estes ainda não conseguiriam mensurar os impactos desta dieta, e gestantes, considerando que qualquer ganho de peso poderia ser referente à gestação.

Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada, durante os meses de janeiro e fevereiro do ano de 2020, através de um questionário eletrônico *online* no modelo Google *Forms*, estruturado e pré-codificado. O questionário incluiu perguntas relacionadas a: adoção de uma ou mais dietas restritivas; pessoa que elaborou o plano alimentar; a obtenção de resultados, a modificação do estilo de vida e a manutenção do peso corporal após o término da dieta.

Foi esclarecido aos participantes, na parte inicial do questionário, que o termo “dieta restritiva”, ou seja, dieta como restrição alimentar, refere-se às dietas com restrição severa de macronutrientes e/ou calorias com a finalidade de controle ou alteração de peso corporal.

O questionário foi postado em redes sociais, sendo divulgado apenas uma vez em grupos de WhatsApp e quinzenalmente nas plataformas Instagram e Facebook.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS sob o número 3.770.412.

Análise de dados

A variável quantitativa foi descrita por média e desvio padrão e as categóricas foram descritas por frequências absolutas e relativas. A análise de dados foi realizada no programa estatístico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 21.0.

RESULTADOS

O questionário foi respondido por 222 pessoas, porém 120 não puderam participar do estudo devido aos critérios de inclusão e exclusão. Assim, a amostra foi composta por 102 pessoas. A idade média da população do estudo foi de 32 anos (DP 18 – 77). A maior parte dos participantes era do sexo feminino, 82,4%, e o grau de escolaridade mais frequente foi o de ensino superior (47,1% com ensino superior incompleto e 36,3% com ensino superior completo). Entre os participantes com ensino superior, completo e incompleto, 34,1% eram nutricionistas ou acadêmicos de nutrição e 17,6% tinham vinculação com a área da saúde.

A caracterização da amostra está apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização da amostra (n=102)

	Frequência	Porcentagem (%)	
Sexo:			
Feminino	84	82,4	
Masculino	18	17,6	
Escolaridade:			
Ensino fundamental	1	1	
Ensino médio	16	15,7	
Ensino superior incompleto	48	47,1	
Ensino superior completo	37	36,3	
Curso superior concluído/em andamento:			
Nutrição	29	34,1	
Área da saúde	15	17,6	
Outras áreas	41	48,2	
	Média	Mínima	Máxima
Idade (anos)	32,09	18,00	77,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

Em relação às pessoas que adotaram dietas restritivas, 38,2% foram as próprias responsáveis pela sua elaboração, seguidas de 27,5%, cujas dietas foram elaboradas por nutricionistas, 25,5% por diversos meios (elaborada por mais de uma das opções descritas), e 7,8% por outros profissionais de saúde. Entre estes profissionais de saúde, foram citados médicos educadores físicos, farmacêutico e fisioterapeuta dermato funcional. Em relação à frequência da adoção de uma dieta restritiva ao longo da vida, 39,2% dos participantes relataram ter passado por essa experiência de 2 a 3 vezes, enquanto 15,7% responderam 6 vezes ou mais.

Entre as 92 pessoas que responderam não adotar nenhuma dieta restritiva no momento em que respondiam ao questionário, 41,3% relataram ter terminado há mais de 2 anos, enquanto apenas 4,3% informaram ter cessado há menos de 3 meses. Em relação à motivação para a adoção de dietas restritivas, a principal foi perda de peso (80,4%), seguida por ganho de massa muscular (8,8%).

Em relação a manutenção do peso, quando do seguimento de uma dieta restritiva, 83,3% dos participantes responderam ter atingido o objetivo em, pelo menos, uma das vezes. Entre estes, 43,5% sinalizaram ter mantido o peso em todas as vezes e 29,4% em apenas uma das vezes em que realizou este tipo de dieta. Sobre o tempo médio que os participantes levaram para a redução do peso, 29,4% relataram de 1 a 2 meses, enquanto 22,4% e 21,2% 3 meses ou mais e 1 mês ou mais, respectivamente.

A tabela 2 apresenta os dados referentes a frequência das dietas restritivas e a sua elaboração.

Tabela 2 – Dados referentes a frequência de dietas restritivas e sua elaboração

	Frequência	Porcentagem (%)
Dieta elaborada por:		
Nutricionista	28	27,5
Profissional da área da saúde	8	7,8
Próprio indivíduo	39	38,2
Outros (amigos/familiares/internet)	1	1,0
Diversos meios*	26	25,5
Número de vezes que realizou uma dieta restritiva:		
1 vez	28	27,5
2 – 3 vezes	40	39,2
4 – 5 vezes	18	17,6
6 vezes ou mais	16	15,7
Tempo que parou de realizar a última dieta restritiva:		

< 3 meses	4	4,3
3 – 6 meses	9	9,8
6 – 11 meses	6	6,5
1 – 2 anos	35	38,0
> 2 anos	38	41,3

Objetivo principal a ser atingido com a dieta:

Perda de peso	82	80,4
Ganho de massa muscular	9	8,8
Manutenção de peso	5	4,9
Outros**	6	5,9

Objetivo atingido em pelo menos uma das vezes:

Sim	85	83,3
Não	17	16,7

Vezes em que atingiu o objetivo:

Todas as vezes que realizou dieta restritiva	37	43,5
Mais de uma das vezes que realizou dieta restritiva	23	27,1
Apenas em uma das vezes que realizou dieta restritiva	25	29,4

Tempo médio que levou para atingir seu objetivo:

1 mês ou menos	18	21,2
1 – 2 meses	25	29,4
2 – 3 meses	23	27,1
3 meses ou mais	19	22,4

*Mais de uma opção de resposta; **Nesta categoria foram citados pela amostra “diminuição de triglicérides”, “verificar como o corpo reagia”, “melhorar desempenho físico” e “melhorar alergias”. **Fonte:** Elaborada pelo autor, 2020

Sobre o período após o término da dieta restritiva, 62,7% dos participantes relataram voltar à adoção da sua alimentação habitual. As mudanças mais citadas na rotina alimentar, entre os 37,3% dos participantes que afirmaram ter tido realizado alterações na alimentação após o término da dieta restritiva, incluíram redução de carboidratos, de frituras, quantidades de alimentos em geral e de produtos industrializados, como refrigerantes e biscoitos, além da inclusão de alimentos in natura, aumento do consumo de proteínas e o maior fracionamento das refeições ao longo do dia. Embora não tão frequentes, também houve relatos de aumento de consumo alimentar, principalmente de doces, quando comparado à ingestão habitual. A maioria dos participantes, 76,5%, relatou não ter conseguido manter o seu peso corporal após o término da sua última dieta restritiva. Entre estes, 50% relataram ter recuperado o peso anterior à realização da dieta e 38,5%

sinalizaram aumento do peso, quando comparado àquele que tinham anteriormente à realização da dieta.

Em relação a possíveis prejuízos que a dieta restritiva possa ter trazido, 30,4% dos participantes relataram que a adoção da dieta ter desencadeado compulsão alimentar, ansiedade, transtorno de imagem corporal, indisposição, irritabilidade e reganho de peso. Também houve citações como: “Na época, com 14 anos, lembro de ter tido crises de dor de cabeça pela diminuição repentina de macronutrientes e falta da ingestão de água”; “Meu sistema imunológico ficou deficitário e tive uma infecção alimentar, além de fraqueza constante e cansaço”; “Eu passei a acreditar que poderia emagrecer facilmente, então eu comia muito. Outro fato é que por eu estar sendo privada dos alimentos, me dava mais vontade ainda de comê-los”; e “Ao final da dieta comi exageradamente, levando a engordar mais do que havia emagrecido, trazendo, além de problemas psicológicos relacionados ao sentimento de incapacidade de manter o peso perdido, problemas de autoestima, auto aceitação, etc, e, ainda, problemas relacionados à saúde (obesidade, pré-diabetes)”. Sobre a motivação dos participantes a tentar realizar um acompanhamento nutricional que utilizasse uma abordagem diferente da convencional, a maior parte, 80,4%, respondeu positivamente, seguida de 18,6% que optaram pela opção “talvez”.

Na tabela 3 estão apresentados os dados relacionados ao período pós realização das dietas restritivas.

Tabela 3 – Dados referentes ao período pós realização das dietas restritivas

	Frequência	Porcentagem (%)
Após o término da dieta voltou a alimentar-se da mesma forma que fazia antes de iniciá-la:		
Sim	64	62,7
Não	38	37,3
Conseguiu manter o peso corporal após o término da última dieta restritiva realizada		
Sim	24	23,5
Não	78	76,5
O que aconteceu:		
Voltou a ter o mesmo peso que tinha anteriormente a realização da dieta	39	50
Ganhou peso superior ao que tinha anteriormente a realização da dieta	30	38,5
Perdeu peso mesmo após o término da dieta	2	2,6
Ganhou peso, mas manteve-se menor em relação ao que tinha anteriormente a realização da dieta	5	6,4
Entrou em período de gestação	2	2,6

Acredita que esta dieta possa ter lhe trazido algum prejuízo físico ou mental:

Sim	31	30,4
Não	71	69,6

Estaria disposto a algum dia tentar um acompanhamento nutricional que utilizasse uma abordagem diferente da convencional:

Sim	82	80,4
Não	1	1,0
Talvez	19	18,6

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo sinalizaram que a maior parte das pessoas conseguiu atingir seus objetivos através da prática de dietas restritivas e em um período inferior a 3 meses. Contudo, ao cessarem a adoção da dieta, houve um retorno ao consumo alimentar anterior, além de reganho de peso. Os participantes relataram que o peso corporal voltou a ser o mesmo ou até mesmo superior ao que se tinha anteriormente à realização da dieta restritiva.

Estudos anteriores [19,20], mostraram que tentativas de controle ou perda de peso e desordens alimentares ainda são predominantes entre o público feminino, embora alguns estudos epidemiológicos apontem um aumento na prevalência de transtornos alimentares em ambos os sexos [21,22]. Isso foi observado no atual estudo, cuja amostra foi composta majoritariamente por mulheres. Cabe destacar que a maioria dos homens que responderam ao questionário online foram excluídos da pesquisa por nunca terem realizado uma dieta restritiva ao longo da vida.

A maior parte dos participantes deste estudo relatou ter ensino superior incompleto/completo (83,4%), assim como em outros estudos [23,20], aonde os autores apontam que o grau de escolaridade não tem forte poder de influência sobre a escolha de uma dieta restritiva quando se busca mudanças relacionadas ao corpo físico. Em relação à área de atuação, mais da metade dos indivíduos participantes foram categorizados na área da saúde ou da nutrição, especificamente. Ter informação não significa ter maior conhecimento, nem mais saúde. Todos os indivíduos, sejam eles da área da saúde ou não, são influenciados por mecanismos psicossociais durante toda a vida, tais como classe social, nível de escolaridade e informação, religião, tradições, influência da família e mídia. Esta última tem influência direta nos padrões de consumo e na propagação da cultura da magreza, além de perpetuar mitos e crenças inadequados sobre alimentação e nutrição [1]. Desta forma, o sujeito, mesmo que detenha a informação, pode perceber-se confuso frente a crenças e hábitos construídos ao longo da vida, encontrando dificuldade em quebrar paradigmas mesmo que, em tese, tenha o conhecimento científico necessário para tal.

Neste estudo, a maior parte dos participantes (72,5%) não teve a dieta restritiva prescrita por um nutricionista, sendo o meio de obtenção mais citado a autoprescrição (38,2%). Estes dados vão ao encontro a achados anteriores [23], no qual 59,4% dos frequentadores de academias do município de São Paulo, em sua maioria homens, relataram fazer dieta restritiva sem recomendação profissional. Entende-se que, tanto socialmente, quanto do ponto de vista midiático, existe uma forte cobrança por um corpo “padrão”. Além disso, ocorre a propagação de dietas da moda, ao mesmo tempo em que se recebe, frequentemente e em grande quantidade, informações sobre alimentação, nutrição e saúde [1,24]. Todas essas informações, facilmente disponíveis nos diversos meios de comunicação, acabam gerando confusão frente as escolhas alimentares, o que pode levar os indivíduos a acreditarem estarem aptos a prescreverem sua própria dieta, sem necessidade de orientação profissional.

A pessoa gorda é vista pela sociedade como “preguiçosa”, “culpada” e “responsável” pelo seu estado físico. Esse estigma afeta a autoestima e faz com que o indivíduo a internalize, ou seja, passe a acreditar que os adjetivos citados são verdades, aumentando o risco de compulsão e comportamentos não saudáveis para perda de peso alimentar, por exemplo [1]. No presente estudo, 39,2% dos participantes referiram ter realizado dieta restritiva 2 a 3 vezes durante a vida, e 15,7% relataram ter realizado esta prática 6 vezes ou mais no mesmo período. Desta forma, é possível sugerir que o indivíduo não consegue analisar e perceber que a dificuldade de atingir seu objetivo (perda e/ou manutenção do peso), muito provavelmente não está relacionada com a sua autoeficácia, e sim com o protocolo restritivo em si.

Corroborando com a hipótese de que dietas restritivas, em sua maioria, são efetivas para o emagrecimento, este estudo demonstrou que 83,3% dos participantes conseguiram atingir o seu objetivo com a prática destas dietas, sendo que 77,6% destes atingiram estes resultados em um período menor que 3 meses. Este resultado vai ao encontro de achados anteriores [23,25], que estudaram desportistas adultos, em sua maioria homens, frequentadores de um clube e/ou academias da cidade de São Paulo. Estes autores sinalizaram que 71,9% e 84,61% dos participantes, respectivamente, referiram ter tido sucesso em seus resultados provenientes de dietas restritivas, classificando-os como bons ou muito bons

Em um estudo de 2016 [26], foi realizado uma reavaliação da composição corporal e do gasto energético basal de 14 indivíduos que foram avaliados previamente em um estudo de 2012, durante a participação no reality show americano “The Biggest Loser”, uma competição televisiva de perda de peso. Os autores do estudo verificaram que 93% dos participantes tiveram uma redução na taxa metabólica basal média de 500 kcal/dia abaixo do esperado, além de recuperarem o peso que haviam perdido. Este resultado vai ao encontro com os achados do presente estudo, onde 56,5% dos indivíduos relataram não terem atingido seus objetivos com dietas restritivas em todas as vezes que foram adotadas. Estes resultados corroboram a ideia de desaceleração metabólica em curso após uma perda

maciça de massa corporal com dietas restritas em energia, devido aos mecanismos de compensação fisiológicos associados ao processo de rápida perda de peso.

Entre os participantes deste estudo, 67,7% voltaram a se alimentar de forma habitual, ao mesmo tempo em que 76,5% não conseguiram manter o peso corpóreo após a realização da dieta restritiva, e, entre estes, 88,5% retornaram ao peso habitual ou o peso tornou-se superior ao mensurado previamente a dieta. Um estudo de revisão recente mostrou que dietas restritivas têm apresentado na literatura sua ineficácia para sustentar a perda ponderal a longo prazo [13], sendo o reganho de peso considerado comum após a prática destas dietas. Estes achados demonstram que existe uma grande dificuldade em manter a perda de peso após a realização de dietas restritivas, além de o reganho de peso ser considerado comum, tendo em conta sua insustentabilidade a médio e longo prazo e que não há reeducação alimentar em sua prática, além de ser considerada fator de risco para desenvolvimento de distintas patologias como ansiedade, depressão e diabetes tipo 2 [15, 17].

Um estudo prospectivo com 1075 alunos de uma universidade da Itália, realizado entre 2019 e 2020, sugeriu que a ortorexia nervosa está associada ao número e tipo de dietas seguidas ao longo da vida. Além disso, mostrou que participantes com transtornos alimentares, insatisfação corporal ou uma ideia disfuncional de magreza são mais propensos a relatar um maior grau de características de ortorexia nervosa [9]. O presente estudo demonstrou que 30,4% dos participantes informaram ter tido prejuízos físicos e/ou mentais após a prática de dietas restritivas e 80,4% responderam que estariam motivados a aderirem a uma dieta com abordagem diferente da convencional. Estes dados chamam atenção para a problemática envolvendo doenças de caráter mental e dietas restritivas, que podem comprometer a saúde física e psicossocial do indivíduo, além de indicarem uma tendência de procura por profissionais nutricionistas que façam uso da abordagem comportamental, embora algumas pessoas ainda não relacionem dietas restritivas com ineficácia e/ou prejuízos à saúde.

As limitações deste estudo dizem respeito a pequena amostra estudada; o grau de escolaridade e área de atuação dos participantes; e a interpretação e o entendimento no momento de responder as perguntas do questionário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo conseguiu cumprir com os seus objetivos, analisando a manutenção de peso corporal após a realização de uma dieta restritiva, identificando a realização deste tipo de dieta entre adultos, assim como a sua forma de acesso, e avaliando a efetividade destas a curto prazo.

Foi possível concluir que dietas restritivas podem ser efetivas e apresentarem resultados em um rápido período de tempo, porém, posteriormente, a maior parte dos indivíduos encontra dificuldade em manter os resultados obtidos, fazendo com que o peso corporal se torne similar ou

superior ao mensurado anterior à prática da dieta. Observou-se também a tendência em voltar a alimentar-se de maneira habitual após a realização da mesma, consolidando a ideia de que este tipo de abordagem não consegue atingir o indivíduo no âmbito comportamental e, desta forma, também não inferir seus hábitos alimentares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Alvarenga M, Figueiredo M, Timerman F, Antonaccio C. **Nutrição Comportamental**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2018.
2. Jaeger SR, Bava CM, Worch T, Dawson J, Marshall DW. **The food choice kaleidoscope. A framework for structured description of product, place and person as sources of variation in food choices**. *Appetite* [Internet]. Abr 2011 [citado 31 ago 2019];56(2):412-23. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.appet.2011.01.012>
3. Conner MT. **Understanding Determinants of Food Choice: Contributions from Attitude Research**. *British Food Journal* [Internet]. Set 1993 [citado 2 out 2019];95(9):27-31. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/00070709310045059>
4. **Health behavior and health education: Theory, research, and practice**. 4a ed. San Francisco: Jossey-Bass; 2008.
5. Toral N, Slater B. **Abordagem do modelo transteórico no comportamento alimentar**. *Ciência & Saúde Coletiva* [Internet]. Dez 2007 [citado 25 out 2019];12(6):1641-50. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-81232007000600025>
6. Sainsbury K, Evans EH, Pedersen S, Marques MM, Teixeira PJ, Lähteenmäki L, Stubbs RJ, Heitmann BL, Sniehotta FF. **Attribution of weight regain to emotional reasons amongst European adults with overweight and obesity who regained weight following a weight loss attempt**. *Eating and Weight Disorders - Studies on Anorexia, Bulimia and Obesity* [Internet]. 16 fev 2018 [citado 25 out 2019];24(2):351-61. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40519-018-0487-0>
7. Alvarenga M, Figueiredo M, Timerman F, Antonaccio C. **Nutrição Comportamental**. 1. ed. Barueri, SP: Manole, 2016.
8. Van Strien T, Peter Herman C, Verheijden MW. **Eating style, overeating and weight gain. A prospective 2-year follow-up study in a representative Dutch sample**. *Appetite* [Internet]. Dez 2012 [citado 21 out 2019];59(3):782-9. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.appet.2012.08.009>
9. Novara C, Pardini S, Visioli F, Meda N. **Orthorexia nervosa and dieting in a non-clinical sample: a prospective study**. *Eating and Weight Disorders - Studies on Anorexia, Bulimia and Obesity* [Internet]. 7 jan

2022 [citado 30 jul 2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40519-021-01353-8>

10. Costa MF. **Dietas da moda e transtornos alimentares: a construção de sentidos na busca do “corpo perfeito” e da “vida saudável”**. Demetria: Alimentação, Nutrição & Saúde [Internet]. 14 dez 2014 [citado 2 set 2019];9(3). Disponível em: <https://doi.org/10.12957/demetra.2014.14069>

11. Souto S, Ferro-Bucher JS. **Práticas indiscriminadas de dietas de emagrecimento e o desenvolvimento de transtornos alimentares**. Revista de Nutrição [Internet]. Dez 2006 [citado 2 set 2019];19(6):693-704. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1415-52732006000600006>

12. Stocks NP, Gonzalez-Chica D, Hay P. **Impact of gastrointestinal conditions, restrictive diets and mental health on health-related quality of life: cross-sectional population-based study in Australia**. BMJ Open [Internet]. Jun 2019 [citado 30 jul 2022];9(6):e026035. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2018-026035>

13. Iceta S, Panahi S, García-García I, Michaud A. **The Impact of Restrictive and Non-restrictive Dietary Weight Loss Interventions on Neurobehavioral Factors Related to Body Weight Control: the Gaps and Challenges**. Current Obesity Reports [Internet]. 27 jul 2021 [citado 30 jul 2022];10(3):385-95. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13679-021-00452-y>

14. Blomain ES, Dirhan DA, Valentino MA, Kim GW, Waldman SA. **Mechanisms of Weight Regain following Weight Loss**. ISRN Obesity [Internet]. 16 abr 2013 [citado 10 set 2019];2013:1-7. Disponível em: <https://doi.org/10.1155/2013/210524>

15. Reininghaus EZ, Lackner N, Fellendorf FT, Bengesser S, Birner A, Reininghaus B, Unterweger R, Platzer M, Wallner-Liebmann SJ, Zelzer S, Mangge H, Fuchs D, Kapfhammer HP, McIntyre RS. **Weight cycling in bipolar disorder**. Journal of Affective Disorders [Internet]. Jan 2015 [citado 31 ago 2019];171:33-8. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jad.2014.09.006>

16. Montani JP, Schutz Y, Dulloo AG. **Dieting and weight cycling as risk factors for cardiometabolic diseases: who is really at risk?** Obesity Reviews [Internet]. 22 jan 2015 [citado 20 out 2019];16:7-18. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/obr.12251>

17. Malachias M. **Medidas dietéticas: o que é efetivo?** Rev Bras Hipertens. 2010;17(2):98-102.

18. Dayan PH, Sforzo G, Boisseau N, Pereira-Lancha LO, Lancha AH. **A new clinical perspective: Treating obesity with nutritional coaching versus energy-restricted diets**. Nutrition [Internet]. Abr 2019 [citado 5 out 2019];60:147-51. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.nut.2018.09.027>

19. Malinauskas BM, Raedeke TD, Aeby VG, Smith JL, Dallas MB. **Dieting practices, weight perceptions, and body composition: A comparison of normal weight, overweight, and obese college females.** Nutrition Journal [Internet]. 31 mar 2006 [citado 2 set 2019];5(1). Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1475-2891-5-11>
20. Kruger J, Galuska DA, Serdula MK, Jones DA. **Attempting to lose weight: specific practices among U.S. adults.** Am J Prev Med [Internet]. Jun 2004 [citado 9 set 2019];26(5):402-6. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2004.02.001>
21. Bentley C, Mond J, Rodgers B. **Sex differences in psychosocial impairment associated with eating-disordered behavior: What if there aren't any?** Eating Behaviors [Internet]. Dez 2014 [citado 21 out 2019];15(4):609-14. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.eatbeh.2014.08.015>
22. Cain AS, Epler AJ, Steinley D, Sher KJ. **Concerns related to eating, weight, and shape: Typologies and transitions in men during the college years.** International Journal of Eating Disorders [Internet]. 8 jul 2011 [citado 2 set 2019];45(6):768-75. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/eat.20945>
23. Pereira GAL, Mota LG de S, Caperuto Érico C, Chaud DMA. **Adesão de dietas de moda por frequentadores de academias de musculação do município de São Paulo.** RBNE [Internet]. 25 jan 2019 [citado 5 jun 2020];13(77):131-6. Disponível em: <http://www.rbne.com.br/index.php/rbne/article/view/1268>
24. Abreu ES, Paternez AC, Chaud DM, Valverde F, Gaze JS. **Parâmetros nutricionais de dietas anunciadas na imprensa leiga destinada ao público masculino e feminino.** Ciência & Saúde [Internet]. 16 dez 2013 [citado 1 set 2019];6(3):206. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1983-652x.2013.3.13479>
25. Nogueira LR, Mello AV de, Spinelli MGN, Morimoto JM. **Dietas da moda consumidas por desportistas de um clube e academias em São Paulo.** RBNE [Internet]. 2 ago 2016 [citado 5 jun 2020];10(59):554-61. Disponível em: <http://www.rbne.com.br/index.php/rbne/article/view/689>

Jane Nunes Teles

Graduada no Curso de Pedagogia
Universidade de Gurupi – UnirG
Gurupi/TO

Sidônia Vieira Neri

Graduada no Curso de Pedagogia
Universidade de Gurupi – UnirG
Gurupi/TO

José Carlos Ribeiro da Silva

Orientador e Docente do Curso de Pedagogia
Universidade de Gurupi – UnirG
Gurupi/TO

RESUMO

O presente estudo aborda as contribuições da música no processo de aprendizagem das crianças na educação infantil. Tem como objetivo, fazer uma análise reflexiva acerca da importância da música no desenvolvimento da aprendizagem das crianças no ensino infantil. Assunto este, amplamente discutido entre os profissionais da educação. Assim, a pesquisa teve como norte, a seguinte problemática: qual a contribuição da música no processo de aprendizagem da criança no ensino infantil? A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativa, a fim de adquirir informações sobre a temática em questão. Os dados alcançados na pesquisa revelaram os seguintes resultados: a presença da música no ensino infantil auxilia a percepção, favorece a aprendizagem, contribui no desenvolvimento psicossocial e cognitivo, além de estimular a criança no seu desenvolvimento criativo, motor, cognitivo e social. Neste sentido, conclui que a música traz inúmeras contribuições no processo de aprendizagem da criança no ensino infantil, dentre elas, o estímulo da memória e inteligência, a construção do conhecimento, o favorecimento da aprendizagem, o desenvolvimento linguístico, o poder de concentração, o raciocínio lógico e a formação da personalidade.

Palavras-chave: aprendizagem; contribuições; desenvolvimento infantil, música.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a música permeia toda a vida do ser humano e está presente no seu cotidiano, através das mídias, cinema, escolas e entre outros. Por essa razão, a mesma deve estar presente diariamente e a todo momento na vida da criança, isto é, no momento do acolhimento, na hora do lanche,

nas brincadeiras, e em sala de aula. É importante destacar, que a criança traz desde a sua infância a música, por isso é importante que tenha essa continuidade dentro da escola. Quando a música é inserida no âmbito escolar, a mesma traz e desenvolve inúmeras habilidades nos alunos como a convivência, o brincar, a exploração de ideias, e a criação, ou seja, são habilidades importantes que se faz presente juntamente com a música na Educação Infantil. Entretanto, tem-se na musicalização uma riqueza que deve ser explorada em sua totalidade, por esse motivo é primordial que a música esteja presente na escola como um dos elementos formadores do indivíduo.

Compreende-se que além das habilidades, a música contribui também com alguns desenvolvimentos na Educação Infantil, sendo eles: o desenvolvimento cognitivo e linguístico, isto é, nesse desenvolvimento a música traz a estimulação, e a ampliação do vocabulário a partir do cantar. A criança passa a fazer rimas, instante em que o educador pode se apropriar desse momento para trabalhar a oralidade, a escrita, o alfabeto, as vogais, ou seja, a Língua Portuguesa de uma forma geral, tudo isso de forma lúdica.

Outro desenvolvimento propiciado pela música é o psicomotor e o socioafetivo. No primeiro as crianças desenvolvem as suas habilidades motoras através do pular, dançar, correr e entre outros. Quando o aluno de Educação Infantil tem contato com a música, o mesmo se torna capaz de perceber assimilar o ritmo, incorporar e traduzir em movimentos, os quais serão determinantes para o processo do desenvolvimento psicomotor. O segundo está relacionado ao contato social e uma interação com o espaço. A partir da música a criança constrói a sua identidade e percebe que ele é diferente, e é exatamente nesse momento que o educador consegue trabalhar a socialização com a turma. Assim sendo, é primordial que o educador respeite as particularidades de cada criança, pois o objetivo maior da música é que a criança se expresse, crie e se desenvolva.

Posto isto, compreende-se que inserir a música no contexto escolar é muito mais que uma simples atividade física, recreativa ou que se limita apenas ao desenvolvimento da coordenação motora ou descontração. Pelo contrário, é uma experiência sensível, que trabalha o ser humano de forma integral, pois se trata de uma linguagem artística.

Segundo Ferreira (2017), a música permeia toda a vida do ser humano e está presente no seu cotidiano, através das mídias, cinema, escolas e entre outros. Por essa razão, a mesma deve estar presente no cotidiano escolar da criança, isto é, no momento do acolhimento, hora do lanche, brincadeiras e em sala de aula.

É importante destacar, que a criança traz a música consigo desde a mais tenra infância, por essa razão, é de fundamental importância que se tenha essa continuidade dentro da escola. Quando a música é inserida no âmbito escolar, a mesma traz e desenvolve inúmeras habilidades nos alunos como a convivência, o brincar, a exploração de ideias, a criação, ou seja, são habilidades importantes que se faz presente juntamente com a música na Educação Infantil. Entretanto, tem-se na musicalização uma riqueza que deve ser explorada em sua totalidade, por esse motivo é primordial que a música

esteja presente na escola como um dos elementos formadores do indivíduo. Segundo Araújo (2016, p. 03):

A música tem um grande poder de interação e desde muito cedo adquire grande relevância na vida de uma criança despertando sensações diversas, tornando-se uma das formas de linguagem muito apreciada por facilitar a aprendizagem e instigar a memória das pessoas. Desde o nascimento que o ser humano mostra suas necessidades de comunicação, interagir com a sociedade e meio envolvente. Essa necessidade se inicia no ventre da sua mãe, onde é criada uma relação de afeto, estabelecendo formas de comunicação entre a mãe e a criança, através de simples gestos.

Assim, o presente artigo visa debater a relevância da inserção da música na educação, especialmente no público infantil, tendo como objetivo primário identificar, analisar e trazer ao leitor a compreensão acerca da contribuição da música no processo de ensino aprendizagem da criança no ensino infantil?

Compreende-se que além das habilidades, a música contribui também com alguns desenvolvimentos na Educação Infantil, sendo eles: o desenvolvimento cognitivo e linguístico, isto é, nesse desenvolvimento a música traz a estimulação e a ampliação do vocabulário a partir do cantar. A criança passa a fazer rimas, instante em que o educador pode se apropriar desse momento para trabalhar a oralidade, a escrita, o alfabeto, as vogais, ou seja, a Língua Portuguesa de uma forma geral, tudo isso de forma lúdica.

De acordo com Eugênio, Escalda e Lemos (2012, p. 01):

A música é um fator ambiental importante para o desenvolvimento das habilidades motoras, auditivas, linguísticas, cognitivas, visuais, entre outras. Estudos recentes citam a relação entre o estudo da música e o aprimoramento do processamento auditivo, das habilidades linguísticas e metalinguísticas e dos processos cognitivos, que são habilidades inerentes à comunicação humana.

A partir desses pressupostos surge a seguinte problemática: Qual é a contribuição da música no processo de aprendizagem da criança no ensino infantil?

Outro desenvolvimento propiciado pela música é o psicomotor e o socioafetivo, isto é, no primeiro as crianças desenvolvem as suas habilidades motoras através do pular, dançar, correr e entre outros. Posto isto, entende-se que quando o aluno de educação infantil tem contato com a música, o mesmo se torna capaz de perceber, assimilar o ritmo, incorporar e traduzir em movimentos, os quais serão determinantes para o processo do desenvolvimento psicomotor. O segundo está relacionado ao contato social

e uma interação com o espaço, ou seja, a partir da música a criança constrói a sua identidade e percebe que ele é diferente, e é exatamente nesse momento que o educador consegue trabalhar a socialização (OLIVEIRA, 2016).

Assim sendo, é primordial que o educador respeite as particularidades de cada criança, pois o objetivo maior da música é que a criança se expresse, crie e se desenvolva. Posto isto, compreende-se que inserir a música no contexto escolar é muito mais que uma simples atividade física, recreativa ou que se limita apenas ao desenvolvimento da coordenação motora ou descontração. Pelo contrário, é uma experiência sensível, que trabalha o ser humano de forma integral, pois se trata de uma linguagem artística (GIRARDI, 2004).

O estudo se justifica pelas constantes inquietações e discussões que giram em torno da importância de usar a música na formação da criança. Além de trazer contribuições para que os diversos conhecimentos sejam aprendidos, a música faz com que o sujeito desenvolva sua criatividade, subjetividade, e o cognitivo, além de ser um agente facilitador e integrador no processo de ensino-aprendizagem.

Como procedimentos metodológicos optou-se por uma pesquisa de caráter qualitativa no método dedutivo, cuja intenção é fazer uma reflexão sobre os trabalhos e pesquisas já realizados sobre o tema, propondo novas reflexões e fomentando novas questões a serem respondidas.

Quanto aos meios de busca será realizado um levantamento bibliográfico em obras literárias, material virtual, revistas eletrônicas, sites, e etc., para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Conclui-se que, quando se trabalha com a Educação Infantil, foca-se num sujeito de uma educação integral que deve ser formado integralmente em todos os seus aspectos físicos, emocionais e cognitivos, que desenvolvam a sensibilidade estética, emocional e que vai contribuir mais ainda para o desenvolvimento dos alunos.

Observa-se a partir de estudos que a inserção da música na educação infantil desenvolve um papel crucial sendo uma facilitadora no processo de ensino e aprendizagem das crianças. Conclui-se que a música não pode ficar fora do desenvolvimento da criança, pois a mesma ajuda no desenvolvimento integral do educando estimulando as áreas do cérebro da criança que vão beneficiar o desenvolvimento de outras linguagens.

REVISÃO DE LITERATURA

DEFININDO O QUE É MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

De acordo com alguns teóricos da educação, a musicalização infantil consiste em sensibilizar a criança para a música, ou seja, torna-la sensível e receptiva aos sons, proporcionando uma apreciação criativa dos sons 'que estão a sua volta e promovendo o contato com o mundo musical pertinente a ela. Faz-se necessário ponderar que musicalizar não se limita somente a

sensibilização de crianças, mas também de jovens, adultos e educandos portadores de necessidades especiais.

De acordo com Junior (2018, p. 01):

A Musicalização Infantil é um poderoso instrumento de educação. Desenvolve na criança a sensibilidade musical, a concentração, a coordenação motora, a sociabilização, a acuidade auditiva, o respeito a si próprio e ao grupo, a destreza do raciocínio, a disciplina pessoal, o equilíbrio emocional dentre outras qualidades que colaboram na formação do indivíduo.

A partir desses pressupostos, compreende-se que a musicalização infantil agrega muito no que diz respeito ao desenvolvimento da criança, pois a mesma propicia um ambiente diferenciado para a aprendizagem fazendo com que a criança memorize o que está sendo proposto em sala de aula pelo educador. É importante destacar que a música quando utilizada em sala de aula, desenvolve diferentes habilidades como: o raciocínio, a criatividade, promove a autodisciplina, desperta a consciência rítmica e estética, além de desenvolver a linguagem oral, a afetividade, a percepção corporal e a socialização.

Para Martins (2017, p. 02):

A musicalização é um poderoso instrumento que desenvolve na criança, além da sensibilidade à música, qualidades preciosas como: concentração, a coordenação motora, a sociabilização, a audição, o respeito a si próprio e ao grupo, a destreza do raciocínio, a disciplina pessoal, o equilíbrio emocionais e inúmeros outros atributos que colaboram na formação do indivíduo. O processo de musicalização deve destina-se a todos, buscando desenvolver esquemas de apreensão da linguagem musical.

Percebe-se o quanto as atividades musicais trazem benefícios para a criança, tanto no aspecto social, cultural e cognitivo, pois a partir da utilização da mesma é possível trabalhar os sentimentos, potencialidades e criatividade. Além de estimular novas descobertas, tornando o educando um ser livre, autônomo e protagonista da própria aprendizagem.

IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

A música é compreendida nos aspectos sensíveis, afetivos, cognitivos, emocionais e estéticos, com a finalidade de desenvolver o senso crítico na criança. Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)06 de abril de 2017, a música também entra como um campo de Experiência, através do trabalho com “traços, sons, cores e formas”, trabalhando as questões de

produzir sons com o próprio corpo da criança e com os materiais do meio ambiente.

Percebe-se então a importância da inserção da música no ensino infantil, ou seja, a partir da utilização da mesma o educador consegue desenvolver na criança a parte cognitiva, estético e a cultura, pois a música vem também embasada por toda uma bagagem cultural (BOSCH, 2018).

Para Teixeira (2017), a música além de ser uma atividade prazerosa, pode auxiliar no desenvolvimento cognitivo e também no desenvolvimento emocional do sujeito, podendo diminuir taxas de ansiedade, além de ajudar na melhora de alguns sintomas de depressão. Pesquisas mostram que treinar e estudar música interferem nas funções executivas do cérebro responsáveis por habilidades como atenção, memória, planejamento e organização (SOUSA, 2019).

Para Araújo (2016), entende-se o quanto a música estimula e influencia o desenvolvimento da linguagem e da aprendizagem da criança, por essas inúmeras razões, é primordial que o educador repense suas práticas pedagógicas, e desenvolva um trabalho que proporcione aos educandos esses benefícios que a música traz a partir de várias ações educativas como: jogos e brincadeiras musicais, brincadeiras cantadas como as de roda, ciranda, pular corda, amarelinha e entre outras.

Segundo os ensinamento acima, a música na Educação Infantil é uma grande aliada no que diz respeito ao ensino e aprendizagem. A mesma desperta o lúdico, traz benefícios para a socialização, auxilia na alfabetização, estimula a coordenação motora e a percepção sonora da criança.

A partir desses pressupostos pode se afirmar que diferentes ações educativas por parte do professor como: manuseio de objetos sonoros, cantigas, construção de instrumentos musicais com materiais distintos e associar a música à atividades de movimento, podem trazer inúmeros benefícios e aprendizagens significativas para as crianças da Educação Infantil. Quando a criança entra em contato com a música na Educação Infantil, seus conhecimentos tornam-se mais amplo e este contato vai envolver o aumento da sensibilidade e fazê-la descobrir o mundo a sua volta de forma prazerosa (FERREIRA, 2017).

OS BENEFÍCIOS E CONTRIBUIÇÕES DA MÚSICA NO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

Sabe-se que a música pode ter muitas definições, além do conjunto harmonioso de sons, na escola a música é um importante elemento na formação integral dos alunos. A música faz parte da vida do ser humano desde que o mesmo está ainda no ventre da sua mãe, e a escola é um dos primeiros lugares de contato social que o educando tem em sua vida, é por essa razão que é imprescindível que a criança vivencie essa e todas as outras formas de arte.

Segundo Toupitzen (2018, p. 01):

A música existe, se faz vigente na vida das pessoas desde muito cedo. Ainda dentro do ventre de sua mãe, a criança tem seu primeiro contato com os sons, com os batimentos cardíacos e aqueles advindos do próprio corpo. Ao nascer, se defronta com outros, com os sons do mundo que o cerca e aqueles próprios da natureza. Durante seus primeiros anos, por dia e dias ouve sua mãe cantarolando com a voz doce e suave, cresce e percebe que o mundo a sua volta é regido pela musicalidade. A música está nos cânticos de ninar, nas brincadeiras, nos brinquedos sonoros, está nas danças, nos momentos fúnebres, nas lutas e ainda funciona como marco em certos momentos. Ela está na vida, nos costumes e tradições de um povo, nas festas e recordações especiais. A música é simplesmente assim, algo que contribui, auxilia e colabora com a fixação de algumas regras, que possibilita certos aprendizados e ainda ajuda na coordenação.

É importante destacar que a presença da música na escola não tem como objetivo principal a formação de instrumentistas, músicos ou musicistas. A finalidade do trabalho com música é despertar uma série de outras habilidades e possibilidades do corpo e da mente que vão além do fato do sujeito ser ou não um instrumentista.

O objetivo geral de inserir a música como recurso pedagógico na Educação Infantil está mais voltado para o que diz a BNCC(2017, p. 39):

Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos.

Por essa razão, é essencial que o educador ofereça para seus alunos a maior possibilidade sonora possível para que as crianças tenham tudo isso como referência. Daí a importância de um ensino voltado as práticas musicais que explorem esses sons.

De acordo com Franco e Bello (2018, p. 02):

O ensino na fase da Educação Infantil abrange uma formação global e integral da criança que está em constante aprendizado e formação. Esse movimento de aprendizagem deve ser algo prazeroso e não penoso. As atividades propostas devem, inquestionavelmente, ser pensadas para as crianças como uma proposta agradável, que inclua a música no cotidiano dos alunos de maneira intencionalmente planejada pelos professores.

Assim sendo, compreende-se que a música é um poderoso instrumento de aprendizagem na Educação Infantil, pois além de auxiliar o desenvolvimento do educando, facilita o trabalho pedagógico do educador, contribuindo assim com o desenvolvimento cognitivo e social das crianças.

Observa-se que a música influencia na formação da criança em vários aspectos. O primeiro deles é a concentração ou foco, ou seja, essa poderosa ferramenta de aprendizagem ajuda a criança a ficar mais atenta e mais centrada. A mesma tem o poder de fazer com que a criança pare o que está fazendo para sentir o som. O segundo ponto é o raciocínio, isto é, a música faz com que a criança desenvolva a memória e a leitura, além de ajudar no desenvolvimento linguístico, ou seja, as crianças desenvolverão habilidades de pronunciar os fonemas, divisões silábicas por conta dos ritmos da música, à alfabetização e o raciocínio matemático.

Para Andrade (2012, p. 16):

O trabalho com a música na escola já vem sendo desenvolvido há muito tempo, contudo fazem-se necessárias algumas mudanças para que esse ensino seja mais atrativo e eficiente. A música é uma das linguagens que o aluno precisa conhecer, não só por suas características, mas por transmitir sensações, no desenvolvimento psíquico, motor e afetivo. Por isso, pesquisadores da teoria das inteligências múltiplas, afirmam que a habilidade musical é tão importante quanto à lógica matemática e a linguística, por auxiliar outros tipos de raciocínio.

Outro aspecto relacionado as benesses que a música traz é o desenvolvimento do potencial criativo da criança, pois a mesma estimula áreas do cérebro não desenvolvidas, ajudando a criança a melhorar a sensibilidade e a percepção. Faz-se necessário ponderar que a música, além de auxiliar no desenvolvimento dos dois hemisférios cerebrais, tem se mostrado uma ótima maneira de despertar e desenvolver a criatividade infantil. Não é à toa que o ensino dessa arte já faz parte do currículo de muitas escolas e vai muito além de uma atividade recreativa.

Para Pontes (2021, p. 01):

O cérebro humano é dividido em dois lados conhecidos

como hemisfério esquerdo e hemisfério direito. Cada um deles é responsável por coordenar as mais variadas funções exercidas pelo organismo. O hemisfério esquerdo, por exemplo, comanda atividades ligadas à linguagem e ao raciocínio, enquanto o hemisfério direito controla funções de reconhecimento, imaginação e criatividade. Atividades como a fala, exigem que ambos trabalhem em conjunto. É comprovado que a música tem o poder de estimular atividades cerebrais dos dois lados do cérebro, contribuindo para seu funcionamento e, conseqüentemente, no desenvolvimento de habilidades físicas, motoras e cognitivas de todo o corpo.

Quando a música é utilizada na Educação Infantil, ela coopera com a parte cognitiva, trabalha a parte interativa das crianças e ainda colabora com as questões que envolvem a afetividade, socialização, raciocínio lógico, criatividade, autodisciplina, e desenvolvimento da linguagem oral, além de desenvolver algumas áreas do cérebro de formas que nenhuma outra linguagem é capaz, tornando-as mais poderosas. Além disso, também auxilia no aprendizado matemático e na percepção espacial.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com base qualitativa no método dedutivo, pois a intenção da mesma foi fazer uma reflexão sobre os trabalhos e pesquisas já realizados sobre o tema, propor novas reflexões e fomentar novas questões a serem respondidas.

Chizzotti coloca que para atividade da pesquisa, o investigador recorre à observação e à reflexão que faz sobre os problemas que enfrenta, e à experiência passada e atual dos homens na solução destes problemas, a fim de munir-se dos instrumentos mais adequados à sua ação e intervir no seu mundo para construí-lo adequado à sua vida (CHIZZOTTI, 2011).

Na pesquisa foi incluído trabalhos de autores que retratam de forma confiável o tema proposto, todos os textos e citações consultados estão de acordo com a proposta desta pesquisa, que foram elaborados a partir de artigos publicados após o ano 2000.

Desta forma, foram excluídos trabalhos que não cite fontes confirmáveis, bem como, aqueles que não abordaram o tema com seriedade e coerência, assim como os demais temas que fujam do objetivo deste trabalho e publicados antes do ano de 2000.

Quanto a metodologia optou-se por uma revisão bibliográfica, onde consultou-se vários artigos, livros, sites, dentre outros, sobre o tema em debate, (musicalização, escola, participação e outros tópicos), pressupondo uma constante atitude de análise crítica, sobretudo quando tal análise assume a forma de uma crítica epistemológica dos conceitos utilizados, no quadro de uma investigação.

Fez-se um levantamento bibliográfico em material virtual, revistas

eletrônicas sites da Universo Online (UOL), Scientific Electronic Library Online Scielo (SCIELO), Brasil Escola, Canal do educador, dentre outros, para o relacionamento do material empregado na elaboração do projeto.

O presente trabalho não precisa ser submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa para aprovação em conformidade com a resolução CNS 466/2012, por se tratar de um estudo cujas informações foram obtidas de materiais já publicados e disponibilizados na literatura, sem intervenção ou abordagem direta às pessoas. Portanto, a pesquisa não envolveu nenhum risco para as pessoas. Buscou-se construir para o projeto um arcabouço teórico que fundamentasse essa pesquisa bibliográfica a partir de reflexões descritivas sobre o tema proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

RESULTADOS

Este trabalho trata-se de uma pesquisa realizada com base qualitativa no método dedutivo, com a finalidade de propor novas reflexões e questões a serem respondidas sobre as contribuições da música no desenvolvimento infantil. Quanto à análise de dados, a mesma ocorreu através de revisão bibliográfica, onde foram analisados os dados coletados, a partir da consulta de vários artigos, livros, sites, e dentre outros, sobre o tema em debate.

O presente estudo traz uma análise acerca da contribuição da musicalização no desenvolvimento infantil. Sabe-se que a música tem a capacidade de ajudar a estimular áreas importantes do cérebro relacionadas à cognição e ao desenvolvimento de habilidades, contribuindo assim com o desenvolvimento da comunicação, expressão corporal, concentração, raciocínio, memória, além de favorecer o aprendizado escolar.

Segundo Martins (2017), a inserção da música na educação infantil é um dos meios mais eficazes de se atingir as crianças e tornar à aprendizagem das mesmas mais significativa, influenciando assim a sua vida moral e social, estabelecendo uma atmosfera de alegria, ordem, disciplina e entusiasmo. Essas e outras, são pequenas atitudes que fazem uma grande diferença, e também garantem que sejam alcançados bons resultados.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, o teórico Girardi (2004, p. 02), diz:

Realizar esse tipo de trabalho ajuda a melhorar a sensibilidade das crianças, a capacidade de concentração e a memória, trazendo benefícios ao processo de alfabetização e ao raciocínio matemático. "A música estimula áreas do cérebro não desenvolvidas por outras linguagens, como a escrita e a oral.

Posto isto, compreende-se a partir das pesquisas que a música pode melhorar o desempenho e a concentração, além de ter um impacto positivo

na aprendizagem de matemática, leitura e outras habilidades linguísticas para as crianças, ou seja, a música tem propriedades que podem dar vida na comunidade escolar.

Vale a pena ressaltar que a inserção da música no contexto educacional não se limita apenas ao propiciar divertimento as crianças ou possibilidade de expressão, pelo contrário, a mesma também é importante para propiciar o desenvolvimento cognitivo, raciocínio linguístico e memória, gerando bons resultados na aprendizagem dos educandos (CALÇADE, 2018).

Posto isto, entende-se que a música é uma forte aliada no que diz respeito as contribuições da mesma no desenvolvimento humano, principalmente o infantil. Faz-se necessário ponderar, que a música é instrumento pedagógico eficaz, em razão da mesma ter o poder de emocionar e despertar o ser humano para vivenciar na aprendizagem o conhecimento, a expressão e socialização. Destaca-se ainda que no ensino infantil, a música pode favorecer descobertas que facilitam o desenvolvimento e o processo de formação do indivíduo.

DISCUSSÃO

De acordo com Junior (2018), e dados obtidos na pesquisa, o contato com a música contribui muito para o desenvolvimento infantil, isto é, áreas importantes como a psicomotora, socioafetiva, cognitiva e linguística são estimuladas e facilitam bastante o processo de aprendizagem da criança. Vale a pena ressaltar, que musicalizar através de brincadeiras lúdicas, é um processo que traz inúmeras contribuições para o desenvolvimento infantil, pois vai de encontro com os interesses da criança, além de proporcionar benefícios que ela própria não consegue avaliar, mas sentir.

Para Toupitzen (2018), a criança na fase intrauterina já está exposta aos primeiros sons que a cerca, provocados pelo corpo da mãe, como o sangue que flui nas veias, batimentos cardíacos e respiração, de forma que vai se criando referências do que se irá ouvir de uma forma transformada depois do nascimento. Sendo assim, pode se afirmar que a música é considerada um dos principais elementos da cultura de uma sociedade e configura-se como uma linguagem capaz de expressar sensações desde a mais tenra infância na vida do indivíduo, além de acompanhar todas as etapas do desenvolvimento humano.

Para Pontes (2021), na faixa etária infantil as crianças não estão fazendo música, pelo contrário, as mesmas vivenciam a música através da dança, do canto e da dramatização musical. Todo esse acervo auxilia o educador de forma positiva no processo de ensino-aprendizagem, por exemplo, dançando a criança desenvolve sua coordenação motora e noções de espaço, pois o corpo da criança está em movimento. Destaca-se também que com o canto, melodias e música, a criança aprende e desenvolve o seu vocabulário ampliando assim o repertório linguístico. Já com a dramatização musical, através da realização das atividades em grupo, a criança aprende a socializar, interagir, comunicar, desenvolvendo assim habilidades cognitivas,

afetivas, sensoriais, emocionais, além da criança ficar mais receptiva e feliz.

Compreende-se então, que a música é imprescindível na educação, pois pedagogicamente ela é um recurso que enriquece o processo educacional. Por essa razão, ela tem um grande valor artístico, estético, cognitivo e emocional, sendo de fundamental importância para o desenvolvimento da criança. Ou seja, a música contribui e, é muito importante para a criança, pois através da utilização da mesma em sala de aula, o educando aprende de forma lúdica, brincando, seja por meio do jogo, da brincadeira, fazendo com que essa criança se expresse muitas vezes por meio da canção, desenvolvendo assim a criatividade, imaginação, além de expressar a suas emoções, coisas que com palavras a criança não consegue expressar (BOSCH, 2018).

Sendo assim, entende-se que o experimentar a música dará a criança a oportunidade de desenvolver tanto a autoconfiança quanto a autoestima. Quando no cotidiano escolar o educador estiver cantando uma determinada música com a criança, é importante que o mesmo mantenha um contato visual e inclua o nome do educando nas canções ou ritmos que a criança mais gosta. Faz-se necessário ponderar que incentivar interações simples, como sacudir um chocalho ou brincar com um tambor, fará com que a criança se sinta capaz e competente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os dados levantados na pesquisa realizada através de estudos bibliográficos, constatou-se que a inserção da música em vários momentos é de fundamental importância no âmbito escolar, isso porque a mesma é um recurso que ensina conceitos, fórmulas, que facilitam a memorização de sequências numéricas, lições morais e outros aprendizados.

A pesquisa também revela que a música, na maioria das vezes, de acordo com o modo e a forma como a mesma é utilizada, tem a capacidade de acalmar, concentrar e disciplinar. Por essa razão, tem-se na música uma riqueza que deve ser explorada em sua totalidade.

Segundo os resultados deste material, verifica-se que a experiência com a música antes do aprendizado do código convencional é de fundamental importância. Dentro de uma perspectiva de trabalho pedagógico, entende-se a música como um processo contínuo de construção que envolve perceber, sentir, experimentar, imitar, criar e refletir. Compreendeu-se através da presente pesquisa que a música desempenha um importante papel na Educação Infantil, isto é, quando as crianças cantam, as mesmas imitam o que ouvem e assim desenvolvem condições necessárias à elaboração do repertório de informação que futuramente lhes permitirá criar e se comunicar por intermédio dessa linguagem.

Os resultados também mostram que o contato e vivência musical promovida pela musicalização possibilita a criança o desenvolvimento da capacidade de expressar-se de modo integrado, realizando movimentos com o corpo enquanto canta ou ouve uma determinada música. Por essa razão, é

imprescindível que a música esteja presente no cotidiano escolar como um dos elementos formadores do indivíduo e os educadores sejam habilitados e capazes de observarem as necessidades de seus alunos, a fim de identificar dentro de uma proposta de atividades musicais, aquelas que poderão suprir e atingir as necessidades de formação desses educandos.

Entendeu-se através da pesquisa que fundamenta o presente estudo que a inserção da música no cotidiano, na rotina e na aprendizagem dos educandos é válida para vários aspectos do desenvolvimento — o que inclui incentivo à alfabetização, momentos de diversão com a família ou amiguinhos na escola, consciência sobre o próprio corpo, dentre outros. No leque de contribuições e habilidades desenvolvidas, estão a memória auditiva, atenção, foco, concentração, percepção sensorial e etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, A. **A música como instrumento facilitador da aprendizagem na educação infantil.** Uepb. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1327/1/PDF%20-%20Annielly%20da%20Silva%20Andrade.pdf>>. Acesso em: 25 Ago. 2022.

ARAÚJO, k. K. **A CONTRIBUIÇÃO DA MÚSICA PARA O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA.** Brasil escola. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-contribuicao-da-musica-para-desenvolvimento-e-aprendizagem-da-crianca.htm>>. Acesso em: 05 Nov. 2022.

BOSCH, A. M. (05 de Jan de 2018?). **OS BENEFÍCIOS DO TRABALHO COM MÚSICA NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Webcache. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:JpPIxoGmhOsJ:https://periodicos.unisanta.br/index.php/hum/article/download/2447/1765+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 05 Jan. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC.** Base nacional comum. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf>. Acesso em 06 Abr. 2022.

CALÇADE, P. **Como a música ajuda no desenvolvimento cognitivo das crianças.** Nova escola. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/12136/comoamusicajudanodesenvolvimento-cognitivo-das-criancas>>. Acesso em: 17 Jul. 2022.

CHIZZOTTI, A. (2011). **A Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais.** Rio de Janeiro - RJ: Vozes.

EUGÊNIO, M. L., ESCALDA, J., & LEMOS, S. M. **Desenvolvimento cognitivo, auditivo e linguístico em crianças expostas à música: produção de conhecimento nacional e internacional.** Scielo. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rcefac/a/Njn3hDBkY6xXKSPm7LZhTLL/?lang=pt#>>. Acesso em: 22 Mai. 2021.

FERREIRA, M. S. **A INFLUÊNCIA DA MÚSICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Brasil escola. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-influencia-musica-para-desenvolvimento-crianca-na-educacao-infantil.htm>>. Acesso em: 25 Fev. 2022.

FRANCO, K. A., & BELLO, A. W. **A música como ferramenta pedagógica na Educação Infantil.** Webcache. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:3ZOqQFHU6oJ:https://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/ped/article/download/320/135+&cd=11&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 25 Jan. 2022.

GIRARDI, G. **Música para aprender e se divertir.** Nova escola. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/131/musica-contribui-para-o-desenvolvimento-infantil#:~:text=%22A%20m%C3%BA%20estimula%20%C3%A1reas%20do,se%20interligam%20e%20se%20influenciam.>>>. Acesso em: 04 Mar. 2021.

JUNIOR, L. **O que é Musicalização Infantil?** Música na infância. Disponível em: <<http://musicainfancia.com.br/o-que-e-musicalizacao-infantil/>>. Acesso em: 04 Ago. 2022.

MARTINS, C. A. **OS BENEFÍCIOS DA MÚSICA NA ESCOLA: O TRABALHO DESENVOLVIDO NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ELISA MARIA PAIAS MESSON.** Núcleo do conhecimento. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/pedagogia/musica-na-escola>>. Acesso em: 05 Nov. 2021.

OLIVEIRA, L. S. **A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Brasil escola. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-importancia-musica-na-educacao-infantil.htm>>. Acesso em: 01 Set. 2021.

PONTES, M. M. **A música como fator importante para o desenvolvimento criativo das crianças.** Sabra. Disponível em: <<https://www.sabra.org.br/site/criatividade/>>. Acesso em: 28 Set. 2021.

SOUSA, L. **Estudar música deixa as crianças mais atentas e menos ociosas.** Espaço dan. Disponível em: <<http://espacodan.com.br/2019/08/02/estudar-musica-deixa-as-criancas-mais-atentas-e-menos-ociosas/>>. Acesso em: 02 Ago. 2021.

TEIXEIRA, J. d. **A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NO PROCESSO COGNITIVO E EMOCIONAL DA CRIANÇA E SUA UTILIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO.** Pedufv. Disponível em: <https://www.ped.ufv.br/wp-content/uploads/2018/11/Jessica_Santos.pdf>. Acesso em: 01 Dez. 2021.

TOUPITZEN, T. **A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Fceedu. Disponível em: <<https://fce.edu.br/blog/a-importancia-da-musica-na-educacao-infantil/>>. Acesso em: 05 Mar. 2022.

Karolayne Mateus de Oliveira Gomes

Advogada, formada pela Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE.

Helberty Vínicos Coelho

Doutorando em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito – FADISP.

Professor de Direito na Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE..

Advogado Tributarista e Empresarialista.

RESUMO

Esta pesquisa debruça-se sobre o tema da (in)constitucionalidade das multas fiscais impostas pelo Estado de Minas Gerais. Isto porque a constante divergência quanto ao limite quantitativo do efeito confiscatório, acaba gerando violação direta ao caixa/bolso do contribuinte. O objetivo geral é verificar se são constitucionais as aplicações concomitantes da multa isolada e da multa de revalidação, prevista nos artigos 53 e seguintes da Lei Estadual nº 6.763/75. Para a construção do trabalho, utilizou-se de revisão bibliográfica sobre a temática. O resultado obtido foi que a aplicação concomitante da multa de revalidação e da isolada está em conformidade com o princípio da legalidade, contudo, a aplicação deve se limitar ao patamar fixado pelo Superior Tribunal Federal, de 100%, para não gerar o efeito confiscatório. Finalmente, conclui-se que se faz necessário a análise em cada caso concreto acerca da aplicação dos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da capacidade contributiva, assim como o princípio do não confisco, a fim de que os agentes fiscalizadores não utilizem de forma irrestrita a referida norma.

Palavras-chave: obrigação tributária; multas; não confisco; capacidade contributiva.

INTRODUÇÃO

É inegável a complexidade do sistema tributário brasileiro tanto pela pesada carga tributária como pelo emaranhado de normas que regulamentam seu recolhimento, surgindo deste modo, a necessidade de um sistema mais simples, ou seja, menos burocrático, justo, mais claro, de modo a diminuir a carga tributária.

Considerando que a Constituição Federal, assim como as legislações posteriores não definiram parâmetros objetivos para delimitação do conceito e alcance prático ao princípio do não confisco, surge uma constante e atual dificuldade em definir o limite quantitativo do referido princípio.

Neste contexto, a questão problema que orienta a pesquisa é a seguinte:

são constitucionais as aplicações concomitantes da multa isolada e da multa de revalidação existente nos artigos 53 e seguintes da Lei 6.763/75 do Estado de Minas Gerais?

Desta forma, tem-se a hipótese de que a aplicação concomitante das citadas multas gera grande impacto nas finanças e patrimônio do contribuinte e, desse modo, são consideradas confiscatórias e, conseqüentemente, inconstitucionais.

Para permitir uma análise do problema que resulte numa solução com relevância prática, fez-se o estudo acerca das obrigações acessórias, bem como a aplicação de multas pelo Estado de Minas Gerais em razão do não cumprimento das obrigações, com reflexo na jurisprudência e na doutrina.

A importância do tema se justifica em razão que as multas na atualidade estão sendo aplicadas pelo Fisco Mineiro frente ao princípio da legalidade sem, contudo, levar em conta os demais princípios limitadores ao direito de tributar, que acaba ensejando o ajuizamento de execuções fiscais, congestionar, ainda mais, o Poder Judiciário.

Para a realização dessa pesquisa, foi utilizado a revisão bibliográfica como método, através de consultas a obras doutrinárias, assim como o estudo em texto de leis e decisões judiciais, fazendo análise dos princípios constitucionais basilares do direito tributário.

O presente trabalho divide-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo visa trazer uma breve introdução ao sistema tributário brasileiro e, em seguida, analisa-se as obrigações tributárias, seu conceito, objetivo e espécies de obrigações acessórias. Posteriormente, passa-se a explorar sobre as multas, seu conceito e espécies, analisando a aplicabilidade da Lei Estadual de nº 6.763/1975 e RPTA-MG. Por fim, busca-se verificar a (in)constitucionalidade das multas mineiras, com análise dos princípios constitucionais e jurisprudência.

O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Com o advento do Ato Complementar nº 36, de 1967, a Lei nº 5.172/66, passou a denominar-se Código Tributário Nacional, código este que estabelece as normas gerais em matéria tributária. No ponto de vista formal é considerado uma Lei Ordinária, no entanto, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1967 como Lei Complementar, por força do princípio da recepção.

Nesse sentido esclarece Coêlho (2018, p. 297) que “[...] ao dispor, desde então, sobre matéria que hoje são privativas de lei complementar, tem-se por assente que é uma lei completar *ratione materie*. Significa que suas regras somente podem ser alteradas por outras leis complementares da Constituição”.

Atualmente o Código Tributário Nacional está dividido em dois livros, sendo que o primeiro trata do sistema tributário nacional, que dispõe sobre o conceito de tributo e suas espécies, bem como a competência tributária e suas limitações, sobre regulamentação dos impostos agrupados por áreas de

incidência, assim como as taxas e contribuição de melhoria, por fim trata das distribuições de receita tributárias.

O segundo livro, por sua vez, cuida das normas gerais de Direito Tributário, dispendo sobre a legislação tributária, sua aplicação, vigência, interpretação e integração, tratando, ainda, das obrigações tributárias, do crédito tributário e da administração tributária.

Observa-se que o Código Tributário Nacional, foi instituído na década de 60, sendo considerado um monumento de alta importância na época, todavia, dada a complexidade do sistema tributário brasileiro atual, surge a necessidade de adequação/reforma da norma, de modo a modernizar, simplificar o entendimento dos tributos, assim como tornar mais prático o seu recolhimento.

O DIREITO TRIBUTÁRIO, TÉCNICA E VALOR

O direito tributário, assim como os demais ramos do direito, foi se desenvolvendo ao longo do tempo, com o uso da técnica como forma a organizar sociedade e determinar o comportamento desejado, ou seja, neste caso, a relação entre o Estado e o contribuinte e o uso dos valores, de forma a justificar as normas organizatórias e comportamentais.

Partindo da premissa que, “o Direito é a mais eficaz técnica de organização social e de planificação de comportamentos humanos” (COELHO 2018, p.3). Segundo os ensinamentos de Aliomar Baleeiro (2018) que teve sua obra atualizada pela jurista Misabel Dezi, só as pessoas jurídicas de Direito Público dispõem de poder político para tornar efetiva a obrigação de pagar imposto, independentemente de qualquer contraprestação por parte de quem suporta esse dever.

Contudo, de forma a limitar este poder, foram instituídos progressivamente no sistema jurídico princípios como: capacidade contributiva, como fundamento para tributação; igualdade de todos perante a lei; legalidade no sentido de que a lei é o único veículo para instaurar a tributação, a proibição do confisco por meio da tributação; a absoluta irretroatividade das leis fiscais e assim por diante.

A DISTINÇÃO ENTRE NORMAS, LEIS E PROPOSIÇÕES JURÍDICAS

Ao estudar o Direito Positivo, percebe-se através das inúmeras formulações verbais que expressam o Direito a projeção de normas, que faculta, obriga e proíbe ações e omissões, bem como aplica sanções em caso de descumprimento de seus preceitos.

Pode-se dizer que, de um lado, temos o Direito Positivo com seus entes legais, leis e costumes, e de outro, temos a Ciência do Direito, cujo objetivo é justamente o direito positivo e seus entes, com a função de descrever o seu objeto. Contudo a proposição jurídica descreve a norma, tendo caráter descritivo, mas, porém, a norma não se confunde com a sua descrição, visto que é prescritiva (COELHO, 2018).

Frisa-se Sacha Calmon (2018, p. 23) que,

a *norma* produtos do universo legislado não se confunde com seus veículos, os entes positivos (leis, Decreto-Lei etc.). Tampouco se confunde com as *proposições jurídicas* que a Ciência do Direito produz ao descrever a norma, sob a forma, quase sempre, de *juízos hipotéticos*. A norma, ainda que condicional, é sempre prescritiva (porque o Direito é, basicamente, prático, finalístico, teleológico). As leis são *enunciadas literais* buscando um *fim*. As proposições normativas são *descrições das normas jurídicas*, que defluem do universo legislativo, produzidas por um *sujeito* (jurista ou juiz).

Portanto essa diferenciação, faz-se necessária para melhor compreensão “deve ser” das normas, bem como a interpretação do “ser” trazido pelas proposições jurídicas.

O TRIBUTO E O SEU PAPEL SOCIAL

O Código Tributário Nacional estabelece em seu art. 3º que “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituído em lei e cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada.” (BRASIL, 2017, p. 717).

A Constituição de 1988 utiliza a palavra tributos no sentido genérico, para abranger três contribuições: a) impostos; b) taxas, de polícia e de serviços públicos; c) contribuições de melhoria pela realização de obras públicas benéficas.

Não obstante, apesar das divergências, o entendimento majoritário que vem sendo adotado pela doutrina e jurisprudência atual é o da Teoria Pentapartida, na qual seriam adotadas cinco espécies tributárias: impostos, taxas, contribuições, empréstimo compulsórios e das contribuições especiais em geral.

Outrossim, o exercício da tributação é fundamental aos interesses do Estado, tanto para auferir as receitas necessárias à realização de seus fins, sempre crescentes, quanto para utilizar o tributo como instrumento extrafiscal, técnica em que o Estado intervencionista é prodigo (COÊLHO, 2018).

Desta forma, as arrecadações dos tributos são essenciais para o equilíbrio econômico, assim como para cumprir o diploma Constitucional, essencialmente o seu art. 3º no que diz respeito a construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, bem como promover o bem de todos.

OS SUJEITOS E A RELAÇÃO TRIBUTÁRIA

A relação tributária surge da necessidade do pagamento dos tributos e o seu recebimento, portanto, os sujeitos dessa relação serão o Estado ou pessoa jurídica de direito público interno (sujeito ativo) e as pessoas físicas ou jurídicas (sujeito passivo).

Nesta toada, esclarece Baleeiro (2018, p.1583) que “em princípio, sujeito ativo será apenas a pessoa titular da competência tributária”, no entanto, “é consectário da competência poder cobrar, arrecadar e exigir o cumprimento da obrigação, isto é, exercer a capacidade tributária ativa.”

No entanto, vale ressaltar que, a capacidade tributária pode ser delegada (para pessoa de Direito Público ou Privado), sendo, no entanto, a competência tributária intransferível, nos termos do art. 7º do CTN.

Em se tratando do sujeito passivo, este por sua vez está “obrigado a satisfazer a prestação pecuniária, o chamado crédito tributário, correspondente ao tributo devido.” (COELHO, 2018,

p. 507). Há, porém, uma distinção entre os sujeitos passivos da obrigação principal, o contribuinte propriamente dito, o causador do fato gerador da obrigação e o responsável, sendo este sem ser contribuinte, tem obrigação de pagar, por efeito de disposição em lei (BALEIRO, 2015).

Assim nasce, o objeto do Direito Tributário, qual seja, reger e restringir o poder do Estado de exigir tributos e regula os deveres e direitos dos contribuintes.

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

CONCEITO

A obrigação tributária tem disposições expressa no art. 113 do CTN.

Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1.º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2.º A obrigação acessória decorre de legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§ 3.º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

(BRASIL, 2017, p.727)

Porém “o código adota a terminologia clássica e fala em obrigação, adjetivando-a de *tributário*, para dividi-la em principal e acessória.” (COELHO, 2018, p. 493).

Todavia, a obrigação tributária não possui conceito próprio, sendo sua definição elaborada por outros ramos do Direito, principalmente do privado, portanto é definida como o vínculo jurídico que nos obriga a prestar algo a outrem (BALEEIRO, 2018).

Ao fazer a definição da obrigação tributária Souto Maior conclui (citado por Baleeiro, 2015, p.1090) que,

Obrigação tributária é, nesse sentido, um dever jurídico tipificado pelo art. 113 do CTN - Código Tributário Nacional. Quer dizer: esse dever jurídico tributário é ora pecuniário, porque tem por objeto o pagamento do tributo ou de penalidade tributária (obrigação tributária principal - § 1.º); ora consistente em prestações positivas ou negativas, instituídas no interesse da arrecadação e fiscalização de tributos (obrigações acessórias - §§ 2.º e 3.º).

Em se tratando das obrigações principais e acessórias, vale ressaltar, que a “obrigação de pagar tributos é heterônoma. Existirá toda vez que que ocorrer no mundo fático o evento jurígeno adrede previsto em lei.” Todavia “[...] as chamadas obrigações acessórias, a sua vez não passam de condutas positivas ou negativas que os contribuintes devem observar por expressas e imperativas determinações da lei.” (COELHO, 2018, p. 494). No entanto, elucida Baleeiro (2015, p. 1091) que,

Pode inexistir a obrigação principal (em razão de imunidade, não incidência ou isenção) e persistirem as obrigações acessórias; pode estar extinta a obrigação principal pelo pagamento e ainda assim ser exigível a obrigação acessória, cujo descumprimento acarretará a imposição de multa isolada. As obrigações acessórias têm vida própria, nascendo de hipótese específica e seguindo regime independente.

Depreende-se, portanto, que a obrigação tributária é o vínculo jurídico pelo qual o Estado exige do contribuinte (sujeito passivo) uma prestação, a qual, em razão da sua natureza poderá ser positiva ou negativa.

OBJETIVO

A obrigação tributária surge da ocorrência ou não de um pressuposto, ou seja, da ocorrência do fato gerador previsto nas hipóteses de incidência tributária. Nesse sentido o § 1º do art. 113 do CTN estabelece que a obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador e extingue-se com o crédito dela decorrente, já o §2º do mesmo artigo alude que a obrigação acessória decorre de legislação tributária.

O art. 115 do CTN, por sua vez, refere-se ao fato gerador das obrigações acessórias, de modo a demonstrar que elas são deveres, no

entanto, Sacha Calmon Coelho (2018) aduz que tal artigo não possui densidade, ditando que as obrigações acessórias não possuem fato gerador por decorrerem de prescrições legislativas imperativas.

Assim, observa-se que o objetivo das obrigações principais seria um dar dinheiro ao Estado, ou prestação patrimonial avaliável, enquanto o objetivo das obrigações acessórias seria um fazer ou não fazer alguma coisa, despida de estabilidade patrimonial.

AS ESPÉCIES DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Com a adoção da Teoria Pentapartida das espécies tributárias, a obrigação tributária será de impostos, taxas, contribuições, empréstimo compulsórios ou de contribuições especiais, “[...] de conformidade com o fato que estiver descrito na hipótese de incidência da norma de tributação.” (COELHO, 2018, p. 501).

Conforme visto anteriormente, as obrigações acessórias obrigam alguém a praticar ou abster-se de certos atos diversos do pagamento do tributo ou de pena pecuniária. Baleeiro (2018), nos apresenta os seguintes exemplos: informar o Fisco sobre terceiros, remeter certos documentos, não transportar mercadoria desacompanhada de guia, prestar-se à inspeção de livros mercantis e arquivos, balanço ou verificação do stock etc.

Nesta toada, Baleeiro (2018, p. 1562) faz a seguinte reflexão,

O CTN estatui que fato gerador da obrigação acessória “é qualquer situação, que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou abstenção do ato...”.

Contudo acreditamos, da definição desse fato gerador há de constar expressa e especificamente quais as práticas e abstenções impostas ao sujeito passivo delas. Isso não poderá ficar ao arbítrio da autoridade fiscal (CF, art. 153, § 2.º).

Não quer dizer, no entanto, que há um rompimento do princípio da legalidade, mas sim a abertura para discricionariedade, dentro dos limites da lei, de forma a viabilizar a sua fiel execução.

AS MULTAS: CONCEITO E ESPÉCIES

É importante apontar que no âmbito do direito tributário, via de regra, as penalidades se dão de forma pecuniária (multas), não podendo ser convertidas por penas privativas de liberdade, nem por pena de confisco.

O Código Tributário Nacional dispõe que os tributos não caracterizam sanções, distinguindo-se, portanto, das multas, que decorrem do ilícito, ou seja, do descumprimento de algum dever tributário, seja de dar, fazer ou não fazer, acarretando a aplicação de uma sanção.

Na concepção de Sabbag (2018, p.67), “multa é a reação do direito

ao comportamento devido que não tenha sido realizado, mostrando-se como uma penalidade cobrada pelo descumprimento de uma obrigação tributária, em nítido caráter punitivo ou de sanção.”

As penalidades serão aplicadas de acordo com a obrigação tributária descumprida, seja principal ou acessória. Nesse sentido Sacha Calmon (2018, p.559) entende que,

o descumprimento da obrigação principal impõe, além do pagamento do tributo não pago e do pagamento dos juros e da correção monetária, a inflição de uma *multa*, comumente chamada moratória ou de revalidação, e que o descumprimento de obrigação acessória acarreta tão somente imposição de uma multa disciplinar, usualmente conhecida pelo apelido de “isolada”.

Há, no entanto, divergência doutrinária no que diz respeito à multa moratória, no sentido de ser punitiva ou ressarcitória.

Assim, no direito privado existem multas compensatória ou indenizatórias e punitivas. Ao diferenciá-las Sacha Calmon (2018) elucida que a multa punitiva não substitui o dever contratual apenas sanciona seu descumprimento, diferentemente da multa compensatória, que substitui a obrigação principal pactuada de forma a compensar o seu não cumprimento. Conclui-se, portanto, que a natureza da multa moratória no Direito Tributário é estritamente punitiva, pelo fato de não substituir a obrigação principal, ou seja, pagar tributo.

Conforme a seguinte passagem do voto do Ministro Luís Roberto Barroso, no AI nº 727.872/RS, a Primeira Turma do STF dividiu as multas tributárias em três espécies:

No direito tributário, existem basicamente três tipos de multas: as moratórias, as punitivas isoladas e as punitivas acompanhadas do lançamento de ofício. As multas moratórias são devidas em decorrência da impontualidade injustificada no adimplemento da obrigação tributária. As multas punitivas visam coibir o descumprimento às previsões da legislação tributária. Se o ilícito é relativo a um dever instrumental, sem que ocorra repercussão no montante do tributo devido, diz-se isolada a multa. No caso dos tributos sujeitos a homologação, a constatação de uma violação geralmente vem acompanhada da supressão de pelo menos uma parcela do tributo devido. Nesse caso, aplica-se a multa e promove-se o lançamento do valor devido de ofício. Esta é a multa mais comum, aplicada nos casos de sonegação.

Assim o conhecimento das espécies de multas fiscais é de grande valia no que diz respeito ao cálculo que ensejara a multa, de forma a prevenir

o contribuinte de uma possível multa confiscatória.

APLICABILIDADE DA MULTA ISOLADA E DA MULTA DE REVALIDAÇÃO EXISTENTE NOS ARTIGOS 53 E SEGUINTE DA LEI 6.763/75 DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O regulamento do processo e procedimentos tributários administrativos em Minas Gerais se dá pelo Decreto nº 44.747/08 (RPTA), que prevê a formalização de crédito tributário de forma administrativa, assim como os pedidos de reconhecimento de isenção concedida em caráter individual, o pedido de restituição de indébito tributário, a formulação de consulta sobre aplicação da legislação tributária, bem como o pedido de regime especial de caráter individual. No entanto, a consolidação da legislação tributária do Estado de Minas Gerais, é disciplinado na Lei 6.763/75. Em se tratando do capítulo XIV deste diploma, estão previstas as penalidades aplicadas ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação (ICMS).

Desse modo o art. 53 da lei 6.763/75 estabelece de que forma se dará o cálculo das multas:

Art. 53. As multas serão calculadas tomando-se como base:

I - o valor da Unidade Fiscal de Referência - UFIR -, prevista no artigo 224 desta Lei, vigente na data em que tenha ocorrido a infração e, quando for o caso, o valor do imposto não declarado;

II - o valor das operações ou das prestações realizadas ou da base de cálculo estabelecida pela legislação;

III - o valor do imposto não recolhido tempestivamente no todo ou em parte. IV - o valor do crédito de imposto indevidamente utilizado, apropriado, transferido ou recebido em transferência;

V - o valor do imposto a ser informado em documento fiscal por exigência da legislação.

(...) (BRASIL, 2020, p.43).

Considerando que a multa isolada decorre do descumprimento da obrigação acessória, o art. 55 e incisos da lei 6.763/75 diz que aplicará os critérios dos incisos II a IV do art. 53 desta mesma lei, para as multas que por exemplo se caracterizam pela falta de registro de documento fiscal na escrituração fiscal destinada a informar a apuração do imposto; por dar saída a mercadoria, entregá-la, transportá-la, recebê-la, tê-la em estoque ou depósito desacobertada de documento fiscal, por emitir documento fiscal que não corresponda efetivamente a uma saída de mercadoria, a uma transmissão de propriedade desta ou ainda a uma entrada de mercadoria no estabelecimento, entre outras.

No que tange a multa de revalidação, a qual diz respeito ao inadimplemento da obrigação principal, sua aplicação tem previsão no art. 56 e incisos do mesmo diploma, que fixa valores para o critério previsto no inciso III do art. 53. Vejamos:

Art. 56. Nos casos previstos no inciso III do artigo 53, serão os seguintes os valores das multas:

I - havendo espontaneidade no recolhimento do principal e dos acessórios antes da inscrição em dívida ativa, nos casos de falta de pagamento, pagamento a menor ou intempestivo do imposto, observado o disposto no § 1º deste artigo, a multa de mora será de:

a) 0,15% (zero vírgula quinze por cento) do valor do imposto, por dia de atraso, até o trigésimo dia;

b) 9% (nove por cento) do valor do imposto do trigésimo primeiro ao sexagésimo dia de atraso;

c) 12% (doze por cento) do valor do imposto após o sexagésimo dia de atraso; II - havendo ação fiscal, a multa será de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, observadas as hipóteses de reduções previstas nos §§ 9º e 10 do art. 53.

III - a partir da inscrição em dívida ativa, a multa de mora será de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do imposto não recolhido, na hipótese de crédito tributário declarado pelo sujeito passivo em documento destinado a informar ao Fisco a apuração do imposto. (...) (BRASIL, 2020, p.50).

Sobretudo, vale ressaltar que as multas serão cumulativas quando resultarem concomitantemente do não cumprimento de obrigação tributária acessória e principal, conforme se depreende-se do art. 53, §1º, da Lei 6.763/75.

Certo é que, para aplicação das devidas multas, deveram observar os princípios limitadores do Direito Tributário, de forma a garantir a fiel aplicação da norma, bem como resguardar o contribuinte, visto que é a parte vulnerável.

(IN)CONSTITUCIONALIDADE DAS MULTAS MINEIRAS

O PRINCÍPIO DO NÃO CONFISCO

O artigo 150, IV da Carta Magna veda a utilização de tributo com efeito confiscatório, ou seja, a atividade fiscal do Estado não pode ser onerosa a ponto de afetar a propriedade do contribuinte.

Segundo o constitucionalista Silva (2005, p.715) a não confiscatoriedade, “significa que o tributo não deve subtrair mais do que uma parte razoável do patrimônio ou renda do contribuinte.”

Para Carrazza (2017, p.120), “Confiscatório é o imposto que por

assim dizer 'esgota' a *riqueza tributável* das pessoas, isto é, que passa a largo de suas capacidades contributivas, impondo-lhes ônus que vão além do que se entende por razoável.”

Elucida Baleeiro (2005, p.573) no entanto, que,

o princípio do não confisco é originado do direito de propriedade privada e do princípio da capacidade contributiva, para ele a proibição de tributos confiscatórios quer proteger o contribuinte de ações do ente tributante capazes de absorver todos os valores da propriedade, aniquilando a empresa e tirando desta qualquer possibilidade de exercício de sua atividade de forma lícita e moral.

A propriedade privada para Silva (2005), configura-se sob dois aspectos, como direito civil subjetivo e como direito público subjetivo, aspectos que ficam superados com a concepção da função social, que é elemento da estrutura e do regime jurídico da propriedade, sendo considerado o princípio ordenador da propriedade privada.

Quanto ao critério para a determinação dos efeitos confiscatórios dos tributos, a doutrina reconhece certa dificuldade, já dizia Baleeiro (1997, p.575) “a questão mais difícil a respeito do tema abortado surge quando não se invoca o princípio da vedação de confisco nos casos extremos e representativos, mas naqueles relativos, que são numerosos.”

Assim, no exame dos efeitos confiscatórios, deve ser feita abstração de multas e juros devidos. Pois “as sanções, de modo geral, desde a execução judicial até às multas, especialmente em casos de cumulação, podem levar à perda substancial do patrimônio do contribuinte, sem ofensa ao direito.” (BALLEIRO, 1997, p.579).

Visto que:

O direito brasileiro contempla alguns casos de multas elevadíssimas. A base de cálculo das penalidades é variável. Ora se baseiam no valor do imposto a pagar ou omitido, ora no valor comercial de mercadorias, ora no montante do interesse, ora em unidades previamente estatuídas como a Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais (UFEMG). Os percentuais facilmente chegam a 100%, sendo comuns casos que surdem nos 300%. (COELHO 2018, p.552).

Entende-se, portanto, que o princípio do não confisco exige do legislador conduta marcada pelo equilíbrio, a fim de observa a capacidade do contribuinte, bem como aplicação razoável e proporcional da tributação, de forma a proporcionar um direito tributário justo.

O PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA

A capacidade contributiva é princípio constitucional, que tem previsão na primeira parte do §1º do art. 145 da CF: “Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, [...]” (BRASIL, 2017, p.54).

Desse modo, entende-se que este princípio é instrumento para fixação da base de cálculo dos tributos. Neste sentido aduz Silva (2005, p.713) que:

O princípio da capacidade contributiva, segundo o qual o ônus tributário deve ser distribuído na medida da capacidade econômica dos contribuintes, implica: a) uma base impositiva que seja capaz de medir a capacidade para suportar o encargo; b) alíquotas que igualem verdadeiramente esses ônus.

Esclarece, ainda, Carvalho (2017, p.186) que, “a capacidade contributiva do sujeito sempre foi o padrão de referência básica para aferir-se o impacto da carga tributária e o critério comum dos juízos de valor sobre o cabimento e a proporção do expediente impositivo.”

Portanto, a capacidade contributiva que a legislador deverá observar na criação de tributos será a objetiva e não a subjetiva. “É objetiva porque se refere não às condições econômicas reais de cada contribuinte, individualmente considerado, mas às suas manifestações objetivas de riqueza.” (CARRAZA. 2017, p.108).

Contudo para Coêlho (citado por Carraza, 2017, p.108), “a capacidade contributiva à qual alude o art. 145 §1, da CF é subjetiva devendo levar em conta, pois, a capacidade econômica real, isto é, sua aptidão concreta e específica [...]”.

Assim, o presente princípio, juntamente com o princípio da igualdade, busca atingir a justiça fiscal, garantindo que os contribuintes possam cumprir com seus deveres econômicos e sociais, de forma a sustentar a ordem econômica do Estado.

O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE

Assim como os demais princípios apresentados, o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade são usados para definição da base de cálculo dos tributos.

José Afonso em sua obra Curso do Direito Constitucional Positivo elenca os princípios constitucional gerais e explícito de tributação, dentre os quais consagra o princípio da proporcionalidade razoável, que consiste na vedação de tributo com efeito confiscatório, ou seja, “não deve subtrair mais do que uma parte razoável do patrimônio ou da renda do contribuinte.” (2005, p.715).

O princípio da proporcionalidade é o “meio de exteriorização da

capacidade contributiva, que se mostra pela técnica de incidência de alíquotas fixas, em razão de bases de cálculo variáveis.” (SABBAG, 2018, p. 33).

Contudo, Carrazza (2017, p.106) entende que o princípio da proporcionalidade “atrata com o princípio da capacidade contributiva, porque faz com que pessoas economicamente fracas e pessoas economicamente fortes paguem impostos com a mesma alíquota”. Diferente do princípio da razoabilidade que está ligada ao princípio da capacidade contributiva.

Ao analisar a diferenciação apresentada por Humberto Ávila (2003), do postulado da proporcionalidade e da razoabilidade extrai-se que a o primeiro exige que o Poder Legislativo e o Poder Executivo escolham para a realização de seus fins meios adequados, necessários e proporcionais, exigindo, portanto, a relação de causalidade entre o meio e fim. Já razoabilidade não faz referência a uma relação de causalidade.

Dessume-se, portanto, que o princípio da proporcionalidade não leva em conta a capacidade econômica dos contribuintes, sendo, portanto, utilizado o critério da proporção, de forma que os contribuintes pagam impostos com a mesma alíquota. Já o princípio da razoabilidade pondera-se entre o princípio da capacidade contributiva e o da segurança jurídica.

AS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM RELAÇÃO AS MULTAS

Na atualidade há uma constante divergência quanto ao limite quantitativo do não confisco, bem como qual seria o percentual aplicado nas multas tributárias.

Assim o notável professor Ávila (2005, p.233) leciona que,

Uma sanção estabelecida, e.g., em 60%, é desnecessária, na medida em que um percentual inferior já seria capaz de incentivar o pagamento do tributo no momento correto, bem como é desproporcional em sentido estrito, diante do grande descompasso entre o benefício que se busca (pagamento pontual) e o prejuízo caudado (grave ofensa aos direitos de propriedade e liberdade).

Observava-se, portanto, que a doutrina aponta o percentual de 60%, como desarrazoado. Para a jurisprudência, o percentual a ser aplicado, para não caracterizar o efeito confiscatório seria até 30%, mesmo que haja legislação que a respalde percentual maior. Vejamos:

APELAÇÃO. ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. ICMS DE ENERGIA ELÉTRICA. FATURAS CANCELADAS E REEMITIDAS. COMPENSAÇÃO DO CRÉDITO. INOBSERVÂNCIA AO PROCEDIMENTO LEGAL. AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA DE 100%. EFEITO CONFISCATÓRIO. REDUÇÃO. PROVIMENTO

PARCIAL.

Ainda que erros na emissão de notas fiscais emitidas para o consumidor possam ter gerado o cancelamento das mesmas e sua respectiva reemissão, ensejando crédito de ICMS a ser compensado, os procedimentos operacionais e contábeis adotados pela concessionária não observaram as regras estabelecidas na legislação pertinente, conferindo insegurança aos lançamentos e, via de consequência, mostra-se justificada a lavratura do auto de infração pelo fisco. **A multa com valor superior a 30% do valor da operação tributária caracteriza confisco e deve ser adequada a este limite, já que a sua fixação acima disso, embora encontre lastro legal, esbarra no bom senso e colide com a razoabilidade, pois acaba por caracterizar-se como uma expropriação patrimonial indevida por parte do Poder Público.** (Apelação, Processo nº 0011940-24.2010.822.0001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Especial, Relator(a) do Acórdão: Des. Roosevelt Queiroz Costa, Data de julgamento: 06/06/2018) (grifo nosso)

Contudo, o posicionamento atual da Corte Maior é que estará configurado o efeito confiscatório das multas aplicadas acima do montante de 100%:

Ementa: DIREITO TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. MULTA PUNITIVA DE 120% REDUZIDA AO PAÇAMAR DE 100% DO VALOR DO TRIBUTO. ADEQUAÇÃO AOS PARÂMETROS DA CORTE. 1. A multa punitiva é aplicada em situações nas quais se verifica o descumprimento voluntário da obrigação tributária prevista na legislação pertinente. É a sanção prevista para coibir a burla à atuação da Administração tributária. Nessas circunstâncias, conferindo especial destaque ao caráter pedagógico da sanção, deve ser reconhecida a possibilidade de aplicação da multa em percentuais mais rigorosos, respeitados os princípios constitucionais relativos à matéria. 2. **A Corte tem firmado entendimento no sentido de que o valor da obrigação principal deve funcionar como limitador da norma sancionatória, de modo que a abusividade revela-se nas multas arbitradas acima do montante de 100%. Entendimento que não se aplica às multas moratórias, que devem ficar circunscritas ao valor de 20%. Precedentes.** 3. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC/1973. (ARE 938538 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 30/09/2016, PROCESSO

Foi reafirmada a jurisprudência desta Corte nesse sentido, conforme se depreende do trecho do voto do ministro Luís Roberto Barroso, relator do RE 905.685/GO, que consignou o seguinte:

No que tange ao valor máximo das multas punitivas, esta Corte tem entendido que são confiscatórias aquelas que ultrapassam o percentual de 100% (cem por cento) do valor do tributo devido. Nas palavras do Ministro Marco Aurélio, 'Embora haja dificuldade, como ressaltado pelo Ministro Sepúlveda Pertence, para se fixar o que se entende como multa abusiva, constatamos que as multas são acessórias e não podem, como tal, ultrapassar o valor do principal' (ADI 551, Rel. Min. Ilmar Galvão).

Quanto à ilegalidade da cumulação da multa isolada e da multa de revalidação, os tribunais têm o entendimento que é possível a aplicação simultânea das referidas multas, por decorrerem de infrações de natureza distintas, contudo, não devem ultrapassar o patamar aplicado às multas punitivas fixado pelo STF. Vejamos:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - ICMS - REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO NA SAÍDA DE PRODUTOS INTEGRANTES DA CESTA BÁSICA - NATUREZA JURÍDICA DE ISENÇÃO PARCIAL - EXCEÇÃO À NÃO-CUMULATIVIDADE - CONVÊNIO ICMS Nº 128/94 - NORMA AUTORIZATIVA - MULTA ISOLADA E DE REVALIDAÇÃO - CUMULAÇÃO - POSSIBILIDADE - INEXISTÊNCIA DE CARÁTER CONFISCATÓRIO - CORREÇÃO

MONETÁRIA. 1. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado fundamentos suficientes para embasar a decisão. Precedente do STJ. 2. A redução da alíquota de ICMS equivale à isenção parcial do tributo, caracterizando exceção ao princípio da não-cumulatividade e não gerando crédito para compensação. Precedente do STF. 3. É lícita a exigência de estorno do crédito do ICMS relativo à entrada de insumos, proporcional à parcela correspondente à redução da base de cálculo do imposto incidente na operação de saída do produto industrializado. 4. O Convênio ICMS nº 128/94 autoriza os estados federados a estabelecer carga tributária mínima nas saídas internas de mercadorias que compõem a cesta básica, não possuindo, no entanto, natureza cogente. 5. É lícita a cumulação de multa isolada pela ação fiscal

decorrente do inadimplemento da obrigação tributária com multa de revalidação pelo aproveitamento indevido o ICMS, por decorrerem de infrações diversas. 6. Não é confiscatória a multa moratória fixada em até 100% (cem por cento) do valor do tributo devido. Precedente do STF. (TJ- MG - AC: 10000190874859001 MG, Relator: Carlos Henrique Perpétuo Braga, Data de Julgamento: 05/09/2019, Data de Publicação: 10/09/2019)

Constata-se que, apesar de não terem natureza tributária, os princípios limitadores ao poder de tributação também se aplicam às multas, sendo vedado a invasão da liberdade e principalmente do patrimônio pessoal do contribuinte. Assim, revela-se abuso do Estado as multas aplicadas acima do patamar de 100%, considerando a falta de proporcionalidade e razoabilidade, mesmo existindo legislação que as permita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante a divergência do limite quantitativo que caracteriza o efeito confiscatório, a presente pesquisa teve como objetivo geral verificar se é constitucional a aplicação concomitante da multa isolada e da multa de revalidação existente nos artigos 53 e seguintes da Lei Estadual nº 6.763/75.

Partindo da convicção de que a aplicação concomitante das multas mencionadas afronta o princípio do não confisco, bem como a capacidade contributiva do contribuinte, utilizou-se da narrativa de renomados juristas e doutrinadores, de modo a aprofundar os argumentos e uma possível confirmação do ponto de vista.

Tal objetivo foi alcançado após o levantamento doutrinário e jurisprudencial, que possibilitou o estudo das obrigações acessórias do contribuinte, bem como o conhecimento das multas fiscais aplicadas pelo Estado de Minas Gerais, refletindo, assim, sobre a constitucionalidade da aplicação das multas.

No que tange ao resultado, ficou evidenciado que apesar da legalidade prevista no art. 53, §1º, da Lei 6.763/75 em relação a aplicação simultâneas da multa de revalidação e isolada, estas só serão proporcionais se fixadas até o patamar correspondente a 100%, sendo considerado confiscatório a aplicação em patamar superior ao mencionado, e conseqüentemente inconstitucional.

Vislumbrado o presente resultado, confirmam-se em parte a hipóteses de que a aplicação concomitante das multas pode ser inconstitucional, visto que podem chegar facilmente no percentual de 300%, ultrapassando o patamar aceitável.

Finalmente, observou-se que se faz necessário a verificação em cada caso concreto do atendimento dos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da capacidade contributiva assim, como o do não confisco de modo mais consistente e juridicamente organizado pelo judiciário, assim podendo resultar na evolução da jurisprudência, de modo a influenciar em

outros casos idênticos ou similares, orientando assim os agentes fiscalizadores da ilegalidade da aplicação irrestrita da norma pelo descumprimento das obrigações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios – da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. São Paulo: Malheiros, 2003.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. Aliomar Baleeiro, Misabel Abreu Machado Derzi. 14. ed., rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

BALEEIRO, Aliomar. **Limitação constitucional ao poder de tributar**. 7. ed. rev. e compl. à luz da Constituição de 1988 até a Emenda Constitucional nº 10/1996. Rio de Janeiro, Forense, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 outubro de 1988. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. **Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Primeira Turma). **Agravo de Instrumento nº 727872**. Agravante: Monicar Chapeação e Pintura de Veículos LTDA. Agravado: União. Rel. Min. Joaquim Barbosa. Rio Grande do Sul, 29 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoPeca.asp?id=306826206&tipoApp=.pdf.%3C>>. Acesso em: 04 mai. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Primeira Turma). **Recurso Extraordinário nº 93853**. Recorrente: Anadarko Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural Ltda. Recorrido: Município de Marataízes. Rel. Min. Roberto Barroso. Espírito Santo, 30 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=11899226>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Primeira Turma). **Recurso Extraordinário nº 905685**. Recorrente: Estado de Goiás. Recorrido: Comercial de Produtos Alimentícios Rv LTDA. Rel. Min. Roberto Barroso. Goiás, 26 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/768166713/segundoagregnorecursoextraordinario-com-agravo-agr-segundo-are-905685-go-goias-0175839-3320118090000/inteiro-teor-768166723?ref=serp>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de direito constitucional tributário**. 31. ed. rev., ampl. e atual. até a Emenda Constitucional n. 95 de 15 de dezembro de 2016. São Paulo: Malheiros, 2017.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso direito tributário**. 16 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 44.747, de 3 de março de 2008**. Estabelece o Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA). Disponível em: <[http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/decretos/2008/d44747_2008.html#:~:text=Estabelece%20o%20Regulamento%20do%20Processo,Procedimentos%20Tribut%C3%A1rios%20Administrativos%20\(RPTA\).&text=Art.,Secretaria%20de%20Estado%20de%20Fazenda.](http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/decretos/2008/d44747_2008.html#:~:text=Estabelece%20o%20Regulamento%20do%20Processo,Procedimentos%20Tribut%C3%A1rios%20Administrativos%20(RPTA).&text=Art.,Secretaria%20de%20Estado%20de%20Fazenda.)> Acesso em: 13 abr. 2020.

MINAS GERAIS. **Lei Estadual nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975**. Consolidação da Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=139812>> Acesso em: 17 mar. 2020.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Ap. Civil 10000190874859001**, da 19ª Câmara Cível. Apelante: Companhia Brasileira De Distribuição. Apelado: Estado De Minas Gerais. Rel. Carlos Henrique Perpétuo Braga, Belo Horizonte, 05 de setembro de 2019. Disponível em: < <https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/755498044/apelacaocivelac10000190874859001-mg/inteiro-teor-755498086?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

SABBAG, Eduardo. **Direito tributário essencial**. 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018.

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. ver. e atual. até Emenda Constitucional nº 48 de 10 de agosto de 2005. São Paulo, Malheiros, 2005.

RONDÔNIA. Tribunal de Justiça. **Ap. Civil 0011940-24.2010.822.0001**, da 2ª Câmara Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A CERON. Apelado: Estado de Rondônia. Rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa. Porto Velho, 06 de junho de 2018. Disponível em: <<https://webapp.tjro.jus.br/juris/consulta/detalhesJuris.jsf?cid=8>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

Camila Fabrizio Caspers

Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis
Universidade La Salle - Unilasalle.

Regina Nogueira da Silva Neiverth

Professora do curso de Ciências Contábeis
Unilasalle - Universidade La Salle, e orientadora.

Graduada em Ciências Contábeis

Unitins- Universidade Estadual do Tocantins.

Especialista em: Auditoria e Perícia pela

Faculdade de Sorriso- FAIS.

Especialista em: Metodologia do ensino da Língua Portuguesa pelo
Centro Universitário Internacional-UNINTER.

Especialista em: Metodologia do Ensino na Educação Superior pelo
Centro Universitário Internacional UNINTER.

Especialista em: Administração em Agronegócio pelo
Centro Universitário Internacional UNINTER.

Especialista em: Alfabetização e Letramento pelo
Centro Universitário Internacional UNINTER.

MBA em Gestão de Recursos Humanos pelo
Centro Universitário Internacional UNINTER.

MBA em Contabilidade Rural e Agronegócio pela
Faculdade Arthur Thomas – PR.

MBA em Contabilidade Tributária e Responsabilidade Fiscal pela
Faculdade Arthur Thomas – PR.

MBA em Finanças e Controladoria pela Faculdade Arthur Thomas – PR.

Mestre em Negócios Internacionais pela Must University.

Mestranda em Desenvolvimento de Negócio e Inovação pela Must University.

RESUMO

Empresários e gestores de micro e pequenas empresas locais, enfrentam dificuldades para obter um bom resultado, sendo a causa mais comum a falta de informação contábil. Desta forma, o objetivo geral da pesquisa foi a de identificar as ações tomadas pelos micros e pequenos empresários de Lucas do Rio Verde, MT, para obter as informações gerenciais. Portanto, os objetivos específicos foram: Evidenciar as informações gerenciais; Destacar os impactos causados pela falta de informações gerenciais; Entender as necessidades do micro e pequeno empreendedor. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizadas pesquisas bibliográficas, sendo de início realizado a pesquisa básica, em segundo momento foi realizada a pesquisa aplicada, ou seja, uma pesquisa de campo, por um questionário para obter respostas efetivas sobre o assunto. Com o avanço da tecnologia, utilizar sistemas para controle de estoque, fluxo de caixa, entre outros é essencial, facilita à visualização do resultado. A busca por lucratividade, sem dúvidas é o maior objetivo dos micros e pequenos empresários, para isso a

Contabilidade é fundamental. Com todas as informações, quantitativas e qualitativas como suporte na tomada de decisões. A contabilidade é hoje um instrumento vital que deve ser conhecido por todos que se interessam pela produtividade das organizações e conseqüentemente que possui todas as informações necessárias para realizarem suas ações estratégicas na empresa. A pesquisa em questão analisou alguns fatores, os quais apontaram que os microempreendedores, não dispõem de conhecimento ou assessorias para realizarem as ações na tomada de decisão com assertividade. Diante disso, é importante frisar o quanto tais empresários são carentes de informação contábil.

Palavras-chave: gestão; decisões; informações; ações; fatores.

INTRODUÇÃO

A falta de informações contábeis gerenciais, na gestão de micro e pequenas empresas Luverdenses é um fator que contribui para que muitas dessas empresas fechem suas portas nos primeiros anos de vida. Gerenciar empresas, de grande ou pequeno porte, se tornou uma tarefa complexa. A gama de informações necessárias para suprir as obrigações do fisco, permitiu com que o entendimento das necessidades de gestão de empresas fosse distorcido.

Segundo Marion (2011), em nosso País, em alguns segmentos da economia, principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida, estando voltada exclusivamente para satisfazer as exigências do fisco. Processos mal pensados e elaborados, não utilização de assessoria especializada, descuido com o fluxo de caixa, características essas, de fácil percepção de uma empresa que está com mau gerenciamento empresarial. Portanto, mais importante que gerar lucro, é gerar informações específicas, para a tomada de decisões.

De acordo com Dubois et al. (2006), O avanço da tecnologia, proporcionou que as empresas evoluíssem em suas criatividade, competências. Onde estratégias para evolução organizacional foram desenvolvidas para que as empresas tenham, vida sólida no mercado econômico.

Nesse cenário econômico as informações gerenciais são importantes para tomada de decisão saber a direção que a empresa está indo, é determinante para o gestor na elaboração de estratégias, contribuindo para a vida útil da empresa. Portanto, buscou-se informações e dados para encontrar respostas para seguinte questão: a falta de informações contábeis gerenciais na gestão de micro e pequenas empresas Luverdenses, contribuem para má administração?

O objetivo geral da pesquisa foi a de identificar, as ações tomadas pelos micros e pequenos empresários de Lucas do Rio Verde, MT, para a busca das informações gerenciais, analisado por questionários e entrevistas.

Essa pesquisa se justifica, porque atualmente com o avanço da

tecnologia e aceleração de dados é necessário que toda e qualquer empresa tenha acesso a informações gerenciais. No município de Lucas do Rio Verde, existe um número significativo de microempreendedores e, portanto, informações gerenciais são necessárias para eles saber a direção que devem seguir economicamente.

A presente pesquisa mostra um papel social e inovador, pela importância de apresentar para os pequenos empresários de Lucas do Rio Verde, Mato Grosso, uma nova maneira de olhar para o seu negócio. Demonstrando meios de gerenciar e tomar decisões, com base em informações providas de demonstrações contábeis. Sobretudo, apresentar-lhes a contabilidade gerencial, como meio de desenvolver relatórios com informações não só quantitativas, mas informações específicas de produto ou serviço ofertado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Informações Gerenciais

O entendimento da necessidade de informações para a gestão da empresa é essencial no avanço da mesma. No princípio, aderir à utilização de novos métodos para adquirir uma gestão empresarial linear, acaba sendo difícil. Cada empresário tem uma maneira de pensar, assim, tem uma maneira de planejar estratégias de mercado. Contudo, a maioria tende a utilizar apenas a intuição para tomar decisões, não utilizando relatórios específicos das operações internas da empresa.

Coronado (2001, p. 97) explica que:

Decisões dizem respeito à identificação de eventos futuros. Eventos, por sua vez, referem-se à classe de transações, por exemplo, um conjunto homogêneo de transações de vendas forma o evento vendas. Logo, um evento econômico representa um acontecimento que modifica a estrutura patrimonial da empresa.

Pequenas empresas perdem em muitos sentidos, pelos erros cometidos nas decisões e investimentos errados. Conforme Padovese (2010) cada nível de administração da empresa utiliza a informação contábil de maneira diversa, cada qual com um nível de agregação diferente. Mesmo para decisões em setores operacionais, se utiliza a contabilidade gerencial, com seus relatórios, para poder avaliar os pontos que apresentam falhas e precisam de melhorias. Resnik (1990 apud CABIDO, 1996, p. 136) “uma das principais causas dos desastres com pequenas empresas é não manter os controles contábeis apropriados e não usá-los para administrar a empresa”.

Os fatores que mais acarretam a falta de informação aos micros e pequenos empresários Luvardenses são, desde desinteresse por parte dos donos na procura de uma assessoria que agregue valor na empresa até a visão reduzida de mercado que os empreendedores detêm. Existem outros

fatores que contribuem com o desinteresse é a falta de conhecimento, relacionado com os documentos contábeis apresentados, é nesse momento que os relatórios gerenciais são importantes, por demonstrar de forma mais simples e evidenciando os resultados.

Se, por um lado, a informação contábil é importante na tomada de decisão empresarial, muitos usuários não conseguem compreender as informações veiculadas por meio dos demonstrativos contábeis por não conhecerem o significado de muitos termos que são utilizados na evidenciação de eventos econômicos e financeiros. Esse fato tem contribuído para uma precária interpretação das informações fornecidas nesses relatórios. Assim, essas informações não têm contribuído com a finalidade a que se propõem, que é o de comunicação dos eventos econômicos. A falta de habilidade para entender e manusear os artefatos fornecidos pela contabilidade nas MPEs é uma das dificuldades encontradas em muitas pesquisas. (MOREIRA et. al, 2013, p. 122).

Dessa forma, ter uma assessoria para esclarecer os relatórios e elaborar de forma mais clara e objetivo, é relevante, pelo fato que os empreendedores não detêm de conhecimentos relacionados à contabilidade, necessitando desta forma de auxílio.

Atualmente, o sistema gerencial interno, tem sido grandes parceiros de pequenos empresários. Com o uso apropriado do que eles oferecem, se tem controle de vendas, estoques, fluxo de caixa. Se bem utilizado, se torna um grande aliado no controle de dados, mantendo informações atualizadas.

Frezatti et. al. (2007, p. 1), “a contabilidade se apresenta como um recurso válido e importante no sentido de apoio ao processo decisório e do controle por meio do fornecimento de informações úteis aos gestores”. Visto que, toda e qualquer empresa necessita de informações gerenciais, pois através destas informações, pode ser elaborado um planejamento voltado ao futuro da empresa, podendo ser mensurado a cada etapa, para verificação dos acertos e erros cometidos, considerando um diferencial competitivo para empresa.

Informações contábeis gerenciais e os micros e pequenos empresários

Micro e pequenas empresas, é um grande mar de informações, tanto administrativas, financeiras e operacionais. Mesmo sendo pequenas, abrangem áreas diversificadas, dessa forma, cada área precisa de uma atenção especial.

Segundo Marion (2011), nem sempre o usuário da contabilidade é atendido conforme suas principais necessidades decisórias; neste caso, fica a falsa impressão de serviços de “despachante”. A oferta dos serviços contábeis deve ser atendida de modo a auxiliar todos os usuários, principalmente o empresário a tomar suas decisões, a mentalidade da sociedade é defasada,

fator que dificulta a aceitação por parte dos micros empresários a buscarem inovação.

Barros (2005, p. 108), diz que “a contabilidade pode suprir o gestor de informações em todas as etapas do processo decisório: planejamento, execução e controle”; porém, “a valorização das informações deve ser mais qualitativa que quantitativa”. Desta forma, conforme o autor supracitado, as informações contábeis, é significativo para os micros e pequenos empresários, que buscam vantagem competitiva em um mercado econômico acelerado e acirrado.

O controle de dados gerados por cada parte da empresa é necessário para a análise final da situação empresarial, afinal analisar o que ocorreu e prever o que pode acontecer em todos os âmbitos devem fazer parte da rotina diária do empresário.

Na percepção de Gomes (2003, p.5),

Em resumo, pode-se dizer que o conhecimento sobre os conceitos contábeis por parte das pessoas com formação em áreas não relacionadas à contabilidade é importante para: análise e interpretação de dados financeiros; planejamento e controle do patrimônio (pessoal ou empresarial); cooperação, coordenação e comunicação com outras áreas da empresa.

São informações que servem para elaborar um planejamento estratégico para pequenas empresas, com processos determinados, gerando informações, providas de todas as partes, monitorando áreas através de relatórios específicos, criam uma base enorme para desenvolverem ano após ano.

Com base em documentos fiscais, são formulados relatórios gerenciais, que ajudam na tomada de decisão, desta forma, com a não obrigatoriedade de seguir padrões pré-fixados, os mesmos são pensados conforme a necessidade da empresa. Métodos estes, que proporcionam o aprimoramento de processos, induzindo a lucratividade na organização.

A implementação de relatórios alinhados e vinculados às atividades internas, sejam elas operacionais ou administrativas, geram uma assertividade na situação atual da empresa. Por fim, expressam as diferenças entre a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira. Ressaltam que a contabilidade financeira é obrigatória, por isso, segue padrões e normas internacionais. Seu objetivo é o registro de fatos, sem se preocupar com os impactos. Já a contabilidade gerencial é moldada conforme o perfil e necessidade da empresa, voltada a controle interno.

Os recursos demandados são indicados nos demonstrativos contábeis, por meio do controle gerencial, tanto em termos de saldos necessários, como recursos consumidos, sendo que o feedback é proporcionado permitindo ajustes ou revisões nos planos (FREZATTI, 2003, p.22).

A informação contábil gerencial abrange diversas áreas por ser moldada como o empreendedor necessita. O pequeno empresário, sem experiência gerencial, tem disponível nas informações geradas, a base para a decisão. Seu benefício principal é identificar as áreas onde deve cortar custos ou onde deve investir, mesmo sem ter formação contabilista, pois os relatórios gerados são formulados com base nos processos internos já realizados dentro de cada micro e pequena empresa, assim permite-se a interpretação de todos os empresários.

A contabilidade gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira e de balanços etc., colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório [...]. A contabilidade gerencial, num sentido mais profundo, está voltada única e exclusivamente para a administração da empresa, procurando suprir informações que se “encaixem” de maneira válida e efetiva no modelo decisório do administrador (IUDÍCIBUS, 2006, p. 19),

A contabilidade gerencial tem um papel importante para o micro e pequeno empresário, uma vez que permite acesso a informações significativas sobre a empresa. Se o empresário, tem acesso às informações gerenciais, o segundo passo é saber a opinião do cliente, o qual também contribui para as melhorias constantes da empresa, fortalecendo a empresa, tornando o empresário mais forte e reconhecido.

Empresas bem estruturadas com processos gerenciais pré-definidos são bem-vistas e indicadas entre a sociedade e se o empresário alcança a redução de custos, possui os fatores necessários para conquistar mercado. A contabilidade gerencial apresenta um papel de suma importância para o desenvolvimento próspero de pequenas empresas. Não só a análise dos demonstrativos contábeis obrigatórios, mas a análise de relatórios gerenciais, tais como de fluxo de caixa, rotatividade de funcionários, prospecção do mercado, mensuração de custos, entre outros.

[...] elabora vários ensaios até chegar a um valor que seja capaz não só de cobrir os custos e despesas que serão gerados com sua fabricação e comercialização, mas que seja capaz, também, de atender aos interesses dos consumidores e aos propósitos da própria organização. (MARION; RIBEIRO, 2011, p. 126).

A análise de forma adequada tende a ser o grande diferencial das micro e pequenas empresas. Usar a contabilidade gerencial, como aliada,

utilizando-a como instrumento para o controle de patrimônio, permite a agregação de valores empresariais, levando a empresa a ser valorizada, com potencial de crescimento e geradora de lucratividade.

Impactos causados pela falta de informações gerenciais

Os impactos causados pela falta de informações gerenciais, são significativos, pois a falta de informação, contribui para decisões equivocadas e que causa problemas financeiros importantes para empresa.

Entre os elementos expressivos no mercado econômico está à busca em massa por uma vida melhor, faz com que os empreendedores, esqueçam fatores simples como: custos com mão de obra, gastos com impostos, obrigações municipais e o mais importante, recursos para contratar uma assessoria que lhe auxilie na gestão da empresa. Quando as atitudes são realizadas dentro do que foi planejado, dificilmente levará o negócio ao desequilíbrio e à falência. (MARION; RIBEIRO, 2011).

No entanto, existe outra estatística analisada, que demonstra a falta de planejamento, preparo e conhecimento dos micros e pequenos empresários. Os microempreendedores individuais (MEI) são os que apresentam a maior taxa de mortalidade, ou seja, fecham suas empresas em até cinco anos.

Guerra (2021), diz que conforme a pesquisa a sobrevivência de empresas (2020), realizada pelo SEBRAE, cerca de 29% dos microempreendedores fecham suas portas, enquanto 21,6% das microempresas fecham, após cinco anos. Esses valores são preocupantes para o mercado econômico uma vez que, essas empresas são expressivas na economia do País.

A falta de planejamento é um dos fatores cruciais para a falência das micro e pequenas empresas. O pensamento do empresário, deve se manter a altura de grandes empresas. Utilizar recursos para a contratação de pessoas qualificadas que podem auxiliar na gestão do negócio, é o maior diferencial que podemos encontrar.

O grande mal por parte dos pequenos empresários é utilizar o famoso “achismo” no preço de venda do produto ou serviço, fator este, que acarreta o desequilíbrio financeiro, por vender acima do preço necessário, com uma porcentagem de lucro absurda ou por vender abaixo do preço de mercado, sem obter lucro. Das duas formas a empresa sai perdendo. Na primeira situação, vender acima do valor necessário resulta em uma perda de consumidores; na segunda situação há ganho de consumidores, porém perda significativa de receita para a empresa.

Os pequenos empresários, infelizmente, não cultivam o hábito de manter fatos registrados e processos pré-determinados. Tem-se em mente que por ser micro e pequeno empresário, a empresa não necessita de regras ou acompanhamentos gerenciais. Fato este, que acarreta o fracasso e o desequilíbrio financeiro. Não entender a importância da fixação de preços pelos produtos e serviços oferecidos, é um mau hábito do empreendedor. E está diretamente ligada a falta de assessoria de um profissional contábil na

área, para auxiliar na gestão de valores.

Desde o princípio, o reconhecimento por parte do empresário, na importância da gestão, no âmbito contábil gerencial e contábil financeiro, se faz necessário para ocorrer à mudança dos maus hábitos empreendedores. Por exemplo, analisar suas despesas e saber o valor final difere de analisar suas despesas e saber exatamente quais contas deve diminuir. Olhar para suas receitas, e saber qual produto ou serviço gera maior lucro, é identificar em qual área da empresa, se deve investir.

Segundo Jesus (2007), O reconhecimento sobre a necessidade de utilização de um controle de compra e venda para a gestão do estoque, possibilitará ao empresário separar melhor suas compras para os meses seguintes, baseando-se nas previsões de vendas e nos compromissos assumidos de forma que e ele faça uma previsão das receitas futuras e, conseqüentemente, venha programar as compras da empresa.

Entender as necessidades da empresa é um grande passo para mudar os hábitos ruins que acarretam a má utilização de recursos, discrepância no preço de venda de produtos, falta de gestão financeira e gerencial. Para vender produtos ou serviços, se faz necessário, estipular o custo da compra ou de fabricação do mesmo.

A força que a micro e pequena empresa necessita, está diretamente ligada à força com que o empresário investe de forma correta, para que tudo aconteça de uma forma coerente. Ganhando lucratividade, mas acima de tudo ganhando força para atuar cada vez mais no mercado competitivo, a busca por informações atuais permitirá a inovação constante.

Segundo Carvalho (2018), há a necessidade de desenvolver o mercado local, também há a necessidade de estudar a atuação destes para uma compreensão maior das atividades desempenhadas, ajudar micro e pequenos empresários a desenvolver capacidade de gestão na empresa, é contribuir com todos.

Buscar entender o motivo de fatores como maus hábitos empresariais, a falta de informações contábeis gerenciais e como alguns aspectos sociais interferem no dia a dia empresarial é identificar de forma detalhada o problema. Empresas organizadas e saudáveis, fabricam, vendem e prestam serviços de mais alta qualidade. Acima de tudo, quem ganha é o consumidor, que irá ter um produto ou serviço de excelência e também um preço adequado.

Micros e pequenos empresários

O empreendedor é conhecido como aquele que identifica uma oportunidade e consegue criar algo novo para capitalizar recursos, assumindo com isso, responsabilidades na intenção de ser bem-sucedido em seu negócio Jesus (2007).

“As Micro e Pequenas Empresas (MPEs) são grandes geradoras de emprego e renda, possuem um portfólio diversificado de produtos e serviços, além de estar inseridas em vários meios sociais e locais da sociedade

brasileira”. (DAHER et.al. 2012, p.02). Isso significa que as micro e pequenas empresas são responsáveis pela evolução econômica e também tecnológica, por serem numerosas no mercado econômico.

Conforme Alvarenga (2019), no ano de 2019 o número de microempreendedores no Brasil chegou a mais de oito milhões, e tudo indica que esse número será maior a cada ano, pois o País de certa forma é formado por empreendedores. Gitman (2010, p. 18) “o objetivo da empresa e, por conseguinte, de todos os administradores e empregados, é o de maximizar a riqueza dos proprietários”. Conforme citado pelo autor acima, toda e qualquer empresa visa crescimento, destaque no mercado o qual está inserida e principalmente obter lucros, através de informações eficazes para a tomada de decisão e planejamento visando o futuro da empresa.

O papel das MPMEs [Micro Pequenas e Médias Empresas] tem sido discutido e muitos países têm intensificado os investimentos para esses empreendimentos, que são responsáveis na maioria dos países desenvolvidos pela maioria da produção industrial e também do oferecimento de novos postos de trabalho. (SILVA, 2004, p. 30).

É evidente que essas empresas contribuem com a economia do País, gerando empregos, melhorando a vida de muitos cidadãos. E nesse cenário tão competitivo, todas as informações são importantes para os empreendedores, encontrar um diferencial competitivo é expressivo nesse ambiente.

Vendo o crescimento das micro e pequenas empresas, o governo criou a Lei Geral das microempresas, o qual atribui um tratamento diferenciado. Pois elas têm destaque no cenário econômico e precisavam da contribuição do governo para que pudessem continuar expandindo no Brasil.

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere: I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias; II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias; III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão. (BRASIL, 2006).

Essa Lei complementar, foi elaborada para incentivar essas

empresas a evoluírem, uma vez que existem em um número expressivo no Brasil e são responsáveis por um percentual importante na economia do País e que todo o ano seu número aumenta, impactando de forma positiva economicamente.

METODOLOGIA

A presente pesquisa teve o objetivo, buscar dados na sociedade para a devida análise, assim sendo organizados, analisados e apresentados. O projeto ou plano de pesquisa é a organização visual, gráfica de um propósito intelectual, dos diversos aspectos que integram o tema em estudo (MENDONÇA, 1992).

A pesquisa tem a abordagem qualitativa, sendo de natureza aplicada, com o intuito exploratório, buscando solucionar um problema identificado na sociedade Luverdense. Serão descritos os resultados alcançados pelos questionários e entrevistas, de modo a entender como as ações tomadas pelos micros e pequenos empresários de Lucas do Rio Verde, MT, interferem na busca pelas informações contábeis gerenciais.

Marconi e Lakatos (2007) descreveram as questões de pesquisas como indagações amplas, que, para serem respondidas, exigiram a colocação de um conjunto de perguntas específicas no questionário. Assim, foi elaborado o conjunto de 10 (dez) perguntas de múltiplas escolhas, pré-determinadas e iguais para todos os entrevistados, de modo a identificar as variações entre as respostas e entender o motivo de tais desconformidades.

Aplicada no município de Lucas do Rio Verde, com cerca de cinco micros e pequenos empresários da região, tanto prestadores de serviços, quanto comerciantes. Possibilitando com base nos dados coletados a comparação de ambos, de modo a buscar um fator de igualdade que interfira nos dois meios empresariais em paralelo com a problemática mencionada.

O período utilizado para o início da pesquisa de campo foi entre meados de junho até final de setembro de 2021. Foram disponibilizados os questionários antecipadamente, para posteriormente, entrevistar a cada empresário com base nas informações já coletadas pelo questionário.

A entrevista presencial teve como objetivo, realizar as mesmas perguntas aos empresários, contudo dialogando e entendendo o motivo pelo qual a resposta foi preenchida, para uma melhor análise de como a falta de informação impacta na ação tomada por cada empreendedor. Realizadas nas próprias empresas, visando recepção adequada por parte do entrevistado, ocorrendo na última semana de setembro de 2021. Assim foi possível uma padronização, para que a análise fosse realizada com a mesma sistemática.

Com os resultados em mãos, a comparação de respostas teve como intuito almejar como as dificuldades gerenciais dos micros e pequenas empresários, com uma atenção maior na disposição por parte do empresário na mudança de comportamentos gerenciais. Através de tabelas, dispoendo as informações coletadas, sendo realizada a apresentação dos resultados.

A comparação de dados possibilitou o levantamento das opiniões de

uma forma geral. Dessa maneira, com auxílio bibliográfico de grandes especialistas no assunto, permitiu-se a constatação da forma como os pequenos empresários, podem utilizar a contabilidade gerencial para alavancar a empresa e como as metodologias utilizadas interferem na tomada de decisão.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Informações dos Empreendedores

O perfil de cada entrevistado foi disposto de maneira sucinta para não exposição pessoal de cada um. Assim, os primeiros dados retirados dos questionários foram para a apuração de fatores amplos como idade, escolaridade e sexo de cada um dos entrevistados. Fatores estes, que quando analisados e dispostos, demonstram que dentre estes entrevistados, todos estão nos primeiros anos de empresa, nenhum dispõe de um ensino superior, conforme dados na tabela abaixo.

Tabela: Fonte de Dados – Perfil do Empreendedor

	Quanto tempo possui a sua empresa?	Qual sua escolaridade?	Sexo
E1	Entre 01 ano e 03 anos	Fundamental incompleto	Masculino
E2	Menos de 01 Ano?	Médio Completo	Feminino
E3	Entre 01 ano e 03 anos	Médio Incompleto;	Masculino
E4	Entre 01 ano e 03 anos	Médio Completo	Feminino
E5	Menos de 01 Ano?	Médio Incompleto;	Masculino

Fonte: elaboração do autor, 2021.

Os desafios e dificuldades enfrentadas diariamente.

A tabela Desafios e Dificuldades possuiu o intuito de buscar de maneira mais ampla, quais as dificuldades do ponto de vista do empresário, que encontra na empresa.

Com a entrevista a resposta deste questionamento permitiu o entendimento do maior problema, que o empresário considerou até o momento, e assim entender a partir desta indagação como as ações que ele toma interferem para problemática.

Tabela 01: Desafios e Dificuldades

Questão 01 - Encontra desafios ao gerenciar sua empresa? Se sim, quais?	
E1	Sim, pagamento de imposto, controlar financeiro da empresa. Separar CPF e CNPJ, realizar orçamentos em tempo hábil.

E2	Muitos. Não tenho controle do que entra e sai do meu MEI, só sei o valor que sobra no fim do mês para consumo próprio.
E3	Sim. Tenho problemas com fornecedores, não controlo o que tenho a venda.
E4	Sim, a pandemia afetou muito, e os impostos ainda são muito altos, e não consigo achar alguém que possa trabalhar para mim.
E5	Sim, não entendo como pago tanto imposto.

Fonte: elaboração do autor, 2021.

As cinco respostas obtidas na Tabela Desafios e Dificuldades demonstram que realmente os pequenos empresários enfrentam dificuldades. Foi possível observar que não possuem controle sobre o que vendem e sobre o que pagam. Transmitem falta de conhecimento sobre seus negócios. Durante as entrevistas, todos reafirmaram as repostas que escreveram, e também ressaltaram o problema que diz ser mais desafiador, o pagamento de imposto, apesar de o MEI ser o regime com carga tributária simplificada. Contudo, o fator para não entenderem o valor final do imposto que pagam, é exatamente o descontrole gerencial sobre suas empresas.

A contabilidade gerencial é designada para os setores da gestão, para tomarem as decisões corretas. Saibam analisar as demandas que a empresa precisa. “É o ramo do conhecimento da Contabilidade que gera informação sobre o desempenho da firma ou de suas partes”. (CARDOSO; MÁRIO; AQUINO; 2007).

Tabela 02: Assessoria de Profissionais Contábeis

Questão 02 - Possui assessoria de profissionais contábeis? Se sim, quando os solicita?

E1	Sim, quando tenho dúvidas em emissão de notas, pagamento de impostos
E2	Não, não preciso pagar um contador para o MEI.
E3	Sim. Na emissão de Nota.
E4	Sim. Não entendo como funcionam algumas coisas, ligo para o escritório quando acho que tem algo errado.
E5	Sim, mais algumas coisas que me explicam eu não entendem.

Fonte: elaboração do autor, 2021.

Na segundo tabela, com nomenclatura Assessoria de Profissionais contábeis, analisando e comparando as respostas, notasse que não houve ou há preparo para os empresários Luverdenses, administrarem seus negócios. O entrevistado identificado como E2 respondeu: “Não, não preciso pagar um contador para o MEI”. Após a resposta, houve o questionamento: “A empresa que gerencia, está tendo bons resultados?” Em alguns segundos respondeu, desapontando: “Não, mas não tenho dinheiro para investir em contadores”.

Após a devolutiva, percebe-se que não houve planejamento e

preparo para iniciar a empresa. Houve vontade e necessidade, que infelizmente sozinhas, não trazem o sucesso e a lucratividade desejada. A contabilidade é essencial para se produzir resultados.

O desafio da contabilidade gerencial continua sendo o mesmo: auxiliar na agregação de valor às empresas, subsidiando o processo de tomada de decisão. (CARDOSO; MÁRIO; AQUINO; 2007). Destas respostas, pode-se concluir que a falta de preparo e conhecimento dos pequenos e microempresários Luverdensenses, são causas de enorme falta de informação para o gerenciamento dos empreendimentos de cada um dos entrevistados. Ou seja, informação é o poder dentro da empresa.

Os métodos utilizados para o gerenciamento da empresa

Tabela 03: Sistemas Utilizados

Questão 03 - Faz o uso de sistema interno para controle gerencial? Se Sim, qual?	
E1	Sim, tenho sistema, mas ainda não utilizo. Falto saber mexer, conciliar o operacional com o administrativo.
E2	Sim, uso meu sistema próprio, no caso listas e cadernos.
E3	Sim, OMINE
E4	Sim, planilha de Excel.
E5	Sim, Excel.

Fonte: elaboração do autor, 2021.

Sobre a tabela 03, sistemas utilizados, todos os entrevistados possuem sistemas para gerenciamento e controle, no entanto, cada qual usa um método específico, sendo assim, um sistema específico. Dentre eles, apenas o entrevistado E3, demonstrou utilizar um sistema pago que lhe dá um controle parcial, contudo na Tabela 01, onde foi abordado sobre Desafios e Dificuldades, o mesmo entrevistado disse não ter controle sobre o que possui para venda e que isso causa alguns problemas com os fornecedores. Isso mostra não haver utilização correta do sistema que possui ou que o sistema não aborda todas as necessidades da empresa. Causando impactos, como a falta de informação.

Os entrevistados E2, E4, e E5, fazem utilização de métodos, que com o avanço da tecnologia, são considerados defasados e inadequados como: o controle feito por planilhas de Excel e de relatórios manuscritos. Tais relatórios são muito fáceis, de se realizar modificações em dados já registrados, deixando a tomada de decisão ineficaz. Mais uma vez, nota-se total falta de informação e conhecimento no gerenciamento das pequenas empresas. Havendo mudanças nas ações tomadas para a gestão dos pequenos empresários, com o auxílio de profissionais contábeis e de sistemas qualificados, todas as empresas teriam melhorias, tendo noções de todas as áreas. Já na tabela 04, ao perguntar se conhecem demonstrativos contábeis, todos nos deram a certeza de não reconhecerem o que são os

demonstrativos, muito menos, para que servem.

Tabela 04: Conhecimento Contábil

Questão 04 - Conhece algum demonstrativo contábil? (balanço, DRE, balancete....) Se Sim, qual?

E1	Não.
E2	Não.
E3	Sim, mas apenas um amigo comentou.
E4	Não.
E5	Não, mas o banco já me solicitou um relatório de faturamento.

Fonte: elaboração do autor, 2021.

Na tabela 05: Tomada de Decisão, é onde se pode concluir não haver nenhum padrão, método de gestão ou conhecimento gerencial contábil para a tomada de decisão.

Tabela 05: Tomada de Decisão.

Questão 05 - O que utiliza para tomar decisões na empresa?

E1	Pressentimento.
E2	Penso no que posso fazer.
E3	Se tenho dinheiro eu consigo fazer algumas coisas.
E4	Analiso se é vantajoso.
E5	Não tenho um método específico.

Fonte: elaboração do autor, 2021.

Segundo os resultados obtidos, observou-se total despreparo para administrarem seus negócios. Segundo Leite (1997), por mais que se ampliem e se sofisticuem as empresas e as organizações que as administram e por maior que seja o avanço tecnológico, há sempre a necessidade de se saber com precisão de onde vieram os recursos empregados pela empresa, onde foram eles investidos e qual o ritmo da multiplicação destes recursos administrados por seus executivos.

As realizações destas perguntas tiveram o interesse de verificar os métodos para a tomada de decisão, se há procedimentos padronizados ou relatórios que possam dar base nas decisões de qualquer área das pequenas empresas. Ressalta-se que não é o tamanho da empresa que á obriga a ter processos pré-padronizados. Toda e qualquer empesa, começa pequena. O diferencial para as empresas que crescem é exatamente os processos e decisões tomadas no início.

Segundo Cardoso (2007), desde seus primórdios, a Contabilidade busca ser, no mínimo, uma ferramenta para auxiliar na tomada de decisões no tocante ao controle e consequente gerenciamento da empresa em relação ao seu patrimônio, independentemente de seu porte ou atuação econômica.

Métodos utilizados para o gerenciamento da empresa

Tabela 06: Comportamentos Gerenciais

Questão 06 - Sente que sua empresa precisa melhorar? Se sim, em que sentido?	
E1	Sim, na maneira como administro.
E2	Sim, controle de vendas.
E3	Sim, maneira como planejo.
E4	Sim, crescimento.
E5	Sim, administração.

Fonte: elaboração do autor, 2021.

O propósito destas perguntas foi a de identificar os métodos utilizados para a tomada de decisões e perceber se o empresário está disposto a inovar o seu negócio. Na Tabela 06 Comportamentos gerenciais, todos os entrevistados de modo geral reconhecem que suas empresas precisam melhorar.

Quando questionados em que sentido precisa melhorar, as respostas foram diversificadas. Isso porque, os pequenos empresários entrevistados, trabalham em ramos diferentes. Contudo, constatam-se que não importa qual o ramo da empresa, todas necessitam de profissionais qualificados para lhe ajudarem na contabilidade gerencial.

Tabela 07: Aceitação de Novos Métodos

Questão 07 - Está disposto a utilizar demonstrativos gerenciais para analisar a situação de sua empresa?	
E1	Sim.
E2	Sim.
E3	Sim.
E4	Sim.
E5	Sim.

Fonte: elaboração do autor, 2021.

Tabela 08: Planejamento

Questão 08 - Gostaria de ter uma assistência profissional na área gerencial?	
E1	Sim.
E2	Sim.
E3	Sim.
E4	Sim.
E5	Sim.

Fonte: elaboração do autor, 2021.

As outras duas perguntas realizadas, apresentadas nas tabelas seguintes, afirmam ainda mais a vontade de cada um deles em buscar auxílio e ajuda para alavancarem o micro e pequenas empresas. Eles têm a consciência de que a falta de informações é um dos principais problemas.

Segundo Monteiro et al. (2011), para muitos empreendedores, administrar uma empresa, planejando seus objetivos, mobilizando os meios necessários para atingi-lo, controlando os resultados obtidos, tem sido considerada tradicionalmente mais uma arte ou uma qualificação adquirida pela experiência do que um conjunto de técnicas baseadas no conhecimento científico. Mudar este pensamento é o primeiro passo para evoluir a empresa a um nível em que os processos sejam padronizados, trazendo a contabilidade gerencial para dentro, em todas as áreas.

O pequeno empresário está disposto a mudar comportamentos gerenciais

Tabela 09: Busca por Melhorias

Questão 09 - Procura melhorar seu gerenciamento e seu produto, conforme o mercado avança?	
E1	Sim.
E2	Sim.
E3	Sim.
E4	Sim.
E5	Sim.

Fonte: elaboração do autor, 2021.

Tabela 10: Investimentos

Questão 10 - Em sua opinião assinale as características, que considere serem investimentos para sua empresa:	
E1	Locação de Sistemas; Contratação de Assessoria; Contratação de profissionais qualificados; Parcerias público/privadas;
E2	Contratação de Assessoria; Contratação de profissionais qualificados; Parcerias público/privadas;
E3	Contratação de Assessoria; Parcerias público/privadas;
E4	Locação de Sistemas; Contratação de Assessoria; Contratação de profissionais qualificados; Empréstimos Bancários;
E5	Locação de Sistemas; Contratação de Assessoria; Contratação de profissionais qualificados; Parcerias público/privadas;

Fonte: elaboração do autor, 2021

Nestas duas últimas perguntas, buscou-se entender o que os

empresários consideram investimentos para empresa e a certeza de consciência na busca por melhorias. Todos os entrevistados aparentam buscar avançar, conforme o mercado exige, mesmo com imprevistos e falta de conhecimento na gestão. Isso torna visível à vontade e comprometimento com as pequenas empresas. Incentivar a buscar, na Contabilidade, o apoio necessário para melhorarem e mostrar a cada empresário um caminho saudável que lhes dará segurança nos resultados e muitos aprendizados.

Na Tabela 10, foram disponibilizadas na questão algumas opções de investimentos, para que cada entrevistado marcasse a que considere ser um investimento á empresa. As opções foram: Locação de Sistemas; Contratação de Assessoria; Contratação de Profissionais Qualificados; Empréstimos Bancários; Parcerias Públicas e Privadas; na análise dos dados, foi identificado que todos os entrevistados, consideram a Contratação de Assessoria, investimento.

Apenas o E4, identificou o Empréstimo Bancário como um investimento. Relembrando que na tabela 06, o mesmo, diz que a melhoria que precisa na empresa é o crescimento. Isso levou, ao questionamento durante a entrevista, sobre o que faria com o Empréstimo bancário, como tomaria a decisão de onde investir o dinheiro. A resposta obtida foi: “Quando acredito ser vantajoso para mim, eu busco dinheiro para colocar na empresa, mas não tenho auxílio de meu contador. Eles não conseguem me entender quando busco explicações”. Com isso, houve o questionamento: “O Senhor possui controle dentro da sua empresa, informações que possa passar ao seu contador?” a resposta foi: “Não, não consigo pessoas para trabalhar comigo”.

Com estas respostas, o E4, demonstra precisar de auxílio para a gestão de sua pequena empresa. Apesar de mostrar não conseguir se adaptar com pessoas trabalhando com ele, entende que precisa de assessoria para ensinar a trabalhar com a Contabilidade Gerencial, para não sofrer mais com a falta de informações.

Segundo Marion e Ribeiro (2011), a contabilidade gerencial supre os usuários internos não só de informações extraídas dos relatórios derivados da contabilidade financeira, mas também de informações de natureza física e de produtividade, além de outras de natureza operacional, que os auxiliam nas suas tomadas de decisões sobre o melhor aproveitamento dos recursos humanos, financeiros e físicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seguinte pesquisa buscou analisar como a falta de informações afeta os micros e pequenos empresários Luverdenses. As entrevistas realizadas foram de grande valia, pois as respostas obtidas ressaltaram todos os fatores apontados como cruciais para o desempenho das pequenas empresas. De modo geral, após a comparação de dados, ficou nítido analisar como a falta de informação afeta os pequenos empresários. A falta de conhecimento na gestão das pequenas empresas, a não padronização de

processos, sistemas de controle ultrapassados, não recorrer à assessoria contábil, fatores estes que para os empresários entrevistados, são as causas das más ações na gestão das pequenas empresas.

A falta de informação é um problema que acarreta outros. Buscar entender, que com a utilização da contabilidade gerencial, para controlar as informações que uma empresa produz diariamente, nos mais variados setores que possui, é trilhar um caminho seguro na tomada de decisões futuras. A presente pesquisa conseguiu analisar estes empresários Luverdenses e comprovar que a falta de informações é um problema, que pode ser solucionado com pequenas ações contábeis e administrativas, por sistemas e processos adequados.

A sociedade Luverdense faz consumo diário de serviços e produtos de micro e pequenas empresas e a melhoria da gestão dessas pequenas empresas só trará benefícios nos produtos e serviços vendidos, já que para um bom produto ser ofertado em valor acessível, se faz necessária uma gestão de qualidade.

É importante, lembrar que a pesquisa não faz o apontamento a todos os fatores que a falta de informação contábil gerencial pode trazer na gestão de pequenas empresas, contudo, ressalva-se que foram abrangidas de forma sucinta alguns pontos relevantes aos micro e pequenos empresários entrevistados, de forma que demais pesquisas, podem ser feitas contendo outros fatores que consigam acarretar os problemas que a falta de informação pode trazer a vida dos pequenos empresários.

Enfim, com o estudo realizado, foi possível explicar os aspectos essenciais na utilização da contabilidade gerencial na administração das pequenas empresas, com a finalidade de apresentar como a falta de informação afeta a vida dos pequenos empresários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, D. **País já tem 8,1 milhões de microempreendedores formais; veja atividades em alta entre MEIs.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/03/pais-ja-tem-81-milhoes-de-microempreendedores-formais-veja-atividades-em-alta-entre-meis.ghtml>>. Acesso em: 5 de maio de 2021.

BARROS, V. de M. **O novo velho enfoque da informação contábil.** Revista Contabilidade & Finanças, v. 16, n. 38, p. 102-112, maio-ago. 2005. Disponível em: Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **Lei complementar nº123** de 14 de dezembro de 2006. Art. 1º. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº

9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

CARDOSO, R.L.; MÁRIO. P. de C.; AQUINO, A.C. B de. **Contabilidade Gerencial: mensuração, monitoramento e incentivos**. São Paulo: Atlas, 2007.

CARVALHO, J. N. F. de. **A utilização de informações contábeis com fins gerenciais pelos microempreendedores da praça Isaac de Miranda, localizada em Santana do Ipanema**. 54 f. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Unidade Santana do Ipanema, Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3777>. Acesso em 8 de outubro de 2021.

CORONADO, O. **Controladoria no atacado e varejo: logística integrada de gestão sob a óptica da gestão econômica logística**. São Paulo: Atlas, 2001.

DAHER, D. da M. MINEIRO, A. A. da C. DAMASO, J. BOAS, A.A.V. **As micro e pequenas empresas e a responsabilidade social: uma conexão a ser consolidada**. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/54716865.pdf>. Acesso em 27 de setembro de 2021.

DUBOIS, A. KULPA, L. SOUZA, L. E. de. **Gestão de custos e formação de preços: conceitos, modelos e instrumentos: abordagem do capital de giro e da margem de competitividade**. São Paulo: Atlas, 2006.

FREZATTI, F. **Gestão de valor na empresa: uma abordagem abrangente do valuation a partir da contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, ed. 1, 2003. p. 119.

FREZATTI, F. GUERREIRO, R. AGUIAR, A. B.; GOUVÊA, M. A. **Análise do relacionamento entre a contabilidade gerencial e o processo de planejamento das organizações brasileiras**. Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 33-54, 2007

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GOMES, M. J. **Análise do modelo de avaliação de intangíveis proposto por Sveiby (1998) em empresas de base tecnológica no estado de Pernambuco**. 208 f. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

GUERRA, C. A.; **Sebrae: pequenos negócios têm maior taxa de mortalidade. Agência Brasil.** 27 jun. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-06/Sebrae-pequenos-negocios-tem-maior-taxa-de-mortalidade>. Acesso em 27 de setembro de 2021.

IUDÍCIBUS, S. de. **Contabilidade gerencial.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

JESUS, M. K. D. de. **Microempreendedor individual e a utilização de ferramentas da contabilidade gerencial na gestão do negócio** – uma análise nos segmentos de restaurantes e lanchonetes no município de Anchieta/es. Dspace Jspui, Anchieta, p. 1-34, 12 dez. 2007. Disponível em: <https://dspace.doctum.edu.br/handle/123456789/2836>. Acesso em: 7 out. 2021.

LEITE, H. P.; **Contabilidade para Administradores.** São Paulo: Atlas S. A., ed. 4, 1997. p. 518.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis.** ed. 5. São Paulo: Atlas, 2007

MARION, J. C.; RIBEIRO, O. M.. **Introdução à Contabilidade Gerencial.** São Paulo: Saraiva, ed. 1, 2011. p.126.Idem;

MENDONÇA, L.M.N. **Trabalho científico.** Goiânia, 1992. Material didático (transparências) do curso de extensão Normalização Bibliográfica e Redação Científica, promovido pelo Departamento de Nutrição/FEN/UFG.

MONTEIRO, E. M. A.; DINIZ, F. J. L. S.; LIMONGI-FRANÇA, A. C.; CARVALHO, J. V. F. **O impacto da qualidade de vida no trabalho (QVT) no faturamento das indústrias metalúrgicas do Estado do Pará.** Revista de Administração da UEPG, v. 2, n. 1, p. 18-33, 2011.

MOREIRA, R. L. ENCARNAÇÃO, L. V.; BISPO, O. N. de A.; ANGOTTI, M.; COLAUTO R. D. **A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas.** Revista Contemporânea de Contabilidade - ISSN 2175-8069, UFSC, Florianópolis, v.10, n.19, p. 119-140, jan./abr., 2013

PADOVEZE, C. L.. **Contabilidade Gerencial: enfoque em sistema de informação contábil.** São Paulo: Atlas, ed. 7º, 2010. p.636.

RESNIK, Paul. **A bíblia da pequena empresa: como iniciar com segurança sua pequena empresa e ser muito bem sucedido.** São Paulo:

McGraw-Hill, 1990 apud CABIDO, Anderson Costa. Práticas gerenciais e modelos de gestão garantidores do sucesso de pequenas empresas. 197 f. 1996. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

SILVA, J. B. **O Uso de Ferramentas de Gestão Empresarial como Fator de Sucesso dentro das Empresas - Um Estudo de Caso**. Dissertação – Mestrado em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2004.

Karoline Petricio Martins

Enfermeira da UTI Neonatal do Complexo Hospital de Clínicas pela
Universidade Federal do Paraná - UFPR.
Coordenadora Estadual do Método Canguru no Paraná.
Mestre em Prática do Cuidado em Saúde pela
Universidade Federal do Paraná - UFPR.
Especialista em Preceptoría pela UFRN/Ebserh.
Especialista em Gestão em Saúde pela
Universidade Federal do Paraná - UFPR.
Especialista em Pediatria e Cuidados Intensivos Neonatais pela
Faculdade Pequeno Príncipe – FPP.
Especialista PSF pela Universidade Gama Filho – UGF.

Gisele Weissheimer

Enfermeira da UTI Neonatal do Complexo Hospital de Clínicas na
Universidade Federal do Paraná – UFPR.
Especialista em Pediatria e Neonatologia pela
Faculdade Pequeno Príncipe – FPP.
Mestre e Doutora em Enfermagem pela UFPR.

Sanele Cristina da Cruz Pereira

Enfermeira pela Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC
Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Paraná - UFPR
Especialista em Oncologia pela Facuminas
Especialista em Cuidados Paliativos pela Facuminas
Especialista em Enfermagem Dermatológica pela Estácio de Sá
Atua no Hospital de Clínicas Professor Edgar Santos da Universidade Federal da Bahia -
HUPES/UFBA no Serviço de Oncologia Clínica.

Fabrcio Salles Rosa Solak

Médico Neonatologista.
Preceptor da Residência Médica em Neonatologia.
Universidade Federal do Paraná – UFPR.
Complexo Hospital de Clínicas da UFPR.

Sumaya Hillana Santos

Enfermeira pela Faculdades Pequeno Príncipe - FPP
Especialista em Pediatria e Neonatologia pela Faculdades Pequeno Príncipe - FPP
Responsável Técnica de Enfermagem no
Complexo Hospital de Clínicas do Paraná - CHC-UFPR
na Unidade de Cuidados Neonatais.

Viviane Maria Príncipe Crucinsky

Engenheira Civil pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR
Mestranda em Engenharia Biomédica pela Universidade Tecnológica Federal – UTFPR
Especialista em Gestão Pública pela Faculdade do Vale Elvira Dayrell – FAVED

RESUMO

Introdução: A preceptoría é um meio acadêmico de promoção de ações educativas e realísticas de caráter formativo em uma instituição formadora de ensino em saúde é uma ação é conjunto com uma equipe multiprofissional atuante na prática do serviço elencado. Possui vínculo empregatício com

instituição, porém, não especificamente, na função de preceptor, atuando concomitantemente, como supervisor e orientador em campos de práticas de estágios na construção de saberes. **Objetivo:** Identificar as atividades pedagógicas desempenhadas por enfermeiros preceptores. **Método:** Buscou-se realizar uma revisão integrativa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, Na primeira etapa, delinearam-se a questão norteadora e o objetivo. Na segunda etapa, estabeleceu-se como critério de inclusão os estudos que abordassem o enfermeiro assistencial na função de preceptor, idiomas português e inglês, publicados no período de 2012 a 2022. Na terceira etapa, elaborou-se instrumento para caracterização dos artigos. **Resultados:** Dos 18 artigos elegíveis, após a leitura dos resumos, selecionaram-se 11 publicações para leitura na íntegra, os quais foram incluídos neste estudo. No ano de 2021 foram publicados quatro artigos. Em 2019, obtiveram-se três publicações, seguidas de duas publicações no ano de 2017. Já nos anos 2014, 2016 e 2018, encontrou-se uma publicação por ano. Nos anos de 2020 e 2015, não se identificaram publicações. **Conclusão:** A pesquisa mostrou o papel do enfermeiro preceptor dotar de conhecimentos técnicos, habilidades metodológicas e teóricas para estimular o desenvolvimento profissional dos residentes, tornando-os capazes de desenvolver capacidades, pensamentos críticos e saberem atuar de forma humanizada, coerente e eficaz.

Palavras-chave: preceptoria; educação em saúde; educação continuada; pesquisa em educação em enfermagem; ensino.

INTRODUÇÃO

A atividade de preceptoria é vista como meio de promover ações educativas e formativas em instituições de saúde, sendo desenvolvidas em conjunto com os profissionais atuantes nesses serviços e os indivíduos que buscam por esse atendimento. Durante esse período, de acordo com segundo a Lei Federal nº 11.788/2008, realizam-se o acompanhamento e a avaliação do discente por enfermeiros preceptores (CELENE, DOURADO, 2021).

O preceptor é o profissional que tem vínculo empregatício no serviço de saúde e, concomitantemente, atua na supervisão e orientação de estágios, com intuito de obtenção e construção de saberes. Esse profissional proporciona ao estudante a aquisição de responsabilidade pedagógica e habilidade clínica, visto que algumas abordagens não são discutidas durante as aulas teóricas da graduação e podem se tornar desafios para futura prática profissional (DEMOGALSKI et al., 2021; MARTINS, SCARCELLA; 2020).

Para criar forma de trabalho que, além de ser educativo, desenvolva nos indivíduos visão crítica e crescimento intelectual e pessoal para atuar na sociedade, o preceptor deve estabelecer meios efetivos sobre o quê ensinar e como fazê-lo (SANTOS et al., 2017; FREITAS et al., 2021).

A realização de preceptorias para o curso de enfermagem, por enfermeiros atuantes na assistência, requer que os profissionais detenham embasamento teórico-pedagógico que proporcionem a aprendizagem significativa. Destarte, os preceptores devem deter aptidões que possibilitem o desenvolvimento de tarefas, por meio de intervenções necessárias no processo educativo, que incentivem o crescimento do profissional (CELENE, DOURADO, 2021).

Entretanto, é importante salientar que alguns componentes são relevantes para que essa prática não seja meramente reprodutivista, mas que exerça papel na transformação dos indivíduos. Deste modo, o preceptor, para alcançar esses componentes, deve reconhecer a própria importância e o respectivo papel na formação do aluno e, por isso, ao longo do processo, deve ser capaz de identificar fragilidades, falhas e necessidades de mudança, para que seja realizado o processo de aprendizagem da melhor forma (ANTUNES et al., 2016).

Acrescido a isso, para atuar como preceptor, o enfermeiro deve exercer esse ofício no próprio campo de atuação, facilitando o processo, devido ao conhecimento da estrutura da unidade, ao relacionamento com a equipe e às demandas necessárias (FERREIRA, DANTAS, VALENTE, 2018).

A discussão dessa temática é justificada pela necessidade do desenvolvimento de estratégias de intervenção, para promoção da qualificação de enfermeiros preceptores e das assistências da unidade, com intuito de aflorar a práxis pedagógica na função de preceptor e educador. Deste modo, nota-se que o enfermeiro preceptor tem papel fundamental na formação de profissionais, atuando no crescimento e desenvolvimento deles. Por atuar em hospital-escola, observa-se a necessidade de aproximação do enfermeiro com meios que propiciem a difusão de conhecimentos para os estudantes. Desta forma, surgiu a seguinte questão norteadora: como é a atuação do enfermeiro assistencial na função de preceptor?

Objetivou-se identificar as atividades pedagógicas desempenhadas por enfermeiros preceptores.

MÉTODO

Trata-se de revisão integrativa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório. A revisão integrativa é um método de pesquisa utilizado desde 1980, no âmbito da Prática Baseada em Evidências (PBE), que envolve a sistematização e publicação dos resultados de pesquisa bibliográfica em saúde, para que possam ser úteis na assistência à saúde, acentuando a importância da pesquisa acadêmica na prática clínica. O principal objetivo da revisão integrativa é a integração entre a pesquisa científica e a prática profissional (AGNOL, SOUZA, 2009).

Na primeira etapa, delimitaram-se o tema de estudo, a questão norteadora e o objetivo. Na segunda etapa, estabeleceu-se como critério de inclusão os estudos que abordassem o enfermeiro assistencial na função de

preceptor, disponibilizados on-line, na íntegra e gratuitamente, nos idiomas português e inglês, publicados no período de 2012 a 2022.

Na terceira etapa, elaborou-se instrumento para registrar a caracterização dos artigos, de acordo com a autoria, o ano de publicação, o título e objetivo, apresentados na Quadro 1.

A busca das publicações foi realizada nas bases de dados SCIELO, MEDLINE e LILACS, utilizando-se dos descritores disponíveis no DECS: enfermeiro; preceptor; práxis pedagógica; Pediatria.

Na quarta e quinta etapas: realizou-se a leitura sistemática dos resumos e posterior leitura exaustiva dos artigos selecionados. A análise dos artigos pesquisados possibilitou a obtenção de panorama geral sobre a temática.

Como sexta etapa, apresentou-se a revisão e síntese do conhecimento de maneira descritiva, respaldando a discussão nos teóricos da temática.

Respeitaram-se os princípios, da Resolução do COFEN 311/2007, de honestidade e fidedignidade, bem como os direitos autorais no processo de pesquisa, especialmente na divulgação dos resultados.

RESULTADOS

Identificaram-se nas bases de dados 783 publicações. Após aplicar os critérios de elegibilidade e excluir aqueles em duplicidade, restaram 26 artigos. Na sequência, selecionaram-se 18 estudos, após a exclusão de oito publicações, por não se adequarem ao tema buscado, ao serem analisados os títulos. Dos 18 artigos elegíveis, após a leitura dos resumos, selecionaram-se 11 publicações para leitura na íntegra, os quais foram incluídos neste estudo. Não se encontraram estudos por meio da busca manual nas referências dos artigos encontrados.

Pela análise, observou-se que no ano de 2021 foram publicados quatro artigos. No ano de 2019, obtiveram-se três publicações, seguidas de duas publicações no ano de 2017. Nos anos de 2014, 2016 e 2018, encontrou-se uma publicação por ano. Nos anos de 2020 e 2015, não se identificaram publicações.

Houve aumento de publicações acerca da temática no decorrer dos últimos anos, o que pode estar relacionado com o aumento de interesse sobre a práxis pedagógica, visto que a necessidade de preparação do discente e os métodos para o alcance desse objetivo são essenciais para preparação e difusão de informações.

Os artigos inclusos estão disponíveis na língua portuguesa e em periódicos científicos com as seguintes classificações de Qualis-capes: um A2; quatro B2; e três B4 e B5. Com relação ao delineamento metodológico, onze foram pesquisas originais e uma revisão bibliográfica. Dessas pesquisas originais, dois são estudos de caso, um relato de experiência, um estudo quali-quantitativo e sete estudos qualitativos.

Observa-se que o número de publicações de dados periódicos, de acordo com a localização geográfica de vínculo de origem dos autores, na Região Sudeste, foi maior do que em outras regiões, totalizando nove trabalhos publicados, sendo eles distribuídos entre os estados do Rio de Janeiro (06) e São Paulo (02). Na Região Sudeste, concentram-se as principais escolas acadêmicas formadoras de profissionais de excelência, tornando-a um centro científico, além de estarem presentes nessa região os maiores programas piloto de saúde. A Região Sul detém artigos publicados no estado do Rio Grande do Sul (02) e a Região Nordeste em Pernambuco (01). Não se identificaram publicações das Regiões Norte e Centro-Oeste a cerca da temática investigada.

A síntese dos artigos analisados possibilitou definir três categorias temáticas: papel do preceptor, aspectos positivos da função de preceptoria e fragilidades. O quadro 1 apresenta a caracterização dos estudos incluídos na revisão, os quais constituíram o corpus do estudo e representaram a essência para elaboração dos resultados, da discussão e respectiva conclusão sobre a temática

Quadro 1- Artigos selecionados para compor a revisão integrativa. Curitiba, Brasil, 2022.

Titulos	Autores/ Anos	Objetivos	Tipos de Estudo	Resultados	Periódico	Qualis
1 Investigação sobre os saberes e a prática pedagógica do preceptor: um teste piloto	PEIXOTO, TAVARES, QUEIROZ, 2014	Verificar se as técnicas de investigação de uma dissertação de mestrado, sendo a observação participante e a entrevista semiestruturada, se adequarão à pesquisa proposta.	Estudo qualitativo, utilizando a etnografia.	Observou-se que as técnicas de coleta de dados escolhidas se adequavam à pesquisa original proposta, porém as adaptações foram necessárias para detalhar o estudo, tendo em vista o objetivo de realizar uma pesquisa etnografia.	Revista de Enfermagem UFPE	B4
2- A práxis do enfermeiro preceptor em enfermagem obstétrica: um desafio cotidiano	SOARES, FERREIRA, 2017	Descrever e analisar essa práxis e seus desafios, para proposição de estratégias educacionais facilitadoras.	Pesquisa qualitativa, exploratória, descritiva, transversal	As tendências de atuação do preceptor possibilitam o aprendizado e o aperfeiçoamento dos profissionais, estimulam a busca de atualização do conhecimento e do desenvolvimento de habilidades de escuta, flexibilidade, liderança, disponibilidade e proatividade, e compartilham responsabilidades entre os serviços de saúde e a universidade. O preceptor em enfermagem obstétrica atua como mediador entre a teoria e a prática no campo, cabendo a este sinalizar o perfil a ser desenvolvido pelos futuros especialistas.	Revista Pró-univerSUS	B5

3- Contribuições do Estágio Supervisionado para a Formação da Identidade Profissional do Enfermeiro	LUDKE, ALMEIDA, SILVA, 2017	Descrever e analisar as contribuições do Estágio Supervisionado para formação da identidade profissional do enfermeiro.	Natureza qualitativa, descritiva e exploratória.	Na enfermagem, a identidade profissional é construída dentro de um ambiente de trabalho coletivo, relacionamentos entre colegas (equipe interdisciplinar, paciente e família) inseridos em situações de trabalho, marcado por retrocessos, continuidades e rupturas, sucessos e fracassos. Frente para o praticante, o instrutor abre as portas do conhecer, mostrando a ele o cotidiano de ser enfermeiro. Este espaço de trabalho auxilia os profissionais na autodefinição, pois como pessoa e profissional, contribuindo, portanto, para construção da identidade profissional.	Cultura de los Cuidados	B2
4- Saberes e competências do enfermeiro para preceptoría em unidade básica de saúde	FERREIRA, DANTAS, VALENTE, 2018	Descrever as ações realizadas pelo enfermeiro na preceptoría de alunos na Unidade Básica de Saúde (UBS).	Natureza qualitativa, descritiva e exploratória.	Aproximação do conceito de preceptor com o ofício de ensinar; o frágil reconhecimento institucional da UBS como campo de estágio e a oferta de saberes dos preceptores: vencendo dificuldades; o enfermeiro preceptor agindo frente à dinâmica dos fatos que surgem e moldam a realidade em uma UBS; oportunidades e limitações da prática pedagógica implicando formação permanente.	Revista Brasileira de Enfermagem	A2
5- Residência Multiprofissional em Saúde: vivência do ser preceptor na atenção ao paciente crítico	MILANESI, CAREGNATO, CALABARRO, 2019	Explorar vivências dos preceptores de dois programas de Residência Multiprofissional em Saúde na atenção ao paciente crítico.	Estudo de caso	Preceptores mostraram-se satisfeitos, entretanto, fatores dificultadores para prática foram elencados, como sobrecarga laboral e falta de carga horária específica.	Research, Society and Development	B2
6- Preceptoría em enfermagem em um serviço público de saúde	PACZEC, ALEXANDRE, 2019	Relatar a experiência do preceptor da residência de Enfermagem do Programa de Residência Integrada em Saúde.	Relato de experiência	Subsidia-se, pelo programa de residência, a formação de profissionais, integrando ensino, serviço e aprendizado, desenvolvendo competências e habilidades na formação dos profissionais e a troca de experiências.	Revista de Enfermagem UFPE	B5
7- Estágio supervisionado: percepção do preceptor sobre o processo de ensino-aprendizagem em um hospital de ensino	LACERDA, TELES, OMENA, 2019	Compreender a percepção dos preceptores sobre o processo de ensino-aprendizagem e as práticas interdisciplinares no ambiente hospitalar	Estudo descritivo e qualitativo	A maioria dos preceptores atuam empiricamente, sem formação específica para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem. Conclui-se que a compreensão desses saberes é imprescindível à construção de ações que respondam às necessidades pedagógicas desses preceptores no	Revista e-Curriculum	B5

				processo de formação de novos profissionais.		
8- Competências necessárias para Atuar como preceptor: percepção de enfermeiros hospitalares	MIYAZATO et al., 2021	Identificar, na percepção de enfermeiros, as competências necessárias à função de preceptoria hospitalar e construir uma matriz com competências essenciais ao preceptor de enfermeiros.	Natureza qualitativa, descritiva e exploratória	Tendo como fundamentação teórica as análises das falas dos entrevistados e as competências gerais descritas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Enfermagem, foi construída matriz com competências essenciais ao preceptor de enfermeiros. A matriz de competências possui como finalidade manifestar o entendimento sobre o que é essencial ao perfil de um profissional, tornando-se, assim, um termo de referência para os desempenhos.	Enfermagem em foco	B2
9- Contribuições e desafios da preceptoria nos Programas de Residência em Enfermagem	FREITAS et al., 2021	Identificar, a partir da busca na literatura científica, as contribuições e os desafios vivenciados pelos enfermeiros preceptores dos Programas de Residência em Enfermagem.	Revisão Bibliográfica	Fazem-se necessárias mudanças capazes de estimular a satisfação e realização profissional, incentivo à qualificação pedagógica e reconhecimento da importância do papel do preceptor na formação dos residentes.	Research, Society and Development	B2
10- Preceptoria de enfermagem: uso de metodologias ativas durante estágio supervisionado	CELESTE, DOURADO, 2021	Analisar o conhecimento dos preceptores na utilização de metodologias ativas durante estágio supervisionado.	Estudo descritivo com abordagem qualitativa	Evidenciou-se que o enfermeiro preceptor tem papel importante na formação de futuros profissionais, encarando o discente como protagonista do aprendizado. O uso das metodologias ativas nos estágios é relevante, pois envolve os desafios existentes na profissão, desde os estruturais até os pedagógicos.	Revista científica de Enfermagem	B4
11- Capacitação para o exercício da preceptoria pelo enfermeiro na Residência Multiprofissional em Saúde	SILVA et al., 2021	Descrever a capacitação do enfermeiro para o desenvolvimento da preceptoria na Residência Multiprofissional em Saúde (RMS)	Estudo de caso	O enfermeiro preceptor, além de ter experiência na área, precisa de capacitação permanente para desenvolver as ações junto aos residentes no cenário vivo dos serviços de saúde.	Revista Eletrônica Acervo Saúde	B4

A seguir, apresentam-se as categorias temáticas identificadas nos estudos.

Papel do preceptor

Esta categoria temática envolve a definição da importância do preceptor para formação de outros profissionais, as funções e as habilidades que desempenha, a maneira como desenvolve as atividades no cotidiano e os recursos que utilizam.

Os preceptores consideram a residência um programa importante na formação de novos profissionais e apontam que o saber-fazer é importante, a fundamentação teórica que vem da prática vai além do tecnicismo da profissão, a experiência de trabalho, cada ação, no decorrer dos anos de trabalho, faz do profissional melhor. Esta postura não é encontrada no profissional que está começando, pois, toda habilidade, destreza, naturalidade no fazer e na segurança no falar sobre determinado assunto vem do tempo de experiência, mesmo com embasamento teórico o profissional, com formação mais recente não detém a mesma postura profissional (PEIXOTO et al., 2014)

A literatura trouxe a importância do preceptor na formação de gerações futuras da mesma categoria profissional, pois faz a mediação entre dois polos de atuação: a teoria e a prática; as disciplinas e a interdisciplinaridade; as representações e as ações; a experiência e a inexperiência; ações cabíveis e ações possíveis; atitudes tranquilas e receosas; o interesse individual e o coletivo (FERREIRA, DANTAS, VALENTE, 2018).

Preceptores referem acerca da influência do preceptor na experiência de aprendizado do residente, afirmam que a postura pode influenciar a aprendizagem do residente tanto de modo positivo, quanto de modo negativo, assim o preceptor contribui na formação de outro profissional (Peixoto et al., 2014).

Do mesmo modo, o preceptor auxilia na elaboração da identidade do enfermeiro que está em processo de aprendizagem, demonstra, por meio das habilidades no dia a dia, como se relaciona com a equipe de enfermagem e outros profissionais que atuam na instituição, isso serve de aprendizado para o profissional em formação aprender a lidar com as diferentes situações cotidianas (LUDKE, ALMEIDA et al., 2017).

Apesar do enfermeiro preceptor ter cargo técnico, é visto como professor no campo de prática que ajuda a inserir o aluno no ambiente de trabalho e auxiliar no norteamiento das condutas assistenciais (FERREIRA, DANTAS, VALENTE, 2018). É referência para os residentes e tem a função de fazer o acolhimento (FERREIRA, DANTAS, VALENTE, 2018; (MILANESI et al., 2019), facilitar a integração entre residente, equipe de trabalho, usuários do serviço de saúde, demais residentes, ensinar, participar de atividades de pesquisa, acompanhar e atuar no processo avaliativo (MILANESI et al., 2019).

Os enfermeiros têm habilidades científicas, técnicas, práticas metodológicas usadas na enfermagem e nos procedimentos clínicos. Esse é

um saber que os graduandos e residentes exercem junto ao preceptor (FERREIRA, DANTAS, VALENTE, 2018).

A função de preceptor requer do profissional capacidade de orientar o residente a desempenhar atividades dentro da sua especialidade, demonstrando as especificidades do serviço, as técnicas, promovendo estudos de casos e despertando o interesse do residente em desenvolver habilidades teóricas e práticas (PACZEK E ALEXANDRE, 2019).

Identificaram-se alguns saberes e práticas consideradas prioritárias na função de preceptor, como proatividade na própria formação permanente, necessidade de refletir sobre a prática profissional e modificá-la quando necessário; desenvolvimento de habilidades para a pesquisa, pelo conhecimento didático, buscando-se melhor atuação profissional (FERREIRA, DANTAS, VALENTE, 2018).

Verificou-se que ter conhecimento e habilidade técnica não é o suficiente para o preceptor saber ensinar, pois exige postura, motivação para ensinar, paciência, compreensão, disponibilidade e abertura com os residentes (MILANESI, CAREGNATO, CALABARRO, 2019).

Silva et al. (2021) corroboram nesse sentido, ao afirmarem que o preceptor deve possuir domínio dos instrumentos teóricos e práticos da sua área de atuação, tendo em mente que ele é uma referência para os residentes, sendo modelo de profissional a ser seguido.

O preceptor tem de lançar mão de metodologias ativas, de forma apropriada e contextualizada, mantendo-se em constante atualização para desempenhar a função na construção de um ensino de qualidade (CELESTE E DOURADO, 2021).

Por ser atividade desenvolvida no campo de atuação, o preceptor proporciona a capacitação do residente em gerenciar prática e gestão do serviço, de modo a despertar a importância da interligação entre a teoria e a prática, sendo necessária para isso conhecimento pedagógico (PACZEK E ALEXANDRE, 2019).

A articulação da teoria com a prática contribui para formação de profissionais críticos e capazes de atuarem em diversas situações desafiadoras do cotidiano. O preceptor necessita conhecer o projeto pedagógico e a importância de inserir o aluno na equipe de saúde, de modo a despertar a consciência acerca do papel como agente transformador (LACERDA, TELES E OMENA, 2019).

Resultados de estudo corroboram afirmando que o preceptor necessita ser qualificado para essa função. Essa exigência se faz necessária pelo fato desse profissional desempenhar papel de facilitador do aprendizado dos estudantes. A qualificação devida fornece subsídios para promoção da articulação da teoria e prática (MIYAZATO, ARAÚJO E ROSSIT, 2021).

A sistematização das ações de preceptorria promove melhoria das tarefas desempenhadas pelos residentes, sendo estímulo para os preceptores. Uma equipe de preceptores organizada, com objetivos em definidos e metas estabelecidas, favorece a construção do conhecimento

reflexivo e crítico, com formação de profissionais capazes de identificar, compreender e solucionar problemas (FREITAS et. al., 2021).

Entre as atividades que o preceptor desenvolve, citaram-se a realização de aulas teóricas, reserva de salas para as aulas, organização de cronograma e convidar outras pessoas para ministrar aulas. Além disso, como atividade extra à carga horária no campo de atuação, os preceptores orientam ou coorientam trabalhos de conclusão de residência (MILANESI et al., 2019).

As práticas dos preceptores envolvem a organização das atividades dos residentes, muitas vezes, atuam na assistência lado a lado, fazem discussões de casos no final do plantão, como “mini rounds”. Em algumas situações em que ocorrem rodízios dos preceptores, devido à organização e demanda dos serviços, os enfermeiros preceptores contam com pares para dar suporte ao residente. Além disso, alguns preceptores não estão diretamente vinculados ao campo de atuação do residente, deste modo, desenvolvem preceptoria semanal ou antes, conforme necessidade e solicitação do residente. Outros preceptores informam realizar preceptoria de forma mais intensa no início das atividades no campo prático e, conforme o residente desenvolve habilidades, deixam que o profissional atue com maior autonomia nas atividades (MILANESI et al., 2019).

Preceptores utilizam recursos, como estudo de caso, leitura de artigos, seminários, rounds uni/multidisciplinares e interação dos residentes com outras categorias profissionais e não exclusivamente o preceptor. Na avaliação dos residentes, os preceptores fazem a avaliação formativa e somativa e utilizam ficha de avaliação fornecida pelo programa de residência. A avaliação formativa ocorre no decorrer das atividades práticas com pactos para melhoria das ações do residente, muitas vezes, sem registro formal (MILANESI et al., 2019).

Aspectos positivos da função de preceptoria

Os aspectos positivos do exercício da função de preceptoria envolveram incentivo financeiro, por meio de bolsa, carga horária específica para as atividades, estímulo à educação e formação continuada dos preceptores.

Em um programa de residência multidisciplinar, estudo identificou que alguns preceptores recebiam bolsa de incentivo à função e alguns tinham carga horária de duas a três na semana para desenvolver atividades da residência, como as aulas teóricas e práticas. Porém, na mesma instituição, a maioria dos preceptores não recebia bolsa de incentivo nem possuía carga horária destinada às atividades da residência (MILANESI, CAREGNATO, CALABARRO, 2019).

O exercício da preceptoria, o aprendizado e o aperfeiçoamento dos profissionais estimulam a busca de atualização e suscitam a construção do conhecimento e desenvolvimento de habilidades de escuta, flexibilidade, liderança, disponibilidade e proatividade, além de compartilhar

responsabilidades entre os serviços de saúde e a universidade (SOARES, FERREIRA, 2017)

A preceptoria requer que o profissional se mantenha atualizado, pois os residentes questionam, argumentam, fazem muitas leituras e, assim, promovem no preceptor a necessidade de atualizar-se. Além disso, os preceptores percebem que o programa de residência contribui para melhoria do processo assistencial, pois os profissionais são motivados pela busca do conhecimento (MILANESI et al., 2019).

O programa de preceptoria incentiva o profissional que está atuando na prática a se reciclar e estudar, buscando sempre se manter atualizado para atender às demandas dos alunos (LACERDA, TELES E OMENA, 2019). Ressalta-se que professor também é um aprendiz, as situações diversas vivenciadas são motivadoras para busca de conhecimento e melhoria da assistência (MIYAZATO, ARAÚJO E ROSSIT, 2021).

As residências nas áreas de saúde são estruturadas, de forma a articular a teoria e a prática na formação dos residentes. A troca de experiência entre preceptor e residente corrobora o processo de ensino-aprendizagem, construindo saberes por meio de discussões sobre a prática exercida dentro de determinada especialidade (PACZEK E ALEXANDRE, 2019).

Essa atividade é entendida como atividade educativa no trabalho, podendo o preceptor ser um incentivador do desenvolvimento do pensamento crítico sobre a prática, facilitador da comunicação e do trabalho em equipe, com vistas à prática da educação permanente na unidade (MIYAZATO, ARAÚJO E ROSSIT, 2021). A boa comunicação e a interdisciplinaridade contribuem para prática da integralidade da assistência, fortalecimento da liderança e eficácia nas tomadas de decisão.

A preceptoria exercida por enfermeiros que fizeram residência favorece a comunicação e o entendimento entre professor e aluno, por vivenciarem dos mesmos obstáculos desse processo. A condução da preceptoria está ligada às vivências dos professores, sendo comum a reprodução de ensinar como foi ensinado (FREITAS et. al., 2021).

Estudo aponta que o programa de residência proporciona fortalecimento das relações interpessoais, discussões em grupo multidisciplinar e capacitação profissional. Esse modelo de aprendizagem favorece reflexões sobre metodologias e mudança do modelo tradicional de ensino (FREITAS et. al., 2021). Preceptores capacitados se tornam referências de boas condutas técnicas e éticas, incentivando os alunos a sempre estarem em busca do conhecimento e da melhoria da assistência (CELESTE E DOURADO, 2021).

Enfermeiros apontam como aspecto positivo da preceptoria a troca de conhecimento entre eles e os residentes, com realizações de atualizações permanentes que permitem melhoria da qualidade da assistência (SILVA et al., 2021). Existe sentimento de gratificação porque os residentes fornecem retorno ao preceptor (MILANESI et al., 2019) e, apesar do relato de dificuldades em conciliar as grandes demandas da rotina do trabalho com a

atuação na preceptoria, muitos atuam como preceptor por motivações individuais, aspirações à carreira docente, dentre outras (FERREIRA, DANTAS, VALENTE, 2018).

Fragilidades

As dificuldades mencionadas pelos preceptores envolveram a falta de carga horária para as atividades, sentimento de sobrecarga dos preceptores, ausência de formação para função, escassez de estrutura física, inexistência de motivação para função e carência de compromisso por parte dos enfermeiros da instituição.

Preceptores citam a inexistência de carga horária específica para as atividades da preceptoria e sobrecarga de trabalho do ensino e da assistência. Existe acúmulo de funções geradas, pois os enfermeiros exercem seu papel na assistência, fazem treinamentos com a equipe, recebem cobranças igualmente aos demais colegas e, pelas dificuldades em gerir as demandas, permanecem por mais tempo na unidade, depois de encerrar o turno de trabalho (MILANESI et al., 2019). A sobrecarga de trabalho diminui a participação dos enfermeiros em capacitações e treinamentos de preceptoria, resultando em preceptores sem formação devida (FREITAS et al., 2001).

Os preceptores referem a necessidade de valorização da função de preceptor, por meio da disponibilidade de carga horária direcionada, incentivo financeiro, formação para os preceptores e remuneração para orientação de trabalho de conclusão de residência (TCR) (MILANESI et al., 2019). Afirmam que não é possível conciliar orientação e coorientação de TCR no cenário de prática e acabam desenvolvendo a atividade fora do horário de trabalho (MILANESI et al., 2019).

Refere-se à importância de maior aproximação e necessidade de promover formação de enfermeiros preceptores pelas universidades e instituições do SUS, com objetivo de favorecer ensino-aprendizagem de qualidade (FERREIRA, DANTAS, VALENTE, 2018).

Ademais, citaram-se a carência de formação pedagógica dos preceptores, a dificuldade de aceitação do programa de residência nos campos práticos por profissionais específicos, a escassez de espaço físico para ministrar as aulas teóricas, o pouco interesse dos profissionais no desenvolvimento de ações de preceptoria e assumindo-as de forma impositiva (MILANESI et al., 2019).

Dificuldades estruturais e administrativas nas instituições de saúde, pouca sensibilização por parte da gestão à respeito da importância da preceptoria, acúmulo de funções pelos enfermeiros, sem remuneração adicional para exercerem essa atividade, também, foram fragilidades mencionadas dessa modalidade de ensino (FREITAS et al., 2001).

Outro estudo aponta que não basta o profissional ter formação na área de ensino para exercer bem o papel de professor, é necessário tenha capacidade de despertar o interesse do aluno, esteja consciente do seu papel

e capaz de desenvolver práticas de autoaprendizagem de autoconhecimento, para, assim, aprimorar as habilidades (PACZEK E ALEXANDRE, 2019).

O estudo realizado por Lacerda, Teles e Omena (2019) aponta como desafio para a atividade de preceptoria a carência de formação pedagógica dos profissionais que exercem essa função. As autoras destacam que para fortalecer essa prática, é necessário que o profissional seja capacitado para entender seu papel e, assim, favorecer ao processo de construção do conhecimento pelos alunos.

A pesquisa destaca que poucos profissionais que atuam na preceptoria de um hospital universitário em Pernambuco possuem real conhecimento de seu papel nessa função, de conceitos de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, o que pode prejudicar o cumprimento do objetivo do programa de residência. A escassez de treinamento e curso para qualificação dos profissionais por parte da gestão contribui para fragilidade do processo, bem como a pouca disponibilidade de tempo para o acompanhamento dos alunos e realização, devido à grande demanda de trabalho (LACERDA, TELES E OMENA, 2019).

A insuficiente participação dos enfermeiros na construção do planejamento enfraquece a prática do ensino, pois, sem ter esse conhecimento, os preceptores não têm clareza do que devem cobrar do aluno, bem como de qual caminho percorrer para uma educação permanente eficaz (MIYAZATO, ARAÚJO E ROSSIT, 2021).

Estudo realizado por Freitas et al. (2021) aponta que existe carência na qualificação dos profissionais da assistência para execução da atividade de preceptoria, nas competências necessárias para ser um facilitador e no reconhecimento profissional (FREITAS et al., 2001).

Outro aspecto a ser observado sobre a formação dos preceptores é que a maioria possui especialização, havendo poucos enfermeiros mestres nessa função (FREITAS et al., 2001). Nesse sentido, Silva et al. (2021) apontam que enfermeiros participantes de um estudo assumiram a necessidade de capacitação, pois a vida corrida dificulta o estudo.

Celeste e Dourado (2021) corroboram achados de pesquisa, em que 90% das preceptoras de enfermagem participantes possuem formação lato sensue apenas 10% mestrado. A falta de experiência na área de atuação, bem como de capacitação pedagógica, são fatores que dificultam a condução da preceptoria. Outro dificultador é o período curto de estágio, sendo muitas vezes insuficiente para o desenvolvimento das habilidades necessárias para atuação naquela especialidade (CELESTE E DOURADO, 2021).

Para muitos profissionais, a prática de preceptoria não foi uma escolha ou um resultado da carreira profissional, mas uma consequência da aprovação em concurso público para Hospital Universitário e automaticamente se tornar preceptor. Os preceptores consideram importante a instituição analisar quem quer ser preceptor para encontrar profissionais dispostos e com perfil para ensinar (PEIXOTO et al., 2014)

A carência de capacitação para a função (Peixoto et al., 2014; FERREIRA, DANTAS, VALENTE, 2018)reflete no cotidiano, pois os não

capacitados mantêm-se afastados do residente, existe ausência de planejamento das atividades, pois não organizam dinâmica de trabalho com o residente, não sistematizam as ações diárias (PEIXOTO et al., 2014).

Além disso, a literatura mostrou pouco interesse do preceptor na própria formação, pois não participam de capacitação nessa área, apesar de ter ciência de que o curso que é oferecido pela instituição que atua. Deste modo, não sabem as atribuições do preceptor (PEIXOTO et al., 2014).

DISCUSSÃO

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, o enfermeiro detém competências e habilidades que podem ser adquiridas e proporcionadas por meio da educação permanente. Destarte, a atuação do enfermeiro assistencial como preceptor auxilia a transmissão de vivências práticas para o estudante, vivências que os alunos somente conheciam a teoria (FERREIRA, DANTAS, VALENTE, 2018).

O preceptor detém papel relevante na construção do campo de saberes e práticas do discente, proporcionando, ao mesmo orientação para o desempenho das atividades presentes no serviço de saúde, e auxiliando a compreensão dos propósitos dessa prática, interligando os saberes teóricos e práticos com o desenvolvimento de habilidades humanas e éticas (PACZEC, ALEXANDRE, 2019).

O enfermeiro preceptor proporciona ao discente a aquisição de diversas características e, por conta disso, deve instituir estratégias para o desenvolvimento destas. Diversos estudos apontam a conquista de habilidades e identidade, de modo a auxiliar na socialização e integração do aluno com os profissionais e o serviço (LUDKE, ALMEIDA, SILVA, 2017; MILANESI, CARAGNATO, CALABARRO, 2019).

Como estratégia para consolidar essa integração, criando profissionais mais críticos e reflexivos, deve-se haver a construção de identidade do discente, por meio do desenvolvimento da relação entre o discente e a realidade, permeando os significados socioculturais da profissão, bem como as relações com os saberes (LUDKE, ALMEIDA, SILVA, 2017).

Para esse desenvolvimento, o preceptor deve englobar saberes relacionados aos conhecimentos adquiridos ao longo da formação, experiência de vida e de prática assistencial e vivências da prática pedagógica, ao mesmo tempo em que atua no próprio campo de trabalho, auxiliando no conhecimento da estrutura da unidade de saúde. Esse profissional, além de apresentar os conhecimentos técnicos, deve deter história, memória e outros, criando um conjunto de situações que propiciem a difusão de conhecimentos, auxiliando cada aluno a construir individualmente os próprios saberes (PEIXOTO et al., 2014; MIYAZATO et al., 2021).

Esses conhecimentos são fundamentais para demonstrar ação qualificada e propiciar o ensino e a aquisição de competências. Entretanto, apesar da relevância do ensino na preceptoria, Ludke, Almeida e Silva (2017)

abordam em estudo que pode haver, por alguns profissionais, desconforto na condução desse processo, visto que “enfermeiros que cursaram a licenciatura não têm garantia de êxito no desenvolvimento de atividades de preceptoria, pois eles precisam aprender a ter atitude de sempre estar refletindo quanto aos seus saberes e competências profissionais em um processo interno de autoaprendizagem”. Destarte, salienta-se que o profissional atuante nesse papel deve ter consciência do papel que exercerá e da importância deste para a formação profissional de diversos indivíduos, devendo saber os objetivos do curso e as atividades necessárias para serem aplicadas para o desenvolvimento desses profissionais (MIYAZATO et al., 2021).

Para tanto, se faz necessário à mobilização de diversos saberes envolvidos na profissão. O preceptor necessita exercer sua prática criticamente, conhecer o que vem a ser a preceptoria, pois trazer a consciência desse trabalho e a importância do papel dele é dar ferramentas para uma preceptoria melhor exercida, pois quanto mais criticamente exercerem a capacidade do aprender e ensinar, mais se incentiva ao descobrimento do conhecimento completo e metuculoso de um objeto ou ser, a epistemologia tem um papel nesses aguçamentos dos sentidos, e deve encorajar ao aprender (PEIXOTO et al., 2014, p. 5).

Por isso, reforça-se que, para exercer esse papel, os preceptores devem deter conhecimentos relacionados aos saberes procedimentais, que são os procedimentos técnicos e clínicos utilizados pela enfermagem, que são realizados em conjunto. Também, existem os saberes de senso comum, que estão relacionado às experiências pessoais ou coletivas dos integrantes do grupo. Já os saberes locais incluem as particularidades de cada professor, relacionado como os mesmos reproduzem esse conhecimento, como acalmam os alunos e afins (FERREIRA, DANTAS, VALENTE, 2018).

O preceptor, também, deve proporcionar aos discentes integração entre saberes, gerando a interdisciplinaridade de conteúdos teóricos, associando-se à prática, ao mesmo tempo que há o compartilhamento de conhecimentos, o trabalho em equipe e a integralidade do cuidado (LUDKE, ALMEIDA, SILVA, 2017; MIYAZATO et al., 2021; SILVA et al., 2021).

Apesar da importância desses saberes, Lacerda, Teles e Omena (2019) e Silva et al. (2021) observaram que os preceptores desenvolvem a função sem deter formação específica para realizar o processo de ensino-aprendizagem. Por isso, deve ser reforçada a compreensão desses saberes, com intuito de promover a construção de estratégias, de acordo com as necessidades pedagógicas do grupo e do ambiente.

Esse fato é reforçado por Peixoto et al. (2014, p. 2044) que obteve que os preceptores tidos como “docentes no setor não atuam na preceptoria de forma efetiva, assim esclarecido pelos entrevistados, pelo contrário se

distanciam desse campo e por isso não são preceptores de referência procurados pelo residente”.

A comunicação entre os membros do grupo também é fundamental para a aprendizagem, em razão dos cenários que são desenvolvidos, por meio de diversas interações que são projetadas no plano subjetivo e também no racional, emocional e histórico dos indivíduos; que ocorre por meio do encontro entre aluno com o professor, entre os próprios alunos e do aluno com os pacientes (SILVA, SILVA, 2016). A segurança ao falar e como ocorre o processo de aprendizagem influencia a forma em que o aluno vê o preceptor, a experiência dele e a fundamentação teórica que o mesmo detém (PEIXOTO et al., 2014).

De acordo com Silva e Silva (2016), também são relevantes as expressões faciais e corporais do preceptor, relacionando-se como um indutor de comunicação, informando sentimentos e emoções, reafirmando a importância da segurança na reprodução das informações.

O preceptor precisa desenvolver planejamentos, objetivos, conteúdos, ações e recursos que tornem a prática pedagógica algo enriquecedor e não apenas reprodutivista. Acrescido a isso, o residente e o preceptor devem deter bom relacionamento, auxiliar na aquisição de consciência e sensibilidade e entendendo que ensinar não é apenas uma transmissão de conhecimento, mas que são necessárias diversas características e estratégias didáticas relacionadas à segurança, ao saber escutar, à competência profissional, ao comprometimento, ao compreender que a educação é um modo de intervir no mundo, tomada de decisão e disponibilidade para o diálogo (LUDKE, ALMEIDA, SILVA, 2017).

As tendências relacionadas à formação do enfermeiro englobam habilidades que perpassam os aspectos técnicos, além de serem considerados grandes desafios para as instituições formadoras, para o desenvolvimento do profissional e a afirmação da profissão no contexto social que se delimita. Deste modo, é essencial o investimento na compreensão e no aprofundamento da relação entre preceptor e alunos e os diversos aspectos dessa temática, com intuito de auxiliar na formação de profissionais comprometidos com o desenvolvimento do saber ser e fazer em enfermagem (SOARES, FERREIRA, 2017; CELESTE, DOURADO, 2021).

Nota-se, então, que a implementação dessas estratégias pelo preceptor são essenciais para o aperfeiçoamento e a preparação do discente, sendo diferencial para esse profissional. Ao mesmo tempo, o preceptor deve dispor de ferramentas que possibilitem a manutenção do aluno interessado, estimulado e envolvido, visto que a construção da identidade dele pode ser desperdiçada sem esses elementos (LUDKE, ALMEIDA, SILVA, 2017).

Deste modo, não há receitas prontas, nem conhecimento transmitido, mas sim um empenho para consolidar um aprendizado necessário para o processo de formação. Aqui compreendemos os estudantes que procuram na instituição de ensino, sua qualificação profissional e se encontram inscritos num curso de graduação. Realmente,

subentendemos que têm o desejo de se apropriar do conhecimento que lhes falta, para que possam definitivamente ser lançados no mercado de trabalho após a profissionalização, com segurança de que esta etapa foi bem estruturada e solidificada (SILVA, SILVA, FIGUEREDO, 2014, p. 6).

Entretanto, apesar da relevância do preceptor, Freitas et al. (2021) apontam a necessidade de aperfeiçoamento desses profissionais, necessitando de educação permanente e atualizações em áreas específicas para aquisição de novos conhecimentos e habilidades, bem como o aperfeiçoamento dos métodos de ensino. A sobrecarga de trabalho também dificulta a participação em congressos e cursos, reduzindo capacitações para atuação na função, além de existir “uma lacuna entre as unidades de ensino e de treinamento em serviço com pouca participação dos preceptores no planejamento das ações, nas atividades a serem realizadas e no projeto pedagógico do programa, dificultando a definição de objetivos e metas educacionais” (p. 6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura científica trouxe a importância de o enfermeiro preceptor dotar de conhecimentos técnicos, habilidades metodológicas e teóricas para estimular o desenvolvimento profissional dos residentes, tornando-os capazes de desenvolver capacidades, pensamentos críticos e saberem atuar de forma humanizada, coerente e eficaz.

Além disso, é fundamental que o enfermeiro preceptor atualize os próprios conhecimentos, desenvolva habilidade de comunicação e relação interprofissional, encontrando meios para difundir os conhecimentos de forma objetiva e eficiente.

Verificou-se a relevância informada pelos preceptores da necessidade de estruturação pedagógica dos programas de residência para formação/capacitação dos enfermeiros para a prática de preceptoria. Além disso, constatou-se frequência de relatos sobre a necessidade de valorização e fornecimento de condições para o desempenho das atividades, como carga horária e incentivo financeiro para o desempenho das funções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, J. **A PRECEPTORIA NA FORMAÇÃO DO RESIDENTE EM ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA: o aprender e o ensinar no cotidiano do Sistema Único de Saúde.** 2016. 98f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

CELESTE, L.E.N.; DOURADO, J. Preceptorial de enfermagem: uso de metodologias ativas durante estágio supervisionado. **RevRecien**. V 11, n. 4, p.259-265, 2021.

DEMOGALSKI, J. T. et al. Qualificação da residência multiprofissional em saúde: opiniões críticas de preceptores. **Rev Fund Care Online**, v. 13, p. 136-143, 2021.

FERREIRA, F.C.; DANTAS, F.C.; VALENTE, G.S.C. Nurses' knowledge and competencies for preceptorship in the basic health unit. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília , v. 71, supl. 4, p. 1564-1571, 2018 .

FRANCO, M.A. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Rev. bras. Estud. pedagog. (on-line)**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016.

FREITAS, B.T.P. et al. Contribuições e desafios da preceptorial nos Programas de Residência em Enfermagem. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, e37510514996, 2021.

LACERDA, L.; TELES, R.; OMENA, C. Estágio supervisionado: percepção do preceptor sobre o processo de ensino-aprendizagem em um hospital de ensino. **E-curriculum**. São Paulo, v.17, n.2, p. 574-591 abr./jun. 2019

LUDKE, M.; ALMEIDA, E.B.; SILVA, A.L.B. Contribuições do Estágio Supervisionado para a Formação da Identidade Profissional do Enfermeiro. **Cultura de los cuidados**, n. 48, 2017.

MIYAZATO, H. et al. Competências necessárias para atuar como preceptor: percepção de enfermeiros hospitalares. **Enferm Foco**. V. 12, n.5 , p. 991-7, 2021.

MILANESI, R.; CAREGNATO, R.; CANABARRO, S. Residência Multiprofissional em Saúde: vivência do ser preceptor na atenção ao paciente crítico. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 4, p. 01-19, 2019.

PACZEK, R.S.; ALEXANDRE, E.M.. Preceptorial em enfermagem em um serviço público de saúde. **Revista de Enfermagem UFPE online**, [S.l.], v. 13, out. 2019.

PEIXOTO, L.; TAVARES, C.; QUEIROZ, P. Investigação sobre os saberes e a prática pedagógica do preceptor: um teste piloto. **Revista de enferm UFPE online**., Recife, v. 8, n.7, p. 2038-46, jul., 2014.

SILVA, V.; VIANA, L.; SANTOS, C.R. Prática social e pedagógica do enfermeiro-preceptor: um estudo de caso. **Online braz j nurs** V. 13, n.1, p. 100-112, 2014.

SILVA, M.; SILVA, P.G. Elementos da face do professor no cenário tutorial: implicações na formação de enfermeiros. **R. pesq.: cuid. fundam. online** V. 8, n.1, p. 1080-1087, 2016.

SILVA, V.C. et al. Capacitação para o exercício da preceptoria pelo enfermeiro na Residência Multiprofissional em Saúde. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 3, p. e7017, 2021.

SOARES, S.M.B.; FERREIRA, H.C. A formação de profissionais de saúde e a violência no âmbito do território da unidade de saúde da família: uma análise das práticas profissionais. **Revista Pró-UniverSUS**. V. 8, n.2, p. 148-152, 2017.

Maria Raquel Souza dos Santos

Pedagoga, Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Jucilene Seixas de Carvalho

Pedagoga, Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Elizabeth Cristina do Nascimento Soares

Pedagoga, Centro Universitário do Norte - UNINORTE

Mônica da Paz Ribeiro

Serviço Social, Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Rosangela Ribeiro Grittem

Pedagoga, Universidade Luterana do Brasil - ULBRA

Emily Grittem Gaertner

Licenciada em Libras, Universidade Federal do Amazonas - UFAM

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo sobre a proposta de se utilizar do uso das novas tecnologias no espaço do Atendimento Educacional Especializado. É notória a importância da inserção das novas tecnologias para auxiliar e mediar o processo ensino aprendizagem dos educandos com necessidades especiais. Dentro desta perspectiva o uso dos jogos e das mídias pluraliza a didática de ensino para o atendimento à esta modalidade de ensino. A aprendizagem significativa se torna relativamente mais motivadora com estas ferramentas. O processo de estudo deste projeto é descrito dentro da legislação vigente para o funcionamento das salas de recursos multifuncionais até a utilização das propostas de mediação do ensino por meio do uso dos jogos e das mídias.

Palavras-chave: tecnologia; educação especial; sala de recursos.

INTRODUÇÃO

O estímulo de crianças público-alvo da educação especial por meio das mídias interativas torna-se uma ferramenta cada vez mais aceita e praticada nas escolas nos dias atuais. É inegável o fato de que os aparatos tecnológicos e as TIC'S (Tecnologia da Informação e Comunicação) nos dias atuais, tem se transmutado em grandes ferramentas utilizadas por educadores na busca de articulações que cada vez promovam mais sintonia entre o que é ensinado nos bancos escolares.

Este trabalho analisa a utilização dos jogos e das mídias interativas como mediadores na facilitação dos conteúdos educacionais pelos alunos da sala de recursos da Escola Municipal José Tavares de Macedo, (EMEF José

Tavares de Macedo), localizada na zona sul da cidade de Manaus, que atende alunos com deficiência, sendo na sua grande maioria alunos inclusos em salas de ensino regular.

O público-alvo do concernente a este trabalho corresponde a 14 discentes das diversas etapas do ensino fundamental estando já em processo de alfabetização, com faixas etárias entre 06 e 12 anos de idade. As especificidades das deficiências atendidas pela sala de recursos na ocasião da elaboração deste trabalho são Autismo clássico, Síndrome de Down, Síndrome de Kabuki e paralisia parcial.

A motivação pela temática aconteceu partindo da observação do fascínio que os jogos eletrônicos exerciam pelas crianças com deficiência. Quando oportunizadas para estarem na sala de informática da escola, os discentes se mostravam sempre muito dispostos e entusiasmados para o aprendizado mediatizado pelo uso do computador e dos dispositivos móveis. Partindo deste pressuposto e da efetivação para aplicabilidade desta pesquisa no intuito de verificar a assertiva para melhoria na facilitação dos conteúdos e das habilidades para as práticas de vida diária, que também fazem parte da aquisição do processo de autonomia do indivíduo, mediados pelos jogos e pelas mídias, buscou-se a fundamentação teórica e vasta pesquisa bibliográfica sobre a temática, seguidas de aplicação de aplicabilidade dos jogos e das mídias dentro do contexto da sala de recursos multifuncional da EMEF José Tavares de Macedo.

Os resultados da pesquisa foram satisfatórios no sentido de proporcionar uma visão mais ampla da metodologia mediada pela tecnologia dos alunos com deficiência atendidos pela sala de recursos da escola. Comprovando um duplo ganho dentro do contexto da educação inclusiva e para a comunidade escolar uma vez que facilitou o poder de estimulação do aprendizado também servindo como instrumento de facilitação da interação entre professores e alunos, objetivando melhorias de ordem não só educacional, mas também na autonomia destes indivíduos nas especificidades das diferentes deficiências oportunizando grandes benefícios na questão de interação e comunicação como no caso dos Transtornos Globais de Desenvolvimento.

Alguns alunos em situação de deficiência se diferenciam acentuadamente de seus pares, ditos normais, por apresentarem dificuldades na aprendizagem decorrentes da qualidade das respostas educativas que lhes são oferecidas e da natureza das limitações impostas por suas condições físicas, sensoriais, intelectuais e mentais. Tais dificuldades não nos autorizam, porém, a estabelecer limites em sua capacidade para aprender (CARVALHO, 2012, p. 110).

Sendo assim este trabalho buscou perceber os avanços no aprendizado das crianças com deficiência dentro do âmbito da sala de recursos multifuncional por meio da mediação dos jogos educacionais e das

mídias interativas atrelados ao currículo comum adaptado.

Especialização do Problema

O mundo globalizado em que vivemos pede cada vez mais qualificação e aperfeiçoamento das novas técnicas e instrumentais mediadores da aprendizagem através do ensino.

A Educação Especial dentro desse contexto requer uma maior atualização no âmbito das salas de recursos de forma a despertar nos alunos que apresentam dificuldades cognitivas, físicas, motoras ou sensoriais uma sedução, uma motivação maior, que possa ser traduzida em estímulo e que se converta em mediação com o resultado de facilitar o processo de aprendizado e fixação de conteúdos por estes alunos.

O uso dos jogos e dos recursos de mídia interativa tanto na ferramenta do computador como estando disponível em dispositivos digitais móveis tem seu uso cada vez mais difundido e utilizado pelos alunos.

No caso específico da Educação Especial, novas técnicas e metodologias de ensino devem sempre estar em ampliação, visando contribuir com a promoção do aprendizado dos educandos, com sua integração educacional e sua inclusão social desenvolvendo suas percepções neuro-sensoriais e motoras. A partir desse pressuposto faz-se o seguinte questionamento: “A mediação da aprendizagem por meio dos jogos e mídias interativas dentro do contexto da sala de recursos pode favorecer a fixação de conteúdos e habilidades?”

Objetivos

Objetivo Geral

Identificar e analisar as melhorias e outras possibilidades acerca da fixação dos conteúdos escolares e desenvolvimento de habilidades por meio da utilização de jogos e mídias interativas no contexto da sala de recursos.

Objetivos Específicos

a) Analisar as concepções dos professores da sala de recursos sobre jogos educativos e mídias interativas.

b) Elencar principais dificuldades na fixação de habilidades e conteúdos pelas crianças com necessidades educacionais especiais (NEEs).

c) Comparar o uso dos jogos educacionais e mídias interativas no âmbito da sala de recursos com as técnicas tradicionais e verificar avanços ou possíveis retrocessos.

d) Analisar o uso de acessibilidade pedagógica por meio de jogos e mídias interativas para alunos com Deficiência Intelectual.

e) Apontar resultados eficazes na melhoria da fixação da aprendizagem e das habilidades dos alunos.

O encantamento pelos Jogos no Contexto Educacional

O mundo globalizado promove uma nova estruturação no processo educacional à medida que evolui. A todo instante surgem novas ideias, novas técnicas e novos instrumentais com o objetivo de tornar o processo de ensino aprendizagem mais eficaz.

Dentro do contexto da Educação Especial é imprescindível que os professores estejam sempre em constante busca pela novidade, por técnicas mais elaboradas que facilitem a assimilação de conteúdos e que consigam fazer a mediação do que é proposto no currículo com as características que precisam ser desenvolvidas pelo alunado por meios que promovam esta articulação motivacional com o que será ensinado.

O uso dos Jogos educacionais e das mídias interativas dentro do contexto das salas de recursos multifuncionais vem de encontro a esta urgência de atualização e desta necessidade de se utilizar instrumentais que cada vez venham otimizar e oportunizar as crianças com necessidades educacionais especiais meios de favorecer a fixação dos conteúdos e habilidades. O processo dinâmico que a educação requer vem sendo fomentado a partir da utilização das mídias interativas que muitas vezes poderão ser acessadas até dos dispositivos móveis, que atualmente tem sua utilização em larga escala em todos os níveis sociais e faixas etárias.

Nesse sentido é importante observar (ALMEIDA 2012, P.60), que nos ensina que “É mister que a educação se torne um campo onde a igualdade de fato e a oportunidade aconteçam, para que a igualdade de direitos se atualize e não fique apenas nas suas potencialidades legais” .

O uso destes instrumentos associados aos métodos de ensino voltados para área da educação especial tem o poder de desenvolver a criatividade, a melhoria na percepção cognitiva e um maior desenvolvimento das funções neuro-sensoriais. Auxiliando alunos com deficiência nas suas particularidades e especificidades pedagógicas e de convívio diário. Estimulando o raciocínio e desenvolvendo competências cognitivas. Dinâmicos, interativos, coloridos despertam curiosidade, fator primordial na busca pelos saberes.

O jogo estimula a capacidade de interagir, integrar socialmente e internacionalizar regras para operar situações de conflito que facilitem e favoreçam aprendizagem significativa.

O jogo motiva e por isto é um instrumento muito poderoso na estimulação da construção de esquemas de raciocínio, através de sua ativação. O desafio por ele proporcionado mobiliza o indivíduo na busca de soluções ou de formas de adaptação a situações problemáticas e, gradativamente, o conduz ao esforço voluntário. A atividade lúdica pode ser, portanto, um eficiente recurso aliado do educador, interessado no desenvolvimento da inteligência de seus alunos, quando mobiliza sua ação intelectual (RIZZO, 2001 p. 40).

A inserção das novas tecnologias por meio das mídias interativas e dos jogos como mediadores da aprendizagem são elementares ferramentas que o professor pode lançar mão para estimular o raciocínio e combater a fragmentação dos conteúdos disciplinares e habilidades da clientela atendida pela sala de recursos.

Metodologia

Deve-se ressaltar que na elaboração de um projeto ou qualquer espécie de trabalho que envolva pesquisa, é necessário que se cumpra alguns passos que resultam na coleta de dados, e posteriormente nas informações exatas e precisas, que constituem o objetivo a ser alcançado pela pesquisa.

O referido projeto é consequência de uma pesquisa bibliográfica e de campo e teve como metodologia a abordagem qualitativa dos dados, baseada no enfoque da dialética materialista, tendo como seu principal objetivo analisar o uso dos jogos e das mídias eletrônicas no contexto das salas de recursos multifuncionais partindo como parâmetro uma escola da rede municipal de ensino de Manaus e os objetivos específicos que estão interligados dando suporte construção da pesquisa.

Silva et al (2005. p.27) fundamenta sobre o método dialético:

Na dialética proposta por Hegel, na qual as contradições se transcendem dando origem a novas contradições que passam a requerer solução. É um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade.

Da mesma forma Lakatos e Marconi (2003, p. 105), sobre o método dialético considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico, etc .

Sobre a abordagem qualitativa Minayo afirma que :

Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, as aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (2011, p.21).

É imprescindível a construção do projeto na trajetória acadêmica onde se incrementam as ações para que o aluno pesquisador lance mão de enriquecer seus conhecimentos e fazer as inferências e correlacionar a teoria com a prática. A pesquisa é portanto a ponte entre o caminho trilhado da problemática in loco e as possíveis soluções das dificuldades encontradas, segundo Soares por pesquisa científica entende-se:

Uma pesquisa é motivada pela p necessidade do

conhecimento para aplicação imediata dos resultados, buscando solucionar problemas ou dificuldades encontrados na realidade (2011, p. 04).

Pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo

A construção do projeto de pesquisa consiste em uma investigação pormenorizada da ampla realidade que abarca a problemática estudada. Passando pela pesquisa e estudos relacionados ao tema em questão fundamentado em pesquisa bibliográfica que é fator fundamental para o aprofundamento detalhado das questões como base para a coleta de dados que servirão de fundamento para a pesquisa de campo. A coleta de dados por meio de levantamento bibliográfico que embasou esta pesquisa foi primeiramente a pesquisa bibliográfica documental para se ter uma visão mais ampla das questões legais que versam atualmente sobre o funcionamento das salas de recursos multifuncionais, onde foram analisados dados sobre a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI juntamente com a parte específica da Lei de diretrizes e bases da educação Nacional – LDB que se restringe especialmente a educação especial. Sobre a pesquisa documental, Gil afirma:

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar, que enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes seções constituídas sobretudo por material impresso localizados nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas (2002, p. 46).

Nos momentos seguintes deu-se a análise do referencial teórico embasados nos estudos recentes feitos sobre o uso da informática dentro das escolas regulares. Com base nestes dados foram feitas as seleções e organizações do material bibliográfico para posterior interpretação e análise dos dados coletados relacionando-os a utilização dos jogos e das mídias interativas dentro do contexto das salas de recursos multifuncionais. Portanto a finalidade da pesquisa bibliográfica “[...] é de colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi descrito” (LAKATOS & MARCONI; 1992 p.44).

Sobre a pesquisa bibliográfica Barros e Lehfel'd argumentam:

No processo de formação do acadêmico, a pesquisa bibliográfica é de grande eficácia porque lhe permite obter uma postura científica quanto à elaboração de informações da produção científica já existente, quanto à elaboração de relatórios e quanto à sistematização do conhecimento que lhe é transmitido no dia a dia (2007, p. 85).

No terceiro momento foi realizada a coleta e dados realizada durante a pesquisa de campo. A pesquisa de campo fundamental para a sondagem da realidade observada, por pesquisa de campo entende-se de acordo com Tachizawua e Mendes “é aquela em que a fonte dos dados é desconhecida e será levantada através de busca diretamente no universo de estudo” (1998, p.92).

Lakatos ressalta :

Pesquisa de campo é aquela utilizada como objetivo de conseguir informações e/ ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou relações entre eles (2001, p.186).

Barros e Lehfelld explicitam sobre a pesquisa de campo:

O investigador na pesquisa de campo assume o papel de observador e explorador, coletando diretamente os dados do local (campo) em que se deram ou surgiram os fenômenos. O trabalho de campo se caracteriza pelo contato direto com o fenômeno de estudo [...] A pesquisa de campo favorece o acúmulo de informações sobre fenômenos, mas requer procedimentos metodológicos previamente estabelecidos e apresentados no anteprojeto de pesquisa (2007, p. 90).

As informações foram colhidas mediante as visitas feitas a escola determinada na qual houve um contato direto entre o pesquisador e os entrevistados da maneira que se obtivesse respostas e resultados precisos para a elaboração deste.

As visitas que eram feitas no horário das aulas e permitiram observações extremamente relevantes para elucidar algumas questões pré-elaboradas em um roteiro de visitas que direcionaram as anotações das observações. Todas as informações colhidas através de observações, questionários e entrevistas voltadas para professores e alunos foram examinados de maneira que pudessem ter resultados de caráter qualitativo e quantitativo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Percebe-se dentro do ambiente da educação especial, uma necessidade cada vez maior de trazer para o contexto das salas de aula inovações que motivem os alunos com deficiência.

Há uma urgência na utilização de metodologias e técnicas que venham ao encontro do anseio de profissionais que lidam diretamente com pessoas que apresentam dificuldades cognitivas, físicas, motoras ou sensoriais.

Um fator primordial para o sucesso das estratégias utilizadas é a qualificação do professor em instrumentalizar seu trabalho de modo que, este alcance o cerne do processo pedagógico, a saber: o desenvolvimento de competências e conceitos com uma abordagem de aprendizagem significativa.

Sendo assim “cabe ao professor (...), partir da prática social buscando alterar qualitativamente a prática de seus alunos como agentes de transformação social. O conhecimento cotidiano ao conhecimento científico” (FACCI, 2004, p. 232, 233).

São inúmeras as contribuições que melhorias nas estratégias técnico-pedagógicas trazem para o espaço escolar. As inovações tecnológicas cada vez mais acessíveis pela população contribuem para essa nova dinâmica no processo da construção do conhecimento.

Introduzir as novas tecnologias no âmbito das salas de aula é um avanço necessário visto que fora deste ambiente pedagógico este recurso é largamente utilizado seja através dos dispositivos móveis como os smartphones, tablets, ou mesmo através do computador de uso familiar.

A criação de políticas públicas com o ensejo do incentivo a internet e programas governamentais que estimulem o desenvolvimento da economia impulsionam cada vez mais a expansão do acesso aos recursos interativos e de acesso na rede.

As transformações resultantes desse processo de introdução dessas novas tecnologias não somente na economia ou no mundo do trabalho, mas na vida das pessoas, trouxeram implicações diversas para a forma de organização a sociedade. Uma das principais implicações daí decorrentes constitui a quase fusão entre o que é humano e o que é maquínico, tamanha foi a intensidade com a qual as tecnologias de informação e comunicação passaram a fazer parte da vida cotidiana (MILL, 2006, p. 21).

O uso da informática e das mídias interativas dentro das escolas está tornando possível a construção de ambientes inclusivos que favoreçam o desenvolvimento das competências básicas de aprendizado.

A educação neste processo tem a função de inserir os educandos com deficiência no mundo tecnológico, urge a necessidade do processo de ensino e aprendizagem acompanhar tal desenvolvimento.

A utilização desses novos recursos pluraliza a didática do ensino, as técnicas e a normatização da aprendizagem. Trazendo em seu bojo uma nova dinamicidade no processo de ensinar. A aprendizagem significativa se torna relativamente mais motivadora com estas ferramentas.

Sendo assim “a atividade de uso do computador pode ser feita tanto para continuar transmitindo a informação para o aluno e, portanto, para reforçar o processo instrucionista, para criar condições do aluno construir seu conhecimento” (VALENTE, 1999, p.117).

As salas de recursos multifuncionais como espaço de atendimento educacional especializado

A Educação Especial concebida tal qual a conhecemos hoje, é fruto da luta do movimento histórico de defesa da dos direitos da pessoa com deficiência e luta esta pelo acesso e permanência destes alunos nos bancos escolares.

O resultado desses embates vem sendo promissor na tentativa de oportunizar de fato as pessoas com deficiência no âmbito da política inclusiva permeio de manutenção e assistência especializada a estes educandos uma educação que atenda de fato as suas necessidades.

A escola foi durante muito tempo reprodutora do contexto social em que se encontrava inserida. De forma segregatória e excludente, para as pessoas com deficiência, durante muito tempo serviu mais para evidenciar essa delimitação que excluía indivíduos de grupos considerados fora do padrão homogeneizante da escola.

Com a Declaração de Salamanca (1994) o processo de mudança nos paradigmas da inclusão escolar foram sendo modificados e revistos. A declaração tinha a proposta de que todos se comprometerem com a eliminação das barreiras que vinham excluindo uma parcela considerável da população mundial, a das pessoas com deficiências física, sensorial e mental. Era uma tentativa de esforços onde cada um teria que assumira o seu papel no aporte de romper com as barreiras segregatórias da exclusão, seria uma esforço conjunto de superação na busca de fato de uma educação inclusiva.

No que diz respeito ao comprometimento conjunto, a Declaração afirma que:

É nesse contexto que os que tem necessidades educativas especiais podem conseguir maior progresso educativo e maior integração social. O sucesso das escolas inclusivas que favorecem um ambiente propício a igualdade de oportunidades e à plena participação depende dum esforço concertado, não só dos professores e do pessoal escolar, mas também dos alunos, pais e voluntários. A reforma das instituições sociais não é, somente, uma tarefa de ordem profissional; depende, acima de tudo, da convicção, empenhamento e boa vontade dos indivíduos que constituem a sociedade (UNESCO/Ministry of Education and Science – Spain, 1994 P.11).

Com este passo dado, a educação inclusiva passou a ser visualizada com mais seriedade e a busca por uma educação inclusiva de qualidade e que tratasse de um currículo funcional para esta clientela se tornou um ideal.

No Brasil os primeiros progressos feitos em relação à Educação Especial datam-se a partir da constituição de 1988. O marco da promulgação da constituição foi o primeiro alavanque no sentido de embasar as questões

pertinentes ao sistema organizacional que impulsionaria o processo educacional inclusivo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9394/96 vem tratando em todo seu Capítulo 5º da Educação Especial, seu acesso e permanência desta clientela tanto em salas de ensino regular como nas salas de ensino especializado.

Dentre os inúmeros artigos e alíneas que compõem esta lei podemos destacar a importância do ensino especializado que a lei se refere quando trata de um ensino individualizado de forma a priorizar as necessidades e particularidades educacionais desta clientela.

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I– currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades

Dentro deste contexto de serviços de apoio especializado surge a figura da sala de recursos multifuncional. Apoio complementar a escolarização de alunos com dificuldades na aprendizagem e atrasos que advêm das especificidades das deficiências que apresentem bem também como dos transtornos funcionais e dos transtornos globais de desenvolvimento. Funcionam em período contrário a classe de ensino regular onde o aluno está incluso e denota-se como espaço de trabalho pedagógico complementar paralelo e não como substituto a sala de ensino regular.

Dentro do âmbito do Município de Manaus as Salas de Recursos foram organizadas de acordo com o Decreto n. 6.571/08 que é embasado a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI-2008) que vem regulamentar o parágrafo único Art. 6º da LDB no 9.394/96.

Dentre vários objetivos deste decreto está a o atendimento educacional especializado (AEE) a alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

No Art. 10. O decreto vem explicitar de forma clara o que vem a ser o atendimento educacional especializado que as outras normativas não esclareciam. Ele considera atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos aluno no ensino regular.

As mídias interativas, os jogos educacionais como elemento motivador e mediador de aprendizado.

A dinamicidade e a motivação que são necessárias ao processo de ensino aprendizagem proporcionam ao processo de construção do conhecimento um fator preponderante na aprendizagem significativa dos educandos. Tendo em vista, ao se aprender e se aprender de uma forma inovadora. As estratégias de ensino do mundo globalizado em que estamos atualmente inseridos, são convites atraentes.

Meios de recursos multimídia e jogos educacionais cada vez mais

avançados são recursos que dispomos na atualidade e que vão além dos livros e cadernos convencionais. Temos na era tecnológica e digital arcabouços atraentes para despertar a curiosidade e a sede de conhecimento dos educandos.

Dentro deste contexto o uso da informática no âmbito do ambiente escolar e mais especificamente dentro das salas de recursos multifuncionais vem somar forças e trazer novas formas de acesso e fixação dos conteúdos aos alunos da Educação Especial. Crianças com deficiência já possuem na grande maioria e principalmente os com transtornos globais de desenvolvimento uma inclinação natural ao uso da tecnologia.

A contribuição dos jogos e dos recursos de mídia interativa tanto na ferramenta do computador como estando disponível em dispositivos digitais móveis tem seu uso cada vez mais difundido e utilizado por crianças cada vez mais precocemente, a indústria sabedora deste mercado em expansão tem cada vez investido em instrumentos tecnológicos e digitais para suprir o desejo desta clientela cada vez mais precoce e mais exigente.

No entanto no que concerne ao uso das novas tecnologias no ambiente escolar é necessário cada vez mais uma formação de professores engajados e qualificados no uso das novas mídias tecnológicas para garantir uma mediação eficiente e proveitosa dos conteúdos que são ministrados dentro das escolas.

Os jogos possuem, portanto elementos importantes e pertinentes a mediação necessária ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência que são atendidos pela sala de recursos, pois ajudam não só a parte do intelecto, mas também as habilidades motoras sensoriais e de compreensão.

Pode-se supor que um trabalho sistemático por meio de jogos, com sujeitos que apresentam dificuldades na aprendizagem, desencadeie o processo de equilíbrio responsável pela estruturação cognitiva e a tomada de consciência. Isso ocorre porque uma situação- problema engendrada pelo jogo constitui um desafio ao pensamento, isto é, uma perturbação que, ao ser compensada, resulta em progresso no desenvolvimento o pensamento (BRENELLI, 1996 p. 42).

Sendo assim a incorporação das mídias interativas e dos jogos no contexto das salas de recursos multifuncionais são uma alternativa de mediação viável, prática e motivacional para alunos com deficiência auxiliando no aprendizado e fortalecendo assim a inclusão social desses educandos, pois ao se constituírem estratégias motivadoras de mediação são prazerosas interessantes e desafiantes configurando-se em rico suporte na construção dos saberes.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA - AS CONTRIBUIÇÕES DOS JOGOS E DAS MÍDIAS ELETRÔNICAS PARA MEDIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL.

Os resultados coletados oriundos dos questionários serviram de base para uma melhor compreensão sobre a problemática levantada na pesquisa, retornamos a base de estudo que deu aporte teórico para a reflexão acerca dos dados coletados. A pesquisa foi realizada em uma Escola da Rede Pública Municipal de Ensino na Cidade de Manaus.

A construção da pesquisa apontou que 70% dos alunos que frequentam a sala de recursos multifuncionais são do gênero masculino e apenas 30% gênero feminino, desta forma percebemos que a maioria das crianças com deficiência incluídas nesta sala de recursos em sua maioria é ocupada pelo gênero masculino, com a média de idade entre 8 e 9 anos.

No que se refere ao nível de seriação da educação básica em que se encontram, 10% dos entrevistados estão cursando a Educação Infantil, 10% cursam o 1º ano do Ensino Fundamental, 50% cursam o 2º ano, 20% cursam o 3º ano, 10% cursam o 4º ano.

Nível de Seriação da Educação Básica dos alunos participantes da pesquisa	U	%
Educação Infantil	1	10%
1º Ano do Ensino Fundamental	1	10%
2º Ano do Ensino Fundamental	7	50%
3º Ano do Ensino Fundamental	4	20%
4º Ano do Ensino Fundamental	1	10%

Tabela 1. Unidade Absoluta-quantitativa (U) e Valor Proporcional (%) do nível de seriação da Educação Básica dos participantes da pesquisa.

Observamos que com as crianças mais velhas a distorção idade série é maior e se evidencia de forma gradativa. Percebemos que um dos fatores decisórios para efetivação deste dado estatístico é realmente a ausência efetiva de um currículo funcional adaptado. A Resolução do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), 2001 refere-se a flexibilização e adaptação de currículo em seu Art. 17:

Em consonância com os princípios da Educação Inclusiva, as escolas das redes regulares de educação Profissional, públicas e privadas, devem atender alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a promoção das condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a flexibilização e adaptação do currículo e o encaminhamento para o trabalho, contando, para tal, com a colaboração do setor responsável pela educação especial do respectivo sistema de ensino.

Dentre os entrevistados na pesquisa 100% moram com os pais e são alunos inclusos no ensino regular. No entanto, apenas 70% dos alunos que frequentam a sala de recursos em que foi realizada a pesquisa frequentam a referida escola, 30% são oriundos de outras escolas, as quais são desprovidas da sala de recursos multifuncionais e foram encaminhados para a sala de recursos através da secretaria municipal de educação.

Cerca de 70% dos alunos entrevistados frequentam a sala de recursos a mais de um ano e 30% a menos de um ano. 80 % das crianças ainda não são alfabetizadas e o restante de 20 % já se encontram alfabetizadas. Quanto a questão que versa sobre o domínio da coordenação motora grossa para utilização do mouse 100% dos alunos possuem. Bem como 100% apontou gostar de se utilizar do uso de jogos e da mídias interativas como instrumento mediador do aprendizado.

As maiores dificuldades no âmbito pedagógico que o aluno evidenciava antes da aplicabilidade do projeto foram assinaladas e divididas em: 70% para dificuldades de ordenamento sequencial da vida diária, sendo a maioria dos alunos com esta dificuldade tinham como deficiência o transtorno do espectro do autismo, 20% apresentavam dificuldade no reconhecimento de letras e sílabas e 10% apresentavam dificuldades no reconhecimento de palavras.

Principais dificuldades pedagógicas presentes em alunos com autismo	Principais dificuldades pedagógicas presentes em alunos com Síndrome de Down, Síndrome de Kabuki e Paralisia Cerebral Parcial
Dificuldade em sequenciar eventos de tempo	Dificuldade em reconhecimento de letras e sílabas
Dificuldades em sequenciar hábitos comuns da vida cotidiana	Dificuldade em reconhecimento de palavras
Dificuldades em ordenamento sequencial de atividades pedagógicas	Dificuldade em compreensão textual

Tabela 2. Principais dificuldades pedagógicas assinaladas no âmbito das deficiências apresentadas pelos alunos.

Após aplicação do projeto, questionados quanto a evolução das problemáticas elencadas os professores assinalaram que 60% dos alunos apontavam melhoria no reconhecimento sequencial da vida diária, 20 % apresentaram maior tempo útil de concentração nas atividades pedagógicas, houve um aumento de 10% de melhoria quanto a questão da psicomotricidade e 10% apresentaram maior facilidade no reconhecimento de identificação de cores primárias e secundárias.

Melhorias pedagógicas pós – Aplicabilidade do Projeto	U	%
Ordenamento sequencial da vida diária	9	60%
Maior tempo de concentração nas atividades pedagógicas	3	20%
Melhora na psicomotricidade	1	10%
Maior facilidade no reconhecimento de cores primarias e secundárias	1	10%

Tabela 3. Unidade Absoluta-quantitativa (U) e Valor Proporcional (%) assinalados pelos professores nas melhorias pedagógicas observadas pós- aplicabilidade do projeto.

Os softwares utilizados durante o projeto foram o Lina educa, desenvolvido pela Universidade Federal do Amazonas voltado para crianças autistas, dentro deste projeto foi aplicado com crianças com todas as especificidades de deficiência na abrangência da pesquisa. Este software foi utilizado principalmente pela problemática apontada quanto as questões relacionadas a dificuldade de ordenamento em habilidades simples da vida diária (AVDs). O Tux paint, editor de imagem do Linux disponível nos computadores da sala de informática que também é utilizada como telecentro pela comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se através do levantamento de estudos relacionados ao funcionamento das salas de recursos bem como o programa de ensino a ser

seguido a necessidade dentro da proposta das salas de recursos de individualizar as estratégias de ensino a ser definida para cada aluno dentro das especificidades de cada deficiência. O uso dos jogos e das mídias interativas estimulam os alunos com deficiência a estarem inclusos em um ambiente onde aprendam fatos, sejam estimulados nas suas dificuldades cognitivas, motoras, sociais e afetivas. Desenvolvendo sua autonomia.

O levantamento das principais dificuldades de aprendizagem em nível de acessibilidade das mídias e dos jogos por parte da clientela atendida, pelas salas de recursos, serviu de base para análise dos resultados dos alunos que apresentem deficiência intelectual visto que, grande parte dos alunos atendidos possuem variados graus de comprometimento cognitivo.

Espera-se como resultado desta pesquisa a possibilidade de poder usar a ludicidade e a criatividade como molas propulsoras do conhecimento através das mídias para o auxílio à retenção de conteúdos e habilidades dentro do contexto da sala de recursos facilitando o processo de aprender, aumentando a retenção do que foi ensinado, estimulando a criatividade, exercitando as funções cognitivas sensoriais e físicas, aumentando o grau de concentração e incentivando o lado imaginativo dessa clientela.

A educação Especial é, portanto, lugar de dinamicidade e atualização constantes no âmbito da busca por técnicas e instrumentos que venham cada vez mais agregar valor ao processo de ensino aprendizagem das crianças com necessidades educacionais especiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. F. **Educação e informática**. São Paulo, Cortez, 2012.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96** de 20 de dezembro de 1996. Disponível no site www.mec.gov.br Acessado no dia 25 de outubro de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso no dia 25 de outubro de 2021. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva -PNEEPEI/2008**.

BRENELLI, R. P. **O Jogo como espaço para pensar**. São Paulo, Papirus, 1996.

FACCI, M. G. D. **Valorização ou esvaziamento do trabalho de professor? Um texto crítico- comparativo da teoria do professor reflexivo, do**

costrutivismo e da psicologia Vigotskiana. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

GIL, A. C. **Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas., 2002.

LÁKATOS, Eva Maria; MARINA de Andrade Marconi. **Fundamentos de Metodologia Científica** 4ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MILL, D. **Educação a Distância e Trabalho Docente Virtual: Sobre Tecnologia Espaços Gêneros, Coletividade na Idade Mídia.** São Paulo: Paulos, 2006.

RIZZO, G. **Jogos inteligentes: a construção do raciocínio na escola.** Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2001.

VALENTE, J. A. **O computador na sociedade do conhecimento/** José Armando Valente, organizador. Campinas, SP: UNICAMP/NIED,1999.

Jéssica Elisabete da Silva

Graduada no Curso de Enfermagem pelo
Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM

Jéssica Motta dos Santos Mattos

Graduada no Curso de Enfermagem pelo
Centro Universitário Augusto Motta – UNISUAM

Thamires Santos de Melo Rodrigues

Graduada no Curso de Enfermagem pelo
Centro Universitário Augusto Motta – UNISUAM

Fabiana Ferreira Koopmans

Orientadora e Docente do Curso de Enfermagem pelo
Centro Universitário Augusto Motta – UNISUAM

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as vivências de violência obstétrica experimentadas por parturientes, a partir da revisão da literatura, foi possível estudar a violência obstétrica no ciclo gravídico-puerperal, enfatizando os cuidados de enfermagem. A violência contra as mulheres é fato histórico, sucedido nos mais variados contextos sociais, presentes em todas as sociedades, originária de uma cultura de dominação, cujo cerne é a inferiorização das mulheres, legitimada ao longo do tempo e internalizada como algo natural. A pesquisa será norteada pela pergunta “Como as parturientes experimentam a violência obstétrica e como a enfermagem pode atuar nesse cuidado?”. O presente estudo será de caráter descritivo, exploratório e com abordagem quali quantitativa. A pesquisa descritiva terá como objetivo descrever as características do fenômeno e a pesquisa exploratória trazer a familiarização com o tema proposto, tornando-o mais compreensível e com a possibilidade de construir ideias e soluções para melhoria do problema. Foram utilizadas as bases de dados: BVS e CAPS, com recorte temporal de 2017 a 2020. Após a análise dos artigos, os resultados foram divididos em duas categorias, a primeira, como as parturientes experimentam a violência obstétrica e os cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétrica. Concluímos que a violência obstétrica é um problema de saúde pública e o enfermeiro que possui o entendimento da gravidade deste problema consegue contribuir significativamente para mudança deste cenário.

Palavras-chave: violência obstétrica; enfermagem obstétrica; parto humanizado.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como temática as vivências de violência obstétrica experimentadas por parturientes e verificar como a enfermagem pode contribuir no cuidado. O interesse pelo estudo surgiu após o contato com as disciplinas Saúde da Mulher na Atenção básica, onde aborda a maneira que deve ser as orientações e educação durante todo o processo do pré-natal e a de Atenção Integral à Mulher no Ciclo Gravídico-puerperal, onde aborda as possíveis complicações até a entrada dessa mulher a unidade hospitalar e a forma como são conduzidas e explicadas a elas para que possam tomar decisões e serem protagonistas de seus partos.

A violência contra as mulheres é fato histórico, sucedido nos mais variados contextos sociais, presentes em todas as sociedades, originária de uma cultura de dominação, cujo cerne é a inferiorização das mulheres, legitimada ao longo do tempo e internalizada como algo natural, inclusive pelas próprias mulheres que reproduziam essa violência na educação de suas filhas e na relação com outras mulheres quando da existência de vínculo de submissão entre ambas, a exemplo das relações de trabalho doméstico.

Todavia, esse processo inicia sua reversão através dos movimentos feministas que se notabilizaram ainda em meados do século XX quando da organização política das mulheres, fato que possibilitou a modificação parcial desse estado de subordinação e violência. É inegável as conquistas de alguns direitos femininos. Contudo, a violência ainda se faz impregnada no meio social. No Brasil, os índices de violência contra as mulheres ainda são alarmantes, mesmo a despeito da vigência da Lei Maria da Penha (BRASIL, Lei n. 11.340- 7 de agosto de 2006) e da Lei do Feminicídio. Nesse sentido, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou que, no ano de 2016, tramitaram no Brasil mais de um milhão de processos referentes à violência contra a mulher, o que equivale, em média, a um processo para cada 100 mulheres brasileiras (BRASIL, Lei Federal 13.104/15).

A violência obstétrica associa-se a qualquer conduta realizada por profissionais de saúde que desrespeite o corpo e o processo reprodutivo das mulheres, sendo exercida a partir da medicalização, assistência insensibilizada abusiva e ações insensibilizadas, intervencionistas, assim como a transformação patológica do processo fisiológico da parturição (MOURA, et.al. 2020). Ela se apresenta de várias formas desde a falta de consentimento da mulher e esclarecimento por parte da equipe sobre o procedimento realizado até injúria verbal através de palavras grosseiras que inibam a mulher a expor o que está sentido.

Entre muitas formas de violência obstétrica estão: recusa a admissão ao hospital, negar o direito de acompanhante, realizar tricotomia, uso indiscriminado de ocitocina, restrição de alimentação e hidratação, privar deambulação, exames vaginais rotineiros sem justificativa, não oferecer opções para alívio de dor, deixar a mulher sozinha, intervenções com finalidade didática, rompimento artificial da bolsa, cesarianas desnecessárias e sem consentimento, restrição da escolha do local e da posição do parto,

uso rotineiro de posição litotomia durante o trabalho de parto e o parto, realização de episiotomia de modo indiscriminado, realização da manobra de kristeller utilização de fórceps, impedir o contato pele a pele com bebê com a mãe logo após o nascimento, corte precoce do cordão umbilical, impedir o aleitamento materno, todos esses são eventos que podem carregar danos permanentes em ordem de física, mental e emocional (MOURA, et.al. 2020).

Partindo do entendimento de que a humanização do parto é a alternativa viável na garantia dos direitos fundamentais, tanto da parturiente quanto do feto, o nosso problema de pesquisa envolverá a constatação do enfermeiro adotando assistência ao parto desumanizado em pleno século XXI, mesmo após os avanços tecnológicos.

A questão central é se a humanização é um processo recente na literatura. A primeira menção ao termo na literatura médica foi empregada recentemente, no início do século XX (DINIZ, 2005). Por isso, neste trabalho entenderemos que a humanização do parto se torna uma mudança de práticas desafiadoras para a assistência, o que repercute por exemplo, nas gestantes desconhecerem seus direitos, que segundo UNICEF (2011) vai do pré-natal de qualidade, passando pelo parto humanizado a assistência ao recém-nascido e a mãe. Bem como desconhecerem o que de fato seja um procedimento violento durante a concepção.

A violência obstétrica é, portanto, tema de relevância para a política pública de saúde da mulher e da criança no Brasil, assim como para a formação dos profissionais e gestores de saúde, tendo em vista a necessidade de mudança das práticas assistenciais e do sistema de atenção ao parto e nascimento. No contexto brasileiro há grande influência cultural sobre a percepção do nascimento na sociedade relacionado ao excesso de utilização de procedimentos. A solidão da mulher sem acompanhante no parto, as interferências na fisiologia do trabalho de parto que aumentam o seu desconforto, a falta de privacidade e o controle profissional e institucional sobre o processo de parir tem sido considerado como fatores contribuintes para o excesso de cesarianas no Brasil. Assim, na perspectiva das mulheres, a cesariana se tornou uma alternativa à violência ou maus tratos durante o parto.

A pesquisa foi norteada pela **pergunta** “Como as parturientes experimentam a violência obstétrica e como a enfermagem pode atuar nesse cuidado?”.

Diante desse contexto, percebemos então, a necessidade de ampliar os conhecimentos sobre a assistência prestada às mulheres em trabalho de parto e parto, pois a mulher detém sobre si informações, emoções, sentimentos, percepções e direitos no gestar e parir. Portanto, é necessário o respeito a individualidade, a privacidade e a autonomia de cada mulher, as quais são condições altamente necessárias para que ocorra o parto humanizado e sem traumas que possa acompanhar fora da instituição. Desta forma, constituímos como **objetivo** desse estudo: “Analisar as vivências de violência obstétrica experimentadas por parturientes”.

REVISÃO DE LITERATURA

A violência obstétrica, além de denominar ato violento praticado contra mulher, é também violação dos direitos humanos. Logo, as mulheres, como sujeitas de direitos, merecem ser amparadas, protegidas, e informadas sobre o que é melhor para ser realizado no momento do parto, devendo ser tratada com segurança, respeito e dignidade, longe de sofrer qualquer forma de abuso e desrespeito (NAZÁRIO *et al*, 2014).

“A violência obstétrica é frequente no Brasil, sendo praticada por médicos e profissionais da enfermagem, em especial, na forma de negligência, violência verbal e violência física” (GUIMARÃES *et al*, 2021).

Na promoção à saúde da gestante, o enfermeiro exerce um papel essencial desde o início da gestação, estabelece uma rede de auxílio em conjunto com os seus familiares, ajudando na consolidação de suas habilidades para resgatar o controle da gestação e do parto, assumindo assim o protagonismo no momento do nascimento de seu filho (DARÓS, *et al*, 2010).

Humanizar o parto é um conjunto de condutas e procedimentos que promovem o parto e o nascimento saudáveis, pois respeita o processo natural e evita condutas desnecessárias ou de risco para a mãe e o bebê (OMS, 2000).

A violência obstétrica pode ser caracterizada pela apropriação do corpo da mulher, em seu processo reprodutivo, pela equipe de saúde que atua durante o parto de maneira desumanizada. Isso ocorre por meio do excesso do uso de intervenções e da patologização de processos naturais, o que faz com que a mulher não tenha espaço para tomar suas próprias decisões, trazendo consequências negativas para ela e a criança (SERRA, 2018).

Essa expressão engloba uma série de formas de violência durante o cuidado obstétrico, que incluem maus tratos físicos, psicológicos e verbais, assim como procedimentos desnecessários e danosos (TESSER *et al*, 2015).

“Várias são as práticas hospitalares que atentam contra a dignidade, a integridade e liberdade da mulher, caracterizando a violência obstétrica” (TESSER *et al*, 2015).

Tendo em vista que uma grande porcentagem de mulheres relatou ter sofrido algum tipo de agressão durante a gestação, pré-natal ou no parto, a Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2014, declarou a VO como uma violação dos direitos humanos fundamentais e a evidenciou como um problema global e disseminado (SOUZA, *et al*. 2016).

A lei do Acompanhante, representou um marco quanto à valorização e ao bem-estar da parturiente.

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Contudo, a privação do direito ao acompanhante é recorrente em nosso país de tal forma que pesquisas denominam a recuperação anestésica como o período de ficar “largada no cantinho” (SALGADO, 2012; LINO, 2010).

Quanto ao conceito de violência obstétrica, no Brasil, não há legislação vigente que a preconize, existindo tão somente o Projeto de Lei nº 7633/14, que dispõe sobre a humanização da atenção à mulher e ao recém-nascido durante o ciclo gravídico-puerperal (OLIVEIRA, 2017).

Segundo Silva, (2014), para o direcionamento dos cuidados obstétricos é necessário o reconhecimento de que toda mulher tem o direito legal de receber tratamento livre de danos e maus tratos, obter informação, consentimento esclarecido com possibilidade de recusa e garantia de respeito às preferências, incluindo acompanhante durante toda a internação na unidade obstétrica, privacidade e sigilo, ser tratada com dignidade e respeito, receber tratamento igual, livre de discriminação e ter acesso à sua autonomia.

A assistência no parto humanizado engloba todo o processo de gestação, desde o momento do nascimento até o pós-parto. Antes, durante e após o parto a intervenção médica só acontece pela demanda fisiológica da parturiente e do recém-nascido. Neste tipo de parto, não existe um procedimento específico ou normas rígidas a serem utilizadas. Constatando que cada ser humano é diferente, e cada parto também será diferente. Portanto, as práticas de parto humanizado podem ser entendidas como um conjunto de ações que individualizam a atenção à gestante e ao bebê, em um aspecto mais humanizado e acolhedor.

Os profissionais de saúde, portanto passam a ter maior destaque ao executarem essas práticas, transformam-se em grandes protagonistas deste acontecimento. É importante ressaltar que é necessária a presença de no mínimo dois profissionais com capacidade técnica, um para prestar cuidados à puérpera e ao neonato, podendo ser dois enfermeiros obstetras, a doula e se for necessário um médico obstetra e não podemos deixar de citar a importância do acompanhante, pois, lhe dará conforto, segurança e apoio (PORTO *et al.*, 2015).

Segundo Nascimento *et al.* (2010) a enfermeira obstétrica contribui na prevenção da violência obstétrica porque o seu cuidado já começa no pré-natal.

Nesse sentido, em um estudo realizado por Alvares *et al* (2018) a enfermeira obstétrica durante as consultas de pré-natal atua identificando preocupações, medos, angústias, inseguranças e dúvidas; explicando como é o trabalho de parto, parto e puerpério, informando sobre as práticas assistenciais benéficas para a parturiente e o recém-nascido, mostrando as vantagens do parto normal e preparando a mulher para o momento do nascimento.

METODOLOGIA

O presente estudo é de caráter descritivo, exploratório e com abordagem quali quantitativa. A pesquisa descritiva teve como objetivo descrever as características do fenômeno e a pesquisa exploratória trazer a familiarização com o tema proposto, tornando-o mais compreensível e com a possibilidade de construir ideias e soluções para melhoria do problema.

Na pesquisa qualitativa foi feito o cruzamento de dados e relatos por materiais já publicados afim de entender o que estava por trás da mulher que sofre violência obstétrica e compreender seu entendimento em relação ao fenômeno.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica, teve como fonte de dados artigos científicos e materiais acadêmicos disponíveis nos acervos virtuais da Biblioteca Virtual (BVS) e o portal do CAPES, com recorte temporal compreendido entre os anos de 2017 à 2020. Foram utilizados materiais disponíveis na sua integralidade para leitura e somente na Língua Portuguesa. Inicialmente foram selecionados artigos, a partir do cruzamento utilizando os descritores: Violência obstétrica, puerpério, enfermagem obstétrica, parto, violência de gênero, parto humanizado.

Os critérios de inclusão foram artigos científicos e trabalhos acadêmicos que estavam disponíveis para leitura e análise integral e que correspondem com a temática proposta. E o de exclusão foi feito com materiais que não atenderam os critérios mínimos de inclusão, resumos de artigos e que fugiram da proposta inicialmente.

Para a análise dos dados, após as informações que foram transcritas na íntegra, estas foram organizadas por tema e analisadas conforme a análise de conteúdo, que tem como objetivo a compreensão do significado das falas dos sujeitos para além dos limites daquilo que é descrito (BARDIN, 1997).

Os resultados apresentados neste estudo serão socializados em sessão pública de defesa do trabalho de conclusão de curso realizada no Centro Universitário Augusto Motta, na unidade de Bonsucesso no dia 05 de julho de 2022 e eventos científicos relacionados ao tema.

RESULTADO E ANÁLISE

Segue abaixo um quadro com os principais achados dos artigos selecionados.

Quadro 1- Artigos recentes sobre violência obstétrica, respondendo à questão norteadora.

Artigo	Título	Autores	Revista	Ano de Publicação	Apontamentos
A1	Violência obstétrica e os cuidados de enfermagem: reflexões a partir da literatura.	CASTRO, Antônia Tainá Bezerra; ROCHA, Sibebe Pontes.	Enfermagem em foco.	2020	O artigo fala sobre a violência obstétrica e os cuidados de enfermagem a partir de uma revisão de literatura, trazendo as vivências de humilhação e violências no momento do parto. A enfermagem pode contribuir para acabar com esses episódios através de métodos de acolhimento digno, apoio emocional e métodos não farmacológicos. Os autores dissertam sobre a violência obstétrica ser um resultado da precariedade do acesso ao serviço de saúde, a superlotação das maternidades e a falta de empatia de profissionais que transforma o momento do nascimento de um filho em um episódio de dor, sofrimento e maus tratos, causando danos físicos e emocionais. Para prevenção da violência obstétrica o enfermeiro precisa mudar o seu olhar e sua prática, buscando realizar um acolhimento digno e oferecendo apoio físico e emocional, com escuta ativa e proporcionando segurança.
A2	Percepção das parturientes sobre violência obstétrica: A dor que querem calar	TEIXEIRA, Patrícia da Costa, <i>et al.</i>	Revista Nursing	2020	O objetivo do artigo é identificar e conhecer as percepções das parturientes sobre a violência obstétrica, identificando as principais ações e os impactos físicos e psicológicos deste tipo de violência. Nos resultados, foi possível observar que as mulheres participantes da pesquisa obtinham conhecimento sobre o que significa violência obstétrica, contudo isto não é uma realidade da maioria das mulheres que podem não saber que estão passando por um episódio de violência obstétrica. As falas das participantes relatam a violência verbal velada no dia-a-dia das maternidades, aonde os profissionais tratam com humilhações, ameaças e descasos as parturientes.
A3	Assistência de enfermagem frente à violência	MELO, Aline da Silva, <i>et al.</i>	Brazilian Journal of Development	2020.	O artigo foi desenvolvido em revisão integrativa da literatura, para caracterizar a assistência de enfermagem em relação à violência obstétrica, buscando os

	obstétrica: um enfoque nos aspectos físicos e psicológicos				danos causados as parturientes no âmbito físico e psicológico. O artigo destaca que o sofrimento da parturiente é visto com frescura, os seus limites não são respeitados e a violência sofrida pode ser transformado em trauma, depressão, ansiedade e outros danos psicológicos que podem até ser irreparáveis.
A4	O papel do enfermeiro frente à violência obstétrica	MATOSO, Leonardo Magela Lopes	C&D-Revista eletrônica da FAINOR	2018	Este artigo fala sobre o papel do enfermeiro e como ele pode atuar para evitar os atos de violência obstétricos que são caracterizados por intervenções desnecessárias e até violências verbais vividas por parturientes. O artigo mostra as formas que o enfermeiro pode realizar em sua prática para evitar a violência obstétrica. Para evitar que as parturientes experimentem a violência obstétrica que é um momento traumático, o enfermeiro deve ter o cuidado de executar sua prática centrada no binômio mãe-feto, oferecendo uma assistência humanizada, respeitando os direitos e limites da parturiente e principalmente, estimulando a equipe para que o cuidado seja efetivamente humanizado.
A5	Os direitos da parturiente nos casos de violência obstétrica	NAZÁRIO, Larissa; HAMMARS TRON, Fátima Fagundes Barasoul.	Seminário Internacional de Educação no Mercosul XVII- UNICRUZ	2014	O artigo explana sobre a garantia dos direitos das parturientes em casos de violência obstétrica, identificando as formas de violência, a falta de conhecimento das parturientes e a análise dos relatos das vítimas de violência obstétrica. Muitas mulheres não conhecem seus direitos como parturientes e não sabem que os atos sofridos, como ofensas e até toques desnecessários são considerados violência e são crimes, esta falta de informação auxilia na perpetuação da violência tornando-as como atos comuns.
A6	Violência obstétrica com questão para saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas	DINIZ, Simone Grilo, <i>et al.</i>	Journal of Human Growth and Development	2015	O artigo narra sobre a violência obstétrica como questão de saúde pública, os seus impactos na vida da parturiente, as origens, a complexidade da causa e as formas de preveni-la e de implementar a humanização. São inúmeros os impactos da VO na saúde materna, os danos psicológicos podem afetar nos cuidados do bebê gerando infinitos traumas e até afastando a possibilidade de ter outros filhos, a violência obstétrica é um problema de

	para sua prevenção				saúde pública e multifatorial que atua em diferentes esferas e por diversos profissionais de saúde, sendo necessário um conjunto de práticas para evitar esta prática dão danosa.
--	--------------------	--	--	--	---

Fonte: Autoras

A partir desses apontamentos dos artigos selecionados, foram agrupados em duas categorias:

Categoria 1: Como as parturientes experimentam a violência obstétrica

Na categoria 1, agrupou-se 3 artigos que trazem as experiências das parturientes na violência obstétrica. O artigo A2 traz a experiência da parturiente que foi observado como um episódio traumático, cercado de dor, medo, insegurança e muito sofrimento para as mulheres que sofrem violência obstétrica.

O artigo A3 fala dos cuidados de enfermagem enfatizando o aspecto físico e psicológico da mulher, pois a violência obstétrica é dada de várias formas, dentre elas a violência psicológica, trazendo falar menosprezando a mulher, seus órgãos sexuais, cor, gênero, questão social, aproveitando o momento de vulnerabilidade da mulher para executar esse tipo de violência.

No artigo A5 explana sobre os direitos da parturiente em casos de violência obstétrica, pois em muitos casos a mulher não sabe identificar que está passando por VO, pois ele pode ser disfarçado ou realizado sutilmente de maneira que a mulher que não possui conhecimento de seus direitos e das práticas de violência obstétrica não consegue identificar.

Categoria 2: Cuidado de enfermagem na prevenção da violência obstétrica

Na categoria 2 agrupou-se 3 artigos que trazem os cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétrica. O artigo A1 fala sobre os cuidados frente à violência obstétrica, o que o enfermeiro pode fazer em sua prática para evitar a VO, as formas de contribuir, através de métodos de acolhimento respeitosos e dignos, colocando a mulher no centro do cuidado, evitando métodos farmacológicos e dando apoio emocional.

O artigo A4 fala do papel do enfermeiro frente à violência obstétrica, dissertando sobre as possibilidades que o enfermeiro possui para evitar, combater e enfrentar casos de violência obstétrica no dia a dia das maternidades, que é caracterizado pelo cuidado humanizado, centrado no binômio mãe-bebê, respeitando a mãe e estimulando a equipe à importância deste cuidado, os benefícios e evitando com que a equipe aja de forma arbitrária e desumana com as parturientes.

O artigo A6 traz a VO não só como uma prática que ocorre nos hospitais, mais como um problema de saúde público, pois as práticas errôneas se tornaram culturais e necessita de intervenções. A VO se tornou um problema de saúde pública devido a recorrência significativa das suas

práticas e os impactos sem precedentes causados na vida das parturientes, causando impactos psicológicos como depressão, ansiedade, traumas que acompanham a vida da mulher continuamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a violência obstétrica é um problema sistemático encontrado nas unidades de saúde que é praticado por profissionais da saúde que não preconizam o cuidado humanizado, não respeitam os direitos da mulher e não colocam a parturiente como centro do cuidado, portanto, ao pesquisarmos sobre a temática, foi possível esclarecer o que o enfermeiro pode fazer para evitar que a violência obstétrica aconteça nas maternidades e a vivência da violência obstétrica para a mulher, quais os danos que são causados, tantos em aspectos físicos como psicológicos e emocionais e as contribuições do enfermeiro que pratica o cuidado humanizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARES, Aline Spanevello et al . Práticas humanizadas da enfermeira obstétrica: contribuições no bem-estar materno. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília , v. 71, supl. 6, p. 2620-2627, 2018 .

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Lei Orgânica da Saúde**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, set. 1990.

DARÓS, D. Z; HESS, P. T; SULSBACH, P; ZAMPIERI, M. F. M; DANIEL, H. S. Socialização de conhecimentos e experiências sobre o processo de nascimento e tecnologias do cuidado. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 12, n. 2, p. 308-314.

DINIZ, Simone Grilo et al . **Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas para sua prevenção**. J. Hum. Growth Dev., São Paulo , v. 25, n. 3, p. 377-384, 2015 .

GUIMARÃES LBE; **Violência institucional em maternidades públicas do Estado de Tocantins (Dissertação)**. Goiás: Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2012. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/2968/1/LIANA%20BARCELAR%20EVANGELISTA%20GUIMARAES.pdf>. Acesso em: 25. Set. 2021

OLIVEIRA, Lualalica Gomes Souto maior de. **Violência obstétrica e direitos humanos dos pacientes**. 2017. 64 f. Monografia (Graduação) - Faculdade

de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017.

NAZÁRIO L, HAMMARSTRON FFB. **Os direitos da parturiente nos casos de violência obstétrica.** In: XVII Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL. Rio Grande do Sul. 2014.

NASCIMENTO, N. M. DO. et al. Tecnologias não invasivas de cuidado no parto realizadas por enfermeiras: a percepção de mulheres. **Escola Anna Nery**, v. 14, n. 3, p. 456-461, 2010.

SALGADO, Heloísa. **A experiência da cesárea indesejada: perspectivas das mulheres sobre decisões e suas implicações no parto e nascimento.** Dissertação (mestrado em saúde pública). São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2012.

SOUZA, A. B; SILVA, L. C; ALVES, R. N; ALARCÃO, A. C. J; Fatores associados à ocorrência de violência obstétrica institucional: uma revisão integrativa da literatura. **Rev. Ciênc. Med.**, Campinas. 25 (3): 115-128 p. 14, 2016.

TESSER, Charles Dalcanale et al Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 35, 2015.

Mariza Reis Almeida

Mestre em Desenvolvimento Local pela UNISUAM.
Especialista em Ensino de Ciências e Biologia pela UFRJ.
Bacharel e licenciatura em Ciências Biológicas pela UGF.

RESUMO

A migração está presente no histórico desde sua descoberta, porém, o contexto migratório tem sido alterado devido a algumas variáveis brasileiras, tais como guerras, conflitos, outras questões políticas, culturais, ambientais. O objetivo deste artigo é refletir sobre a história do refúgio no Brasil, sem âmbito do ambiente e dos impactos nas suas mudanças, causas e consequências do refúgio espacialmente. Os refugiados no Brasil têm alguns picos de chegada interconectados a eventos externos ou internacionais. A legislação brasileira que não cria entraves à entrada de refugiados, com facilidade como facilidade de se relacionar com estrangeiros, certamente faz o povo da migração de refugiados. A metodologia da pesquisa foi bibliográfica e documental, abarcando principalmente a legislação brasileira e internacionais. Ao se debruçar sobre a literatura do refúgio, foi possível contextualizar o professor, a escola e a criança refugiada, entrelaçadas a falta de preparo dos profissionais da educação. Conclui-se com esse estudo que a medida em que o país deseja alcançar as metas do ODS 4 – Educação de Qualidade é necessário preparo, planejamento e medidas em todas as esferas dos poderes. Também fica claro que uma educação inclusiva impacta claramente em outras metas ou desenvolvimento, tais como as do ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e do ODS 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Palavras-chave: Crianças refugiadas; Educação; Acolhimento educacional.

INTRODUÇÃO

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 4, ODS 4 da Agenda 2030 das Nações Unidas, ONU, especialmente as metas 4.5 e 4.7, prevê ações do poder público e da sociedade para incluir pessoas em situação de vulnerabilidade e promover a diversidade cultural (ONU, 2015). Segurança, moradia, educação, saúde, alimentação devem ser direitos garantidos a todas as pessoas, mas nos atuais modelos de sociedade, grande parte da população não tem acesso àqueles direitos que são básicos para o crescimento e desenvolvimento do ser humano.

A forma como um refugiado é tratado no país de acolhimento pode determinar se ele está realmente seguro ou se continua ameaçado. O preconceito que pode existir por parte de uma sociedade desinformada e por parte do próprio Estado pode ser discriminatório e xenófobo. Na escola, uma criança refugiada pode ser vítima de xenofobia, que muitas vezes pode ser confundida com bullying. A Declaração dos Direitos da Criança (ONU, 1959) estabelece que toda criança deve ter liberdade, independentemente de sua raça. Também estabelece que, como crianças, elas precisam de proteção, cuidados especiais, amparo legal adequado, mesmo antes do nascimento. Infelizmente, fica claro que os direitos das crianças não são considerados, que muitas vezes são as que mais sofrem nos conflitos, são as mais vulneráveis e vítimas de abuso e exploração. Muitas vezes atravessam as fronteiras sozinhas, procurando ajuda. As experiências, leis e políticas públicas existentes também demonstram como o Estado avança ou regride no tratamento dos refugiados. Assim, nessa perspectiva, o Estado e a sociedade podem criar métodos mais eficazes no tratamento dessa questão que existe há tantos anos e que ainda demanda estudos.

Diante desse cenário, o objetivo deste estudo é discutir as leis de refúgio e educação, suas definições e entendimentos, bem como refletir sobre o papel dos atores públicos na vida da criança refugiada, trazendo uma visão mais tênue do papel da criança refugiada. o professor, para uma educação de qualidade e sua preparação para essa tarefa, a fim de contribuir para o acolhimento da criança refugiada.

Migrações e suas definições

Em 2018, o número de pessoas forçadas a migrar atingiu o nível mais alto desde a Segunda Guerra Mundial, com 70,8 milhões de pessoas forçadas a deixar suas casas. Equivale a 37 mil pessoas por dia nessa condição devido a conflitos, perseguições ou violações de direitos humanos (BRASIL, 2020). É importante ressaltar a compreensão dos termos sobre migração, imigração, refugiado, apátrida, refugiado e outros relacionados ao fluxo migratório, pois por incompreensão, confusão e falta de informação, muitos problemas não são tratados corretamente. O ACNUR (2018b) destaca a importância da informação para evitar que refugiados e migrantes sejam tratados com intolerância, preconceito e desconfiança. Os sistemas de proteção internacional estão sob forte pressão, principalmente devido às barreiras cada vez mais rígidas que impedem a entrada de imigrantes irregulares em nome da segurança interno país. Além disso, os fluxos migratórios de entrada referem-se a fluxos mistos, por isso é importante garantir que os refugiados sejam identificados, tratados e protegidos de acordo com os protocolos internacionais.

As singularidades que impulsionam o deslocamento humano podem ser diversas, para melhor compreender cada contexto dentro desse fluxo migratório existem definições de migrante, emigrante, refugiado, estrangeiro,

apátrida e outros. Consulte a Tabela 1 para obter uma lista de termos importantes para a compreensão do estudo.

Assim confere-se ao evento de se deslocar de regiões do mesmo país ou para além de suas fronteiras, o conceito de migração, no entanto, esse evento tem diversos outros contextos que têm relação com a motivação do deslocamento. A motivação pode determinar que políticas públicas serão aplicadas para cada situação específica e que organizações governamentais e não governamentais podem ser de interesse.

Refugiados e conquistas de direitos no Brasil

O relatório do ACNUR (Tendências Globais, 2021) destaca que em 2020 o número de migrações forçadas atingiu 82,4 milhões de pessoas que saem de seu país de origem em busca de refúgio, um aumento de 4% em relação a 2019, desse número 26,4 milhões são considerados refugiados sob o direito internacional. Infelizmente, as crianças representam 30% da população mundial, mais 42% de todas as pessoas deslocadas à força (ACNUR, 2021b). Devido à necessidade de atender a ajuda humanitária decorrente dos impactos da Primeira Guerra Mundial, em 1921, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR, foi criado pelo Conselho da Liga das Nações, inicialmente com o intuito de prestar apoio aos refugiados russos, portanto, verificou-se a presença de refugiados armênios na Grécia, surgindo assim uma conotação mais ampla da função assistencial e a definição do público-alvo (RAMOS; RODRIGUES; ALMEIDA, 2011).

Desde o surgimento do ACNUR, com a Segunda Guerra Mundial, a Europa provocou milhares de deslocamentos forçados. Apenas alguns anos após a criação do ACNUR, ele foi elevado, pela Convenção de Genebra com o Estatuto do Refugiado. Sendo o primeiro "tratado internacional que trata da condição genérica dos refugiados, seus direitos e deveres" a Convenção perdura até hoje, como base para a proteção dos refugiados (RAMOS; RODRIGUES; ALMEIDA, 2011).

Uma crise relacionada aos conflitos continua ocorrendo, e muitos surgiram desde a Convenção de 1951, incluindo a limitação geográfica, enfatizando o refugiado europeu, e a temporalidade do problema, foi logo após 1951 que surgiram novas discussões sobre o deslocamento forçado. Não se desvincule da história e legalidade do refúgio, em 31 de janeiro de 1967 foi criado o Estatuto do Refugiado, que define o termo refugiado para todos aqueles que passam pelas mesmas condições definidas na Convenção de 1951.

A Declaração de Cartagena, de 1984, surge da necessidade de medidas de proteção às pessoas que fogem de países da América Central, incluindo Nicarágua, El Salvador e Guatemala, devido a conflitos armados e outros atentados contra os direitos humanos (ACNUR, 1984; ALMEIDA; MINCHOLA, 2015). Este congresso considerou a situação na América Central, região em que a situação dos refugiados ganhou uma nova dimensão

e também procurou responder com firmeza aos conflitos que estavam ocorrendo na América Central ao longo da década de 1980. A Declaração de Cartagena foi assinada por representantes de dez países, o documento estabelece a continuidade e o reforço das políticas humanitárias e dos padrões humanitários no atendimento aos refugiados no continente americano (ALMEIDA; MINCHOLA, 2015).

O Direito Internacional de Proteção da Pessoa Humana é uma das formas de auxílio às pessoas em situação de vulnerabilidade, em locais de conflito, perseguição ou ameaça à vida. Outros marcos na legislação foram importantes para ajudar a lidar com os refugiados. A Convenção sobre a Eliminação e em 1961 com a celebração da Primeira Conferência de Cúpula dos Países Aliados Não Africanos em Belgrado, bem como o retorno das ações nazifascistas na Europa. E os interesses ocidentais na questão do antissemitismo.

Em 1980, foi criada a Lei 6.815 denominada Estatuto do Estrangeiro, que dispõe sobre a entrada de imigrantes no país e cria o Conselho Nacional de Imigração. No artigo primeiro desta lei, retrata a concórdia do momento, que em tempos de paz, qualquer estrangeiro pode entrar e permanecer no país, ressalvados os interesses nacionais. Em seu artigo sétimo, menciona a não aceitação de menores de dezoito anos sem responsável legal ou sem autorização expressa.

No artigo 94, quanto às condições de asilo e refúgio, o Departamento de Polícia Federal pode conceder passaportes a estrangeiros nos casos de requerentes de asilo ou refugiados, admitidos como tais no Brasil (BRASIL, 1980). Saindo do contexto da ditadura, a Constituição de 1988, em seu artigo 4º, dispõe sobre a proteção dos direitos humanos e a concessão de asilo político, e em seu artigo 5º, considera que todos são iguais perante a lei, sem distinção, inclusive garante aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.

A Carta Magna de 1988 começa a democratizar o acesso aos direitos brasileiros, não separando o estrangeiro e o nacional, em direitos básicos como educação, saúde, moradia e assistência social, conclui-se que a proteção dos refugiados se torna parte inegável do Políticas estatais brasileiras. Apesar de já ter sido pioneiro na América do Sul, avançando no tratamento do assunto, aderindo à Declaração de Cartagena, o tratamento dos refugiados passou a tomar forma de documento legal, com a Lei Nacional de Refúgio, com a Lei 9.474 de 22 de julho 1997, em seu artigo primeiro, no primeiro parágrafo, reconhece toda pessoa física que, por fundados temores de perseguição por motivos, se encontre fora do país de origem e não pode ou não querer aceitar a proteção desse país.

O segundo parágrafo refere-se aos apátridas que, estando fora do país onde anteriormente tinham a sua residência habitual, não podem ou não querem regressar a ele, devido às circunstâncias acima descritas. O terceiro item trata de pessoas que sofreram graves violações de direitos humanos em seu país de origem e buscaram refúgio em outro país. No entanto, vale citar

o artigo quinto, mencionando que o refugiado gozará dos direitos e estará sujeito aos deveres do estrangeiro no Brasil, considerando esta Lei, a Convenção sobre o Estatuto, sendo responsável pela obrigação de cumprir as leis, regulamentos e medidas destinadas à manutenção da ordem pública (BRASIL, 1997).

A Lei 9.474, de 1997, criou o Estatuto do Refugiado, baseado na Convenção de 1951, concedendo proteção e instituindo o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão responsável por deliberar colegialmente no âmbito do Ministério da Justiça. Esse órgão é composto por vários representantes do Estado, além de um representante de uma organização não governamental (ONG) e a participação de um membro convidado do ACNUR.

O papel do CONARE será destacado posteriormente na investigação. O Estatuto do Refugiado estabelece o princípio de *non reoulement*, que significa "sem retorno", impedindo que o refugiado seja deportado para um território onde sua vida esteja em perigo, e concede ao imigrante titular do protocolo de pedido de asilo o direito ao trabalho e acesso a serviços (BRASIL, 1997). O Estatuto do Refugiado, no entanto, não contempla algumas situações, como crianças desacompanhadas, acesso aos direitos sociais quando a pessoa não possui documentos, entre outros entraves, desta forma, a Lei nº aos refugiados ao instituir a Lei de Migração.

Esta nova lei tem como princípio o acolhimento humanitário, garantia do direito ao reagrupamento familiar, repúdio e prevenção da xenofobia, racismo e qualquer forma de discriminação, universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, inclusão social, laboral e produtiva dos migrantes através de políticas e a proteção integral e atenção aos melhores interesses das crianças e adolescentes migrantes (BRASIL, 2017a).

Segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 2017), que saudou o Brasil por prever a substituição do Estatuto da Imigração, originado durante a ditadura e modernizado o processo migratório, a nova Lei também define o repúdio à xenofobia e expulsão, negociação coletiva e discriminação migratória. Também promove a transparência sobre os direitos aos serviços públicos, independentemente do status de imigração.

Um dos grandes impasses para o progresso da migração é destacado no relatório da UNESCO (2019), "a migração é caracterizada tanto pela ordem quanto pela desordem. As sociedades lutam para gerir os movimentos populacionais, mas mesmo assim podem enfrentar fluxos imprevisíveis. Tais movimentos podem criar divisões e promover um desenvolvimento que beneficie ambos os países envolvidos. Ressalta-se também que a migração existe em diferentes momentos e por motivos, inclusive o deslocamento forçado. Considerando os impactos das reações dos países que acolhem essas pessoas, a UNESCO declara que é preciso tomar decisões, mas que ao invés de levantar barreiras, os países podem abrir, construir, incluir e confortar.

As políticas para refugiados no Brasil

Assim que a pessoa busca por refúgio cruza a fronteira é necessário que se identifique e faça a solicitação do refúgio. Para solicitar o refúgio no Brasil, são necessários alguns passos.

Mesmo diante dessa situação, não se imagina que seja tão simples, muitos outros atores passam pela vida do refugiado, impactando de forma positiva ou negativa. Cada caso é examinado, é realizada uma entrevista com o solicitante de refúgio e somente com base na entrevista realizada, que possui questões como o país de origem e outros elementos para comprovar a justificativa do refúgio. Assim, a decisão final sobre a aprovação da condição de refugiado corresponde ao Conare (BRASIL, 2021).

A Polícia Federal integra o Comitê do Conare e participa do processo de documentação de refugiados, bem como de brasileiros natos. De acordo com Brasil (2021), após o registro no Sisconare ou após a entrada no país, solicitando o reconhecimento da condição de refugiado no Brasil, o solicitante de refúgio deve agendar uma consulta com a Polícia Federal, para a emissão do Protocolo de Refúgio, que pode ser feito no dia pelo site (você vai se cadastrar) ou pessoalmente, se você tiver uma família, um horário para cada pessoa.

Segundo Thomé (2018), a Polícia Federal (PF) tem a função de fiscalizar as pessoas que entram e saem do país, no caso de refugiados e crianças desacompanhadas, a PF deve primeiro buscar identificá-los, autorizar sua permanência no país, independentemente do tipo de documentação que o menor portar, e encaminhá-los ao Conselho Tutelar ou à autoridade competente. O ACNUR, em busca de soluções duradouras para a vida e o cotidiano dos refugiados, enfrenta diversos problemas. Os principais desafios são a xenofobia, o espaço humanitário e o crescimento da intolerância. De acordo com Redin (2020, 166), o ACNUR desempenha um papel facilitador entre o governo, a sociedade civil, o setor privado e a academia. Participou de ações de articulação no âmbito latino-americano, na Conferência Cartagena+30, em dezembro de 2014, em Brasília, e mais recentemente, na crise migratória na Venezuela em nível regional.

Existem outras organizações que colaboram com medidas sobre o assunto. Entre eles, vale destacar a atuação da Cáritas Arquidiocesana, com escritórios no Rio de Janeiro e São Paulo, atendendo diversos refugiados que chegam ao Brasil. Entre suas áreas de atuação estão migração, refúgio e apátridas (CÁRITAS, 2021). De acordo com a Lei nº 9.474/1997, um representante da Caritas pode estar presente nas reuniões do CONARE.

Os refugiados também têm direito às políticas sociais do país, incluindo os programas Cadastro Único e Bolsa Família, que ajudam a evitar a extrema pobreza, principalmente quando na chegada, muitas vezes sem recursos financeiros, precisam satisfazer algumas necessidades básicas (THOMÉ, 2018). A nova lei migratória de 2017 é considerada um marco histórico no contexto da migração no Brasil. Houve uma ampliação do conceito de imigrante, no artigo primeiro desta nova lei, ela considera

diferentes tipos de deslocamento, e define as categorias de imigrantes como permanentes ou temporárias; emigrante, destinado a brasileiros residentes no exterior; pessoas consideradas visitantes do nosso país, mesmo que por pouco tempo; e apátridas estão incluídos na lista dessas categorias, com o objetivo de ajudar pessoas que não possuem nacionalidade, que vem aumentando cada vez mais.

Para Thomé (2018) a nova Lei de Migração de 2017 e a resolução conjunta nº 1 vieram com alguns avanços, mas estes exigem novas estratégias de ação política para atingir os interesses das crianças e adolescentes refugiados, uma vez que os órgãos públicos ainda não têm ações promovidas para dessa população, resultando no aumento de sua vulnerabilidade social e institucional. A nova lei de migração também trouxe desafios (figura 2), incluindo a falta de políticas específicas para crianças e adolescentes desacompanhados, a falta de regulamentação no atendimento de crianças com deficiência que aumenta a situação de vulnerabilidade, falta de políticas e procedimentos para o atendimento crianças e adolescentes desacompanhados ou separados, que acabam ficando inadequadamente em abrigos com crianças e adolescentes em conflito com a lei (BRASIL, 2017b, p. 42).

Em relação à vulnerabilidade, um agravante é a questão do racismo, devido à falta de regulamentação e política para inibir essa prática com a população imigrante no país. A política migratória brasileira inclui a proteção de crianças e adolescentes, mas os atores sociais participantes destacam alguns pontos relevantes a serem melhorados: é necessário estabelecer um fluxo de referência para encaminhar crianças e adolescentes sozinhos ou desacompanhados; e você precisa expandir o conceito de família.

Assim, é necessário que a regulamentação esteja de acordo com o artigo 3º, inciso XIII, do PL, que tem como diretriz a participação social na formulação, execução e avaliação das políticas migratórias e também contempla a promoção da participação cidadã das migrantes, considerando aspirações sociais específicas. Assim, devem ser consideradas questões fundamentais para a proteção de crianças e adolescentes, tais como: a forma como as agências de imigração interagem com outras instituições em termos de proteção, assistência e direitos humanos de menores; medidas de proteção em casos de crianças vítimas de violência, desacompanhadas e separadas; e, por fim, a efetividade das normas e regulamentos nas diretrizes supranacionais sobre esses fluxos, no caso, como os países internalizaram os acordos do Mercosul e do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, com o objetivo de vincular o Brasil a tais sistemas internacionais (BRASIL, 2017b).

A Defensoria Pública da União também participa da garantia dos direitos das crianças e adolescentes refugiados desacompanhados, desde o encaminhamento para a Cáritas, até o auxílio na documentação. Uma vez que a Defensoria Pública é chamada imediatamente após a autoridade de fronteira identificar a criança e/ou adolescente como desacompanhada ou separada (THOMÉ, 2018). Além disso, pretende-se demonstrar que, embora

para alguns o acolhimento de migrantes possa parecer um fardo, pode ser uma oportunidade de enriquecimento cultural, social e até econômico, caso os refugiados deixem de ser tratados como objetos de direito e passem a ser tratados como sujeitos de direitos. Assim, o reconhecimento dos refugiados como cidadãos, dotados de direitos e deveres, exige, sobretudo, uma mudança social, impondo uma perspectiva inclusiva e humana por parte do país de acolhimento.

A região metropolitana do Rio de Janeiro e o refúgio

Somente em 2017, milhares de venezuelanos cruzaram a fronteira com Roraima e uma parte significativa permanece no país. Segundo dados da cidade de Boa Vista, cerca de 25 mil venezuelanos estão na cidade. Diante da crise social devido à recusa de muitos moradores à presença dos moradores e a falta de estrutura dos estados para receber tantos refugiados, o governo tentou fechar a fronteira, decisão que logo foi revogada (EXAME, 2018). Em 2018, o Governo Federal, com apoio do Sistema das Nações Unidas no Brasil, realizou em um dia a transferência de outros 163 venezuelanos que moravam em Boa Vista, capital de Roraima, para abrigos da sociedade civil localizados em Igarassu (PE), Conde (PB) e Rio de Janeiro (RJ) (ACNUR, 2018c).

Em 2019, a Cáritas do Rio de Janeiro atendeu quase o dobro de pessoas em sete meses do que em todo o ano anterior. Em seu projeto denominado Pares, em 2019 foram atendidas 2.593 pessoas, destacando-se que a maioria era de origem venezuelana, o projeto também atendeu 14.526 pessoas, totalizando 65 países atendidos (CÁRITAS, 2020).

Cabe destacar que em 2020 houve um aumento significativo, além de cerca de 17.800 decisões, entre janeiro e maio daquele ano, sobre pedidos de reconhecimento da condição de refugiado, segundo a PARES- Cáritas RJ, o total de pessoas reconhecidas foi alcançado. a marca de 43 mil. Esse aumento significativo deveu-se a três grandes ondas de aprovação de pedidos feitos por venezuelanos (dezembro de 2019, janeiro de 2020 e abril de 2020), quando os filhos de refugiados daquele país foram finalmente reconhecidos (ACNUR, 2020).

A participação da sociedade civil no acolhimento de refugiados tem sido vista como uma das soluções que reduzem os impactos negativos do refúgio. As ações que protegem os refugiados são modelos que devem ser seguidos para a implementação de políticas públicas para que o Brasil possa atingir seus objetivos de redução das desigualdades sociais, trabalho decente, especialmente aqueles de proporcionar educação de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem para todos (ODS 4), outros que estão ligados à Agenda 2030 da ONU.

A criança refugiada e suas vulnerabilidades

Em 2018, as crianças representavam 52% da população global de refugiados, incluindo os menores de 18 anos. Muitas dessas crianças podem ter testemunhado ou sido vítimas de violência. Mesmo no exílio, as crianças correm o risco de abuso, negligência, exposição à violência, exploração, tráfico ou recrutamento militar. Os dados mostram que uma em cada 80 crianças é forçada a ser deslocada. Só em 2018, estimava-se que havia cerca de 173.800 crianças desacompanhadas separadas de seus responsáveis.

O Sudão do Sul, devido ao conflito armado, forçou cerca de 3,4 milhões de pessoas a se refugiarem, 60% das quais são crianças (ACNUR, 2018a). De acordo com dados preliminares do ACNUR, havia quatro milhões de crianças refugiadas fora da escola em 2018, o que representa mais de 50% dos 7,4 milhões de refugiados em idade escolar, sem contar os refugiados palestinos.

Em 2017, 92% das crianças em todo o mundo estavam matriculadas no primário ou primário I, no caso das crianças refugiadas eram 61. Se compararmos o nível secundário, que inclui o primário II e o secundário, a diferença é muito maior, com 84% a média mundial e 23% para os refugiados. Esses números mostram que menos de 25% dos refugiados do mundo atingem o nível de educação formal e apenas 1% acessa o ensino superior (ACNUR, 2018a). Outro problema é o bullying que, embora seja um problema geral, geralmente ocorre com minorias, incluindo crianças refugiadas. Bullying, um problema existente ligado ao preconceito, assédio e crimes de ódio nas escolas, que normalmente envolvem discriminação com base em raça, cor, etnia, religião ou outros fatores de identidade (UNESCO, 2019a, p. 18).

Desde 2017, mais de 200.000 venezuelanos chegaram ao Brasil devido à crise econômica, política e social do país. Entre os refugiados, segundo previsões do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), no período de 2015 a 2019 havia quase 10 mil crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Esse número é uma estimativa, pois não há dados oficiais. Quando se trata de crianças, a preocupação é ainda maior no contexto da migração, pois direitos básicos como alimentação adequada estão ameaçados. Na opinião de Thais Menezes, chefe de relações institucionais do ACNUR, há um impacto muito grande na vida dessas pessoas que tiveram que deixar suas casas, o impacto de chegar em um novo país, morar em abrigos, viver uma vida muito diferente realidade do seu país de origem. Esse impacto é muito forte nas crianças (BRASIL, 2019). No Brasil, as crianças refugiadas enfrentam diversas barreiras no processo de integração local, sendo a primeira a língua nacional, o português (quando não é conhecido em seu país de origem). A segunda e pior delas é a discriminação. Muitas vezes são discriminados, vistos como fugitivos ou sofrem algum outro tipo de discriminação racista ou preconceituosa devido à

sua nacionalidade. Embora muitos brasileiros também tenham dificuldades de acesso à saúde e à educação, os refugiados trazem consigo diversos outros fatores que dificultam ainda mais essa experiência. A linguagem, o desconhecimento sobre a burocracia e seus traumas, tudo isso pode ser reduzido com o preparo da sociedade e campanhas que ajudem a diminuir essas barreiras (MARTUSCELLI, 2014).

Continuando com o tema do acesso à educação, muitos adolescentes e/ou famílias cedem à pressão da migração e priorizam os benefícios do casamento precoce, do trabalho doméstico (no caso ou fora dele) ou da atividade remunerada. Muitos jovens são pressionados a trabalhar e até a abandonar a escola, isso pode acontecer por diversos fatores, um dos quais pode até ser uma questão cultural, pois para alguns, dependendo de sua origem, já possuem nível de escolaridade suficiente (ONU, 2020, p.11).

O direito a educação é para todos, providenciar uma educação e qualidade é de suma importância para um país que deseja crescimento e desenvolvimento cultural e social, que impacta em todos os resultados positivos da nação.

O papel do acolhimento na escola

Para o Núcleo de Inclusão Educacional, NINC da Secretaria de Estado da Educação, SEE (2018), o acolhimento é um princípio que deve nortear todas as práticas pedagógicas na Escola, esse princípio deve ser disseminado entre alunos, familiares e atores públicos nas escolas, para que desde o primeiro contato possam perceber as oportunidades oferecidas pela escola, permitindo a integração e convivência social de todos, a partir do diálogo e da troca de experiências.

Algumas ações são importantes para acolher: falar com calma e devagar, ter paciência, ser observador, ser claro e objetivo e verificar se entendeu, identificar os principais locais (banheiros, salas, auditórios, saída, entrada) nos idiomas principais, levar desenvolver atividades que promovam o conhecimento de diferentes culturas (NINC, SEE, p. 8, 2018). Essas ações, apesar de simples, fazem muita diferença, pois em muitas culturas as pessoas tendem a ser mais diretas, em outras não, então todas as ações tomadas em conjunto com empatia podem ajudar alguém que ainda não entende sua cultura, sua língua a adapte-se e sinta-se realmente bem-vindo.

A escola para a criança ou adolescente refugiado

Embora não exista essa proporção de alunos, destacando apenas a região metropolitana, a OBMigra (CAVALCANTI, OLIVEIRA e MACEDO, 2020, p. 214) destaca a situação quanto ao número de alunos imigrantes na Educação Infantil, por área administrativa e por nacionalidade no Brasil em 2019 (gráfico 1), sem distinguir o motivo da imigração. No entanto, com esses números é possível analisar a proporção da necessidade de preparação para

a diversidade e um melhor atendimento a esse público, principalmente aqueles destacados na pesquisa, as crianças refugiadas.

A análise realizada por Cavalcanti, Oliveira e Macedo (2020, p. 218), destaca que no Brasil há crianças de diferentes nacionalidades, com os estudantes venezuelanos ocupando 57% em proporção que chama a atenção. Esse número elevado se deve ao agravamento da crise na Venezuela. Segundo a ONU, a educação é um direito empoderador e um bem público. É o principal meio para adultos ou crianças marginalizados econômica e socialmente se libertarem da pobreza e formas de participar plenamente da sociedade. Para cumprir a Agenda 2030 da ONU, no que diz respeito ao tratamento educacional de migrantes, especialmente refugiados, os países devem fazer planos para o atendimento de crianças refugiadas no contexto educacional.

A UNESCO, após analisar o cenário educacional mundial em relação ao abrigo e à infância, elaborou uma lista de possíveis respostas de políticas públicas que os Estados deveriam analisar e implementar ou aprimorar. Entre essas questões estão a qualidade do ensino, o material, a preparação do professor, a infraestrutura educacional, a questão linguística, a questão do reconhecimento do nível educacional anterior, a facilidade nessa transferência de mundos avaliativos, o uso de tecnologias, entre outros. (UNESCO, 2019b).

Além do acesso à educação para os refugiados, a educação de qualidade também deve ser considerada. Os governos devem não apenas fornecer ou criar escolas, mas também fornecer professores e materiais didáticos treinados, que na maioria dos casos não falam a língua de instrução e que já perderam, em média, três ou quatro anos de escolaridade. Além disso, às vezes é difícil avaliar a formação educacional dos refugiados, incluindo os requisitos para frequentar o ensino médio, pois muitos deles não possuem os documentos de identidade e certificados acadêmicos normalmente necessários para a transferência para uma nova instituição educacional (UNESCO, 2019).

Um ponto crucial no contexto da educação é o professor. A UNESCO (2019) deixa claro que é necessário preparar e apoiar o professor, através da formação, para que possa responder às necessidades e direitos específicos dos estudantes refugiados.

O diretor da Faculdade de Direito, Júlio Rocha, defendeu o curso preparatório como uma proposta muito importante, principalmente tendo em vista o momento em que está sendo realizado, em meio à pandemia do COVID 19 e a limitação de direitos em face das desigualdades. Enfrentar os desafios que surgem ao lidar com os direitos humanos no diálogo intercultural, interdisciplinar e interseccional e de forma emancipada na articulação da questão da migração e dos refugiados. Segundo o diretor, a proposta do curso teve apoio significativo de várias alianças, com conferências de representantes da UFBA, outras universidades, instituições, organizações e movimentos sociais (UFBA – Universidade Federal da Bahia, 2020). Criado pela UNESCO (2018), com foco em um professor capacitado para melhor

atender a criança refugiada, prepara um treinamento (TREINAMENTO PARA PROFESSORES DE ESCOLA PRIMÁRIA EM CONTEXTOS DE CRISE).

Essa iniciativa interinstitucional permite que os recursos existentes sejam utilizados em um único recurso mais abrangente, cujo objetivo é incentivar o planejamento harmonizado entre os parceiros em situações de emergência. Até a conclusão deste estudo, o Brasil ainda não tinha políticas públicas definidas para a formação de professores, para o atendimento de crianças refugiadas, mas isso pode se refletir nas iniciativas existentes para criar estratégias eficientes e nacionais, para uma questão tão urgente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração não é um fato novo e muito menos algo que está acabando. Embora historicamente antiga, a migração contém várias motivações e ainda é pouco conhecida em seus diferentes contextos. O refugiado teve que deixar seu país devido a uma ameaça à sua vida ou de seus familiares, quando seus direitos humanos foram gravemente feridos, foi necessário buscar segurança. Mas muitos não entendem, alguns não aceitam. A desinformação em torno do assunto complica ainda mais a situação dos refugiados. Além das leis criadas como o Estatuto do Refugiado e a Lei de Migração, grandes avanços na legislação para o contexto migratório, o Brasil necessita de políticas públicas que implementem essas leis nas práticas de moradia, saúde, questões sociais e principalmente educação.

Além dessas questões, havia a preocupação com a passagem de crianças pelas fronteiras desacompanhadas dos pais ou separadas de seus parentes. A nova Lei de Migração chama a atenção para essa condição, mas ainda faltam políticas públicas que abordem de forma clara e sistemática essa questão onde as crianças apresentam uma dupla vulnerabilidade, sendo muitas vezes alvos fáceis de abusos, tráfico de crianças, entre outras ameaças. A importância dos órgãos públicos e outros como a Cáritas na vida do refugiado chama a atenção para o fato de que são necessárias mais ações, mais conhecimento e sua divulgação.

No contexto da educação, tema central da pesquisa, conclui-se que o papel da escola na integração e empoderamento desses meninos e meninas em situação de vulnerabilidade, mas que, se acolhidos, tornam-se colaboradores para o desenvolvimento de sua vida, sua família e o país. O Brasil não tem um plano de formação definido para professores de escolas públicas, quando acontecem são iniciativas isoladas e isso precisa mudar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. **Convenção de 1951**. s.d. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>>. Acesso em: 10 de Jan. 2021.

ACNUR: **PROTEGENDO REFUGIADOS NO BRASIL E NO MUNDO. 2017.** Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/ProtegendoRefugiadosnoBrasilenomundo_ACNUR-2018.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2021.

ACNUR **A Agência da ONU para Refugiados trabalha incansavelmente para que pessoas que foram forçadas a deixar tudo para trás recuperem um sentimento importante: o de poder sentir-se em casa.** 25 de setembro 2020. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2020/09/25/conheca-os-abrigos-que-acolhem-refugiados-e-migrantes-no-norte-do-brasil/>>.

RMRP. **Brasil: Plano de Resposta a Refugiados e Migrantes 2021 - Resumo Executivo.** UNHCR. Allana Ferreira. Brazil. Disponível em: <<https://www.r4v.info/pt/document/brasilplanoderespostarefugiadosemigrantes-2021-resumo-executivo>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

ARQRIO. **Cáritas promove capacitação sobre refugiados na Diocese de Duque de Caxias.** Publicado em 06/02/2017. Atualizado em 10/02/2017. Por: Cláudio Santos Coordenação Vicarial para a Caridade Social Vicariato Episcopal Norte. Disponível em: <<http://arqrio.org/noticias/detalhes/5398/caritas-promove-capacitacao-sobre-refugiados-na-diocese-de-duque-de-caxias>>. Acesso em 10 ago. 2021.

ASPAS. **Ação Social Paulo VI.** [s.n.]. Disponível em: <<https://www.localprayers.com/BR/DuquedeCaxias/1505183933105980/ASPAS---A%C3%A7%C3%A3o-Social-Paulo-VI>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BARBOSA, Luciano Pestana; HORA, José Roberto Sagrado da. **A Polícia Federal e a proteção internacional dos refugiados.** Monografia apresentada para conclusão do XX Curso Superior de Polícia (atualizada em 2007). Brasília, 2006. 178 p.

BRASIL. **Proclamada pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 1386 (XIV), de 20 de Novembro de 1959.** Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf>. Acesso em 15 jan. 2021.

Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul.

LEI Nº 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm>. Acesso em: 10 mai. 2020.

LDB : Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – 2. ed. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58 p. Conteúdo: Leis de diretrizes e bases da educação nacional – Lei no 9.394/1996 – Lei no 4.024/1961. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretriz_es_e_bases_2ed.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2021.

Lei de Migração. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>. Acesso em 10 jan. 2021.

Dos 3.876 municípios com presença de imigrantes, apenas 215 oferecem algum serviço de gestão migratória, o que representa 5,5% desse total. 2018. Disponível em: <[https://censos.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticia\[s.n.\]oticias/25516-apenas-5-5-dos-municipios-com-imigrantes-tem-servicos-focados-nessa-populacao.html](https://censos.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticia[s.n.]oticias/25516-apenas-5-5-dos-municipios-com-imigrantes-tem-servicos-focados-nessa-populacao.html)>.

Conare concede status de refugiado a quase 8 mil venezuelanos. Publicado em 28/08/2020 16h35 Atualizado em 14/09/2020 10h04. Disponível em:< <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/conare-concede-status-de-refugiado-ha-quase-8-mil-venezuelanos>>. Acesso em 10 de ago. 2021.

Sisconare. [s.n.]. Disponível em: <<https://legado.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/sisconare>>. Acesso em 08 fev. 2021.

Ministério da Justiça e Segurança Pública. “Sisconare”. Disponível em:<<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/sisconare/>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

CRAS. Centro de Referência da Assistência Social. Última Modificação: 14/09/2021. Disponível em:< <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acesar-o-cras-centro-de-referencia-da-assistencia-social>>. Acesso em 10 ago. 2021.

CRAS. Centro de Referência da Assistência Social. Atualizado em 2021. Disponível em:< <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acesar-o-cras-centro-de-referencia-da-assistencia-social>>. Acesso em 09 ago. 2020.

CÁRITAS. Quem somos. [s.n.]. Disponível em: <<http://www.caritas-rj.org.br/quem-somos.html>>. Acesso em 10 mai. 2020.

Refugiados nas escolas. Disponível em: <<http://www.caritas-rj.org.br/refugiados-nas-escolas.html>>. Acesso em: 10 de ago. 2021.

De Souza Conrado, Silvana; Martins de Araújo, Clarissa. **A formação continuada do professor de arte nos museus de Recife.** 2009. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4901>>.

CRISTALDO, H. **Unesco: 47% de crianças refugiadas no mundo não vão à escola.** Publicado em 02/02/2020 - 09:53 Por Heloísa Cristaldo - Repórter da Agência Brasil – Brasília. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-02/unesco-47-de-criancas-refugiadas-no-mundo-nao-vaio-escola>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

ENAP. **Fundação Escola Nacional de Administração Pública.** MigraCidades: Aprimorando a Governança Migratória. 2020. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5090/1/M%C3%B3dulo%207%20-%20MigraCidades%20Aprimorando%20a%20Governan%C3%A7a%20Migrat%C3%B3ria%20Local.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

INSTITUTO UNIBANCO. APRENDIZAGEM EM FOCO - Nº 38. Fev.2018. **JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS.** Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR. ISSN 1981-1969. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/jpe>>. Acesso em 08 mar. 2021.

MENEZES, Lena Medeiros. **Refúgio no Brasil do pós-Segunda Guerra: a Ilha das Flores como representação do Paraíso.** 2018. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/4339>>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

MOUMNÉ, Rolla; SAKAI, Leticia. Proteção do direito à educação dos refugiados. NORÕES, Katia. MIGRAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO: ENTRE SILÊNCIOS E URGÊNCIAS NO ACESSO A DIREITOS. **Childhood migration and education: between silences and urgencies in accessing rights.** Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Campus Paranaíba. Paranaíba/MS, Brasil Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 2019. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000251076_por?posInSet=1&queryId=fdc6fa42-5c77-4666-b72b-cc329af020c5>. Acesso em: 21 abr.2021.

MUSEU de IMIGRAÇÃO. Migrante, Imigrante, Emigrante, Refugiado, Estrangeiro: qual palavra devo usar?. Migrações em debate - 27/05/2019. Disponível em: <<http://www.museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/migrante-imigrante-emigrante-refugiado-estrangeiro-qual-palavra-devo-usar>>. Acesso em: 03 fev. 2021.

NÚCLEO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL; NINC SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO—SEE. Documento Orientador Estudantes Imigrantes:Acolhimento. 2018. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/wpcontent/uploads/2018/12/ACOLHIMENTO_FINAL-compressed.pdf>. Acesso em 03 mar. 2021.

OBMIGRA. Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais. Organização: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral.** Brasília, DF: OBMigra, 2020. ISSN: 2448-1076. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>>. Acesso em 10 fev. 2021.

OIM. Visões do Contexto Migratório no Brasi. Marcelo Torelly, coordenador; Aline Khoury, Luís Renato, Vedovato, Veronica Korber Gonçalves. – Brasília: Organização Internacional para as Migrações, **Agência das Nações Unidas Para as Migrações, Ministério da Justiça**, 2017.

OIM. Guia sobre Documentação e Integração de Migrantes no Brasil. 2021. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/brazil/files/Publications/3_Guia%20para%20Integracao%20de%20Migrantes%20no%20Brasil%20final%2009.06.2021%20WEB.pdf>. Acesso em 09 set. 2021.

RIOMAIS. Uma análise sobre os refugiados na cidade do Rio de Janeiro. Outubro 13, 2020. Disponível em: <<https://riomais.org/uma-analise-sobre-os-refugiados-na-cidade-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em 08 ago. 2021.

SMASDH. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS. [s.n.]. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/secretaria/PaginaDetalhe.aspx?id_pagina=3498>. Acesso em: 07 jul. 2020.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACEDO, M. Refúgio em Números, 5ª Ed. Observatório das Migrações Internacionais; **Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados.** Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em:

<<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

SILVA et al. **6ª Edição do Refúgio em números** (junho/2021). Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>. Acesso em: 20 de Jul. 2021.

SILVA. João Carlos JAROCHINSKI. **PEQUENAS VIDAS MIGRANTES: A EDUCAÇÃO COMO FATOR DE INTEGRAÇÃO**. Small migrant lives: education as a factor of integration. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF). Universidade Federal de Roraima (UFRR). Boa Vista, Brasil.

UNESCO. DIREITOS HUMANOS, De volta para o futuro. 2018. Disponível em: <https://en.unesco.org/sites/default/files/cou_4_18_por.pdf>. Acesso em 07 de fev. 2021.

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO GLOBAL DA EDUCAÇÃO – RESUMO. Migração, deslocamento e educação: construir pontes e não muros. 2019. Disponível em: <<https://www.gcedclearinghouse.org/sites/default/files/resources/190008por.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2021.

Helberty Vínicos Coelho

Doutorando em Direito pela FADISP.
Professor de Direito na Universidade Vale do Rio Doce.
Advogado Tributarista e Empresarialista.

RESUMO

Tal como o crescimento da fiscalização, também se multiplicaram pelo Brasil autos de infrações que trazem obrigações severas ao contribuinte do imposto. Logo, o objetivo geral da pesquisa será conhecer algumas das circunstâncias práticas que podem levar à nulidade do auto de infração. O trabalho adotou como expediente metodológico, o caráter exploratório, e dentro de uma abordagem qualitativa, usou a pesquisa bibliográfica, que colocou o pesquisador em contato direto com doutrinas, literaturas e artigos científicos de qualidade, sobre as matérias envolvidas. Tudo isso para responder o seguinte problema, quais são as circunstâncias práticas que podem levar a nulidade do auto de infração? E a conclusão que se chegou é que, faz-se necessário haver no auto de infração uma correta capitulação legal, bem como uma clara descrição dos fatos que ensejaram na conduta violadora cuja prática é atribuída ao contribuinte do imposto. Ademais, há a necessidade de haver nos trabalhos fiscais, a busca pela verdade real, sob pena de existir no auto de infração, uma presunção que pode levá-lo à nulidade frente aos princípios do direito. Intenso, o presente trabalho traz um outro olhar sobre o auto de infração, dessa vez, à luz da defesa dos interesses dos contribuintes.

Palavras-chave: direito tributário; nulidade do auto de infração; princípios do direito.

INTRODUÇÃO

O presente tempo é primado pela intensa fiscalização tributária, onde a Receita Federal do Brasil, conta com um supercomputador denominado de T-Rex e um software por eles chamado de Harpia¹, fazendo alusão a perigosos predadores terrestres. Essa máquina, é capaz de compreender o comportamento dos contribuintes e compartilhar de forma rápida, os seus dados com as Fazendas Estaduais e Municipais.

Assim, vivemos na era panóptica, numa sociedade repleta de medo,

¹ CRECI. SÃO PAULO: Receita Federal aperta o cerco contra os contribuintes. Disponível em: <https://www.crecipr.gov.br/news/ultimas-noticias/517-receita-federal-aperta-o-cerco-contra-os-contribuintes>. Acessado em: 20/11/2022.

onde a fiscalização vigia em tempo real e a todo instante a vida financeira dos contribuintes, principalmente após o advento da nota fiscal eletrônica e das demonstrações fiscais produzidas no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)².

Nessa toada, frente as crescentes autuações tributárias pelo país, o objetivo geral da pesquisa será de conhecer algumas das circunstâncias práticas que podem levar à nulidade do auto de infração.

O Relatório Anual da Fiscalização de 2022³ emitido pela Receita Federal do Brasil, referente ao ano de 2021, apresenta que 69,31% do crédito tributário constituído pela fiscalização decorreu de fiscalizações de pessoas jurídicas, e de todas as autuações realizadas (entre pessoas físicas e jurídicas), apenas 12,53% foram pagas ou parceladas até o final do mesmo, e com isso, 87,47% encontram-se em fase de Recurso Administrativo.

Dessa forma, é importante conhecer os elementos que podem fazer com que o Auto de Infração seja considerado insubsistente, visto que ele traz de forma imediata obrigações inesperadas ao contribuinte do imposto.

Assunto que se torna de extrema relevância para o mundo acadêmico, pois ele é pouco debatido nos muros universitários, como também se revela importante na vida prática do empresariado que sofre as penalidades e podem ter os bens perdidos em decorrência de um auto de infração, e acima de tudo, importante para o mundo jurídico, visto que o não respeito aos comandos legais, torna o ato administrativo nulo de pleno direito.

Logo, a presente pesquisa se debruçará sobre a seguinte pergunta, quais são as circunstâncias práticas que podem levar à nulidade do auto de infração?

No expediente metodológico, a pesquisa adotou o caráter exploratório, que visa prover o pesquisador com um maior conhecimento sobre o problema a ser pesquisado, que por sua vez é apropriado para os primeiros estágios da investigação quanto a familiaridade e conhecimento do fenômeno exposto (MATTAR, 1996. p.80).

E para isso, utilizou dentro de uma abordagem qualitativa, a pesquisa bibliográfica, onde o pesquisador teve contato direto com doutrinas, literaturas e artigos científicos de qualidade, sobre as matéria.

Dividido em dois grandes blocos, no primeiro, o trabalho abordará a necessidade de haver no auto de infração uma correta capitulação legal e a descrição dos fatos que ensejaram na conduta violadora atribuída ao contribuinte do imposto.

No segundo bloco, será tratado sobre a necessidade da existência, nos trabalhos fiscais, da busca pela verdade real, sob pena de existir no auto

² O Sped consiste na modernização da sistemática de cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, com a utilização de certificação digital para assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo sua validade jurídica.

³ BRASIL. DISTRITO FEDERAL. Relatório Anual da Fiscalização de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/relatorios/fiscalizacao/relatorio-anual-fiscalizacao-2021-2022.pdf/view> Acessado em: 25/11/2022.

de infração uma presunção, o que pode levá-lo a consequências jurídicas importantes.

O assunto, que é pungente, traz calorosos debates no mundo jurídico e no campo empresarial, e por sua vez, merece uma reflexão sem as dissensões do senso comum.

Logo, resta-nos tão somente, adentrar nessa pesquisa que certamente, lhe dará um outro olhar sobre o auto de infração, só que aqui, à luz da defesa dos interesses dos contribuintes.

A CAPITULAÇÃO LEGAL E DESCRIÇÃO DOS FATOS NO AUTO DE INFRAÇÃO

O Auto de Infração, por conter elementos obrigacionais que repercutem negativamente na vida do contribuinte, deve conter a correta capitulação legal, ou seja, apresentar de forma clara a base legal que o contribuinte deixou de cumprir e que por sua vez sustenta o Auto de Infração.

Além disso, é imprescindível que haja também, descrição dos fatos que levaram o contribuinte a deixar de cumprir com a norma tributária e os atos praticados pela fiscalização.

Assim, a não observância desses requisitos leva a nulidade do Auto de Infração, conforme já apontam as decisões dos Tribunais Administrativos, e que segue abaixo como exemplo, vejamos:

EMENTA: NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. CAPITULAÇÃO LEGAL E DESCRIÇÃO DOS FATOS INCOMPLETA.

O auto de infração deverá conter, obrigatoriamente, entre outros requisitos formais, a capitulação legal e a descrição dos fatos. Somente a ausência dessas formalidades é que implicará na invalidade do lançamento, por cerceamento do direito de defesa. (...)

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS(CARF) ⁴ RECURSO VOLUNTARIO.PROCESSO:10480.016251/96-66. ACÓRDÃO: CC/104.17279. (Rec. 118.839), RELATOR NELSON MALLMANN. SESSÃO de 07/12/1999.

Por outro lado, se no Relatório do Auto de Infração a ser debatido, apresentar a informação como exemplo: “constatou-se que a autuada, no período de 01/01/2019 a 31/12/2021, deixou de recolher ICMS, no valor

⁴ BRASIL. BRASÍLIA. CARF. **Recurso Voluntario. Processo:10480.016251/96-66. Acórdão: CC/104.17279 (Rec. 118.839)**. Disponível em: <https://carf.fazenda.gov.br/sincon/public/pages/ConsultarJurisprudencia/listaJurisprudencia.jsf?dAcordao=4655220>. Acessado em: 05/10/2022.

original de R\$603.282,04, referente a entradas e saídas de mercadorias desacobertadas de documentos fiscais. Infração apurada por meio de Levantamento Quantitativo Financeiro Diário”. E para isso, trazer no Corpo do Auto de Infração, fundamentações de obrigações genéricas ao contribuinte, tais como: “pagar o imposto devido na forma e prazos estipulados na legislação tributária”; “cumprir todas as exigências fiscais previstas na legislação tributária” a “Alíquota do imposto: cigarros e produtos de tabacaria”. Essas não podem servir para sustentar um autuação, porque são demasiadas amplas, impossibilitando o direito à defesa da Autuada, visto que elas não descrevem com clareza a real conduta ou omissão ilícita praticada.

Até porque, qual a conexão de cigarros com a atividade exercida pelo contribuinte? “Comunicar as irregularidades” quais irregularidades foram levantadas pelo fisco?

Assim, a capitulação da autuação não pode ser realizada de modo genérico, visto que é impossível aferir qual a conduta que a Autuada tenha infringido, e com isso, o Fisco impossibilita o direito à ampla defesa, impondo ao contribuinte o ônus de se defender de atos dos quais ele mesmo não identificou corretamente.

De igual modo, os demais dispositivos listados no Auto de Infração quando não especificam qual foi a real conduta ilícita praticada pela Autuada, tornam nula de pleno direito a autuação, não podendo seus efeitos virem a existir, por violarem princípios basilares do direito brasileiro.

E por se tratar a correta capitulação infringida pelo contribuinte, como um elemento essencial de validade dos atos administrativos, os Tribunais Administrativos⁵, dão como nulos atos violadores que não respeitam esse preceito, vejamos um exemplo,

RAZÕES FUNDAMENTADAS DO AUTO DE INFRAÇÃO. DESCRIÇÃO DOS FATOS DEFICIENTE. FALTA OU ERRÔNEA MOTIVAÇÃO

Sendo a descrição dos fatos e a fundamentação legal da autuação elementos substanciais e próprios da obrigação tributária, os equívocos na sua determinação no decorrer da realização do ato administrativo de lançamento ensejam a sua nulidade por vício material, uma vez que o mesmo não poderá ser convalidado ou sanado pelo julgador, pois implicaria novo ato de lançamento o que é vedado. Por isso, a falta de motivação ou motivação errônea do lançamento

⁵ BRASIL. BRASÍLIA. CARF. Processo Administrativo nº10925.000373/2003-63, Acórdão nº 1301-003.493. Disponível em: <https://carf.fazenda.gov.br/sincon/public/pages/ConsultarJurisprudencia/listaJurisprudencia.jsf?dAcordao=6274364>. Acesso: 15/11/2022

alcança a própria substância do crédito tributário, de natureza material, não havendo de se cogitar em vício de ordem formal.

Se o ato de lançamento não contém ou contém a indicação da capitulação legal equivocada (pressuposto de direito) e/ou se a descrição dos fatos é omitida ou deficiente (pressuposto de fato) tem-se por configurado vício material por defeito de motivação.

A errônea indicação dos dispositivos legais infringidos conjugado com a deficiente descrição dos fatos acarreta ausência de subsunção dos fatos à norma jurídica, defeito grave que configura vício material do lançamento por falta de motivação. Se não constatada uma clara subsunção entre os fatos imputados ao sujeito passivo com a norma legal infringida, o auto de infração é nulo por vício material, por ferir requisito essencial na constituição do lançamento.

Processo Administrativo nº10925.000373/2003-63, Acórdão nº 1301-003.493, 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária, Relator Nélso Kichel, Sessão de 21 de novembro de 2018

Mas, para além desse vício, é sobretudo imperioso destacar, que o Auto de Infração impõe restrições à Parte, e com isso, termina por violar as garantias do devido processo legal, que para o clássico constitucionalista José Afonso da Silva⁶ (2005, p. 432),

Garante o processo, e quando se fala em processo, e não em simples procedimento, alude-se, sem dúvida, as formas instrumentais adequadas, a fim de que a prestação jurisdicional, quando entregue pelo Estado, dê a cada um o que é seu, segundo os imperativos da ordem jurídica. E isso envolve a garantia do contraditório, a plenitude do direito de defesa, a isonomia processual e a bilateralidade dos atos procedimentais. (Nosso grifo)

Dessarte, o respeito ao contraditório é matéria importante para que o

⁶ SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. ver. e atual. São Paulo, Malheiros, 2005, p.432

Contribuinte possa apresentar a sua defesa de forma adequada, pois os fundamentos propostos na Constituição de um Estado Democrático de Direito é aquela que os litigantes participam dialeticamente, buscando a verdade processual, influenciando o juízo, expondo as razões da pretensão subministradas pelos fatos constitutivos do direito, resistindo as pretensão com base em fatos impeditivos, extintivos ou modificativos de direito e, por fim, ter um julgamento participativo, sem surpresas, sem solipsismos ou mesmo quaisquer formas de arbítrio e autoritarismo processual.

Aliado ao que se acaba de expor, deve-se ponderar também, que o lançamento realizado pela Fazenda, deve atender os requisitos necessários para sua formalização, os quais estão presentes no Regulamento do Processo Tributário Administrativo, de cada Unidade da Federação, vejamos o exemplo de Minas Gerais,

Art. 89. O Auto de Infração e a Notificação de Lançamento conterão, no mínimo, os seguintes elementos:

(...)

IV - descrição clara e precisa do fato que motivou a emissão e das circunstâncias em que foi praticado;

Se assim, não for, o procedimento fiscal está contaminado por vícios insuperáveis, formais e materiais, e com isso, nulo é o lançamento nele apresentado. Essa nulidade, se dá porque, sendo a Fazenda um órgão pertencente a Administração Pública, os trabalhos realizados pelos seus agentes devem estar atrelados a lei, visto que eles realizam uma atividade administrativa plenamente vinculada.

Com isso, não respeitando os atos administrativos os comandos principiológicos e todos os demais preceitos expressos em leis, eles estão cobertos pelo manto da nulidade. Razão pela qual, foi erigida a autotutela administrativa, que autoriza a própria Administração Pública, anular os atos praticados pelos agentes que estejam em desacordo com os preceitos legais.

Por essas razões, pode ser requerida a nulidade do Auto de Infração, pois, as capitulações neles apresentadas não condizem com a realidade do contribuinte, e as supostas infringências das normas realizadas pela Autuada, são genéricas e incapazes de afirmar uma conduta típica violadora cometida pelo Contribuinte, o que termina por ferir as garantias do devido processo legal e demais princípios do direito brasileiro anteriormente apontados.

PRESUNÇÃO DOS TRABALHOS FISCAIS E A VERDADE REAL

É dever da fiscalização apresentar um trabalho correto e que demonstre fielmente a conduta violadora da norma tributária pelo Contribuinte do Imposto.

A legislação permite a realização de trabalhos pautados com a presunção, em especial no Levantamento Quantitativo Financeiro Diário – LEQFID, presentes nos regulamentos do ICMS de todas as Unidade Federada. Todavia, esses devem ser o último recurso a ser utilizado pelo agente fiscal, principalmente quando argumenta que a empresa comprou e vendeu mercadorias sem nota fiscal.

Para a recomposição dos dados numéricos, os números apresentados pela Fiscalização devem levar em consideração o saldo inicial, razão pela qual, se somar de forma isolada o total das entradas e diminuí-las das saídas, sem levar em consideração o saldo inicial, os valores obviamente ficarão negativos. Essa prática não é correta, afinal, a escrita fiscal tem por base a continuação dos atos, ou seja, deve sempre ser levado em consideração os saldos de períodos anteriores para se chegar ao saldo do período que se pretende apurar.

É isso que diz a boa técnica contábil, que segundo o Pronunciamento Contábil Conceitual⁷, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, (item 2.9), afirma que as, “Informações financeiras têm valor confirmatório se fornecem feedback sobre (confirmam ou alteram) as avaliações anteriores”. É por essa razão que, é necessário utilizar os saldos anteriores, e se assim não for, estamos diante da violação da busca da verdade material, como bem aponta Demetrius Nichele Macei (2013, p.177)⁸

A busca pela verdade material é princípio de observância indeclinável da Administração Pública no âmbito de suas atividades procedimentais e processuais. Ela deve fiscalizar em busca da verdade; deve apurar e lançar com base na verdade; deve julgar com base na verdade. A busca da verdade material, antes de ser direito do contribuinte, é um dever do Estado. Assim a verdade é buscada pela administração independente de provocação do contribuinte e, obviamente, se a iniciativa não partiu do contribuinte ou do fisco, deve partir do julgador. (Nosso grifo)

Assim, em respeito ao princípio da busca pela verdade material, deveria a Fazenda Pública em seus trabalhos fiscalizatórios, devem retroagir sua avaliação nos últimos cinco anos para apurar o correto saldo das mercadorias, todavia, opta pelo caminho mais fácil e termina por violar preceitos básicos.

Nesse sentido, irressignada a empresa Autuada pode e deve apresentar um levantamento quantitativo que apresente números contrários para sua defesa. Com isso, o Levantamento Quantitativo e Financeiro Diário

⁷ CPC Conceitual. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf). Acesso 29/09/2022

⁸ MACEI. Demetrius Nichele. A verdade material no direito tributário: a cidadania fiscal administrativa e judicial. São Paulo: Malheiros, 2013, p.177

realizado nos trabalhos fiscais, pode chegar a números diferentes especialmente se foi utilizado o saldo anterior pelo contribuinte.

Assim, é demonstrado que o ato administrativo está totalmente desarrazoado, o Auto de Infração deve ser anulado, dada à inconsistência de valores, até porque, tributo não pode ser exigido como forma de “sanção de ato ilícito”, como bem coloca o artigo 3º do Código Tributário Nacional, e ao que parece, até isso é esquecido por algumas Fazenda Públicas no momento da fiscalização.

Observem, trabalhos pautados em presunção e que não levam em consideração os saldos anteriores, trata-se de atos administrativos produzidos pela Fazenda que estão eivados de vícios, violando regras básicas do Direito Administrativo, em especial o Princípio da Motivação, que segundo Celso Antônio Bandeira de Melo⁹ (2009, p. 112)

Implica para a administração o dever de justificar seus atos, apontando-lhes os fundamentos de direito e de fato, assim como uma correlação lógica entre os eventos e situações que deu por existentes e a providência tomada nos casos em que este último a clareamento seja necessário para aferir-se a consonância da conduta administrativa com a lei que lhe serviu por arrimo.

E com isso a ausência de um motivo justo, qual seja, um esclarecimento preciso, ou uma informação clara que explique por qual razão ela não utilizou os saldos anteriores, é uma violação clara do princípio da motivação.

Nesse contexto, os atos da fiscalização, violam também o Princípio da Eticidade, que por sua vez, visam coibir tudo que esteja contra aquilo que é justo, ideal, correto, e que ofende os valores da sociedade, tendo em vista que estas condutas devem ser reprimidas e punidas com extremo rigor pelas autoridades julgadoras.

É nesse sentido que o Princípio da Eticidade estimula aos operadores do direito, a não praticarem a mera subsunção do caso a norma, mas, a aplicação correta no caso concreto, tendo como firme a moral, a ética, a boa-fé, a honestidade, a lealdade e a confiança. Afinal, a sociedade acredita que todos cumprirão com essa premissa, em especial o Estado.

Assim, o Princípio da Eticidade se correlaciona diretamente não apenas com a função social da empresa, mas também com a propriedade privada dos contribuintes, visto que se houve um ato administrativo eivado de vícios que por sua vez não coaduna com aquilo que é correto, e esse auto de infração não for anulado, haverá por parte do Estado, a apropriação da propriedade privada do contribuinte ao arripio da boa-fé e dos bons costumes, pautados em ações não éticas.

⁹ MELO, Celso Antônio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. 26ª ed. Malheiros. Rio de Janeiro. 2009

Ora, não se combate os abusos e ilícitos dos contribuintes com a violação de normas jurídicas. Se assim o for, quem cumprirá a lei? E do que adiantaria estarmos num estado de direito se o próprio Estado não cumpre com as normas legais por ele mesmo erigida?

Mas tudo isso de nada adianta, se o próprio Estado saca efeitos contrários das normas jurídicas existentes, apenas com o intuito de punir de forma desmedida o contribuinte, se esquecendo que o seu papel é de fazer valer a pacificação social e não criar conflitos desnecessários.

Logo, todos devem cumprir os preceitos do Direito, em especial o Estado, caso contrário, estamos diante da lei do mais forte, numa caçada as bruxas de forma insana, o que leva-nos a um estado primitivo, onde prevalece aquele que tem a maior força.

O filósofo italiano, Norberto Bobbio, ao produzir A Era dos Direitos (2004)¹⁰, pensou na Liberdade, na Igualdade e na Fraternidade, situação que foi inserida na Constituição Federal Brasileira de 1988, que por sua vez, nasceu justamente pelas lutas humanistas e consagrou esses ideais. Tanto que em seu preâmbulo, ficou consignado que para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, se funda a harmonia social que deve estar comprometida com ordem interna.

Ordem essa que também deve ser observada no Processo Administrativo realizado pelo Estado, que segundo o Professor Valdir de Oliveira Rocha¹¹,

O processo administrativo não é um legitimador de qualquer ato da administração, mas, antes, o processo administrativo que visa a conferir a justiça positivada – com o que não atende a pretensão interesse nem da Administração nem do administrado, e sim ao interesse público, que é o do Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos individuais, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento e a justiça, como valores supremos da sociedade brasileira, tudo conforme o Preâmbulo da Constituição. (Nosso grifo)

É por essa razão, em 30/11/2020 o Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o AgInt no AgInt no AREsp: 1108757 PI 2017/0123893-0, de relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, teve por firme que a ausência de motivação do ato administrativo implica em sua nulidade, vejamos,

4. **O motivo do ato administrativo é pressuposto**

¹⁰ Bobbio, Norberto, 1909- **A era dos direitos**; tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. — Nova ed. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. — 7ª reimpressão.

¹¹ ROCHA, Valdir de Oliveira. **Processo administrativo fiscal**. São Paulo: Dialética, 1997, p.141

de fato e de direito, servindo-lhe de fundamento objetivo. Não se confunde, contudo, com a motivação, que é o dever de exposição dos motivos, a demonstração de que os pressupostos de fato e de direito realmente existiram no caso concreto. **A motivação, nos atos administrativos, é obrigatória e irrecusável, não existindo, neste ponto, discricionariedade alguma por parte da Administração.**

5. **A referida motivação deve ser apresentada anteriormente ou concomitante à prática do ato administrativo, pois, caso se permita a motivação posterior, dar-se-ia ensejo para que se fabriquem, se forjem ou se criem motivações para burlar eventual impugnação ao ato.** Não se deve admitir como legítima, portanto, a prática imotivada de um ato que, ao ser contestado na via judicial ou administrativa, faça com que o gestor construa algum motivo que dê ensejo à validade do ato administrativo.

6. **Não se harmoniza com o princípio republicano e democrático que rege o ordenamento jurídico brasileiro atribuir à Administração o livre alvedrio para agir ao seu exclusivo talante, sem levar em conta as necessárias correlações subjetivas com os indivíduos e os cidadãos; o controle de legalidade, no Estado Democrático de Direito,** não se exaure na simples e linear observância de formas e formulários, devendo focar a sua energia sobre os motivos e sobre a motivação dos atos administrativos.

O julgado acima está em consonância com os ensinamentos apresentados por Celso Antônio Bandeira de Melo (2009, p.113), que no seu magistério vaticina que, os

atos administrativos praticados sem a prestativa e suficiente motivação são ilegítimos e invalidáveis, toda vez que sua fundamentação tardia for apresentada apenas depois de impugnados, não podendo oferecer segurança e certeza de que os motivos aduzidos efetivamente existiam ou foram aqueles que embasaram a providência contestada.

Aliado a isso, o que temos aqui é apenas a presunção, que por sua vez não é válida - como bem coloca a doutrina clássica na voz de Ricardo Mariz de Oliveira, onde a

Autoridade fiscal não pode presumir a ocorrência de fatos, não lhe sendo permitido fazer exigências baseadas em meras suspeitas, suposições ou conjecturas. Cabe ao agente fiscal comprovar inequivocamente todos os fatos que afirmam terem ocorrido que dão uma origem à cobrança fiscal. Mesmo nos casos em que a lei preveja presunções, que são sempre “*juris tantum*”, cabe ao agente lançador comprovar a efetiva ocorrência dos fatos¹² (OLIVEIRA, 1999, p.153).

Ora, o Auto de Infração deve estar totalmente pautado pela legalidade, onde deve apresentar o ato violado, a correta capitulação da infração e da fundamentação, bem como o correto valor do débito fiscal não respeitado pelo contribuinte, sob pena de nulidade, situação já conhecida e apresentada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, observe o julgado:

AUTO DE INFRAÇÃO. ATO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE MÓTIVO COMO REQUISITO DO ATO. NÃO CONSUBSTANCIAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS FÁTICOS. ARBITRARIEDADE NULIDADE.

Para que, efetivamente, se revista do atributo da presunção de legitimidade, o ato administrativo deve se alicerçar na expressão de seu motivo, qual seja, o pressuposto de fato e/ou de direito que autoriza a sua prática, quer na forma vinculada ou em decorrência do poder discricionário do Administrador. No caso em apreço, revelam-se todos os pressupostos de direito que legitimariam a prática do ato, ora repudiado. Contudo, não é possível extrair dos autos os elementos fáticos que, ao confronto com a norma jurídica suscitada, ensejariam a legitimidade do auto de infração imposto à Recorrente. Não se verificando, *in casu*, os pressupostos de fato que, efetivamente, justificariam o ato punitivo em questão (subordinação jurídica, vínculo empregatício, ausência de registro de empregados de fato) constata-se que o mesmo padece de vício de

¹² OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. **Processo Administrativo Fiscal**. 4º vol. Dialética. São Paulo: 1999. p. 153

motivação, estando sujeito à anulação, em decorrência do controle externo do Judiciário. Conclusivamente, extrai-se do processo que o auto de infração consistiu em ato administrativo desmotivado e, portanto, arbitrário, razão pela qual deve ser anulado.”

Processo nº. 00227-2006-114-03-00-3 RO – 3ª Região – Oitava Turma – Juíza Relatora Maria Cecília Alves Pinto – DJ/MG 24/03/2007. (Nosso grifo)

Dito isso, entre outros pontos de relevo, convém destacar que no domínio dos ilícitos fiscais, a norma milita em favor do contribuinte ante ao princípio da boa-fé. Frente ao artigo 112 do CTN: ao aduzir que “A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se de maneira mais favorável ao acusado”. E no vertente caso, não é isso que se verifica. O que temos é uma norma sendo destorcida e usada de forma abusiva pelo Poder Estatal para a lesar o contribuinte.

E se assim não for, além dos princípios do direito anteriormente citados, estamos diante também da violação dos princípios da segurança jurídica, da capacidade contributiva e do não-confisco.

E sobre o princípio do não confisco, o Professor Emérito da Universidade do Mackenzie¹³, Luciano Amaro, propugna, que o artigo 150, IV, da Constituição Federal, “veda a utilização do tributo com o efeito de confisco, ou seja, impede que, a pretexto de se cobrar tributo, se apose o Estado dos bens do indivíduo.

Portanto, a defesa apresentada pelos contribuintes em casos de Autos de Infração com os vícios apontados, há de ser julgada procedente, à mercê dos princípios doutrinários e julgados aqui pronunciados, certo de que o ordenamento jurídico aponta esse limite. Caso contrário, haverá o enriquecimento sem causa por parte do Ente Tributante. Situação que ocorre quando se arrecada imposto indevido ou além do devido”, como leciona Roque Antônio Carrazza (2007)¹⁴.

E para concluir esse tópico, é importante invocar os ensinamentos da Professora Fernanda Marinela (2015)¹⁵, que em seu magistério, aduz que o reconhecimento da força coercitiva dos princípios que regem o ordenamento jurídico e a inobservância de apenas um princípio, gera uma ofensa a todo o sistema de comandos, e não somente a um mandamento obrigatório específico.

Essa desatenção é a forma mais grave de ilegalidade ou de inconstitucionalidade, porque representa uma agressão a todo o sistema, uma violação dos valores fundamentais, gerando uma corrosão na estrutura

¹³ AMARO. Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 24ª ed. Saraiva Jur, São Paulo: 2021. p.170

¹⁴ CARRAZZA. Roque Antônio. **ICMS**. 12ª ed. São Paulo, Malheiros: 2007, p.415

¹⁵ MARINELA. Fernanda. **Direito Administrativo**. 9ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 101

mestra do direito. Logo, o ato administrativo deve ser anulado, em consequência moral gerada pelos desrespeitos aos princípios apresentados, caso contrário, poderá também, ser aplicada a conduta do agente como ato de improbidade administrativa, prevista no artigo 11 da Lei 8.429/1992 (MARINELA¹⁶ 2015).

Assim, posto que a paz social não pode ser restabelecida em meio a arbitrariedade do Estado, que por sua vez deve seguir as regras básicas do direito sob pena de violar o Estado Democrático de Direito, principalmente, quando estamos diante do patrimônio alheio, que tem impacto direto na renda de muitas famílias trabalhadoras que estão empregadas no comércio, a nulidade do Auto de Infração, através da autotutela administrativa, por força da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, é medida imprescindível quando não existir o respeito a essas situações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como intento buscar a responder a seguinte pergunta, quais são as circunstâncias práticas que podem levar a nulidade do auto de infração?

Objetivamente, para validade do auto de infração deve haver a correta capitulação e a descrição dos fatos que ensejaram na violação da norma jurídica pelo contribuinte, e na mesma toada, deve também existir, a busca pela verdade real nos trabalhos fiscais para apontar o correto valor do débito fiscal não respeitado pelo contribuinte, sob pena de haver no auto de infração, uma presunção que pode levá-lo a nulidade à luz dos princípios do direito.

Ora, o lançamento, enquanto ato jurídico administrativo, deve estar perfeito e plenamente fundamentado, ou seja, o fisco tem que oferecer prova concludente de que o evento ocorreu na estreita conformidade da previsão genérica da hipótese normativa, conforme leciona o jurista paulista - Paulo de Barros Carvalho¹⁷ (2017).

Percebe-se, portanto, que a invocação da presunção de validade do lançamento tributário para conferir ao contribuinte a sanção de pagar determinado tributo, é via escorregadia e não apenas mera aventura fiscal, como se verificou ao longo de trabalho.

Caso contrário, como bem colocava o saudoso tratadista Alfredo Augusto Becker¹⁸, teremos um Carnaval Tributário, onde a “tributação irracional dos últimos anos conduziu os contribuintes a tal estado que, hoje, só lhe resta a tanga”, e, se isso não for observado, até a “tanga” será retirada do contribuinte autuado, caso o auto de infração não seja anulado.

Isso se dá em homenagem ao princípio da estrita legalidade, não

¹⁶ MARINELA. Fernanda. *Ibidem*

¹⁷ CARVALHO. Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. 28ª ed. Saraiva jur. São Paulo: 2017

¹⁸ BECKER. Alfredo Augusto. **Carnaval Tributário**. 2ª ed. São Paulo: LEJUS, 1999

cumulatividade, irretroatividade da norma tributária e da razoabilidade, pois,¹⁹

Vale dizer e pretende se colocar em claro que não serão apenas inconvenientes, mas também ilegítima e portanto, jurisdicionalmente invalidáveis, as condutas desarrazoadas, bizarras, incoerentes ou praticadas com desconsideração as situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sem saberes e disposição de acatamento às finalidades da lei atributiva da discricção manejada.

Com efeito o fato de a lei conferir ao ministrador certa liberdade, não significa que ele deferiu o encargo de adotar, ante a diversidade de situações a serem enfrentadas, a providência mais adequada a cada qual delas. Não significa, como é evidente, que lhe haja outorgado o poder de agir ao sabor exclusivo do seu líbito, de seus humores, paixões pessoais, excentricidades ou critérios personalíssimos, e muito menos significa que liberou a administração para manipular a regra do direito de maneira a sacar dela efeitos não pretendidos pela lei aplicanda (MELO, 2009, p.108).

Isto posto, é momento de concluir, e o último registro que deve ser feito, é que se faz imperiosa a observância dos preceitos aqui apontados, caso contrário, temos um crédito tributário que não condiz com as normas do estado democrático de direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO. Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 24ª ed. Saraiva Jur, São Paulo: 2021. p.170

BECKER. Alfredo Augusto. **Carnaval Tributário**. 2ª ed. São Paulo: LEJUS, 1999.

BRASIL. BRASÍLIA. CARF. **Recurso Voluntario. Processo:10480.016251/96-66. Acórdão: CC/104.17279 (Rec. 118.839)**. Disponível em: <https://carf.fazenda.gov.br/sincon/public/pages/ConsultarJurisprudencia/listaJurisprudencia.jsf?idAcordao=4655220>. Acessado em: 05/10/2022

BRASIL. BRASÍLIA. CARF. **Processo Administrativo nº10925.000373/2003-63, Acórdão nº 1301-003.493**. Disponível em: <https://carf.fazenda.gov.br/sincon/public/pages/ConsultarJurisprudencia/lista>

¹⁹ MELO. Celso Antônio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. Malheiros: São Paulo: 2009. p.108

Jurisprudencia.jsf?idAcordao=6274364. Acesso: 15/10/2022

BRASIL. DISTRITO FEDERAL. Receita Federal do Brasil. **Relatório Anual da Fiscalização de 2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/fiscalizacao/relatorio-anual-fiscalizacao-2021-2022.pdf/view> Acessado em: 25/10/2022

BRASIL. DISTRITO FEDERAL. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC Conceitual**. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf). Aceso 29/09/2022

BOBBIO, Norberto, 1909, **A era dos direitos**; tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. — Nova ed. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. — 7ª reimpressão.

CARRAZZA. Roque Antônio. **ICMS**. 12ª ed. São Paulo, Malheiros: 2007, p.415

CARVALHO. Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. 28ª ed. Saraiva jur. São Paulo: 2017

CRECI. SÃO PAULO: **Receita Federal aperta o cerco contra os contribuintes**. Disponível em: <https://www.crecipr.gov.br/news/ultimas-noticias/517-receita-federal-aperta-o-cerco-contr-os-contribuintes>. Acessado em: 20/11/2022

MACEI. Demetrius Nichele. **A verdade material no direito tributário: a cidadania fiscal administrativa e judicial**. São Paulo: Malheiros, 2013, p.177

MARINELA. Fernanda. **Direito Administrativo**. 9ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 101

MELO. Celso Antônio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. 26ª ed. Malheiros. Rio de Janeiro. 2009,

OLIVEIRA. Ricardo Mariz de. **Processo Administrativo Fiscal**. 4º vol. Dialética. São Paulo: 1999. p. 153

ROCHA, Valdir de Oliveira. **Processo administrativo fiscal**. São Paulo: Dialética, 1997, p.141

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. ver. e atual. São Paulo, Malheiros, 2005, p.432

Valdivino Vital Amordivino

Licenciado em Ciências Biológicas com Habilitação em Física.

Especialista em Inteligência Policial.

Investigador da Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso.

RESUMO

Este trabalho tem como escopo, discorrer sobre quão importante é a Investigação Policial como ferramenta apta a alicerçar a ação penal tendo como titular o Ministério Público. Ademais, além de técnicas investigativas que se inserem no contexto policial tradicional, mostrar a eficiência da interceptação telefônica como recurso no contexto investigativo para robustecer o conjunto probante. No entanto, imperioso consignar que, é vedado pela legislação em vigor abusos na utilização da ferramenta, sendo, portanto, as provas produzidas à margem da Lei declaradas ilegais, com a responsabilização dos envolvidos em tal conduta. O presente trabalho tem por objetivo sem esgotar o assunto, demonstrar que é incumbência da Polícia Judiciária o uso da inteligência na atividade investigativa eminentemente repressiva, porém, devidamente trabalhados, os dados servirão como importante ferramenta no escopo preventivo auxiliando na tomada de decisão. Há como foco o Tráfico de Drogas, vez que, a modalidade criminosa fomenta o cometimento de outros delitos comumente combatidos com operações policiais deflagradas.

Palavras-chave: investigação policial; interceptação telefônica; lei; abusos.

INTRODUÇÃO

A investigação policial, além de subsidiar órgãos como o Ministério Público e Poder Judiciário possuem em sua natureza caráter estratégico e tático, respeitando os ditames legais resguardando direitos individuais e coletivos. À Polícia Judiciária compete formalizar as provas obtidas por meios lícitos, através do caderno investigativo – Inquérito Policial – contando com importante integração entre diversas áreas do conhecimento, quais sejam: criminalística, identificação, medicina e odontologia legal, com o fito de promover o exaurimento das possibilidades investigativas na busca pela verdade, adotando uma metodologia diferenciada e de cunho científico.

Como é cediço, tão logo ocorra o cometimento de um crime, à Polícia Judiciária compete empreender esforços com vistas a elucidar a autoria delitiva. As provas produzidas em face da investigação policial integrarão o

expediente investigativo que é o Inquérito Policial. A respeito deste procedimento, Feitoza (2009, p. 173), relata que a imputação formal da prática de infração penal a alguém no inquérito policial é mera formalidade e não caracteriza constrangimento ilegal, pois poderá haver reparação via habeas corpus, conforme entendimento posterior do Superior Tribunal de Justiça.

No entanto, dadas às inúmeras dificuldades estruturais, tecnológicas e de material humano, muitas notícias de crimes deixam de serem transformadas em inquéritos policiais que resultem na elucidação dos delitos. O volume de trabalho leva a uma natural seleção por parte de Delegados e demais policiais dos casos que serão investigados e quiçá resolvidos (COSTA, 2011, p. 97-114).

A respeito da atividade policial que se apresenta como uma sucessão de desafios, há que se levar em conta também que, a prática tem sido escola para os que ingressam na carreira, sendo a experiência capital simbólico e norteador de ações por parte dos mais novos (CARUSO, 2004, p.99).

Destarte, há que se possuir ferramentas que propiciem otimizar tempo e suprir a demanda crescente no âmbito da Polícia Judiciária Civil. Neste sentido, o trabalho de inteligência tem apresentado resultados satisfatórios, evidenciando-se como indispensável aliada para desvendar crimes e firmar-se como doutrina. O manto para garantir a devida proteção de dados deve haver, o que não se pode fazer analogia a secretismo. Neste sentido pontuam Menezes e Gomes (2006, p. 40):

Deve-se desfazer da antiga mística do secretismo que envolvia as ações de inteligência tradicionais. Não que esse fenômeno deva ser de todo ignorado, mas é preciso reconfigurar o papel da inteligência policial quanto ao seu papel em um contexto democrático, suas possibilidades e limites, bem como as formas de sistematização e armazenamento dos dados respectivos.

Se por um lado é salutar a inteligência na investigação policial, por outro é completamente vedado o uso de conteúdo obtido de forma ilícita. Neste sentido, será dado enfoque no presente estudo ao recurso “Interceptação Telefônica” como ferramenta efetiva na elucidação desta modalidade criminosa, bem como, discorrer a respeito dos aspectos jurídicos e práticos, através da vivência investigativa de fatores que estão intrinsecamente envolvidos em seu cometimento. Ademais, o presente trabalho possui o fito de demonstrar que, além de obrigatório, ao agente de segurança pública é possível agir com estrita observância dos preceitos legais. Sob a égide da lei 9.296 de 24 de julho de 1996, serão abordados aspectos históricos, requisitos necessários para sua captação, bem como, os desvios do que preceitua o diploma legal por parte de quem deveria zelar pela aplicação da legislação vigente.

Para que haja deferimento por parte do magistrado de interceptação telefônica, necessário se faz a demonstração embasada em investigações de

que há indícios razoáveis de autoria ou participação em crime punido com reclusão, regra prevista no artigo 2º, inciso I da lei 9.296/96. Nestes termos, Gomes (2014, p. 96) exemplifica:

Cabe observar, desde logo, que a lei não se contentou com a mera “possibilidade” de autoria ou participação, ou seja, com a mera “suspeita”. Não basta que a autoria seja possível; urge que seja provável. Tanto é assim que a lei requer “indícios razoáveis da autoria ou participação” (art. 2º, I). E para que tais indícios apareçam, normalmente já existe uma investigação criminal em curso ou um processo em andamento.

Outro ponto salutar a se consignar, refere-se ao fato de que, o de Tráfico de Drogas possui estreita relação com o cometimento de crimes correlatos como Furto, Roubo, Homicídios e tem se firmado no interior do estado de Mato Grosso, como principal modalidade exercida pelo crime organizado. No presente trabalho será demonstrado que, por ordem de facção criminosa com braços estendidos no interior, ordens para ceifar vidas são dadas de dentro de cadeias e presídios.

METODOLOGIA

O presente trabalho fora desenvolvido a partir de um levantamento de dados que constam de referências bibliográficas sobre a atividade de Inteligência Policial – dos primórdios da Investigação Criminal aos dias atuais.

O trabalho também contempla dados oriundos de investigações reais, demonstrando que, com o uso do recurso de interceptação telefônica foi possível um desfecho satisfatório em casos complexos na Unidade da Polícia Civil na cidade de Canarana/MT, resguardando dados cadastrais dos envolvidos, pois, o que se extrairá será a informação de forma qualitativa.

A pesquisa teórica qualitativa constitui-se como instrumento salutar na presente proposta, visto que, consiste na liberdade do pesquisador em decidir os instrumentos de coleta de dados que melhor permitem assimilar da melhor forma o objeto de estudo, tirando dessa leitura, informações relevantes para a pesquisa, com base em referenciais teórico-metodológicos.

Interpretar infere no pesquisador uma visão holística, constituindo-se em princípio basilar da abordagem qualitativa e, portanto, sendo útil em situações que envolvam o desenvolvimento e aperfeiçoamento de novas ideias conforme afirma Gamboa (2007, p. 138):

Interpretar exige recuperar os cenários, os lugares ou palcos onde as manifestações dos atores têm sentido; requer também a constituição de um horizonte interpretativo que permite articular diversas manifestações num quadro compreensivo. Nesse sentido, investigações etnográficas, por exemplo, exigem a localização dos fenômenos observados em seus

ambientes culturais, dentro dos quais as expressões e os discursos têm validade. O caminho do conhecimento implica traçar um percurso das partes ao todo e deste ao contexto, caminho contrário ao realizado pela [abordagem] analítica que vai do todo delimitado e separado do contexto para as partes.

Sendo assim, no decorrer do trabalho será contextualizada de forma qualitativa evidenciando como o recurso (Interceptação Telefônica) se devidamente utilizado, obedecendo aos rigores legais, permite um Feedback positivo no campo da investigação. Destarte, do ponto de vista quantitativo possibilitará também manejar estatísticas que robustecem o recurso firmando-o desde que havendo compartimentação dos atores que farão uso da ferramenta, imprescindível na elucidação de delitos.

O CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS

A Lei de Drogas

Em vigor desde 2006, a Lei de drogas (11.343/06) objetiva prevenção ao uso indevido e repressão a produção não autorizada e ao tráfico ilícito. As penas são pesadas e variam entre 05 e 15 anos para quem ousar viver na ilicitude. Dezessete verbetes definem as condutas vedadas pelo diploma legal, quais sejam:

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Como a Lei 11.343/06 faz referência genérica a expressão droga, há que ser complementada por outra norma, sendo classificada, portanto como norma penal em branco. No caso, a regulamentação é procedente da ANVISA (portaria 344/98).

A dependência pode ser física ou psíquica. Na dependência física, o corpo necessita do uso da droga. Na psíquica, há vontade intensa do uso da droga. Há drogas que causam dependência física, em outras a dependência é psíquica, ou ambas.

Aspectos Gerais do Crime de Tráfico de Drogas

Se por um lado, houve uma evolução tecnológica notável, por outro há um avanço na criminalidade que se expande numa velocidade demasiadamente rápida e demonstra estar cada vez mais organizada. No

que tange ao tráfico de drogas, constata-se que houve uma individualização na conduta dos membros que integram uma rede complexa no crime cometido nesta modalidade. Destarte, há que se haver uma especialização no combate ao crime.

Investigações que demandam dias tem por objetivo colocar fim a marcha criminosa de um vizinho indesejado. Comumente, pessoas que incomodadas pela ação de traficantes denunciam a mudança na rotina – antes uma área tranquila – são de fundamental importância para que ações investigativas e repressivas sejam implementadas na região urbana indicada.

O tráfico de drogas apresenta uma estrutura piramidal, que envolve diversos atores, desde o principal traficante – dificilmente identificado – até a “mão de obra” que garante a vigilância do ponto de venda de drogas.

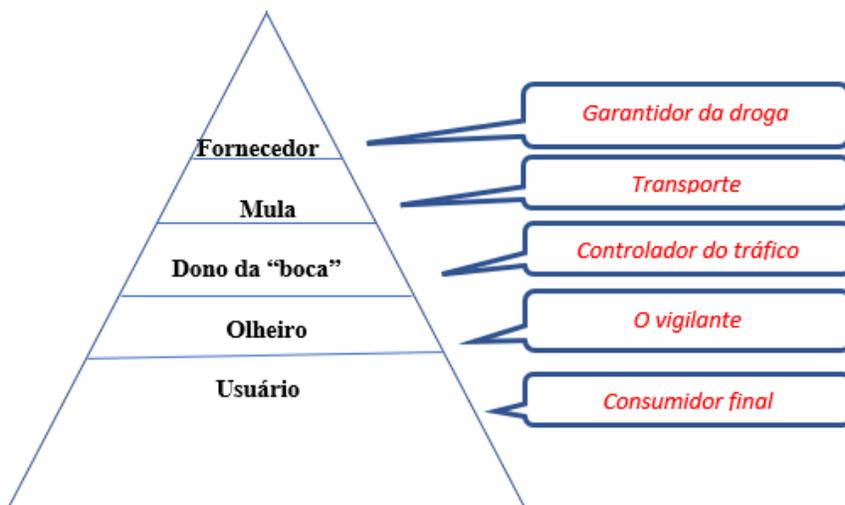


Figura 01 – Estrutura piramidal do Tráfico de Drogas doméstico

Na figura 01, uma demonstração simplificada do tráfico de drogas comumente combatido pelo setor de investigação. Na base da pirâmide e responsável pelo lucro do “negócio”, encontra-se o usuário – indivíduo que em razão da dependência comete crimes para manter o vício conforme será demonstrado. No nível acima se encontra a figura do olheiro, responsável pela vigilância do local, informando da aproximação da polícia, preparando o traficante para uma possível abordagem. O dono da “boca” é o controlador da estrutura que, mesmo não sendo tão complexa, requer uma gestão objetivando aquisição de drogas, cabendo a ele estabelecer contatos com o fornecedor que, via de regra não atende usuário. No topo da pirâmide está o indivíduo que, detém maior poder aquisitivo adquirindo drogas geralmente na fronteira por preços inferiores dos que repassa aos traficantes menores. O fornecedor delega função às mulas – pessoas que ficam responsáveis pelo

transporte da droga – geralmente quando são presas, não revelam a identidade do “patrão” (ou porque desconhecem ou por medo de retaliação).

Substâncias ilícitas mais consumidas

Dentre as substâncias apreendidas no cotidiano policial do setor de investigação, duas merecem destaque dada a incidência com que são encontradas: Maconha e Crack.

Maconha

Historicamente, a maconha foi utilizada especialmente na Índia, no Oriente Médio e na África. Na Índia, é utilizada em rituais religiosos e, no Oriente Médio, entre a população mais pobre. No Brasil, o primeiro registro sobre o uso da maconha data de 1564 e foi escrito por um português. Os escravos teriam trazido a droga para o Brasil neste século. No século XVII, o vice-rei de Portugal enviava carregamentos de sementes de maconha para que a planta fosse cultivada no Brasil em larga quantidade devido à sua importância como produtora de fibra. As velas das caravelas eram feitas de cânhamo. No século XIX, farmácias vendiam cigarros de maconha no país. *Cannabis sativa* se obtém o cânhamo e diversas drogas alucinógenas.

O preço do quilograma da maconha ao traficante é relativamente baixo e varia entre R\$ 800,00 a R\$ 1.000,00, podendo quando dolada (embalada em porções menores) garantir lucratividade de cerca de cinco vezes. A maconha que é consumida na região é oriunda em sua grande maioria da região fronteiriça.



Figura 02 – 06 kg de maconha apreendidos em cumprimento a mandado de busca e apreensão

Crack

Com um valor mais elevado que a maconha, o crack é uma mistura de cocaína em forma de pasta não refinada com bicarbonato de sódio, soda caustica e água. O itinerário é praticamente o mesmo, ou seja, a maior oferta da droga é a fronteira entre Brasil e Bolívia, onde sai em média a R\$ 8.000,00. Com o custo agregado de transporte, chega à região do Araguaia ao preço de R\$ 11.000,00. Depois é aquecida para que a água se evapore e se formem as pedras. Esta droga se apresenta na forma de pequenas pedras e pode ser até cinco vezes mais potente do que a cocaína. Depois de inalada, a fumaça das pedras faz efeito em menos de dez segundos. O efeito do crack dura, em média, dez minutos. Sua principal forma de consumo é a inalação da fumaça produzida pela queima da pedra. É necessário o auxílio de algum objeto como um cachimbo para consumir a droga, muitos desses feitos artesanalmente com o auxílio de latas, pequenas garrafas plásticas e canudos ou canetas. Os pulmões conseguem absorver quase 100% do crack inalado.



Figura 03 – Crack apreendido em fundo falso de veículo em Canarana/MT

PRODUÇÃO DE PROVA

A produção de prova na investigação policial deve ocorrer com estrita observância dos preceitos legais contidos nos vários dispositivos do ordenamento jurídico nacional.

Como é cediço, reside na investigação policial dificuldades em materializar a prova concreta que no crime de Tráfico de Drogas, seria a apreensão do entorpecente. No entanto, há entendimento dos Tribunais pelo país que, ante a ausência de elementos concretos, de provas direitas que afirmem a existência do delito, os indícios, têm assumido papel importante, sendo valorado na decisão penal. Nesse sentido, Guilherme de Souza Nucci bem assinala:

o indício é um fato secundário, conhecido e provado, que, tendo relação com o fato principal autorize, por raciocínio indutivo-dedutivo, a conclusão da existência de outro fato secundário ou outra circunstância. É prova indireta,

embora não tenha por causa disso, menor valia. O único fator – e principal – a ser observado é que o indício, solitário nos autos, não tem força suficiente para levar a condenação.

PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS

Com as informações de campo reunidas pelo setor de investigação, cabe à Autoridade Policial elencar com a equipe estratégias para atuação ulterior com vistas a robustecer o Inquérito Policial.

Neste diapasão, deve-se atentar à produção de conhecimento como: localização dos principais pontos de comércio de drogas, integrantes do tráfico e se há relação estabelecida entre ambos, pois, pode fornecer elementos importantes objetivando identificar o potencial fornecedor de entorpecente.

No cotidiano investigativo, além da prova testemunhal (vizinhos e usuários de drogas) e campanhas, a interceptação de comunicação telefônica tem subsidiado sobremaneira a produção de conhecimento, visto que, supre a deficiência encontrada na adoção de outros meios. Além disso, permite um estudo de vínculo entre os atores envolvidos na modalidade criminosa.

Nas são raras as vezes que, há no curso de uma interceptação telefônica, o que se chama de “encontro fortuito de provas”, já que podem surgir outros fatos penalmente relevantes, distintos da "situação objeto da investigação". Esses fatos podem envolver o investigado ou outras pessoas. De outro lado, podem aparecer outros envolvidos, com o mesmo fato investigado ou com outros fatos, diferentes do que motivou a decretação da interceptação. Destarte, crimes correlatos podem ser descobertos envolvendo os investigados ou outras pessoas que até então não figuravam como suspeitas. Evidentemente que, a utilização em cadernos investigativos diversos depende de autorização para seu compartilhamento.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI 9.296/96

A interceptação telefônica é um procedimento previsto na Lei nº 9.296 de 24 de julho de 1996, e amparado constitucionalmente no artigo 5º, inciso XII da Constituição Federal de 1988. Apesar de ampla discussão envolvendo o tema, o procedimento é muito utilizado em investigações policiais.

Conforme disposto na lei, a interceptação telefônica é a captação, realizada por terceiros, de conversa telefônica alheia, sem o consentimento ou conhecimento dos interlocutores.

No entanto, a interceptação telefônica não pode iniciar ao bel prazer dos investigadores, há que ser fundamentado por indícios razoáveis de autoria ou participação no crime em investigação e mais, que o crime em comento seja punido com reclusão e que na representação da Autoridade policial seja fundamentada a inexistência de outros meios para a produção da prova almejada. Caso contrário, a própria Lei 9.296 veda o deferimento:

Art. 2º Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

I - não houver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal;

II - a prova puder ser feita por outros meios disponíveis;

III - o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.

Havendo a autorização judicial, a interceptação se dará pelo prazo de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogados sucessivas vezes, desde que, demonstrada a necessidade.

No que tange ao crime de Tráfico de Drogas, a interceptação telefônica propicia importante recurso, pois, havendo uma organização mais complexa, tais pessoas dificilmente seriam encontradas na posse de drogas. Ademais, a interceptação de comunicação possibilita o monitoramento em tempo real dos alvos investigados através das ERB`S – Estações Rádio Bases – prováveis data para transporte e entrega da droga, tipo de droga e identificação da teia criminosa envolvida.

LINGUAGEM UTILIZADA NAS CONVERSAÇÕES

A interceptação telefônica como recurso investigativo para a elucidação de crimes nas mais diversas modalidades esbarra-se em obstáculos impostos por estratégias adotados pelos investigados. Tão importante quanto conseguir convencer o Juiz de que a interceptação é recurso indispensável em determinado caso, é entender a linguagem própria utilizada nos diálogos estabelecidos. No que concerne ao delito de Tráfico de Drogas, criminosos criam códigos que tem por objetivo driblar as forças de segurança, impedindo o entendimento do contexto em que a negociação se realiza.

No livro “Cocaína a Rota Caipira”, encontra-se um código alfanumérico com a palavra “SCHAPENBIL”, em que cada letra designa um número, onde os criminosos conversam sobre o volume de droga embarcada. Por exemplo, SC equivale a 12 kg de droga.

S	C	H	A	P	E	N	B	I	L
1	2	3	4	5	6	7	8	9	0

Além de códigos alfanuméricos, os criminosos criam palavras que visam destoar o conteúdo ilícito do diálogo estabelecido. A seguir, palavras comumente usadas em diálogos e que formam um dicionário próprio em tratativas de droga.

Rex: Dinheiro
Óleo: Crack
Placa: Número de telefone
Feijão/João: Maconha
Birico: Telefone (aparelho)
Jega: Cama
Mocó: Esconderijo
Praia: Piso (dormir no chão)

Relógio: Balança de precisão
F1: Fumar um
X9: Informante da Polícia
Talarico: Quem fica com mulher de preso
Firma: Ponto de droga
Fino: Cigarro de maconha
Passarinho: Preso que entrega os demais
Caneta: Arma (revólver)

OPERAÇÕES BEM SUCEDIDAS COM INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA

Conforme já demonstrado, a investigação policial é a arte de esgotar possibilidades na persecução da verdade. Há casos em que, a produção de prova torna-se difícil sendo a Interceptação Telefônica imprescindível recurso de que a Polícia Judiciária pode lançar mão com o escopo de demonstrar a autoria de um crime. Seguindo os ditames legais, no presente trabalho, serão apresentados dados quantitativos aptos a demonstrarem ter a Interceptação Telefônica ajudado sobremaneira a Polícia Judiciária Civil, contabilizando em apenas três operações selecionadas como base para este estudo, números expressivos de prisões e indiciamentos.

OPERAÇÃO SENTINELA

A maior operação no âmbito da Polícia Civil de Canarana/MT, a Operação “Sentinela” nasceu do atendimento prestado a uma vítima do crime de Violência Doméstica. Geralmente há uma aversão por parte de alguns policiais em atender às mulheres vítimas, pois, via de regra, as esposas por uma série de fatores – dependência financeira, temor à represália pelo esposo e medo de perder os filhos – optam por retirarem a queixa no decorrer do período de 24 horas, tempo em que o flagrante está sendo lavrado. Mas, uma vítima em especial, esposa de um traficante e extremamente revoltada por ter sido por ele agredida, compareceu à Delegacia e relatou que, naquele domingo, o limite de sua aceitação chegara ao fim. Com o dever de prestar o atendimento previsto na lei e visando garantir celeridade às medidas protetivas, fora formalizado o depoimento em vídeo daquela mulher (fragilizada e revoltada) com amplo conhecimento das atividades ilícitas desenvolvidas pelo marido. Em um vídeo de pouco mais de 10 minutos, forneceu nomes, telefones, funções específicas de cada um no esquema criminoso e vínculos dentro e fora do estado para adquirir a droga. Com um bom Relatório Policial levado ao conhecimento do Delegado de Polícia titular da Delegacia de Canarana na época, nasceu em 07/02/2015 a Operação “Sentinela”.

A operação, inserida no contexto dos crimes de Tráfico de Drogas e Associação para o Tráfico de Drogas, finalizou oficialmente em 31/08/2015 e gerou 68.744 áudios captados pelo Núcleo de Inteligência da Polícia Civil. A grandiosidade da operação não se refere apenas ao tempo de duração. Com efetivo empregado de mais de 100 policiais civis, a operação contou com

duas etapas e resultou em mais de 50 mandados de buscas e apreensões cumpridos, 37 prisões decretadas e dezenas de quilos de drogas foram apreendidos no decorrer da interceptação telefônica. O conhecimento produzido na operação, garante bom êxito em estabelecer vínculos entre criminosos até hoje. Todos que tiveram as prisões decretadas foram localizados e recolhidos às cadeias e presídios da região.

Durante a operação, a Polícia Civil constatou haver intensa participação de presos em cadeias e presídios no crime de Tráfico de Drogas. A incomunicabilidade no Sistema Prisional está longe de ser uma realidade. Fazendo uso de aparelhos celulares que entram nos estabelecimentos prisionais das mais diferentes formas, presos participam da aquisição e distribuição do entorpecente. Na conversa a seguir, o alcunhado “Cabelo” está preso e conversa com HNI (Homem Não Identificado) em clara demonstração de que o teor do diálogo se refere à droga.

OPERAÇÃO OLHO GORDO

A operação nasceu da crescente demanda em combater crimes patrimoniais, tanto que o nome “Olho Gordo” é uma alusão a cobiça que os foras da lei possuem, iniciou-se em 09/08/2013 com término em 13/11/2013 conseguindo alcançar criminosos em diversas modalidades como Furto, Recepção, Associação Criminosa e evidentemente Tráfico de Drogas. Embora não tivesse sido o objetivo inicial que ensejou a implantação da operação, no decorrer das interceptações com autorização judicial, 12 pessoas foram presas em flagrante ou indiciadas no Inquérito Policial instaurado por Tráfico de Drogas. O encontro fortuito de provas possibilitou apreender drogas que seriam distribuídas em Canarana. Logo na primeira semana da operação, em 15/08/2013 um indivíduo oriundo da cidade de Barra do Garças chegou à Canarana. Ao fazer contato com um dos alvos interceptados, a equipe descobriu que o traficante se hospedara em um hotel da cidade. Na madrugada daquele dia, cerca de 03 kg de drogas foram apreendidos em poder do homem que possuía inúmeras passagens pela mesma prática delituosa.

No decorrer da operação, foram 59 alvos interceptados e 50.861 ligações geradas. Nomes novos foram revelados e outros já de conhecimento da Polícia Civil surgiram com notório envolvimento no crime de Tráfico de Drogas. Dois investigados morreram no decorrer da investigação, aplicando-se neste caso o artigo 107, inciso I do Código Penal que prevê a extinção da punibilidade pela morte do agente.

A operação revelou que, o Tráfico de Drogas surge como norteador de outras ações criminosas firmando-se como o precursor do cometimento de crimes como Furto, Recepção e Homicídios. Não é incomum no cumprimento de buscas e apreensões a equipe se deparar com produtos furtados e que o destino são pontos de venda de droga. Faz parte ainda da realidade a morte de criminosos em acertos de conta em que, esgotadas as possibilidades de negociação, ceifa-se a como recado aos demais de que,

não há calote aceitável no Tráfico de Drogas.

OPERAÇÃO ZERO UM

Em razão do cometimento de um crime de Homicídio no final do ano de 2017, fez-se necessário instaurar formalmente investigação policial com o fito de produzir elementos probatórios objetivando elucidar a autoria delitiva. O crime de elevado potencial ofensivo tinha como vítima um jovem usuário de drogas. Como a relação traficante e usuário não se pauta pela confiança – nem por parte de quem vende que acredita que o usuário poderá o entregar à polícia, nem por parte do usuário que é sabedor que uma dívida não quitada pode ser paga com a vida – o território do tráfico é um terreno incerto. Evidentemente que, se não há confiança também não se pode esperar a fidelização do usuário em relação ao ponto de compra de droga. Desta forma, um usuário morto é sempre um desafio para a equipe investigativa, pois, o rol de suspeitos é grande. Ainda mais quando no caso em tela, o usuário tinha o hábito de comprar droga e não pagar ou furtar entorpecente de traficantes – práticas não admitidas no crime.

O crime tinha ainda outro obstáculo: foi consumado na madrugada em local ermo – sem testemunha num primeiro momento que se apresentasse em condições de aclarar a investigação. Os motivos que ensejaram o crime até podiam ser conhecidos, já o (s) autor (es), eram uma incógnita para a equipe. Esgotadas as possibilidades investigativas de campo, foi sugerido ao Delegado que representasse pela Intercepção Telefônica. Havia indícios de que o crime foi ordenado por uma Facção Criminosa e que uma emboscada havia sido armada. No entanto, fugia do conhecimento da equipe os nomes dos prováveis executores. Em razão de haver rumores de que havia integrantes de Organização Criminosa envolvidos, imperava a lei do silêncio, ou recusa em formalizar. Quem sabia até falava – com muito medo – mas, jamais testemunhava na Delegacia.

Deferida a representação pela Intercepção Telefônica, esta foi nominada de “Zero Um” já que, a vítima era o melhor informante a respeito do Tráfico de Drogas que a Polícia Civil de Canarana possuía – razão pela qual sua vida foi brutalmente ceifada.

A Operação iniciou-se em 07/12/2017 e durou apenas 15 dias – tempo suficiente para resolver o Homicídio investigado e produzir conhecimento sobre o Tráfico de Drogas em grande escala. Dois indivíduos que figuravam como suspeitos do Homicídio foram presos em cumprimento de Prisão Preventiva pois, durante a operação diálogos foram captados e transcritos, levando o Juiz a se convencer do envolvimento dos mesmos.

A operação “Zero Um”, além de cumprir o objetivo primordial – elucidar o Homicídio do usuário de drogas – possibilitou o indiciamento de mais 15 pessoas por Tráfico de Drogas e resultou no cumprimento de mais 10 mandados de busca e apreensão. Como esperado, o contexto em que o crime foi consumado, envolvia traficantes ativos na região e que, obviamente precisam se comunicar para o bom andamento dos “negócios” escusos.

Destarte, impende reforçar que, a Interceptação Telefônica tem sido um instrumento necessário e eficiente na Investigação Policial. Além de robustecer a prova técnica, supre a deficiência de pessoal, viatura e recursos tecnológicos – rotina comum no interior do estado de Mato Grosso.

A GRAMPOLÂNDIA EM MATO GROSSO

Conforme demonstrado, a Interceptação Telefônica deve ser valorada nas instituições de Segurança Pública, devendo dela se valer com estrita observância do que preceitua a Lei. Para suportar uma Representação, a Autoridade precisa demonstrar haver indícios suficientes do cometimento de um crime e envolvimento do alvo que requer a interceptação. O caminho de quem tem compromisso institucional de aplicar a Lei se desviado, constitui prática ilegal e coloca em risco e descrédito Judiciário, Ministério Público e a Polícia.

O estado de Mato Grosso ganhou negativa projeção nacional com o escândalo dos grampos ilegais na chamada “barriga de aluguel”, uma prática vedada pela legislação que consiste na inserção de telefones de pessoas que não são alvos de investigações policiais, de forma disfarçada, em pedido de quebra de sigilo telefônico feito à Justiça. Embora seja um atentado contra a inviolabilidade do sigilo das pessoas, Policiais Militares usaram de tal artifício para monitorar médicos, advogados, políticos e jornalistas que se declaravam opositores ao governo. A prática aconteceu nos anos de 2014 e 2015 em um fictício Núcleo de Inteligência criado para investigar pessoas ligadas principalmente ao Tráfico de Drogas. Tanto o magistrado que defere como o promotor que manifesta favorável ao pedido de inclusão de números, acreditaram estar concedendo uma decisão para combater criminosos. Os nomes ou vulgos segundo a representação encaminhada ao Judiciário referia-se a pessoas que estriam em desacordo com a lei. A figura a seguir é parte de uma decisão, divulgada pela imprensa e revela a forma com que Juiz e Promotor eram induzidos ao erro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou demonstrar que a Interceptação Telefônica não deve ser o único, mas, um importante instrumento na Investigação Policial. Além disso, aclarou que, o recurso oportuniza produção de conhecimento e supre deficiências de pessoal e tecnológica em crimes de grande complexidade. Com ênfase na modalidade Tráfico de Drogas, restou demonstrado que, via de regra a produção de prova torna-se difícil e em cidades do interior, estrategicamente escolhidas por criminosos, há estreita relação com o cometimento de outros crimes diversos, sendo conhecidos como conexos.

Sendo a comunicação uma necessidade humana, mesmo em tempo de avançada tecnologia, criminosos dependem de estabelecer contatos com seus comparsas, acompanhando o itinerário da droga e delegando funções.

Neste diapasão, a telefonia móvel recebe adesão da imensa maioria. A fragilidade reside exatamente neste ponto, pois, mesmo valendo-se de códigos próprios criados com o escopo de driblar as forças de segurança nos diálogos mantidos, diariamente a Polícia Judiciária tem obtido êxito investigativo em monitorar com autorização judicial, seguindo o que preceitua a Lei 9.296/96 o cotidiano de quem faz do crime uma forma de vida.

Demonstrado restou no presente trabalho que, há que se seguir os ditames legais sob pena de contaminar a investigação com “frutos” envenenados, o que na atividade policial significa um resultado gravoso e que coloca em descrédito as instituições que possuem função primordial de serem garantidoras de direitos.

Fora dada ênfase ainda aos aspectos peculiares do Tráfico de Drogas que possui uma estrutura piramidal, além de breve análise do principal instrumento jurídico a disposição da Polícia, a Lei 11.343/06 que prevê as condutas tipificadas como crimes e, portanto, puníveis com penas severas.

No âmbito da Polícia Civil de Canarana/MT, foram individualizadas três operações: “Sentinela”, “Olho Gordo” e “Zero Um”, tendo o resultado evidenciado que, mesmo quando o objetivo que ensejou a operação não era apurar o Tráfico de Drogas, surgiram atores dessa modalidade criminosa, criando a necessidade de empreender esforços investigativos para pronta resposta. Procedimentos investigativos em fase de Inquérito Policial como Busca e Apreensão, Representações por Prisões, Indiciamentos e Autuações em Flagrantes foram possíveis com o desencadeamento das operações supramencionadas. A constatação de que não há incomunicabilidade no Sistema Prisional abala a aplicação da Lei e fere gravemente a Ordem Pública, pois, presos agem de dentro de Cadeias transmitindo ordens a “soldados” do Tráfico que agem ao seu comando.

Resultados de análises estatísticas demonstraram um crescente envolvimento de mulheres com o Tráfico de Drogas – ora ajudando na atividade ilícita, ora assumindo seu lugar quando vai preso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Allan de. **Cocaína – a rota caipira: o narcotráfico no principal corredor de drogas do Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.**

BESSA, Jorge da Silva. **A importância da inteligência no processo decisório.** III Encontro de estudos: desafios para a atividade de inteligência no século XXI. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais, set. 2004.

BRASIL. Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996. **Lei de Interceptação Telefônica.**

CARUSO, H. G. **Das práticas e dos seus saberes**: a construção do fazer policial entre as praças da PMERJ. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004.

COSTA, A.T.M. **É possível uma política criminal?** A discricionariedade no Sistema de Justiça Criminal do DF. Sociedade e Estado, v. 26, p. 97-114, 2011.

COSTA JÚNIOR, Paulo José da. **O Direito de Estar Só**: tutela penal da intimidade. São Paulo: Revista dos Tribunais: São Paulo, 1995.

FEITOZA, Denilson. **Direito processual penal, teoria crítica e práxis**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

FERNANDES, Antônio Scarance. **Processo penal constitucional**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

FERRO JÚNIOR, Celso Moreira. **A atividade de inteligência na polícia civil do DF**. MBA Segurança Pública e Defesa Social, disciplina Atividade de inteligência e contra-inteligência policial. Apresentação áudio-visual. Brasília, União Pioneira de Integração Social (UPIS), 2005.

FREITAS LIMA, Antônio Vandir. **O papel da inteligência na atualidade**. Dissertação. (Especialização, Inteligência Estratégica) – Faculdade Albert Einstein – FALBE. Brasília, 2004.

GAVIORNO, Gracimere Vieira Soeiro de Castro. **Garantias constitucionais do indiciado no inquérito policial: controvérsias históricas e contemporâneas**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direitos e Garantias Constitucionais) – Faculdades Integradas de Vitória, Vitória, 2006.

GOMES, Luiz Flávio. **Interceptação telefônica**: Comentários à Lei 9.296, de 24.07.1996. 3. Ed. São Paulo. RT. 2014.

Menezes, Rômulo Fisch de Berrêdo; Gomes, Rodrigo Carneiro. **Integração dos sistemas de inteligência** – por uma mudança de paradigmas e mitigação da síndrome do secretismo. Revista Phoenix ed. especial 7/38-42, ano 3. Brasília: Sindepol, out.-dez. 2006.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado, p. 512.

NUCCI, Guilherme de Souza. Leis Penais e Processuais Penais Comentadas. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio A. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2007. 193 p.

Aline de Jesus Moraes

Docente de Educação Básica, Técnica e Tecnológica Federal
Graduada em História e licencianda em Pedagogia
Pós-graduada em História Social e Contemporânea
Pós-graduada em Ciências Sociais
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ

RESUMO

Este texto tem como objetivo refletir sobre o uso de metodologias de pesquisa sociológica. Trata-se de um estudo teórico em que buscou-se compreender o conceito de estudo de caso para as Ciências Sociais e analisar possibilidades de seu uso de modo interdisciplinar com a História Social. Os campos de pesquisa possuem aspectos similares nas formas de abordagens de objetos de pesquisa, como a busca por articulações entre níveis de análise em escala macro e micro, o que contribui para a elaboração de estudos em que estejam presentes instrumentos de pesquisa de ambas as disciplinas científicas.

Palavras-chave: ciências sociais; metodologias de pesquisa; estudo de caso; estudo em escala.

INTRODUÇÃO

Muito comumente os estudos em Ciências Sociais são tratados a partir de abordagens que considerem dicotomias em suas análises: indivíduo e sociedade, passado e presente, indução e dedução, micro e macro, por exemplo. Nesse sentido, pretendemos partir dessa perspectiva para tratar de formas e possibilidades de pesquisa, em seus aspectos metodológicos, nas Ciências Sociais. Não se pretende apresentar uma teoria diagnóstica sobre um aspecto específico da sociedade brasileira na contemporaneidade. Intenciona-se tratar de uma possibilidade de investigação com base na compreensão do conceito de estudo de caso para a elaboração das explicações que fazem parte do papel do pesquisador ou pesquisadora em Ciências Sociais.

É parte importante do trabalho de pesquisa realizar o levantamento das principais teorias e interpretações desenvolvidas por autores considerados autoridades sobre uma determinada temática dos estudos sociológicos. Com base nessas leituras é possível inferir uma certa caracterização das disciplinas científicas que compõe as Ciências Sociais até do papel ou função exercida por aquele ou aquela que pretende caminhar

nessa trilha, enfim, lições importantes para o pesquisador ou pesquisadora iniciante. Assim como nos indica Peter Berger (1980), em “Perspectivas sociológicas”, é necessário que se obtenha um conjunto de instrumentos para delimitar, por meio da perspectiva sociológica, “o homem na sociedade” e “a sociedade no homem”. De tal modo que a imaginação sociológica, conforme Charles Mills (1975), nos propicie a percepção do “jogo que se processa entre os homens e a sociedade, a biografia e a história, o eu e o mundo”.

Esse texto tem como proposta de apresentar reflexões sobre como a investigação sociológica busca articular a elaboração de objetos teóricos amplos e o estudo de fenômenos locais visando a produção de explicações da realidade em sua complexidade. Assim, partimos da noção de que é na esfera local que a realidade se mostra é nessa esfera podemos apreendê-la de modo objetivo, no entanto, podemos encontrar em muitas situações explicações em escala ampliada, nas teorias de amplo alcance e na esfera macro.

A linguagem e o conhecimento

Dentre os produtos da atividade humana está a objetivação de seus pensamentos através da expressividade. A realidade pode ser percebida sob diferentes formas de objetivação, desde a escolha de um determinado objeto de interesse para uma pesquisa, com a materialização de situações e ações como no trabalho de campo, por exemplo, as quais atribuímos sentido e significado.

Na vida cotidiana, a realidade social com a qual nos deparamos, é percebida por meio de objetivações (elementos físicos e materialização de ações, por exemplo) e da linguagem. Um exemplo importante desse processo de objetivação da realidade é a significação, isto é, a produção de sinais ou a sua interpretação, cuja intenção explícita é servir de índice de significados subjetivos. Uma linguagem é um sistema de sinais capazes de expressar e comunicar significados. Entendida em sentido amplo, a linguagem é o meio pelo qual os humanos expressam ideias. Uma linguagem específica, como por exemplo, os sistemas de sentidos e significados referentes a uma disciplina científica, ela é o produto e capacidade criativa direcionada a uma finalidade específica.

Nesse sentido, por meio da linguagem nos tornamos capazes de transcender a realidade imediata e elaborar significados para situações e questões-problema de interesse sociológico. Conforme Peter Berger, em “A construção social da realidade”, a linguagem “constrói campos semânticos ou zonas de significação linguisticamente circunscritas” (BERGER, 2014, Pág. 59). Desse modo, ao tornar-se um pesquisador ou pesquisadora recorre-se aos sistemas de significações estabelecidos para uma disciplina científica, por exemplo, enquanto linguagem específica, para constituir um acervo social de conhecimentos.

Nessa mesma sintonia, conforme Jonathan Turner, em “Teorização Analítica”, parte significativa da produção teórica em sociologia “envolve a

construção de sistemas abstratos de categorias que, presumivelmente, denotem propriedades-chave do universo e relações cruciais entre essas propriedades” (TURNER, 2005, pág. 238). Desse modo, recorre-se aos sistemas abstratos específicos para buscar instrumentos que articulem dados objetivos da realidade e tornem possível a elaboração de explicações coerentes. Ainda segundo Berger, “a participação no acervo do conhecimento permite assim a “localização” dos indivíduos na sociedade e o “manejo” deles de maneira apropriada” (BERGER, 2014, pág.61).

Articulações possíveis entre as escalas

No processo de desenvolvimento das teorias sociológicas, a partir das diferentes tradições sociológicas do conhecimento, desde as grandes narrativas de processos estruturantes aos estudos de processos localmente circunscritos e fenômenos singulares, há uma gama de possibilidades de investigação. Nos anos 1980, uma corrente sociológica defendia a integração micro-macro ou agência-estrutura. Anthony Giddens (2005), por exemplo, afirmava que “ação e estrutura [...] formam uma dualidade”, do que decorreria “uma relação de implicação lógica” entre elas. Nesse mesmo sentido, Charles Mills (1975), é necessário que a noção de estrutura social em sua complexidade seja pensada a partir da percepção das relações existentes entre contextos de pequena escala nos quais se está inserido. Isto é, pensar sociologicamente requer um tipo de análise que considere as transformações nas experiências objetivas de contextos específicos em sua articulação/relação com as modificações sociais estruturais.

Um dos problemas apontados em estudos que pretendem articular as relações micro macro estaria no fato de que no desenvolver da pesquisa pode-se privilegiar um ou outro aspecto (micro ou macro) como predominante. Assim, conforme a ênfase em cada escala se poderia chegar a conclusões que de modo simplista estabeleceriam as relações entre aspectos estruturais e ou macrossociais e aqueles aspectos factuais locais e microssociais. E, nesse sentido, de modo sintético, para as diferentes esferas de análise, micro e macro, haveria duas principais formas de compreensão dos processos sociológicos. O primeiro afirmaria que os macrofenômenos são compostos de agregações de micro episódios, o último alegaria que os sistemas mais globais emergem de micro eventos.

No processo de desenvolvimento de análises que busquem articular conhecimentos em escala, considera-se a seleção de determinada situação ou comunidade como objeto de estudo, que mesmo circunscrita a uma localidade pode propiciar ao pesquisador ou pesquisadora, por meio das fontes coletadas, a extensão das análises no tempo e no espaço, a investigação das articulações entre os micro processos e as macro forças, assim como a maneira como esses aspectos se influenciam mutuamente.

A investigação local, por exemplo, pode proporcionar a elaboração de enunciados que se originam em outra parte, possibilitando um refinamento de nossa compreensão de diferentes locais - variando de macro a micro – na

compreensão de fenômenos sociais. E tudo isso pode ser entendido com maior precisão quanto mais localmente elas forem acessadas. Uma vez que “não há fato na vida social, fato econômico, político, cultural, religioso etc., que se explique em si”, conforme Ianni, reduz-se o risco de considerar o local como se estivesse limitado ao seu próprio microcosmo. O local é, assim, portador de determinações mais amplas que seriam tão melhor percebidas quanto mais estreita fosse a conexão estabelecida entre ele e as estruturas de maior escala que agem sobre ele.

Nesse ponto, pretende-se destacar que não é possível perceber o mundo social sem a teoria, os cientistas sociais são parte do mundo que estudam, e o que os distingue das pessoas que eles estudam é a teoria que utilizam para transcender a realidade imediata, o que lhes permite “ver” o mundo de uma maneira diferente e mais aprofundada. Uma teoria científica nos permite compreender parcialmente o mundo, mas isso não significa que represente uma verdade absoluta sendo necessária a rigorosa observação de métodos adequados a ela.

A perspectiva da História Social: micro-história

Nessa seção não se pretende apresentar um histórico do surgimento da História Social ou uma análise detalhada de suas principais vertentes bem como de seus importantes representantes. O objetivo é explicitar aspectos considerados confluentes entre as possibilidades de pesquisa em História Social e o enfoque pretendido nesse texto para tratar da investigação voltada para a apresentação de reflexões sobre a contemporaneidade.

Desde o surgimento da chamada História Social, autores como Marc Bloch e Lucien Febvre fundadores da chamada Escola dos Annales, buscavam apresentar respostas a historiografia factualista, baseada nos grandes acontecimentos. Essa História Social é marcada pela interdisciplinaridade, que serviria para propor novos problemas e métodos e abordagens para a pesquisa histórica. Essa historiografia passaria a ser entendida na perspectiva de síntese, na reafirmação do sentido de que todos os níveis de abordagem estariam inscritos no social. O que se propunha era “uma história-problema, viabilizada pela abertura da disciplina às temáticas e métodos das demais Ciências Humanas, num constante processo de alargamento de objetos e aperfeiçoamento metodológico” (CASTRO, 1997, pág. 45).

Como renovação na produção historiográfica, esse movimento desenvolvia-se a partir da noção que afirmava a prioridade dos fenômenos coletivos sobre os indivíduos, e quanto ao aspecto temporal, uma das mais importantes críticas ao período anterior seria o privilégio dado às tendências de longo prazo sobre os eventos. Um dos representantes desse movimento historiográfico, Fernand Braudel, teorizou sobre a pluralidade dos tempos históricos em “A longa duração” (BRAUDEL, 1962). Para esse historiador haveria que se considerar diferentes regimes de tempo nas análises da produção historiográfica: o tempo de longa duração, em que ocorrem os

grandes processos históricos, das transformações estruturais em uma sociedade; o tempo ou a história de média duração, em que se inscrevem os processos cíclicos na economia e na sociedade, é o tempo da conjuntura, caracterizado por fases lentas e/ou fases em que ocorrem transformações mais rápidas; e o tempo de curta duração, da história episódica, do acontecimento. A categoria duração seria o ponto mais interessante da teoria de Braudel, segundo o qual, o tempo não escoou de maneira uniforme ao longo da história: ele alterna seus ritmos.

A História Social buscando se apresentar em seu sentido restrito enveredaria a formular os problemas historiográficos específicos, suas abordagens próprias, suas análises sobre as relações entre os indivíduos e os diversos grupos sociais. As discussões em torno da operacionalidade dos conceitos de classe social (em uma abordagem marxista) e de estamentos sociais (em uma abordagem weberiana), são exemplos disso.

A redução da escala de análise é muito comum nas pesquisas históricas recentes. A denominação micro-história se consolidou na pesquisa e na produção historiográfica a partir da década de 1970. A redução da escala de análise, nesse sentido seria um “ponto de partida para um movimento mais amplo em direção à generalização” (CASTRO, 1997, pág. 53). Desse modo, suas análises tenderiam a abarcar as vivências históricas, de grupos ou indivíduos, passíveis de serem parcialmente reconstituídas, por meio da observação das fontes, para rever e formular novos problemas à explicação historiográfica. Essa produção estaria direcionada a tratar de elaborar sua investigação e seu diagnóstico partindo do nível micro, da experiência individual e social, do acontecimento em relação a conjuntura. No entanto, consideraria ainda elementos referentes à estrutura, aos amplos processos sócio-históricos a elas relacionados.

De acordo com o raciocínio de buscar as possíveis relações entre a teoria social e a análise histórica encontra-se o argumento de que o uso do “microscópio social” (BURKE, 2012) pode ter como justificativa a escolha de um exemplo individual a ser estudado em profundidade pelo fato de representar em menor escala uma situação que se sabe ser predominante, nesse sentido, o caso típico. Do mesmo modo, é possível argumentar que se torna perceptível sob diferentes ângulos, diferentes tipos de explicação ou teorização referente a um mesmo processo social, as mudanças de escala, a grande escala e pequena escala, contribuem para esclarecer esses processos. Alternativamente, a micro-história pode se concentrar em um indivíduo, em um evento em uma comunidade como ponto privilegiado para focar em incoerências de grandes sistemas sociais e culturais. Nesse sentido, a pesquisa com base em elementos de pequena escala serviria para a elaboração de diagnósticos de processos sociais e históricos em escala ampliada.

Para historiadores como Giovanni Levi, a micro-história é uma prática de produção historiográfica que visa à redução da escala de observação, em uma análise microscópica, com base em um estudo intensivo do material documental. Ao afirmar que a micro-história intenciona manter e aprofundar

o conhecimento dos elementos individuais não silenciando-o frente a uma generalização mais ampla, mas de outro modo e de fato tende a acentuar as vidas e os acontecimentos individuais. Mas ao mesmo tempo isso ocorre, “tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral” (LEVI, 2012, pág. 158). Esse determinado aspecto da metodologia em destaque, nesse contexto, poderia ser ilustrado se considerarmos a maneira como se usa o microscópio trazendo a luz elementos existentes que anteriormente não estariam visíveis. Como característica das análises microsociais dos estudos históricos, isto é, da micro história estaria a tentativa de compreensão dos modos de funcionamento social ou “ a sociedade na sua base e, através desses dados, generalizar conclusões com o intuito de gerar perguntas e respostas capazes de serem comparáveis, em outros contextos” (LEVI, 2012, pág. 158). Desse modo, o método da micro-história consistiria principalmente na redução da escala de análise da investigação para em seguida, estabelecer um jogo entre a dimensão detalhada do enfoque de pesquisa e a escala ampliada do contexto social que lhe atribui sentido, podendo novamente ser incrementada com as novidades provenientes da microanálise.

A perspectiva sociológica: o estudo de caso

Desde a segunda metade do século XX, o enfoque de algumas grandes categorias teóricas tem sido entendido como parte de uma produção sociológica marcada por seu tempo. Sociedade, comunidade, capitalismo, divisão social do trabalho, consciência coletiva, classe social, consciência de classe, nação etc., a partir de então, deram espaço a categorias sociológicas tais como ator social, ação social, movimento social, identidade, diferença, vida cotidiana e escolha racional (IANNI, 2011). Essa renovação da produção científica está relacionada ao movimento em que ganham espaço as análises e investigações que se aproximam da noção que temos apresentado nesse texto. Desse modo, os estudos que tratam de teorizar sobre realidades imediatas, situações sociais circunscritas, atores e ação social relacionadas a um determinado espaço, por exemplo, fazem parte dessa lógica. E para tanto, é necessário que se recorra a ferramentas metodológicas adequadas.

O estudo de caso é uma caracterização bastante abrangente para designar pesquisas em que há coleta, registros e análises de dados de um caso particular ou de vários casos com a finalidade de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando fundamentar a tomada decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora. O seu objetivo é apresentar a diversidade de aspectos referentes ao problema em questão, ressaltar a sua relevância, contextualizá-lo. Quando se seleciona um conjunto de casos, o arranjo produzido deve cobrir uma escala de variáveis que explicita aspectos do problema estudado.

Nesse processo, o caso é entendido como unidade significativa do todo e, desse modo, considerado suficiente para fundamentar um julgamento fidedigno quanto propor uma intervenção. É considerado também como uma

exemplificação de uma determinada realidade, de um determinado processo sócio-histórico, um marco de referência de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e revela a multiplicidade de aspectos globais, relacionados ou que fazem parte de uma determinada situação.

A seleção e a delimitação do caso a ser estudado deve conter uma explicitação dos aspectos e limites do trabalho de pesquisa. Seu objetivo é reunir informações pertinentes ao problema estudado, sobre o campo específico e possibilitar análises sobre objetos definidos para compreensão de uma determinada situação. Há estudos em que são elaboradas considerações e análises para exemplificar características sociais, culturais e históricas a partir de uma história de vida. O estudo de caso pode se referir a um indivíduo, destacado como caso típico ou representante de contradições no interior de uma configuração social, por exemplo. Pode também se referir a um grupo social específico relacionando-o a uma determinada situação ou frente a outro grupo com as diversas problemáticas envolvidas. Alguns se referem a uma comunidade quando relacionada a uma determinada questão/problema.

Encontra-se aí a possibilidade de tentar produzir análises a partir do que Durkheim (2007) chamou de experimentação indireta ou método comparativo. Esse aspecto metodológico tem sido identificado como caracterizador de uma certa cientificidade para os estudos em campos das ciências humanas, especialmente, para as ciências sociais. Nesse sentido, é entendido como possibilidade de definição de causalidade para fenômenos sociais por meio da comparação de casos em que um determinado fenômeno e sua possível causa estejam presentes e ausentes, simultaneamente; ou ainda, analisar relações de dependência entre si por meio da análise das variações encontradas em diferentes combinações de circunstâncias.

O estudo de caso assim, pode resultar na definição de tipologia de fenômeno ou fato social. A tipificação tem como elemento fundamental a caracterização e especificação. O estudo de caso pode resultar na afirmação de caso típico, e o método comparativo tende a contribuir para tanto. Do mesmo modo, porém em perspectiva diversa, a não identificação dos caracteres mais presentes em um determinado caso, poderia ser para a definição do caso desviante. Essa seria uma etapa mais avançada de um estudo de maior amplitude.

Nesse tipo de pesquisa é possível reunir dados a partir de uma série de fontes: documentos escritos, fotografias, vídeos, mapas, entrevistas. Sob esse aspecto o recurso às fontes ocorrerá de acordo com o tipo de informações necessárias no processo de coleta de dados e com os objetivos da pesquisa. A coleta de dados, no trabalho de campo, pode exigir negociações prévias, para acessar informações que dependem de anuência de hierarquias e instituições específicas ou da cooperação de entrevistados e informantes. O estudo de caso pode se referir uma situação, a uma comunidade, a um conjunto de indivíduos em uma determinada situação, devendo ser delimitado de acordo com uma lógica interna condizente com as

hipóteses e objetivos do estudo.

É nesse ponto que se pode encontrar uma aproximação possível entre as análises baseadas em diferentes escalas ao tratarmos desse tipo de pesquisa, o estudo de caso. Considera-se importante lembrar que expressões locais não estão desconectadas do todo; elas são moldadas por esse todo assim como ajudam a moldá-lo. Ao afirmar que só é possível capturar a lógica do mundo social estudando a particularidade de uma realidade empírica, como uma ilustração de um caso específico, de uma configuração social determinada, Bourdieu enfatizaria: “[...] uma análise do espaço social [...] é a da história comparada, que se interessa pelo presente, ou a da antropologia comparativa, que se interessa por uma determinada região cultural, e cujo objetivo é apanhar o invariante, a estrutura, na variante observada” (BOURDIEU, 2011, pág. 15).

Assim como em diferentes disciplinas científicas, o método sociológico possui limites (PROST, 2008). É específico na medida em que se trata de modos objetivos de investigação de fenômenos sociais que, diferentemente dos fenômenos estudados pelas ciências da natureza podem ser produzidos e controlados artificialmente. Para diferentes problemas de pesquisa social há diferentes modos de abordagem científica. Apesar disso, o enunciado científico de um estudo sociológico pode ser refutado. No exercício proposto nesse estudo, em que se buscou pensar de modo interdisciplinar a pesquisa de caso para análise sócio-histórica baseada em aspectos macro e micro, não é possível extrair de qualquer contexto histórico (seja de um tempo passado seja do tempo presente) todas as realidades que lhe dizem respeito. E retomando a noção de tipologia e comparação, pode-se dizer que por meio da metodologia apresentada nesse estudo, a partir dos casos estudados constituem-se os tipos para compará-los e, entre eles, estabelece-se relações de presença concomitante ou de incompatibilidade, avalia-se discrepâncias ou correlações. Entretanto, o alcance desses estudos limita-se aos tipos e casos considerados, não seria o seu valor universal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo intencionou-se abordar aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa em sociologia que tratassem de abarcar articulações entre dados e informações em diferentes escalas para a elaboração de noções que proporcionem a apreensão de aspectos de uma determinada situação social. Enquanto produto de investigação, uma análise teórica deve estar fundada em elementos empíricos muitas vezes obtidos por meio de estudos e fontes localmente situadas. Desse modo, o objetivo não era tratar de apresentar um manual sobre as possibilidades de investigação sociológica e metodologias historicamente consolidadas. A intenção é tratar de selecionar argumentos que embasassem uma determinada metodologia de pesquisa, argumentos que servissem como recurso para a escolha da abordagem proposta, isto é, aquela abordagem em que se busque articular conhecimentos referentes a facetas da realidade social em diferentes escalas.

Concluiu-se assim, que os estudos de caso, por exemplo, representam um recorte do espaço e do tempo, de uma situação ou uma comunidade específica, permitem coletar dados que sirvam como aporte para análises parciais de um todo, para a observação e identificação de circunstâncias e aspectos que se manifestam na parte, mas que ainda assim, são constituídos por elementos de estruturas sociais mais amplas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. A linguagem e o conhecimento na vida cotidiana. IN: A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 36ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2014. Pág. 11-33.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. O problema da sociologia do conhecimento. IN: A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 36ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2014. Pág. 11-33.

BERGER, Peter L. Perspectivas sociológicas – uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 1980. caps. 1 e 2.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 2011.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. Trad. Ana Maria Camargo. Revista de História, vol. 30, n. 62, abril-junho de 1965, pp. 261-194.

BURKE, Peter. Modelos e métodos. O microscópio social. IN: História e teoria social. 2ª Ed. São Paulo: Unesp, 2012. Pág. 43-74.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Pág. 45-59.

CHIZZOTTI, Antonio. Estudo de caso. IN: Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. Pág. 102-104.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

IANNI, Octavio. A sociologia e o mundo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, pag. 158-165.

MILLS, Charles Wright. A promessa. In: A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zaahar, 1975. pág. 9-32.

PROST, Antoine. O modelo sociológico. IN: Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. Pág. 169-188

PROST, Antoine. Os tempos da História. IN: Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. Pág. 95-114

TURNER, Jhonatan. Teorização analítica. IN: GUIDENS, Anthony; TURNER, Jhonatan. (Orgs). Teoria Social Hoje. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

Aline de Jesus Moraes

Docente de Educação Básica, Técnica e Tecnológica Federal
Graduada em História e licencianda em Pedagogia
Pós-graduada em História Social e Contemporânea
Pós-graduada em Ciências Sociais
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ

RESUMO

O objetivo desse texto é apresentar algumas reflexões sobre metodologias de pesquisa e de ensino em Ciências Humanas. Esse é um estudo teórico de aspectos de análise de conteúdo de fontes históricas, mais especificamente, a iconografia histórica e de seu uso como prática pedagógica. O recurso ao uso de fontes históricas em práticas de ensino é um elemento que tende a contribuir para a compreensão dos processos de produção do conhecimento. O estudo de metodologias de pesquisa e ensino é necessário para o desenvolvimento de novas práticas e projetos.

Palavras-chave: fontes históricas; análise de conteúdo; pesquisa; ensino.

INTRODUÇÃO

Atualmente, os recursos e materiais disponíveis para utilização em sala de aula como suporte pedagógico tem se proliferado e uma infinidade de possibilidades sobre diferentes temáticas são apresentadas. A escolha e seleção desses recursos pode estar relacionada aos programas educacionais previstos nas normativas e legislações educacionais. Essa é a realidade daquele profissional que atua na educação básica e de tempos em tempos é convidado pela equipe pedagógica ou equipe gestora para analisar e selecionar aqueles recursos didáticos que entendem ser adequados.

O termo “Didática” se refere ao estudo das teorias de ensino e de aprendizagem aplicadas ao processo educativo que se realiza na escola bem como dos resultados obtidos. Nesse sentido, a didática pode ser entendida como o estudo voltado para a elaboração e aplicabilidade de um conjunto de instrumentos e modos de saber fazer do profissional em educação atuante em diferentes níveis de ensino, modalidades de ensino, e mesmo conhecimentos direcionados a conteúdos específicos, como por exemplo, as disciplinas escolares ou disciplinas científicas (Filosofia, Sociologia, História, Psicologia, Antropologia etc.). Desse modo, a relação ensino-aprendizagem está presente no contexto de reflexão do profissional em processo de formação e mesmo de educação continuada, no contexto de elaboração de

pesquisas, de teorias e de definição de instrumentos e modos de fazer considerados importantes no meios acadêmicos. Toda forma de conhecimento é elaborada e reelaborada de tempos em tempos, de acordo com as necessidades de cada sociedade, de acordo com a cultura, com os processos sociais, com os processos históricos e as características econômicas e políticas de cada tempo.

Quando se trata da educação especial, nas escolas assim estruturadas, os profissionais atuantes em sala de aula tem autonomia para a elaboração e produção dos currículos e materiais a serem utilizados, conforme a legislação educacional. Em instituições como o Instituto Nacional de Educação de Surdos, esses profissionais são incentivados a produzir tais materiais por meio da pesquisa. A especialização em educação especial é uma das possibilidades de desenvolvimento acadêmico e profissional, ou conforme a formação inicial e específica do profissional, busca-se na pesquisa ação e na prática pedagógica caminhos para o atendimento dessa atribuição institucional.

Nos cursos de ensino superior em nível de formação inicial, geralmente, faz parte dos programas e ementas, algum tipo de prática e estudo referente aos critérios de seleção de materiais didáticos e paradidáticos. Quando se trata do curso de pedagogia, que tem em sua formação um conjunto extenso de disciplinas que tratam da educação infantil e fundamental de primeiro segmento, são propostas diferentes estratégias e práticas de leitura e análise desse tipo de recurso didático, especialmente, no tocante às práticas sociais de leitura e produção escrita. Em se tratando de cursos de licenciatura, a formação pedagógica ocorre em pelo menos dois semestres em que disciplinas cujas ementas focam em práticas pedagógicas e teorias referentes ao ensino de uma determinada disciplina escolar. Nesse sentido, o estudo de metodologia específica e das práticas decorrentes dela possibilitam ao estudante a elaboração e/ou seleção de estratégias e práticas mais adequadas aos objetivos didático pedagógicos em questão.

As propostas de investigação referentes aos textos e produtos com finalidades educacionais também podem ser encontradas sob a forma de estudos acadêmicos como dissertações de mestrado ou mesmo na forma de teses acadêmicas. Nesse sentido, podem ser encontrados desde os estudos referentes à iconografia e suas possibilidades de utilização a partir de análises baseadas no ponto de vista linguístico/semiótico, análises baseadas em aspectos didático pedagógicos voltados aprendizagem em História.

Diferentes tipos de argumentação e interpretação desse tipo de material podem ser encontrados em grande número a partir de buscas nas redes sociais, em canais de vídeo especializados, nas bibliotecas universitárias, nos bancos de dados de teses e trabalhos acadêmicos. Não pretendo menosprezar a importância desse tipo de exercício, mas chamar a atenção para o quanto esse campo de trabalho tem sido explorado atualmente.

Fato é que a produção de materiais para uso pedagógico encontra um grande mercado no Brasil. O trabalho de pesquisa e produção desse tipo

de materiais pode representar um interessante exercício de investigação teórico das práticas pedagógicas. Sem dúvida é um tipo de produto necessário às práticas escolares em nível de educação básica, seja o livro didático ou paradidático, as bibliotecas escolares não podem prescindir deles.

O que é e como se faz?

Livro ou material didático pode ser definido como uma categoria ideal típica de um artefato no qual se “apresenta o conhecimento” (FREITAS, 2019). A invenção da tipografia e da imprensa ampliou oportunidades de carreira aberta aos letrados. Em cidades como Londres e Paris passou a haver, desde o fim do século 16, publicações como cosmografias, dicionários, e outros tipos de guias de conhecimento. As bibliotecas passariam a reunir manuscritos, impressos, gravuras, iluminuras, dicionários, e mesmo enciclopédias. As primeiras e mais antigas universidades europeias reuniram daí em diante grande parte da produção literária e do conhecimento científico registrado na forma impressa do livro produzido em toda a Europa. A mercantilização da informação na forma impressa é tão antiga quanto a história do capitalismo.

Começamos agora a delimitar algumas questões. Informação e conhecimento não são o mesmo. A produção do conhecimento ocorre por meio de uma investigação, a partir de perguntas feitas pelos pesquisadores no presente. A partir dessas perguntas podemos identificar quais documentos ou registros podem nos trazer informações para responder esses questionamentos. Dessa forma, os documentos (textuais, orais ou audiovisuais) e registros sob diferentes formas (impressos, manuscritos, gravuras, iluminuras, fotografias) se tornam fontes históricas. O trabalho com as fontes é o princípio da pesquisa científica que pode resultar em comunicação sobre o passado a partir da produção do conhecimento histórico.

A imprensa impulsionou a divulgação da informação escrita e mesmo da disseminação da literatura, da reprodução do conhecimento registrado na forma escrita transformado em livro e enciclopédia. O conhecimento científico passaria por um processo de classificação e ordenamento a partir dos currículos universitários, de sua racionalização e organização na forma das enciclopédias e se difundiu com a estruturação das bibliotecas. (BURKE, 2003. pág. 78)

O conhecimento na forma de uma ciência específica, a História científica, as principais orientações sobre o livro de ensino de História que originaram grande parte dos trabalhos desenvolvidos no Brasil têm origem na Europa Ocidental e Meridional, no período de passagem do século XIX para o século XX.

Durante muito tempo, o livro didático se manteve com o sentido de “artefato” e a “didática”, segundo essas orientações ganhava o sentido de “elementarização” e “modo de apresentação” de um conhecimento. No que se refere à disciplina científica História, esta adquiria o sentido de

“metodologia” ou “teoria” da História, como um conjunto de orientações para investigação, interpretação e crítica de um conhecimento no processo de formação profissional.

Assim, encontra-se nos registros e produções específicas desse campo de conhecimento, tanto na Europa quanto posteriormente no Brasil, uma certa dualidade: a didática destinada e circunscrita às escolas elementares de educação básica, como os manuais de ensino do Colégio Pedro II, por exemplo, e a “didática da História” ou “ciência História” como o estudo dos modos de conhecer e produzir o conhecimento histórico acadêmico, restrito à universidade nos cursos de formação profissional.

Apesar do reconhecimento das especificidades de cada tipo de produção e investigação das práticas científicas, há aqueles que entendem ser possível identificar situações formativas em que a apresentação de um conhecimento chamado “história” se faz presente, em diferentes instituições, cujas finalidades educativas estão demarcadas, onde há a intencionalidade de processo educativo, sob a forma de comunicação e divulgação de conhecimento sobre o passado, por exemplo. Nesse sentido, não estamos nos referindo ao artefato livro, mas a diferentes formas discursivas e materiais de apresentação de um determinado conhecimento científico, mais especificamente, nesse caso, o conhecimento histórico.

Texto escrito e texto visual

O produto textual e ou visual/imagético que se pretende desenvolver para uma comunicação sobre o passado como resultado de uma pesquisa pode ser apresentado com finalidades educacionais como parte de um material tipicamente caracterizado como livro didático ou sob outras formas. Segundo o “Dicionário de Ensino de História” no verbete “livro didático” define como didática o modo de apresentar um conhecimento. E, ainda, indica que “é a plasticidade do uso que vai determinar, por exemplo, se dicionários, enciclopédias, impresso de figuras, de narrativas ficcionais, encartes para pinturas e colagens, objetos digitais de tipo vário vão adquirir ou não o status de ‘didático’”.

Pode-se pensar em termos de texto escrito e visual como elemento ou registro com a finalidade de produção de sentidos. O texto escrito como elemento de sentido e instrumento usado para apresentação de um conhecimento é a forma mais comum utilizada nas escolas e instituições educacionais.

A produção literária pode ser pensada como uma técnica, com estrutura, citações, modos de fazer como gêneros/tipologias (romance, épico, ficcional, prosa, poética etc.). A literatura ainda é dotada de uma certa aptidão de narrativa histórica, sociológica, antropológica. Porém, história não é ficção, sociologia não é romance, e antropologia não é exotismo, havendo método e técnica para cada uma delas. Assim, nos chamam atenção para os modos de produzir literatura e história ou ciências sociais e literatura, autores estudiosos dos modos de produzir e registrar cientificamente sob a forma escrita de

literatura, narrativa histórica, narrativa etnográfica. De modo simplificado, uma literatura do real, uma escrita do mundo. Conforme Jablonka(2020, pág. 22), “conciliar ciências sociais e criação literária é tentar escrever de forma mais ou menos livre, mais justa, mais original, mais reflexiva, não para abrandar a cientificidade da pesquisa, mas, pelo contrário para reforçá-la.”

O texto visual, menos comum como instrumento de divulgação de conhecimento, também pode e deve ser explorado. Historicamente, fotografia e a antropologia, desenvolveram-se paralelamente, os contextos históricos de criação e desenvolvimento entre o fim do século XIX e começos do século XX as aproximam. Durante esse período e até a atualidade, a fotografia tem servido como instrumento de registro histórico-cultural e de análise, instigando reflexões teóricas. A fotografia pode ser pensada como registro de seu tema, como evidência de uma realidade em um determinado contexto social, como produto e instrumento, como elemento de representação do social, como registro substitutivo da experiência perdida no tempo.

O propósito desse texto não é o de representar um manual de produção didática ou de produção científica. Apesar disso, pensar sobre as especificidades de cada elemento componente dos materiais produzidos (a partir dos exercícios de pesquisa em acervos documentais) é um exercício importante para aclarar nosso pensamento e nossa prática.

Para ler uma fonte histórica

O uso didático de diferentes tipos de materiais como textos jornalísticos, textos literários, filmes, fotografias se justifica por se tornarem eficientes fontes para apreensão de informações e conhecimentos, por fornecer o contato com situações concretas de um passado abstrato, por desenvolver habilidades para além do aprendizado com textos e informações fornecidas de maneira linear.

A escolha do tipo de fonte a ser usada depende do objetivo pedagógico traçado por cada professor numa determinada situação. E cada tipo de material/documento tem suas especificidades.

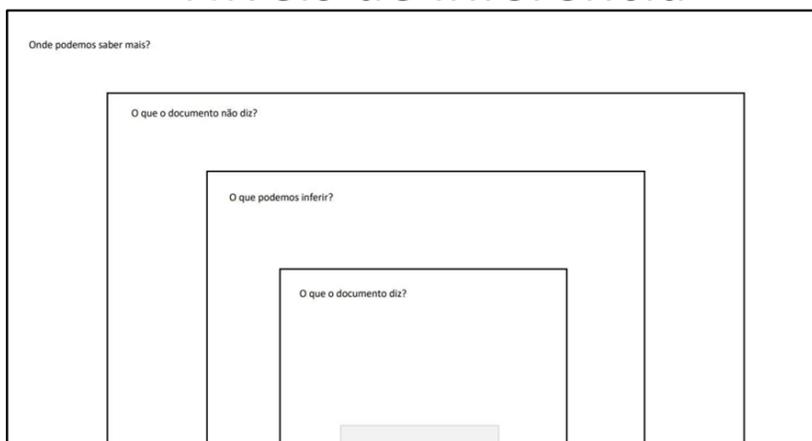
O uso de um desses tipos de documentos pode servir apenas como ilustração para reforçar uma informação presente no texto. A fonte-documento também pode servir como elemento provocador para apresentação de um dado conteúdo, nesse caso, é apresentada apenas para inicialmente, produzir curiosidade e chamar atenção para o que será tratado posteriormente ao longo da apresentação do conteúdo e, após a contextualização e caracterização do assunto, retorna-se a fonte para, nesse segundo momento, tratar da leitura e compreensão do conteúdo da fonte.

Níveis de inferência da fonte

É possível pensar a leitura de uma fonte, no sentido de buscar analisar e compreender significados históricos a partir de diferentes níveis: 1) identificação da fonte: quem, quando e onde o documento foi produzido, além

de onde e como o documento foi guardado; 2) intencionalidade, condições de produção e de preservação: por que, para quem, como o documento foi produzido e por que, para que e como ficou guardado; 3) níveis de inferência a partir do documento: o que a fonte descreve; o que podemos inferir; o que a fonte não descreve/mostra; como podemos aprender mais sobre o assunto. A proposta de interpretação e análise das fontes que descrevemos nesse trecho conforme Ridley (RIDLEY,1999, Apud ALBERTI, 2020), pode ser representada graficamente da seguinte maneira:

Níveis de inferência



Essa é uma proposta de análise válida para qualquer tipo de documento inserido em uma situação pedagógica. Existem, no entanto, estratégias que atendem às especificidades de cada tipo de documento. As práticas pedagógicas variam de acordo com as especificidades das linguagens, e apresentamos a seguir uma delas.



Acervo Fundação Dom João VI

A fotografia selecionada é de autoria desconhecida e faz parte de acervo de imagens da Fundação Dom João VI, uma instituição pública cuja missão é a preservação de acervo histórico da cidade de Nova Friburgo, no interior do Rio de Janeiro. Embora não se saiba sobre a sua autoria e a sua data de criação pode-se apreender informações importantes. Essas lacunas também são parte da análise de inferências, e chamar atenção para o que não se sabe sobre o documento histórico também é parte importante do processo de pesquisa, e porque não dizer, do processo de ensino.

Os retratos de família podem se mostrar fontes de pesquisa interessantes na medida em que é possível reconhecer e inferir aspectos de práticas sociais comuns em um determinado período histórico, por exemplo. A sociedade brasileira é composta por diferentes matrizes sociais e culturais. Em diferentes tempos, essas matrizes trouxeram contribuições para o desenvolvimento de práticas sociais que estão presentes ainda na atualidade. Identificar e reconhecer aspectos sociais, culturais e mesmo econômicos presentes nas imagens em que estão retratadas as famílias brasileiras são um exemplo importante de exercício de interpretação histórica.

Muito comuns no período monárquico (1822-1889), especialmente depois da chegada da técnica fotográfica ao país, as fotografias de família retratavam as famílias que tinham condições econômicas para acessar o uso dessa tecnologia. As buscas em acervos históricos de instituições públicas e mesmo em acervos de particulares nos permitem identificar que essas fontes se referem a famílias de ascendência europeia em sua grande maioria. O período da chegada da técnica fotográfica ao Brasil coincide com o período de incentivo à vinda de famílias imigrantes da Europa para o país. Tratava-se de uma política de governo com o custeio de viagens e incentivos para que

se estabelecem sob o sistema de colonato ou por meio da aquisição de posses em regiões do interior do Rio de Janeiro, de São Paulo e Minas Gerais. Em geral, encontra-se imagens de famílias mais abastadas, estabelecidas em propriedades rurais, mas também é possível encontrar em menor quantidade retratos de famílias de menor poder aquisitivo. Essas informações podem ser apreendidas a partir dos créditos das imagens arquivadas ou mesmo pelas características dos objetos retratados junto à família bem como pelas propriedades (residência, terras, escravos) que muito comumente aparecem ao fundo com os familiares posando à sua frente. Assim, o vestuário das pessoas retratadas, os adornos que carregam consigo, o modo como se posicionam para o registro fotográfico, o local escolhido para que se fizesse o registro da imagem, são elementos que nos trazem possibilidades de identificação da condição econômica e social dos retratados.

As fotografias de família representam de modo muito comum o modelo de estrutura familiar patriarcal de tradição católica. É preciso recordar que o Brasil mantinha relações políticas, culturais e sociais muito próximas com as nações europeias, e que a religião católica era oficialmente reconhecida pelo governo imperial. Segundo esse modelo de configuração social, o patriarca era retratado em lugar e posição de destaque na imagem, sua posição e função social se distinguia das demais pessoas. Era responsável pelo sustento da família e, proprietário de terras, nas quais trabalhavam escravos, libertos e ou famílias de imigrantes sob a forma de parceria ou colonato. Geralmente, escolhia-se um local à frente da casa principal da propriedade como uma varanda, uma escadaria principal, o jardim principal, de onde seria possível retratar a opulência da propriedade. Adornos em metal ou madeira nos telhados e escadarias, ao estilo europeu de arquitetura, molduras em pedra ou madeira nos pórticos e janelas, eiras e beiras, são alguns dos elementos arquitetônicos encontrados nesse tipo de imagem.

As demais pessoas retratadas seriam a esposa, matriarca, posicionada ao lado do chefe da casa ou próxima do filho ou filha primogênitos, com netos e netas, como a figura materna acolhedora. Todos usando trajes de modo elegante, com vestidos e fraques confeccionados com melhores tecidos e aviamentos, usando adornos como chapéus ao modo europeu, laçarotes, cartolas etc.

Trata-se de uma configuração social que se estabeleceu no interior do Brasil, caracterizado pela concentração de terras e rendas, que se caracterizava por práticas sociais e culturais criadoras de uma certa aparência aristocrática, e por isso mesmo, definidoras de uma posição social de destaque em uma sociedade desigual.

As fotografias de membros de famílias proprietárias em que também são retratos escravos, libertos ou trabalhadores contratados para a lida nas lavouras, na manutenção dos espaços e prédios da propriedade, ou em outra função, como no caso de mulheres cuidadoras de crianças também constituem parte de acervos particulares. São raras as fotografias encontradas nas pesquisas que realizamos mostrando famílias proprietárias

e os seus escravos numa mesma tomada. As imagens desses arquivos podem ser classificadas como aquelas em que se retrata a propriedade rural, a lavoura, o celeiro, o estábulo, a colheita e ou os escravos com seus instrumentos de trabalho. Há ainda algumas imagens em que os trabalhadores sob o regime de parceiros ou colonos são retratados em grupo a frente da lavoura ou de uma construção como celeiro ou estábulo da propriedade. Nessas imagens também se pode perceber a caracterização de posições econômicas e sociais desiguais, representadas nos trajes do proprietário e dos trabalhadores, pela posição central que ocupa o proprietário, pela posse das ferramentas de trabalho nas mãos dos colonos.

A pesquisa em acervos históricos de imagens como o da Fundação Dom João VI nos permite inferir e apreender aspectos da composição social atual da região em que está localizado. Assim como em diferentes cidades do interior do país, os registros de imagens encontrados se referem à formação demográfica e ocupação espacial de províncias e municipalidades que originaram as atuais divisões territoriais. Essas informações, extraídas de retratos e arquivos de famílias, nos propiciam a compreensão da composição social, do registro de propriedades e ou posses rurais, das funções econômicas e políticas exercidas por alguns dos chefes das famílias retratadas, do histórico arquitetônico dessas propriedades, do patrimônio histórico e arquitetônico de cada região ou município na atualidade.

Leitura por decomposição da fonte

Em diferentes fontes de pesquisa sobre o processo de leitura das fontes históricas podemos encontrar técnicas e modos de interpretação. Alguns dos pesquisadores que se dedicaram ao estudo das metodologias de investigação e ensino, buscando aliar teoria e prática, apresentam reflexões sobre os processos que contribuem para modos de se fazer em História. A seguir, apresentamos novos elementos de análise que consideramos eficientes para uma prática baseada na pesquisa do texto visual. Assim, conforme a descrição metodológica apresentada, o documento histórico iconográfico, contém em si um texto visual que pode ser lido por meio da análise de suas partes e do aprendizado de determinadas técnicas.

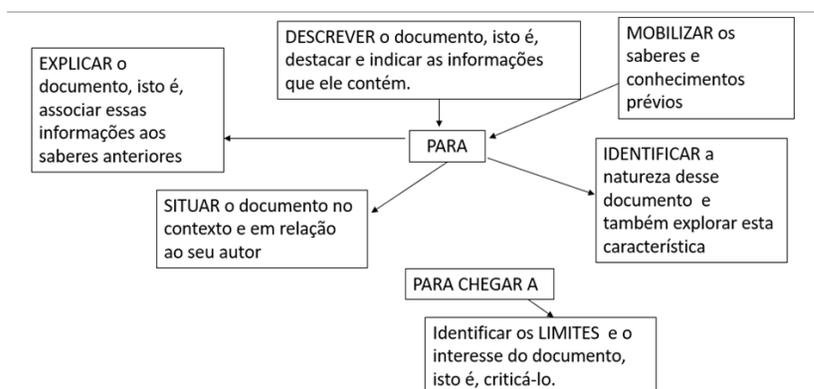
A escolha desse tipo específico de recurso para uma prática de ensino, a iconografia (gravura, pintura, ilustração, fotografia), se deve ao aspecto visual e espacial muito usado como recurso para a apreensão de informações e conhecimentos pelo público da educação básica em geral, e especialmente, para o público surdo. Funcionando como elemento capaz de, na maioria das vezes, prender a atenção, servir de gatilho para acionamento da memória e aprendizado, como uma lufada de ar fresco para o pensamento, para mostrar um determinado aspecto da situação que poderia não ser percebido no texto literário, por exemplo.

Para uma análise em sala de aula, na educação básica, por exemplo, quando se trata de um conteúdo da disciplina História, é necessária a prévia contextualização e caracterização do período histórico em destaque antes da

leitura da imagem, isto da observação e análise dos elementos que compõem uma dada iconografia, tais como os personagens, os elementos de fundo, o texto (quando houver).

Algumas vezes, quando se trata de assunto de ampla circulação social as imagens podem explicar-se por si só. Ou ainda, podem ser imagens conhecidas por ter circulado pelas mídias e redes sociais, mas sem que os alunos tenham o conhecimento do conteúdo da disciplina. E aí nesse momento, cabe a devida contextualização e caracterização do período e conteúdo disciplinar ao qual a imagem faz referência.

Para análise da iconografia, como fonte de pesquisa histórica e ainda como prática de ensino, pode-se fazer a leitura pela decomposição, para identificar cada elemento que a compõe, analisá-los e recompor, ou compor a leitura geral da imagem produzindo uma síntese.



Assim, a partir do esquema exposto acima, e como recursos de interpretação da fonte iconográfica, algumas perguntas podem ser feitas no processo de leitura de uma imagem considerando os seguintes elementos:

- 1) Personagens retratados: quais são os personagens (uma pessoa, um indivíduo, ou um grupo de pessoas, uma coletividade);
- 2) Como foi possível identificar os personagens: pela forma como estão vestidos (com ou sem o sapato, roupas usadas, chapéus...) pelas cores, por um nome, etc.
- 3) Quando há texto: identificar se representa um título, uma legenda, uma narrativa ou um diálogo;
- 4) Qual é a circunstância (situação) em que os personagens estão representados (é um conflito, uma disputa, um diálogo, as ideias opostas ou representam concordância entre os personagens).
- 5) É possível identificar o autor.
- 6) Quando a imagem foi produzida: é uma imagem atual que trata de fato atual, é uma representação atual que trata de uma época passada, é uma imagem produzida na mesma época em que os fatos ou ideias representadas

ocorreram.

7) Qual ideia o autor da imagem (pintura, charge, fotografia) teve a intenção de transmitir.

Para a leitura da próxima fotografia selecionada para esse exercício utilizaremos as ideias de decomposição/recomposição/síntese. A imagem fotográfica que apresentamos a seguir tem dados de identificação descritos no acervo pesquisado como autoria, data, local de realização, descrição básica do objeto/situação fotografada.



Saída de crianças de escola. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1885. Marc Ferrez. Publicado em "Marc Ferrez & Cia". Acervo fotográfico do Instituto Moreira Salles – RJ

O texto que acompanha a imagem, nesse caso, é a identificação básica da fotografia, uma legenda da imagem. Nela estão descritos o nome do autor, a data e o local da produção da fotografia. Marc Ferrez é um considerado um dos mais importantes fotógrafos desse período histórico (fim do século XIX e início do século XX), tendo produzido registros fotográficos de lugares, objetos, situações e da natureza do Rio de Janeiro, tanto da capital quanto em cidades do interior. Suas fotografias podem ser encontradas em acervos fotográficos, em domínio público, e em publicações específicas.

A fotografia retrata uma escola de ensino básico de arquitetura neoclássica, característica das construções do fim do século XIX no Brasil, com três andares de pavimento, com pórticos e janelas em pedra e madeira, e uma sacada central no segundo andar. A rua a frente da escola não é

calçada, é possível perceber que se trata de chão de terra batida, margeada por uma plantação que não se pode identificar pela qualidade e foco da imagem. Não é possível identificar outros prédios ou construções ao redor da escola. À frente do prédio da escola há crianças caminhando saindo da porta principal em direção à rua. Aparentemente são crianças e adolescentes na saída da escola, as vestimentas de crianças mais jovens são mais simples (com menos detalhes e adornos) que as vestimentas dos mais velhos (que usam calças compridas, botas, chapéus). Não parece haver crianças do gênero feminino na imagem, talvez por se tratar de uma escola apenas para meninos brancos, algo comum no período histórico em questão.

O processo de institucionalização da educação com a construção de escolas e faculdades mantidas pelo Estado monárquico brasileiro ocorreu lentamente. No século XIX, havia pouquíssimas instituições educacionais, dentre elas estão o Colégio Pedro II e o Instituto Nacional de Educação de Surdos. O Colégio Pedro II, nesse contexto, ganharia destaque como instituição criadora de diretrizes educacionais, de programas de ensino e para a formação de professores. Havia escolas confessionais católicas em diferentes cidades, tanto na capital como no interior, construídas principalmente a partir do último quartel do século XIX e início do século XX.

O processo de escolarização da sociedade brasileira estava em seus primórdios ainda no fim do século XIX, quando poucos eram aqueles que podiam acessar as vagas nas instituições de ensino. A capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro, concentrava a maior parte das instituições escolares construídas pelo governo monárquico. A cidade de Petrópolis, por exemplo, e outras cidades do interior onde houve a presença de imigração europeia no fim do século, como parte dos projetos do governo monárquico, também contava com instituições escolares, confessionais católicas principalmente.

As bases educacionais e diretrizes de ensino das escolas criadas no período monárquico tiveram influência de educadores europeus, que trouxeram para o Brasil tanto metodologias de ensino como formas de estruturação das instituições escolares, em níveis de ensino, com programas escolares e currículos escolares específicos. As instituições mantidas pelo governo monárquico assumiram a atribuição de definição dos paradigmas e das diretrizes educacionais para as escolas em todo o país, incluindo as escolas religiosas católicas, as orientações para as aulas régias, por exemplo.

A modernização das cidades e das instituições era compreendida como etapa de desenvolvimento civilizacional necessária para a entrada no mundo burguês capitalista. Embora o Brasil mantivesse muitas características de seu histórico de sociedade rural, em que as oligarquias agrárias representavam o segmento social privilegiado. Havia, nesse contexto, o projeto de construção de instituições de ensino como parte do processo civilizacional da sociedade brasileira, com base nas instituições e práticas sociais europeias.

Em sua maioria, aqueles que tiveram a oportunidade de estar inscritos e frequentar as aulas nessas instituições eram meninos

pertencentes às famílias mais abastadas. As meninas que frequentavam aulas, o faziam em suas casas, com professores tutores ou em escolas e classes específicas, com currículos e disciplinas próprias para a sua educação, para o aprendizado de saberes e fazeres específicos, para o lar, por exemplo. Negros, escravos, libertos e mestiços compunham outro segmento social excluído, com pouco ou nenhum acesso a escolarização. Pessoas com algum tipo de deficiência física ou intelectual, de modo geral, estavam excluídas dos espaços escolares, com exceção de poucos meninos que puderam frequentar as aulas e classes de instituições específicas, como Instituto de Educação de Meninos Surdos, criado em 1857 na capital do império, por exemplo.

O registro fotográfico que selecionamos para esse exercício de análise e interpretação retrata uma cena do cotidiano, a saída da escola de um grupo de crianças. Trata-se do cotidiano de um contexto histórico de exclusão social, em que as desigualdades econômicas, sociais e regionais não estão presentes. Não é possível ver na fotografia grupos de meninas, meninos mestiços, negros escravizados ou libertos. A escola e a escolarização estavam restritas a segmentos sociais específicos. Havia um extenso contingente de crianças e adultos que não tiveram acesso ao conhecimento escolar. Tratava-se um contexto histórico e de um projeto de sociedade em que a educação e a escolarização eram importantes elementos de inserção ou de exclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta inicial desse texto representa uma das atividades fim desenvolvidas pelo profissional em educação: o ensino. Em nosso cotidiano compreendemos que o ensino só se realiza tendo como ponto de partida a pesquisa: se ensina porque se pesquisa. Assim, a pesquisa sobre as práticas pedagógicas se torna necessária para aclarar o pensamento, definir e reorientar percursos e metodologias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Fontes. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (Org)*Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2019. Pág.107-112.

_____. Fontes. Ensino de História Aplicado aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de Crianças, Jovens e Adultos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, 2020.

BIANCO, Bela Feldman, LEITE, Miriam Lifchitz Moreira (Orgs). *Desafios da imagem. Fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. Docência em formação. São Paulo: Cortez, 2004.

BURKE, Peter. Classificação do conhecimento: currículos, bibliotecas e enciclopédias. IN: *Uma História Social do Conhecimento I: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. Pág. 78-105.

BURKE, Peter. O ofício do saber. IN: *Uma História Social do Conhecimento I: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. Pág. 25-35

COLLIER, Jr., John. (1973). *Antropologia Visual: a fotografia como método de pesquisa*. São Paulo: EPUEDUSP.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. As artes de fazer. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1990.

FREITAS, Itamar. Livro didático. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (Org) *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2019. Pág. 143-148

GOFF, Jacques Le. Documento/Monumento. IN: *História e memória*. 7º Ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

JABLONKA, Ivan. Modernizar as Ciências Sociais. IN: *A História é uma literatura contemporânea: manifesto pelas ciências sociais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020. Pág. 11-35.

Claudioмиro da Silva Alonso

Enfermeiro. Doutorando em Enfermagem.
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.
Belo Horizonte-MG.

Eline Lima Borges

Enfermeira. Estomaterapeuta Titulada pela Sobest.
Doutora em Enfermagem. Professora titular da Escola de Enfermagem da
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.
Belo Horizonte-MG.

Guilherme Lagoeiro Moraes

Enfermeiro. Especialista em Estomaterapia.
Centro Especializado em Reabilitação II do Norte de Minas.

Josimare Aparecida Otoni Spira

Enfermeira. Estomaterapeuta Titulada pela Sobest.
Mestre em Enfermagem.

RESUMO

Objetivos: estimar a prevalência e caracterizar as pessoas com estomia de eliminação quanto aos aspectos sociodemográficos e clínicos. **Método:** corte transversal, realizado em uma microrregião do norte de Minas Gerais. A amostra foi composta de 30 participantes. Os dados foram coletados por meio de avaliação física e entrevista **Resultados:** a prevalência de pessoas com estomia de eliminação foi 3,1/10.000 habitantes. Em relação aos participantes, 56,7% eram homens, 66,7% desenvolviam atividade laboral, 46,7% tinham renda de até dois salários-mínimos, 94,0% apresentaram capacidade para realizar o autocuidado, 50% tinham colostomias, tendo o câncer como principal causa. Em relação às estomias, 74,2% eram definitivas, 67,7% com formato regular e redondo, 71,0% protusas, 83,9% localizadas no quadrante inferior. **Conclusão:** a prevalência de pessoas com estomia foi semelhante aos dados nacionais e internacionais, a colostomia foi predominante e a maioria das pessoas era capaz de realizar o autocuidado.

Palavras-chave: estomas cirúrgicos; estomia; prevalência; perfil de saúde; enfermagem.

INTRODUÇÃO

O quantitativo de pacientes submetidos à cirurgia para confecção de estomia tem crescido no Brasil, sobretudo pela alta incidência do câncer nos sistemas intestinal e urinário ⁽¹⁾. A confecção da estomia é um procedimento cirúrgico, no qual o cirurgião exterioriza uma víscera oca. Os estomas intestinais são os mais frequentes, recebendo o nome de acordo com a

porção intestinal envolvida. A exteriorização do íleo e do cólon através da parede abdominal, geram respectivamente a ileostomia e a colostomia, com o objetivo de eliminar o conteúdo fecal. Quando ocorre no sistema urinário, é chamado de urostomia ⁽²⁾.

Desta forma, a pessoa com estomia demanda cuidados específicos por parte dos profissionais de enfermagem, uma vez que suas necessidades transcendem várias dimensões do cuidado, seja no nível higiênico, emocional ou psicossocial ⁽³⁾.

O grande desafio do enfermeiro para promover uma assistência de qualidade é desenvolver um cuidado que englobe, além do caráter técnico-científico, uma avaliação holística do indivíduo, visando uma assistência de forma humanizada. Para tal, é necessário conhecer a clientela, objetivando melhorias no planejamento da assistência especializada com adequações nas estratégias de reabilitação ⁽⁴⁾.

No Brasil, a criação e o processo de fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) vêm permitindo a garantia da saúde como direito constitucional ⁽⁵⁾. Neste sentido, a atenção à saúde da pessoa com estomia vem se consolidando ao longo do tempo.

Em 2009 foi publicada a Portaria nº 400 do Ministério da Saúde (MS) que estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a criação de Serviços de Atenção à Saúde das Pessoas Ostomizadas (SASPO) no âmbito do SUS ⁽⁶⁾. Assim, estes serviços especializados possuem a função normativa de realizar acompanhamento, controle e avaliação das pessoas com estomias. Entretanto, gestores em saúde vêm demonstrando apreensão com a eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados à pessoa com estomia, uma vez que a demanda nestes serviços é exponencialmente crescente e não existem consultas de rotina, além do desconhecimento do número real e das características clínicas, sociodemográficas e aspectos relevantes para promover a reabilitação.

Dessa forma, conhecer a prevalência e os aspectos demográficos e clínicos dos pacientes com estomia atendidos pelo SASPO é essencial para qualificar o atendimento aos usuários em todos os níveis de atenção à saúde.

Resultados de estudos de prevalência e que fornecem informações sobre a clientela atendida, auxiliam os enfermeiros na implementação de medidas que favoreçam o processo de reabilitação precoce do paciente com estomia, fortalecendo e ampliando as políticas públicas vigentes, garantindo os direitos de cidadania, a dignidade humana e a qualidade de vida da pessoa com estomia ⁽⁴⁾.

Diante do exposto, este estudo teve como objetivos estimar a prevalência e caracterizar as pessoas com estomia de eliminação quanto aos aspectos sociodemográficos e clínicos, de uma microrregião do Norte de Minas Gerais (MG). Espera-se com estes resultados subsidiar os profissionais e gestores de saúde por meio de informações que possam contribuir para estruturar e planejar uma assistência de qualidade, visando à reabilitação precoce e a qualidade de vida para tais pacientes.

METODOLOGIA

Tipo de estudo

Trata-se de um estudo transversal de prevalência de pessoas com estomia de eliminação.

Local do estudo

O estudo foi realizado no Serviço de Atenção à Saúde da Pessoa Ostomizada (SASPO) que funciona no Centro Especializado em Reabilitação (CER) de um Município do Norte de MG. O SASPO atende pacientes com estomia de eliminação, provenientes da macrorregião de saúde Norte de MG que é constituída por 22 municípios e está organizada em nove microrregiões de saúde. Esse estudo contemplou uma destas microrregiões, composta por 5 municípios.

População e amostra

Na microrregião onde o estudo foi realizado o número de habitantes estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (7) no ano de 2017 era de 116.998. A população de referência do estudo foi 62 pacientes cadastrados no SASPO no período de 2012 a 2017.

Após fornecimento dos contatos telefônicos, o pesquisador contactou pacientes e familiares para convidá-los a participarem da pesquisa, quando identificou que 20 haviam falecido, 6 tinham sido submetidos à cirurgia de reconstrução intestinal e 6 não concordaram em participar.

Participaram do estudo 30 pessoas com estomia de eliminação que atenderam aos critérios de inclusão: logradouro em um dos municípios da microrregião Norte de MG, idade igual ou acima de 18 anos, ter dados disponíveis no sistema de cadastro do SASPO.

Variáveis do estudo

Foram coletados dados referentes às variáveis sociodemográficas (idade, sexo, procedência, estado civil, raça, escolaridade, ocupação, renda), clínicas (doenças associadas, etilismo, tabagismo índice de massa corporal (IMC), motivo da realização da estomia, tipo e características da estomia e das eliminações, característica da pele ao redor da estomia), tipo de dispositivo coletor utilizado e disponibilidade do mesmo e o autocuidado.

Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu no período de outubro a dezembro de 2017, nas dependências do SASPO, localizado no município de referência para a microrregião.

Os dados da pesquisa foram obtidos na consulta clínica, agendada previamente conforme rotina do serviço. O participante passou por entrevista estruturada e avaliação física realizadas pelo pesquisador.

Análise dos dados

Após a coleta das informações, os dados foram digitados em planilhas do Programa Excel versão 2007 e submetido à análise descritiva. Para o cálculo da prevalência de pessoas com estoma de eliminação no município pesquisado no ano 2017, adotou-se o seguinte procedimento:

$$\text{Prevalência} = \frac{\text{Número de pessoas com estoma de eliminação na microregião}}{\text{Número de habitantes da microregião}} \times 100$$

Aspectos éticos

A pesquisa respeitou as diretrizes da Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece critérios éticos para pesquisa com seres humanos e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o Parecer n. 2.277.649. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado pelos participantes.

RESULTADOS

A prevalência estimada de pessoas com estomia de eliminação foi de 3,1 para cada 10.000 habitantes. Em relação aos participantes (Tabela 1), 56,7% eram homens, 76,7% tinham idade entre 18 e 59 anos e 36,7% eram casados, 53,3% autodeclararam com a pele de cor parda, 46,7% tinham 8 anos ou menos de estudos, 55% estavam licenciados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e 46,7% possuíam rendimento individual mensal de um a dois salários-mínimos.

Tabela 1 - Características sociodemográficas pessoas com estomas de eliminação – Minas Gerais, Brasil - 2017.

Variáveis sociodemográficas		n	%
	n=30		
Sexo	Masculino	17	56,7
	Feminino	13	43,3
Faixa etária (anos)	18-59	23	76,7

	≥ 60	07	23,3
Estado civil	Casado	11	36,7
	Divorciado	10	33,3
	Solteiro	05	16,7
	Viúvo	04	13,3
Raça	Parda	16	53,3
	Preta	09	30,0
	Branca	05	16,7
Escolaridade	Analfabeto	07	23,3
	≤8 anos	14	46,7
	>8 anos	09	30,0
Ocupação	Aposentado	10	33,3
	Licença pelo INSS*	11	55,0
	Desempregado	03	15,0
	Estudante	03	15,0
	Do lar	03	15,0
Renda individual[§]	≤ 1 salário	13	43,3
	R\$ 937,00 (2017) De 1 a 2 salários	14	46,7
	≥ 3 salários	03	10,0

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Em relação ao uso da bebida alcoólica, 60,0% negaram etilismo, 30% estavam em abstinência e 10% eram etilistas. Em relação ao cigarro, 36,7% não eram tabagistas, 13,3% eram fumantes e 50,0% estavam em abstinência.

A avaliação dos pacientes permitiu identificar que 73,3% estavam eutróficos, com IMC entre 18,5 e 24,9 kg/m² e 26,7% com sobrepeso, IMC entre 25,0 e 29,9 kg/m², 26,6% não apresentavam doenças associadas, 73,4% apresentavam uma ou duas doenças, como por exemplo, a depressão (11/36,7%), a hipertensão arterial sistêmica (10/33,3%), diabetes mellitus (1/3,3%) e cardiopatia (1/3,3%).

No que se refere ao motivo para a confecção da estomia, 32,0% dos pacientes foram devido ao câncer, 16,0% polipose adenomatosa familiar,

13,0% obstrução intestinal e sem definição da causa, 10,0% doença de Crohn, 6,0% trauma, 6,0% retocolite ulcerativa, 3,0% diverticulite, 3,0% doença de Chagas. Para 10,0% dos participantes, não constava no relatório médico o motivo da confecção da estomia.

Um participante apresentou 2 estomias, totalizando 31, com características diversas (Tabela 2), sendo 29,0% foram realizados até o ano de 2014, 10,0% em 2015, 32,2% em 2016 e 29,9% em 2017. O diâmetro médio da estomia era 52mm na colostomia, 49mm na ileostomia e urostomia. A altura média da colostomia era 32mm, da ileostomia 33mm e da urostomia 13mm. Em 48,4% dos participantes a pele ao redor da estomia encontrava-se sem alteração de cor ou integridade, em 32,4% havia eritema e em 19,4% tinha dermatite.

Tabela 2 - Características dos estomas de eliminação – Minas Gerais, Brasil - 2017.

Variáveis relacionadas ao estoma		n	%
n=31			
Tipo de estoma	Colostomia	16	51,6
	Ileostomia	13	41,9
	Urostomia	02	6,5
Localização	Quadrante superior direito	01	3,2
	Quadrante superior esquerdo	04	12,9
	Quadrante inferior direito	15	48,4
	Quadrante inferior esquerdo	11	35,5
Temporalidade	Definitivo	23	74,2
	Temporário	08	25,8
Altura	Protuso	22	71,0
	Prolapso	09	29,0
Tipo de confecção	Terminal	23	74,2
	Terminal/Hartmann	06	19,4
	Duas bocas	02	6,4
Formato	Redondo	21	67,7

Oval	10	32,3
------	----	------

Fonte: dados do estudo, 2017.

O padrão de eliminação e as características dos efluentes variaram conforme o tipo de estomia. O número de eliminações diárias para 63,0% dos pacientes colostomizados foi 2 vezes, para 92,0% dos ileostomizados mais de quatro vezes e para 100% dos urostomizados mais de 5 vezes. Com relação a consistência do efluente, em 48,4% das estomias era líquida, sendo 13 ileostomias e 2 urostomias; a consistência pastosa e sólida foram encontradas em colostomia, sendo 25,0% pastosas e 75% sólidas. A presença de odor desagradável e a eliminação de flatos foram relatados por todos os pacientes com colostomia

As características dos dispositivos coletores utilizados pelos participantes variaram em número de peças, tipo de bolsa e placa, além da frequência do seu esvaziamento e adequação da indicação (Tabela 3).

Tabela 3 - Características do dispositivo coletor utilizados pelas pessoas com estoma de eliminação – Minas Gerais, Brasil - 2017.

Variáveis relacionadas ao dispositivo coletor		n	%
n=31			
Padrão de esvaziamento (diário)	1 vez	02	6,5
	2 vezes	10	32,3
	3 vezes	05	16,1
	4 a 5 vezes	06	19,3
	>5 vezes	08	25,8
Número de peças	Uma	31	100,0
Tipo de bolsa	Drenável	19	61,3
	Fechada	12	38,7
Tipo de placa	Pré-cortada	22	71,0
	Recortável com pré-corte	09	29,0
Adequação do dispositivo	Sim	29	93,6
	Não	02	6,4

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Todos os participantes receberam os dispositivos de forma gratuita e em quantidade suficiente e 40,0% não necessitavam de produtos adjuvantes, isto é, utilizados para auxiliar a fixação da bolsa coletora ou para o tratamento de complicações do estoma ou pele ao redor do estoma. O adjuvante de proteção utilizado pelos pacientes foi a barreira protetora nas três apresentações, sendo o spray utilizado por 10 (32,0%) participantes, a pasta por 10 (32,0%) e o pó por quatro (6,0%). A maioria dos adjuvantes era utilizada pelas pessoas com ileostomia.

O número médio de trocas de dispositivo foi de 4 vezes por semana, sendo 6 quando em colostomia, 2 para ileostomias e urostomias. Não foi registrado o uso da irrigação para aqueles pacientes com colostomia definitiva.

Em relação ao autocuidado autodeclarado, 94,0% dos participantes apresentaram capacidade para realizá-lo. A troca e a higienização do dispositivo foram realizadas por 81,0% 19,0% dependiam da ajuda do cuidador.

DISCUSSÃO

A Portaria 400 do MS preconiza que o SASPO é a unidade de saúde especializada para assistência à saúde das pessoas com estomias, que desenvolve ações de reabilitação, incluindo orientações para o autocuidado, prevenção e tratamento de complicações no estoma e pele ao redor, capacitação de profissionais e fornecimento de dispositivos coletores, adjuvantes e demais acessórios (2,4).

Na microrregião estudada do norte de Minas Gerais, o paciente com estoma de eliminação intestinal ou urinário é encaminhado pelo Município de origem para fazer o cadastrado na Secretaria de Saúde do Município sede desta microrregião. A seguir, a pessoa é inserida no Programa de Atenção à Pessoa Ostomizada do CER II.

O fluxo citado talvez não esteja garantindo a inclusão de todos os usuários do SUS com estoma no referido programa por diversos motivos, por isto, no período de janeiro de 2013 a setembro de 2017 foram cadastrados apenas 62 pacientes, provenientes dos cinco municípios que compõem a microrregião. Algumas justificativas foram aventadas para o dado encontrado. Por exemplo, o desconhecimento dos profissionais, principalmente dos enfermeiros, das unidades hospitalares a respeito da necessidade de encaminhar os pacientes, no momento da alta hospitalar, para o SASPO; a inabilidade dos enfermeiros das Unidades Básicas de Saúde ou Equipe de Saúde da Família para retornar com o paciente com estoma para a Linha de Assistência preconizada pela SES-MG; a longa distância dos municípios que compõem a microrregião em relação ao SASPO de referência e a predominância da área rural nestes municípios que não possuem alguns serviços de saúde. Estes fatos podem, inclusive, explicar a recusa de seis pacientes em comparecer à consulta agendada para participar da pesquisa.

O cenário não apresentava como política a reavaliação regular dos

pacientes cadastrados. Este dado foi reforçado pela pesquisa, pois dos 62 pacientes cadastrados no período de 2013 a 2017, 20 já havia falecido e 6 não eram mais pessoas com estomias, uma vez que tiveram o trânsito intestinal reconstruído. Entretanto, o SASPO continuava a liberar dispositivos e adjuvantes para estes 26 pacientes.

Esperava-se que a situação encontrada na microrregião do norte de Minas Gerais já tivesse sido solucionada, considerando que neste estado houve um reforço nas políticas públicas para a organização da assistência à pessoa com estoma.

Vale destacar que no Brasil essa mudança só ocorreu com a publicação da Portaria nº 400/2009, que firmou Diretrizes Nacionais para a Atenção à Saúde das Pessoas Ostomizadas no âmbito do SUS (6) e ganhou mais força com a publicação da Portaria do MS nº 793/2012(8), que instituiu a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS, uma vez que, essa legislação regulamenta a atenção à saúde das pessoas ostomizadas e é referência para a construção da proposta de organização da rede de serviços.

Os problemas citados anteriormente podem ter comprometido o número de pacientes cadastrados no SASPO até o ano de 2017, considerando os cinco municípios que compõem a microrregião, e ter influenciado na prevalência de pessoas com estoma do município, que foi 2,6/10.000 habitantes, resultado semelhante a outro estudo realizado no Norte de Minas em diferente microrregião, cuja prevalência foi de 2.16/10.000(9). A International Ostomy Association (IOA) estimou que em 2000, o Brasil teria aproximadamente 170 mil pessoas com estomias, o que corresponderia à prevalência de 5.9/10.000 habitantes (10). No período de 1994 a 2013 havia uma estimativa de 6.000 pessoas com estoma atendidas pelos SASPO de Minas Gerais(2). No ano de 2010, neste mesmo estado, havia 4.762 pessoas com estomias cadastradas nos SASPO, representando prevalência média de 2,4 ostomizados/10.000 habitantes (4).

A prevalência de pessoas com estoma de eliminação na microrregião, mesmo inferior à de outros estudos, é uma referência para os profissionais responsáveis pela assistência e gestão aos pacientes com estomas, residentes na região norte de Minas Gerais, uma vez que não há dados que representem este cenário.

Apesar da relevância do estudo, deve-se considerar que a pesquisa trata de dados de pessoas cadastradas no SUS, o que não inclui todas as pessoas com estomias existentes, uma vez que a Saúde Suplementar é também responsável em prestar assistência e fornecer dispositivos coletores e adjuvantes para os seus beneficiários.

Geralmente, a estimativa da prevalência de pessoas com estoma de eliminação no Brasil é calculada por meio de estudos pontuais, uma vez que o estoma de eliminação não requer notificação compulsória junto às agências reguladoras de saúde por não ser causa de doença, mas sim resultar do procedimento cirúrgico realizado. Portanto, a prevalência apresentada neste estudo é um dado relevante, considerando as dificuldades de pesquisadores

desenvolverem estudos no norte do Estado de Minas Gerais devido às condições econômicas desta região.

O estoma de eliminação é criado para que os pacientes vivam mais tempo, para ajudá-los a retornar a uma vida mais saudável e produtiva e aumentar a qualidade de vida. Entretanto, as pessoas com estoma experimentam muitos problemas fisiológicos, psicológicos e sociais.

Entre essas mudanças, as psicológicas como alteração na imagem corporal, ansiedade (medo de desconhecido), diminuição da autoestima e autorrealização. Em virtude do impacto e sofrimento causados pela presença do estoma na vida da pessoa e na de seus familiares (11), a baixa prevalência de pessoas com estoma encontrada neste estudo não permite aos profissionais ignorarem a necessidade de se ofertar assistência de qualidade a estas pessoas.

Neste estudo, quanto à caracterização sociodemográfica da amostra, a maioria dos participantes eram do sexo masculino, autodeclarados pardo, adultos com idade até 59 anos. Aproximadamente 47% dos participantes tinham até 8 anos de estudos e renda individual de 1 a 2 salários-mínimos. Entretanto, os resultados de estudo de revisão realizado com amostra de 10 artigos de pesquisas descritivas sobre o perfil sociodemográfico e epidemiológico dos brasileiros com estomias apontam prevalência do sexo feminino, com predomínio de adultos e idosos, tendo o câncer colorretal como principal causa para realização do estoma e a colostomia como tipo predominante de estoma e eliminação (11).

O predomínio de pessoas com idade superior a 40 anos também estava presente em outro estudo e tem relação com maior incidência das neoplasias malignas, característica tida não só como fator de risco para o aparecimento dos cânceres, mas também como determinante para os tratamentos cirúrgicos geradores de estoma (10).

A alta incidência de doenças nas quais os estomas podem ser indicados, tem como consequência o aumento da prevalência de pessoas com estomias. Os casos mais frequentes são decorrentes de doenças crônico-degenerativas, entre elas o câncer, a doença de Chagas, as doenças inflamatórias do intestino como a retocolite ulcerativa inespecífica e a doença de Crohn, doenças neurológicas, traumas abdômino-perineais, representados por ferimento por armas de fogo ou branca e acidente automobilístico. Na população infantil as causas mais comuns que levam à confecção de estomas são anomalias anorretais, por exemplo, imperfuração anal, megacólon congênito, enterocolite necrotizante, peritonite meconiais (2).

Neste estudo, as doenças mais frequentes, responsáveis pela confecção do estoma foram o câncer e a polipose adenomatosa familiar. Esta última, quando a intervenção cirúrgica é postergada, pode levar ao câncer de cólon. Estas doenças foram as responsáveis pelo predomínio da colostomia. O aumento da ocorrência do câncer de bexiga, colón e reto tem forte relação com o estilo de vida. Segundo dados publicados pelo Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), para o Brasil, estimam-se 20.540 casos novos de câncer de cólon e reto em homens e 20.470 em

mulheres para cada ano do triênio 2020-2022. Esses valores correspondem a um risco estimado de 19,63 casos novos a cada 100 mil homens e 19,03 para cada 100 mil mulheres. Na Região Sudeste, sem considerar os tumores de pele não melanoma, o câncer de cólon e reto, é o segundo mais frequente em homens (28,62/100 mil) e entre as mulheres (26,18/100 mil) (1).

O câncer de cólon e reto é uma doença multifatorial, influenciada por fatores genéticos, ambientais e relacionados ao estilo de vida. Os fatores hereditários, como o histórico familiar de câncer de cólon e reto e as doenças inflamatórias do intestino, representam apenas uma pequena proporção da variação observada na carga global da doença. Entretanto, as diferenças geográficas observadas na incidência refletem a adoção de hábitos de vida ocidentais e incluem o consumo de bebidas alcoólicas, a baixa ingestão de frutas e vegetais, o alto consumo de carnes vermelhas e de alimentos processados, a obesidade, o tabagismo e a inatividade física (12). Dos fatores citados e pesquisados, estavam presentes na amostra do estudo o consumo de bebida alcoólica, o tabagismo e a obesidade.

Ainda em relação aos dados do INCA sobre o câncer de bexiga no Brasil, estimam-se 7.590 casos novos em homens e 3.050 em mulheres para cada ano do triênio 2020-2022, correspondendo a um risco estimado de 7,23 casos novos a cada 100 mil homens e de 2,83 para cada 100 mil mulheres. Excluindo também os tumores de pele não melanoma, na Região Sudeste este câncer em homens ocupa a sexta posição (8,61/100 mil) e para as mulheres, é o 14º mais frequente (3,02/100 mil)1.

Conforme os dados do INCA, a ocorrência do câncer de bexiga tem aumentado e é muito mais frequente nos homens, duas a quatro vezes maior do que nas mulheres. O aumento dos casos pode ser uma consequência dos efeitos do tabagismo, que é reconhecido como importante fator de risco para este câncer e mortalidade (12-13). Este fator estava presente em 63% da amostra do estudo, considerando os 50% que estavam em abstinência no momento da coleta de dados. O World Cancer Report estima que o risco de desenvolver câncer de bexiga entre os fumantes foi de duas a seis vezes maior em comparação aos não fumantes. O tabagismo é responsável por, aproximadamente, 66% dos casos novos em homens e 30% dos casos novos em mulheres. Outros fatores de risco relacionados à exposição ocupacional e ambiental também estão associados com o desenvolvimento deste tipo câncer, como o trabalho na produção de alumínio, exposição à emissão de gases de combustão de diesel, exposição a agrotóxicos e atividades laborativas bem específicas como, por exemplo, pintores, cabeleireiros e barbeiros que trabalham com tinturas (1,13-14).

A maioria dos participantes não estavam aposentados, entretanto estavam-se em licença para tratamento de saúde concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A maioria era agricultores e do lar, com dificuldade de se reintegrar ao trabalho. Estes dados são observados na prática clínica, quando os pacientes que possuem vínculo empregatício preferem se aposentar e se afastar em definitivo, e os desempregados não conseguem se inserir no mercado formal de trabalho.

O conflito vivido pelos trabalhadores com estoma foi desvelado em um estudo realizado com 7 trabalhadores com o objetivo de analisar a percepção das pessoas com estoma de eliminação sobre sua inclusão no mundo do trabalho. Os participantes apresentaram sentimentos dialéticos em relação ao estoma, configurando-se como um elemento que salva vida, mas resulta em sofrimento psíquico por ocasionar uma forte ruptura no estilo de vida. Constatou-se também sentimentos contraditórios em relação ao trabalho, pois ao mesmo tempo em que ele origina sentimento de utilidade e de inclusão social, também resulta em sentimento de medo da rejeição social (15).

Neste estudo, grande parte dos participantes (37,0%) apresentou a depressão como doença associada. Estudo de revisão apontou as principais repercussões emocionais no processo de adaptação com estomias, destacando a depressão e a tristeza, geralmente ocasionados pela perda do prazer em realizar atividades normalmente valorizadas. Além disso, pessoas com estomias também podem apresentar sentimentos como angústia, medo, dificuldade de aceitação e adaptação, sentimentos de incapacidade e desprestígio (16).

Para alguns pacientes o sofrimento se encerra quando são submetidos ao procedimento de reconstrução intestinal e voltam a evacuar por via anal. Entretanto, isto só é possível para aqueles que apresentam estoma intestinal temporário. No estudo, a maioria dos participantes tinha estoma definitivo.

Quanto ao tipo de confecção do estoma, 29 eram terminais, isto é, apresentavam uma boca. Destes, seis eram temporários, representados pela colostomia a Hartmann e 23 eram definitivos. Os dados são compatíveis com as doenças predominantes que levaram à confecção do estoma.

A reconstrução de trânsito intestinal é procedimento realizado eletivamente que não é isento de complicações, pois a taxa de complicações e morbimortalidade de pacientes submetidos à reconstrução de trânsito intestinal alcança valores significativos. Estudo retrospectivo com 393 casos de fechamento de estomas mostra a ocorrência de, pelo menos, uma complicação cirúrgica em 44,4% dos casos e isso talvez explique o fato que de 30 a 60% dos pacientes com colostomia terminal a Hartmann passam a possuí-la de maneira definitiva, apesar de, na maior parte das vezes, ela ser realizada pelo cirurgião como procedimento provisório, com o argumento de maior segurança para o paciente(17-18).

Embora a reconstrução do trânsito intestinal seja um procedimento bastante desejado pelos pacientes, deve ser mencionada com cautela, pois o insucesso geralmente está associado a presença de comorbidades em decorrência do envelhecimento e a persistência da causa pré cirúrgica, principalmente no caso das neoplasias. Esses fatores devem ser avaliados e sua interferência levada em consideração preferencialmente antes da construção do estoma, informando inclusive a pessoa e familiares (19).

Resultados da análise dos dados de prontuário de pacientes submetidos à reconstrução de trânsito intestinal em um hospital de referência

do SUS, constataram que 54% dos pacientes estudados no período de outubro de 2008 a dezembro de 2011 padeciam de alguma doença associada. A indicação para confecção da colostomia inicial decorreu de câncer em 43% dos casos e o tempo médio de permanência com o estoma foi de 14,3 meses. A taxa de mortalidade foi de 6% (17).

O processo de reabilitação do paciente com estoma deve ser planejado e iniciado no pré-operatório e envolve várias ações, das quais destaca-se a demarcação do local para exteriorização do estoma, que deve ser realizada preferencialmente pelo enfermeiro estomaterapeuta. Essa ação deixa evidências de sua contribuição na reabilitação da pessoa com estomia, pois respeita características físicas, culturais e sociais do paciente, permitindo maior adesividade e tempo de uso do equipamento coletor, proporcionando mais segurança e reduzindo o risco de complicações no estoma e pele ao redor no pós-operatório tardio (20-21). No estudo foram identificados cinco participantes que tinham estoma no quadrante superior do abdômen, sendo que o recomendado é o quadrante inferior direito ou esquerdo, conforme o tipo de estoma confeccionado. Esta situação sugere que os pacientes não eram demarcados previamente ao procedimento cirúrgico.

Na avaliação, o efluente intestinal deve ser caracterizado quanto à textura, ao volume e à eliminação de flatos. Para os estomas intestinais, ileostomia e colostomia, a drenagem do volume e a consistência do efluente têm relação com os alimentos ingeridos. No estudo foi identificado que todos os participantes faziam uso de dispositivo drenável, uma peça, sem filtro, independentemente do tipo de estoma, da consistência do efluente ou produção de flatos. Para a colostomia descendente e sigmoidostomia é recomendado o uso de bolsa fechada, opaca, com filtro que permita a eliminação de gases. O dispositivo coletor deve ser trocado logo após a eliminação do efluente. Portanto, este dispositivo está indicado para pacientes que apresentem no máximo duas eliminações ao dia. Para os demais pacientes com mais de duas eliminações diárias recomenda-se o uso de bolsa drenável, opaca, de preferência com filtro, que permite a passagem dos gases sem odor (2).

A indicação de dispositivo que não atende as necessidades do paciente interfere negativamente no processo de reabilitação do mesmo, considerando que o dispositivo inadequado prejudica a reinserção social e o retorno a atividade laboral. Portanto, a adaptação à confecção do estoma, influencia na qualidade de vida da pessoa com estomia, reforçando a necessidade da indicação do dispositivo adequado (3).

Uma ileostomia tem seu volume considerado normal de 500 ml/dia a 800 ml/dia, de consistência líquida à semilíquida, de cor castanha esverdeada. Os pacientes com ileostomia terminal podem alcançar padrão de eliminação diária entre 200 ml e 600 ml com várias eliminações diárias o que demanda a utilização de bolsa drenável porque o paciente deverá esvaziá-la diversas vezes em 24 horas. Destaca-se que os gases e os cheiros são reduzidos, mas o pH do efluente é muito alcalino e causa lesões quando entra em contato com a pele (2).

Outro dado analisado foi a ausência de realização de irrigação do estoma por parte dos participantes com colostomia definitiva do cólon esquerdo ou sigmoide, com padrão de eliminação de uma ou duas vezes ao dia. Infere-se que o fato tem relação com a falta de conhecimento do médico e do enfermeiro. O primeiro é o responsável pela indicação da irrigação e o segundo é o responsável pela avaliação e treinamento do paciente que realizará o procedimento. Destaca-se que o material necessário para o paciente realizar a autoirrigação está padronizado e é disponibilizado pela SES-MG.

Para a pessoa com colostomia descendente ou sigmoidostomia definitiva, deve-se utilizar a irrigação intestinal via estoma para o esvaziamento do conteúdo fecal e a obtenção do controle das eliminações. A irrigação possibilita a dispensa do uso do equipamento coletor e facilita a reabilitação (20).

No SASPO II, local onde o estudo foi realizado, até dezembro de 2017 o serviço se restringia à distribuição de dispositivos coletores. O enfermeiro não tinha protagonismo na implementação de medidas assistenciais visando a reabilitação do paciente com estoma de eliminação. A partir da data citada, surgiram ações relacionadas à assistência ao usuário, os dispositivos são entregues pelo enfermeiro responsável, onde é feito todo o acompanhamento.

Os resultados desta pesquisa revelam a necessidade de capacitar os atores envolvidos na assistência aos pacientes com estoma de eliminação da microrregião do Norte de MG. Os pesquisadores assumiram o compromisso de apresentar os dados do estudo para os Secretários de Saúde dos cinco Municípios desta microrregião para instrumentalizar os gestores e os profissionais na organização dos serviços especializados de atenção à saúde, com vistas na reabilitação precoce e menos traumática dessas pessoas com estoma de eliminação, além de otimizar a utilização dos recursos materiais já disponibilizados pela Secretaria Estadual da Saúde de MG.

Aponta-se como limitação deste estudo a precariedade nos registros e a distância entre o SASPO e o domicílio de algumas pessoas com estomias que tinham o potencial de compor a amostra, entretanto estas pessoas precisariam de transporte, o que não foi concedido pelo município de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prevalência de pessoas com estoma de eliminação no município estudo foi 2,6/10.000. Em relação aos participantes, a maioria era homem, autodeclarado pardo, adulto com idade até 59 anos, não aposentado, mas inativo e com estoma definitivo. A neoplasia foi a causa da maioria dos estomas e a doença associada mais frequente foi a depressão. A maioria dos estomas tinha formato e protrusão adequados e estava localizado no quadrante inferior. A maioria apresentava capacidade para realizar o autocuidado relacionado a troca e a higienização do dispositivo.

Declaramos inexistir conflitos de interesse.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 Instituto Nacional de Câncer José Alencar da Silva (Brasil). Estimativa 2020: Incidência de câncer no Brasil[Internet]. Rio de Janeiro, RJ: INCA; 2019.[citado em 20 Dez 20]. 122 p. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//estimativa-2020-incidencia-de-cancer-no-brasil.pdf>.

2 Borges EL, Ribeiro MS. Linha de Cuidados da Pessoa Estomizada. Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais. Belo Horizonte; 2015. 136p.

3 Reis BL, Brandão ES, Garcia KRS. Tecnologias disponíveis para o manejo de ostomia intestinal: revisão integrativa de literatura. Saúde Coletiva [Internet].2019[citado em 20 dez 2020];9(48):1369-1374.Disponível em:<http://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/97>

4 Moraes JT, Amaral CFS, Borges EL, Ribeiro MS, Guimarães EAA. Avaliação da implantação do Serviço de Atenção à Saúde das Pessoas Estomizadas. REME - Rev Min Enferm. 2017;21:e-1017.

5 Bezerra PD, Pinto ISM, Cunha RR, Ramos Soares EML, Silva CO, Ferreira SEM. Perfil sociodemográfico e clínico de crianças com estomia atendidas em um serviço de referência, Belém (PA). ESTIMA – Braz. J. Enterostomal Ther.[Internet].2017[citado em 22 dez 2020]; 15(4): 214-21. doi:/10.5327/Z1806-3144201700040005.

6 Ministério da Saúde(Brasil). Portaria MS-SAS n.º 400 de 16 de novembro de 2009. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Atenção à Saúde das Pessoas Ostomizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília:Ministério da Saúde; 2009.

7 Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil). Portaria nº PR- 254 de 25 de agosto de 2020.Divulga as estimativas da População para Estados e Municípios com data de referência em 1º de julho de 2020.D.O.U [Internet], Brasília, DF, 27 ago 2020 [citado em 23 dez 2020]; Seção 1 (165):79. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-pr-254-de-25-de-agosto-de-2020-274382852>.

8 Ministério da Saúde (Brasil). Portaria MS n.º 793 de 24 de abril de 2012. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde.Brasília: Ministério da Saúde; 2012.

9 Barros ER; Borges EL; Oliveira CM. Prevalência de estomias de eliminação em uma microrregião do norte de Minas Gerais. ESTIMA - Braz. J. Enterostomal Ther. 2018;16:e3418.

10 Santos VLCCG. Aspectos Epidemiológicos dos Estomas. ESTIMA-Braz. J. Enterostomal. 2007; 5(1).

11 Luz ALA, Luz MHBA, Antunes A, Oliveira GS, Andrade EMLR, Miranda SM. Perfil de pacientes estomizados: revisão integrativa da literatura. Cultura de los Cuidados (Edición digital).[Internet]. 2014 [citado em 24 dez 2020];18(39):115-123.doi:/10.7184/cuid.2014.39.13.

12 Pinto M, Bardach A, Palacios A, Biz A, Alcaraz A, Rodriguez B et al. Carga do tabagismo no Brasil e benefício potencial do aumento de impostos sobre os cigarros para a economia e para a redução de mortes e adoecimento. Cadernos de Saúde Pública.2019;35:e00129118.

13 Thung, M J, Linet M S, Cerhan JR,Haiman CA, Schottenfeld D. Cancer epidemiology and prevention. 4th ed. New York: Oxford University Press, 2017.1328 p.

14 Silva M, Errante PR. Câncer colorretal: fatores de risco, diagnóstico e tratamento. Rev UNILUS Ensino e Pesquisa.[Internet].2016 [citado em 25 dez 2020]; 13(33):133-140. Disponível em:<http://revista.unilus.edu.br/index.php/ruep/article/view/765/u2016v13n33e765>.

15 Teixeira FN, Souza NVDOS, Silva PAS, Maurício VC, Costa CCP, Andrade KBS. O mundo do trabalho e as pessoas estomizadas: percepção e sentimentos. Cienc Cuid Saude.[Internet]. 2016 [citado em 25 dez 2020]; 15(1):69-76.doi:/10.4025/cienccuidsaude.v15i1.27282.

16 Cirino HP,Andrade PCST, Kestenber CCF, Caldas CP, Santos CN, Ribeiro WA. Repercussões emocionais e processos adaptativos vividos por pessoas estomizadas. Saúde Coletiva. [Internet]. 2020 [citado em 26 dez 2020];10(57):. 3573-3596.doi:/10.36489/saudecoletiva.2020v10i57p3573-3596.

17 Neto IJFC, Siá ON, Lopes EA, Padilla R, Portugal KTM, Rolim AS et al.Análise retrospectiva dos pacientes submetidos à reconstrução de trânsito intestinal em hospital terciário de referência da zona leste de São Paulo. J. Coloproctol. [Internet]. 2014 [citado em 25 dez 2020]; 34(4): 198-201. doi:/10.1016/j.jcol.2014.08.003.

18 Ferri JVV, Silva GL, Mallmann IO, Moreira LF Morbidade e Mortalidade no Fechamento de Estomias: Revisão de Dez Anos. Clinical & Biomedical Research. [Internet]. 2020 [citado em 25 dez 2020]; 40(1).doi:/10.22491/2357-9730.98055.

19 Aguiar JC, Pereira APS, Pinto MH. Reconstrução de trânsito intestinal:

fatores que influenciam a realização. Rev. Eletr. Enferm. [Internet]. 2018 [citado em 26 dez 2020];20:v20a3. doi:/10.5216/ree.v20.47606.

20 World Council of Enterostomal Therapists. International Ostomy Guideline. Perth Australia: WCET, 2020. 188 p.

21 Wound, Ostomy and Continence Nurses Society. WOCN Society Clinical Guideline: Management of the Adult Patient With a Fecal or Urinary Ostomy- An Executive Summary. J Wound Ostomy Continence Nurs. [Internet]. 2018 [citado em 27 dez 2020]; 45(1):50-58. doi:/10.1097/WON.0000000000000396.

Claudioмиro da Silva Alonso

Enfermeiro. Doutorando em Enfermagem.
Programa de Pós-graduação em Enfermagem da
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.
Belo Horizonte-MG.

Eline Lima Borges

Enfermeira. Doutora em Enfermagem.
Docente da Escola de Enfermagem da
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.
Belo Horizonte-MG.

Maria Clara Novaes Sousa

Discente do Curso de Graduação em Enfermagem da
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.
Belo Horizonte-MG.

Maria Gabriela Lima da Costa

Discente do Curso de Graduação em Enfermagem da
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.
Belo Horizonte-MG.

Natália Caroline Teixeira Magalhães

Discente do Curso de Graduação em Enfermagem da
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.
Belo Horizonte-MG.

Yasmim Oliveira de Windsor Silva

Discente do Curso de Graduação em Enfermagem da
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.
Belo Horizonte-MG

RESUMO

Objetivo: analisar o perfil profissional dos colaboradores TÉCNICOS DE ENFERMAGEM do setor 2º Sul do HC-UFMG utilizando como instrumento a matriz SWOT. **Método:** trata-se de estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado no primeiro semestre de 2022, conduzido entre janeiro e abril de 2022. A intervenção consistiu no preenchimento da matriz SWOT pelos técnicos de enfermagem do setor, seguida da elaboração de um plano de ação para melhorar suas fragilidades, bem como análise dos fatores externos que interferiam no processo de trabalho. **Resultados:** a matriz SWOT foi preenchida por 10 TÉCNICOS DE ENFERMAGEM dos 12 que trabalham no período diurno do setor. Destacaram-se como forças as habilidades atitudinais; como fraquezas, os sentimentos de ansiedade e autocobrança; como oportunidades, a boa relação com colegas de trabalho; e como ameaças, a sobrecarga de trabalho e realização de múltiplas funções. **Considerações finais:** o instrumento matriz SWOT possibilitou traçar o perfil da equipe do setor, que poderá fomentar discussões que promoverão melhorias no processo e condições de trabalho.

Palavras-chave: avaliação de desempenho; gestão de pessoas; ferramentas de avaliação.

INTRODUÇÃO

A Avaliação de Desempenho (AD) é um instrumento gerencial que permite ao administrador avaliar os resultados obtidos pelo empregado e pela equipe de trabalho na execução de suas tarefas diárias, mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais. Essa avaliação tem como finalidade subsidiar a política de desenvolvimento institucional e dos empregados¹.

Segundo Cardoso et al², além de fornecer informações para o diagnóstico de processos educativos necessários para o desenvolvimento do profissional, a avaliação de desempenho compreende um instrumento gerencial que subsidia decisões administrativas. Ademais, esse instrumento possibilita acompanhar o trabalho de cada membro da equipe, a relação entre os resultados esperados e os alcançados, e de monitorar, de forma abrangente e contínua, o caminhar da equipe como um todo.

Dentre as diversas ferramentas que norteiam a avaliação de desempenho profissional, a matriz SWOT se destaca como instrumento que permite a avaliação de desempenho profissional de forma horizontalizada, permitindo que os profissionais, quando no seu preenchimento, incluam-se no processo. Contudo, apesar da existência de tais ferramentas, observa-se que o seu uso não ocorre, ou ocorre de forma pouco efetiva, área gerencial e assistencial das instituições, em especial no cenário do estudo.

A matriz SWOT é composta por quatro combinações de suas dimensões, que são chamadas de maxi-maxi (forças/ oportunidades), maxi-mini (forças/ ameaças), mini-maxi (fraquezas/ oportunidades) e mini-mini (fraquezas/ ameaças). Sua utilização apropriada pressupõe não apenas a correta definição dos fatores em cada dimensão, mas o entendimento das inter-relações possíveis⁴.

A técnica dessa matriz sintetiza os principais fatores internos e externos que permeiam o contexto organizacional de um serviço, uma vez que o objetivo é identificar o grau em que as forças e fraquezas atuais são relevantes e capazes de lidar com as ameaças ou capitalizar as oportunidades no ambiente institucional. Assim, é possível comparar esses fatores e traçar estratégias.

Nesse sentido, a matriz SWOT foi escolhida como ferramenta para análise do perfil profissional dos Técnicos de Enfermagem de um hospital público de grande porte, visando a identificação das forças e fraquezas de cada profissional e as oportunidades e ameaças desse setor. O uso dessa

ferramenta, somado às discussões acerca dos aspectos que a permeiam, bem como promover melhorias das práticas gerenciais e assistenciais.

OBJETIVO

Analisar o perfil profissional de técnicos de enfermagem de um hospital de grande porte de Belo Horizonte -MG utilizando como instrumento a matriz SWOT.

MÉTODO

Trata-se de estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado no primeiro semestre de 2022, com início em janeiro e término em abril. A experiência advém das práticas intervencionistas de discentes, enfermeiros preceptores e docentes do curso de graduação em enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais que aconteceram em um Hospital de grande porte, localizado no município de Belo Horizonte -MG.

Trata-se de um hospital integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS), que oferece serviços de média e alta complexidade⁵. O setor de realização da intervenção possui 28 leitos, sendo 4 destinados a pacientes com doenças infectocontagiosas. Apresenta 11 técnicos de enfermagem que trabalham em plantões de 12/36 horas em turnos diurnos, 4 técnicos que trabalham 6 horas/dia e 13 técnicos que trabalham em plantões noturnos. Possui um enfermeiro coordenador com carga horária de 30 horas semanais e 8 enfermeiros assistenciais, sendo que 4 trabalham 6 horas ao dia e 4 em plantões noturnos. Esta intervenção foi realizada com os técnicos do setor do turno diurno que contabilizaram 15 funcionários.

Para realização deste trabalho foi utilizado a ferramenta matriz SWOT, que analisa quatro variáveis: *strengths* (forças), *weaknesses* (fraquezas), *opportunities* (oportunidades) e *threats* (ameaças)⁶. A intervenção consistiu no preenchimento da matriz pelos funcionários com a elaboração de um plano de ação para melhorar tais fragilidades, e posteriormente, foram reavaliadas para comprovar se as metas foram cumpridas. Para isso, durante o período de estágio supervisionado, as pesquisadoras observaram e levantaram as características que fundamentassem a percepção sobre as forças e fragilidades de cada respectivo funcionário, e analisaram as ameaças e oportunidades oferecidas pelo setor.

Posteriormente à coleta de dados, foi feita uma reunião para discussão das informações levantadas, e a confecção de um texto de apresentação da atividade de intervenção, que seria oferecido aos técnicos, anexado à matriz SWOT. Após isso, foi explicado aos técnicos sobre o preenchimento correto da matriz, e entregue a cada um a matriz SWOT e o texto de explicação da atividade, permitindo assim, que eles fizessem uma autoavaliação e apresentassem suas debilidades já com um plano e o tempo necessário para melhorá-las.

Após a análise das matrizes SWOT preenchidas pelos técnicos de enfermagem, foi realizada uma reunião entre a enfermeira coordenadora do setor e os professores orientadores do estágio, na qual foi dada uma devolutiva acerca das informações coletadas, com base em um documento, contendo a

síntese das informações levantadas por cada funcionário, elaborado pelas discentes. De posse dessas informações, acordou-se com a coordenação do setor que uma reunião com os funcionários será realizada em tempo oportuno, tendo por objetivo discutir as questões abordadas da matriz SWOT e as metas estipuladas por eles, individualmente.

RESULTADOS

A matriz SWOT foi preenchida por 10 técnicos de enfermagem dos 15 que trabalham no período diurno do setor. A Tabela 1 apresenta o campo “forças (S)”, que faz parte da dimensão de fatores internos da matriz SWOT, nele os colaboradores pontuam características pessoais que consideram impactar positivamente em seu processo de trabalho, além do número de citações de cada qualidade pontuada.

Ao analisar a tabela é possível destacar os fatores “responsabilidade”, “atendimento humanizado”, “boa relação com a equipe de enfermagem” e “pontualidade” como os mais citados.

Tabela 1: Campo “Forças (S)” da matriz SWOT e quantidade de citações.

	FORÇAS (S)	CITAÇÕES (nº)
FATORES INTERNOS	Responsabilidade	3
	Pontualidade	3
	Assistência humanizada	3
	Bom relacionamento com equipe de enfermagem	3
	Ética	2
	Habilidades de comunicação	2
	Adaptabilidade	2
	Comprometimento	1
	Produtividade	1
	Satisfação pelo serviço	1
	Empenho	1

Proatividade	1
Agilidade	1
Assiduidade	1
Organização	1
Bom humor	1
Determinação	1
Positividade	1
Técnica segura e correta	1
TOTAL	30

As “fraquezas” (W) demonstram as características pessoais que os colaboradores consideram ter um impacto negativo sob seu desempenho no serviço e estão representadas na Tabela 2, por número de citações.

Destacam-se “Baixo equilíbrio emocional”, “ser exigente e detalhista”, “tentar ser multitarefas e ficar sobrecarregado (a)”, “ansiedade” e “barreiras na relação com a equipe de enfermagem” como fraquezas internas mais citadas pelos técnicos de enfermagem.

Tabela 2: Campo “Fraquezas (W)” da matriz SWOT e quantidade de citações.

	FRAQUEZAS (W)	CITAÇÕES (nº)
FATORES INTERNOS	Ser exigente e detalhista	3
	Baixo equilíbrio emocional	2
	Tentar ser multitarefas e ficar sobrecarregado(a)	2
	Ansiedade	2
	Barreiras na relação com a equipe de enfermagem	2

	Impulsividade	1
	Desmotivação	1
	Receio em falhar	1
	Limitações físicas	1
	Insegurança em procedimentos técnicos	1
	Falta de posicionamento	1
	TOTAL	17

Os campos “Oportunidades (O)” e “Ameaças (A)” demonstram os aspectos externos, ou seja, analisam as características do hospital e setor de forma geral, sendo as que os colaboradores consideram ter um impacto positivo e negativo consecutivamente, apresentadas na Tabela 3 e Tabela 4.

No âmbito das “Oportunidades (O)” destacam-se “aprendizado com o trabalho em equipe”, “bom relacionamento entre os membros da equipe de enfermagem”, “apoio e boa referência por parte dos enfermeiros” e “possibilidade de trabalhar em diversas áreas”, com maior número de citações.

Já no campo “Ameaças (A)” “sobrecarga de atividades”, “baixo recurso humano”, “baixa qualidade do sistema de informática” e “local de descanso inadequado” obtiveram maior número de citações como pontos negativos externos.

Tabela 3: Campo “Oportunidade (O)” da matriz SWOT e quantidade de citações.

	OPORTUNIDADES (O)	CITAÇÕES (nº)
FATORES EXTERNOS	Aprendizado com o trabalho em equipe	4
	Bom relacionamento entre os membros da equipe de enfermagem	4
	Apoio e boa referência por parte dos enfermeiros	3

	Possibilidade de trabalhar em diversas áreas	3
	Possibilidade de progressão profissional	2
	Bom espaço físico	1
	Profissionais com grande competência na equipe de enfermagem	1
	Valorização do profissional	1
	TOTAL	19

Tabela 4: Campo “Ameças (A)” da matriz SWOT e quantidade de citações.

	AMEAÇAS (A)	CITAÇÕES (nº)
FATORES EXTERNOS	Sobrecarga de atividades	5
	Baixo recurso humano	3
	Baixa qualidade do sistema de informática	2
	Local de descanso inadequado	2
	Falta de material	1
	Divisão por vínculos empregatícios	1
	Instabilidade: remanejamento para outros setores	1
	Desorganização no setor	1
	Falta de reconhecimento profissional	1

	Falta de treinamento diante das atualizações tecnológicas	1
	TOTAL	18

DISCUSSÃO

Para oferecer uma assistência de qualidade, com enfoque no cuidado integral à pessoa, os objetivos da instituição hospitalar devem estar alinhados aos objetivos e competências individuais dos membros da equipe de saúde. Tanto a instituição, quanto seus profissionais, devem revisar constantemente seus objetivos e processos de trabalho, fomentando uma análise dos pontos de melhoria e traçando planos para mudanças⁷.

Assim, a avaliação de desempenho dos profissionais, pautada na gestão por competências, mostrou-se uma ferramenta de gestão adequada ao contexto do setor, visto que permitiu a reavaliação dos conhecimentos, habilidades, atitudes pelos técnicos de enfermagem, tornando-os parte do processo avaliativo; e conferiu a esses trabalhadores oportunidade pactuar planos de melhorias junto à gerência⁷.

A avaliação de desempenho com base em uma estratégia contemporânea, dada pela ferramenta de sistematização Matriz SWOT, além de conferir aos técnicos de enfermagem um olhar individual direcionado sobre suas ações e resultados, forneceu à gerência uma visão geral das capacidades dos trabalhadores do setor que, em última instância, poderá subsidiar melhorias no âmbito institucional, alinhando oportunidades do setor às forças da equipe⁷.

O perfil geral dos técnicos de enfermagem do setor apontou para um predomínio de habilidades atitudinais em suas forças, com destaque para características de responsabilidade, assistência humanizada, bom relacionamento com a equipe de enfermagem e pontualidade. Esse perfil se difere do encontrado em outros estudos, que apontam para a valorização das habilidades técnicas e administrativas, em detrimento de habilidades atitudinais^{8,9}.

O uso da técnica segura e correta foi elencado por apenas um dos profissionais como força em seu processo de trabalho, podendo esse menor destaque ser atribuído ao tempo de experiência dos profissionais no setor.

Pesquisas anteriores destacam que, no cenário atual, instituições e enfermeiros gestores ainda prezam por profissionais de nível técnico com alto grau de desenvolvimento do “saber fazer”, sendo essa habilidade mais explorada pelas instituições de ensino de nível técnico, portanto^{8,9}.

Contudo, as atribuições dos técnicos de enfermagem extrapolam o fazer técnico, uma vez que é requerido desses profissionais a participação ativa no trabalho de enfermagem, tanto no planejamento, quanto na execução da assistência. Assim, entende-se que, para não se tornar mecanizado, o fazer

técnico deve ser acrescido de conhecimento teórico e reflexão – que permitirão uma assistência intencional e de qualidade –; e de atitudes de liderança, comunicação, criatividade, flexibilidade e organização, sendo essas articuladoras do trabalho em equipe^{8,9}.

Como fraquezas, os técnicos de enfermagem do setor citaram com maior frequência as seguintes características: ser exigente e detalhista; ter pouco equilíbrio emocional; assumir tarefas múltiplas; e ser ansioso.

Estudos anteriores apontam para o predomínio de níveis altos de estresse ocupacional entre os técnicos de enfermagem da clínica cirúrgica, sobretudo aqueles que exercem seu trabalho em instituições públicas^{10,11}. Como resultado do estresse ocupacional, esses profissionais tornam-se sobrecarregados, desvalorizados e incapazes de enfrentar ameaças, seja por fatores internos ou externos¹¹.

A relação com os membros da equipe de enfermagem apresentou informações conflitantes, tendo sido citada como uma força por três profissionais, e como fraqueza por dois profissionais. As causas principais para os conflitos entre profissionais de enfermagem englobam os conflitos de interesses, as barreiras de comunicação e a imperícia, além de características como o descompromisso com o serviço, má vontade dos trabalhadores e desumanização^{11,12}.

Diferente dos achados em estudos prévios, os fatores individuais potencialmente geradores de conflitos não foram citados pelos profissionais nem como fraquezas. Pelo contrário, foram citadas como forças características que facilitam as relações interpessoais – habilidades de comunicação, empenho, proatividade e adaptabilidade –, uma vez que promovem um ambiente laboral mais harmonioso¹².

Como oportunidades, destacaram-se o “aprendizado com o trabalho em equipe” e o “bom relacionamento entre os membros da equipe de enfermagem”, fatores que são complementares.

A Enfermagem, de fato, assume papel de articuladora do cuidado na assistência e na educação interprofissional. O aprendizado se desenvolve a partir do reconhecimento de que a diversidade entre os membros da equipe de saúde fomenta o compartilhamento de saberes e práticas entre os profissionais¹³. Para tanto, faz-se necessária a boa troca de informações entre os profissionais, que perpassa o desenvolvimento contínuo do senso comum da equipe¹⁴.

A coordenação de enfermagem e gerenciamento também foram citados como oportunidades, na categoria “apoio e boa referência por parte dos enfermeiros”. Assim, entende-se que a coordenação de enfermagem, ao assumir o papel de liderança, reduz o estresse dos profissionais, uma vez que procuram distribuir funções de maneira equânime, facilitando o cumprimento das exigências laborais.¹⁰ A relação de confiança entre o profissional e a chefia, portanto, é considerada como um “*fator de proteção/amortecimento dos efeitos negativos provocados pelo estresse e pelos trabalhos de alta exigência*”¹¹, p.11.

A sobrecarga de trabalho se destacou no âmbito das ameaças ao processo de trabalho – citada por cinco dos profissionais –, assim como a

carência de recursos humanos – citada por três dos profissionais.

Outros estudos apontam a sobrecarga de trabalho como um dos principais fatores estressores no ambiente de trabalho, estando essa atrelada tanto à carência de recursos humanos, quanto ao aumento das demandas de atendimento^{10,11,15}.

Parte da justificativa para a sobrecarga de trabalho surge da reorganização dos moldes de produção nas instituições de alta complexidade, que se pautam no aumento da produtividade

– evidenciada pela definição de metas e indicadores. A maior cobrança pela produtividade, contudo, é concomitante à diminuição do quantitativo de recursos humanos e materiais. Assim, confere-se aos profissionais um maior número de atribuições, pouco valorizando suas especificidades e diminuindo, em muito, a qualidade assistencial¹⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da utilização da matriz SWOT como instrumento para a AD, foi possível realizar a análise do perfil profissional dos técnicos de enfermagem. Além disso, identificou-se as principais forças e fraquezas dos profissionais e oportunidades e ameaças do setor. Esse instrumento possibilitou a monitorização da equipe e do setor viabilizando planejamento de metas e intervenções diante dos resultados obtidos.

Um ponto de destaque nessa experiência consistiu em julgar profissionais a partir de uma observação criteriosa e do preenchimento da matriz SWOT no que tange aos fatores internos. É necessária uma capacitação para realizar a AD de modo que esse desconforto em determinar os fatores internos dos profissionais torne-se objetivo, impessoal, legítimo e menos desconfortável.

Desse modo, concluímos que esse estudo proporcionou maior visibilidade para a utilização da matriz SWOT como instrumento na AD permitindo uma escuta qualificada dos profissionais. Ademais, a matriz incitou o planejamento de metas e de intervenções passíveis de serem realizadas tanto no âmbito gerencial quanto individualmente e em equipe. Pretende-se, com esse estudo, fomentar a discussão acerca da padronização de uma ferramenta válida no processo de AD nas instituições de saúde a fim de aprimorar essas avaliações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). Resolução Cofen nº 361/2009. Programa de Avaliação de Desempenho do Conselho Federal de Enfermagem. [Internet]. [local desconhecido: editor desconhecido]; 2009 [citado 1 abr 2022]. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/RESOLUÇÃO-COFEN-Nº-0508-2016- ANEXOS.pdf>
2. Cardoso AS, Dall'Agnol CM, Neves ET, Moura GM. Avaliação de

desempenho: percepção de profissionais da saúde em uma instituição hospitalar pública. Revista de Enfermagem da UFSM [Internet]. 3 jun 2020 [citado 1 abr 2022];10:e39. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2179769237060>

3. Ano VM, Vannuchi MT, Haddad MD, Pissinati PD. Avaliação de desempenho na opinião da equipe de enfermagem de hospital universitário público. Ciência, Cuidado e Saúde [Internet]. 26 maio 2016 [citado 1 abr 2022];14(4):1403. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/ciencuccuidsaude.v14i4.27886>

4. Costa Júnior JF, Bezerra DD, Cabral EL, Moreno RC, Pires AK. A matriz SWOT e suas subdimensões: uma proposta de inovação conceitual. Research, Society and Development [Internet]. 14 fev 2021 [citado 1 abr 2022];10(2):e25710212580. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12580>

5. Brasil. Ebserh. Documento SEI no 11017639 – Processo 23537.032508/2020-76. Plano Diretor Estratégico 2019-2023 -HC-UFMG - Hospital das Clínicas da UFMG; 2020. 29 p.

6. Casemiro IP, Simões BFT, Moraes CMS. Análise da aplicabilidade da Matriz SWOT na gestão e planejamento em Ecoturismo: uma revisão da literatura. RBEcotur. 2022;15(1):94- 119.

7. Marafigo EF, Stefano SR. Avaliação de desempenho: estudo de caso sobre a percepção de colaboradores e gestores da enfermagem de uma instituição hospitalar filantrópica. RAHIS- Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde [Internet]. 28 mar 2019 [citado 30 mar 2022];15(3):48-65. Disponível em: <https://doi.org/10.21450/rahis.v15i3.4645>

8. Silva MR, Chini LT, Silva TO, Martinez MR, Sanches RS. Competências dos profissionais técnicos de enfermagem: o que esperam os enfermeiros gestores? Enfermagem em Foco [Internet]. 8 fev 2019 [citado 30 mar 2022];9(4). Disponível em: <https://doi.org/10.21675/2357-707x.2018.v9.n4.1335>

9. Souza ENC, Hortelan MD, Almeida MD, Souza TC, Justino ET, Faller JW. Mapeamento das competências de técnicos de enfermagem em um hospital público. Revista de Administração em Saúde [Internet]. 27 dez 2020 [citado 30 mar 2022];20(81). Disponível em: <https://doi.org/10.23973/ras.81.224>

10. Rocha ME, Freire KP, Reis WP, Vieira LT, Sousa LM. Fatores que ocasionam o índice de transtornos depressivos e de ansiedade em profissionais de enfermagem: uma revisão bibliográfica. Brazilian Journal of

Development [Internet]. 2020 [citado 30 mar 2022];6(2):9288-305. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n2-296>

11. Melo CC, Bernardes LF, Morceli G, Silva PG, Pereira SD, Santos SV. Nível de evidência dos estudos relacionados à ansiedade, estresse e depressão dos profissionais de enfermagem. Research, Society and Development [Internet]. 2 jan 2021 [citado 30 mar 2022];10(1):e2210111295. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsdv10i1.11295>

12. Pereira TB, Bezerra MRB, Barros MMA. Relações interpessoais da equipe de enfermagem no ambiente de trabalho. DêCiência em Foco [Internet]. 2019 [citado 30 mar 2022];3(1):65-81. Disponível em: <http://revistas.uninorteac.com.br/index.php/DeCienciaemFoco0/article/view/271/82>

13. Guimarães RL, Garanhani ML, De Souza SN, Lourenço Haddad MD. Trabalho em equipe na formação do enfermeiro: perspectivas e desafios sob a ótica do pensamento complexo. revista de ensino, educação e ciências humanas [Internet]. 30 dez 2018 [citado 30 mar 2022];19(4):465. Disponível em: <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2018v19n4p465-471>

14. Dutra EB, Lemos ASP, Guizardi FL. Trabalho em equipe para a construção de práticas colaborativas na saúde. ARCA - Repositório Institucional da Fiocruz [Internet]. 2020 [citado 30 mar 2022]:183-215. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/46107/2/Trabalho%20em%20equipe%20para%20a%20construção%20de%20práticas%20colaborativas%20na%20saúde.pdf>

15. Matos Filho SA, Santos ND, Novato BS, Pedro RS, Progianti JM, Carvalho EC, et al. Organização do trabalho hospitalar e os impactos na subjetividade do trabalhador de enfermagem. Research, Society and Development [Internet]. 27 fev 2021 [citado 30 mar 2022];10(2):e50910212746. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/>

Sobre o Organizador

Prof. Dr. Bruno Matos de Farias



Doutor em Desenvolvimento Local (Ciências Ambientais), Mestre em Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Especialização em Docência OnLine: Tutoria em EAD pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Editor chefe na Editora Epitaya. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil, com ênfase em Construção Civil, atuando principalmente no seguinte tema: Autovistoria Predial, Perícia e Assistência Técnica. Especialista em Registros de Patentes, Marcas e Programas de Computador. Professor Auxiliar na Universidade Estácio de Sá (UNESA) no Curso de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil. Professor

Auxiliar na UNISOCIESC no Curso de Arquitetura e Urbanismo. Organizador de oito livros na área da arquitetura e engenharia, com quarenta e dois capítulos de livros publicados, 16 artigos em revistas científicas, 11 patentes registradas e 7 programas de computador criados.

Link do Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8157069396993825>

Publicação em capítulo de livro

A coletânea de artigos em livro digital visa democratizar o acesso dos pesquisadores brasileiros à publicação de suas pesquisas, teorias e métodos. A Editora Epitaya recebe os textos e após a revisão por pares, o material é publicado.

Todos os livros possuem registro de ISBN e os capítulos são registrados no DOI (Digital Object Identifier System).

Verifique os textos aceitos para publicação como capítulo de livro

- Trabalho apresentado em congresso internacional, nacional, regionais e/ou encontros de pesquisa;
- Trabalho de Conclusão de Curso / Monografia;
- Dissertação de Mestrado;
- Tese de Doutorado;
- Relatório de Pesquisa;
- Relatório de Pesquisa Pós-Doc;
- Artigo de Pesquisa original;
- Artigo de Revisão;
- Artigo de Opinião;
- Artigo de Relato de Experiência;
- Demais formatos, verificar com a assessoria editorial.

Para maiores informações, entre em contato!

contato@epitaya.com.br 

www.epitaya.com.br 

[@epitaya](#) 

<https://www.facebook.com/epitaya> 

(21) 98141-1708 

A INTERDISCIPLINARIDADE E OS
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VOL.1

BRUNO MATOS DE FARIAS


epilaya
Editora

ISBN: 978-65-87809-66-3

TD



9 786587 809663